



UNIVERSIDADE DE LISBOA
Faculdade de Letras

Departamento de História

**O POVOAMENTO NO BAIXO VALE DO TEJO:
ENTRE A TERRITORIALIZAÇÃO E A MILITARIZAÇÃO**

(MEADOS DO SÉCULO IX – INÍCIO DO SÉCULO XIV)

André de Oliveira-Leitão

Dissertação de mestrado em História Medieval

Lisboa

2011



UNIVERSIDADE DE LISBOA
Faculdade de Letras

Departamento de História

**O POVOAMENTO NO BAIXO VALE DO TEJO:
ENTRE A TERRITORIALIZAÇÃO E A MILITARIZAÇÃO**

(MEADOS DO SÉCULO IX – INÍCIO DO SÉCULO XIV)

André de Oliveira-Leitão

Dissertação de mestrado em História Medieval
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa,
orientada pelo Professor Doutor Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes
e co-orientada pelo Professor Doutor José Manuel Henriques Varandas

Lisboa
2011

ÍNDICE

Resumo	3
<i>Abstract</i>	4
Palavras-chave / Keywords	5
CrITÉrios adoptados na transcriçŁo dos nomes Árabes	6
Principais abreviaturas e siglas utilizadas	7
Agradecimentos	8
IntroduçŁo	11
Parte I: A territorializaçŁo. O povoamento em torno de al-UšbŁna/Lisboa e Šintara/Sintra, na transiçŁo do mundo muçulmano para o cristŁo	15
1. O enquadramento geogrÁfico	16
2. Um ponto de partida: as fontes geogrÁficas muçulmanas	21
2.1. A posiçŁo de Lisboa dentro do Ĝarb al-Āndalus	22
2.2. Os arredores de Lisboa nas fontes Árabes	26
a) Šintara	26
b) Šaqabān	28
c) Al-Qabdāq	30
d) Munt Šiyŭn	30
e) Mawšil	31
2.3. Topónimos de origem Árabe e possibilidades de povoamento Árabe e moçÁrabe no alfoz de Lisboa	32
3. As fontes histÓricas muçulmanas	41
4. O Baixo Vale do Tejo no pós-reconquista: uma primeira definiçŁo de uma rede de povoamento	45
5. A «inquiriçŁo» de c. 1220	57
6. EvoluçŁo da ocupaçŁo do espaçO entre 1220 e 1321	60
7. O «rol das igrejas» de 1321	75
8. Algumas consideraçŁes em torno da ocupaçŁo dos termos de Lisboa e Sintra	78

Parte II: A militarização. Um estudo de caso em torno de uma esquecida «batalha» subsidiária da conquista de Lisboa (1147)	85
1. A batalha de Sacavém, da história à lenda – conspecto geral	86
2. A ocupação muçulmana do lugar de Šaqabān e seus arredores	102
3. Descrição da batalha: uma análise textual	106
4. Mito ou realidade?	122
5. O que poderia realmente ter acontecido	125
Conclusão	131
Anexos	134
Mapa I – Os alfozes de al-Ušbūna e Šintara muçulmanas	135
Mapa II – Topónimos atestados nos termos de Lisboa e Sintra entre 1147 e 1220	136
Mapa III – Paróquias atestadas nos termos de Lisboa e Sintra segundo a «inquirição» de c. 1220	137
Mapa IV – Topónimos atestados nos termos de Lisboa e Sintra na «inquirição» de c. 1220	138
Mapa V – Topónimos atestados nos termos de Lisboa e Sintra entre 1220 e 1321	139
Mapa VI – Paróquias atestadas nos termos de Lisboa e Sintra segundo o «rol das igrejas» de 1321	140
Fontes e Bibliografia	141
I. Fontes	142
1. Manuscritas	142
1.1. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.)	142
1.2. Biblioteca Nacional de Portugal (B.N.P.)	142
2. Impressas	143
2.1. Relativas ao al-Āndalus	143
2.2. Relativas ao espaço cristão	147
II. Bibliografia	152
1. Obras de carácter geral	152
2. Corografias	153
3. Dicionários e enciclopédias	155
4. Estudos	156

RESUMO

O estudo que empreendemos visou compreender a evolução das estruturas de povoamento na região do Baixo Vale do Tejo, situadas em torno da cidade de Lisboa e do seu espaço de influência regional, na margem Norte do Tejo. Foi nosso objectivo detectar estruturas de povoamento, fossem elas muçulmanas (como a *qura* ou a *ḍay'a*) ou cristãs (a *vila*, a *paróquia*, o *casal* ou a *herdade*).

A região sobre a qual nos debruçámos corresponde, *grosso modo*, à área de influência de Lisboa: a Estremadura Austral. Para Norte, o curso do Safarujo constitui a nossa barreira até chegar à Serra de Montachique; a partir daí, o limite é definido por uma linha recta que parte em direcção a Vila Franca e à lezíria do Tejo.

Em termos cronológicos, o nosso estudo terá como *terminus a quo* o século IX, data dos mais antigos testemunhos escritos por nós colhidos relativos ao Ġarb al-Ândalus; como *terminus ad quem*, o ano de 1321, data da realização do «rol das igrejas» do Reino de Portugal, e que constitui um marco na compreensão da estruturação do espaço nacional. Os dois marcos temporais assim estabelecidos definem um período durante os quais o Baixo Vale do Tejo foi, por várias vezes, um espaço de liminaridade, de fronteira entre diversas formações políticas, e para as quais a guerra constituiu um modo de ser de duas sociedades em confronto e, posteriormente, um espaço de intenso povoamento. Em termos de fontes, procedemos à consulta de materiais tanto muçulmanos como cristãos: em ambos os casos, fontes de tipo cronístico; relativamente ao primeiro, *kutūb* como os dicionários geográficos ou biográficos foram também consultados para a pesquisa, e no tocante ao segundo, os livros das chancelarias régias, arquivos de casas monásticas que detinham propriedades na região em causa e instrumentos notariais.

ABSTRACT

This project aims to study the evolution of the settlements in Tagus Lower Valley, located around the city of Lisbon and its core area of influence, on the Northern bank of the river. Our purpose is mainly the identification of the settlements around the city, such as the muslim *qura* ou *ḍay‘a*, and the Christian *village*, *parish*, ‘*casal*’ or ‘*herdade*’.

The studied region roughly corresponds to the area of influence of Lisbon: the Southern Estremadura. To the North, the course of Safarujo river is our barrier, up to the Serra de Montachique; thereafter, the limit is defined by a straight line in the direction of Vila Franca and the *lezíria* of Tagus.

In chronological terms, our study began in the 9th century (date of the most ancient written records concerning the *Ġarb al-Andalus*), and ended in 1321, with the roll of the parish churches of the Portuguese kingdom – a period of time during which the Lower Tagus Valley was, several times, a frontier space, the border between two different societies, for which the war was a way of life, as well as a space of settlement.

In terms of sources, we’ve consulted both Christian and Muslim sources: in both cases, chronicles; in the Muslim case, *kutūb* such as geographical or biographical dictionaries; in the Christian case, the royal chancery, the monastic archives, notarial instruments and so forth.

*O povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a territorialização e a militarização
(meados do século IX – início do século XIV)*

PALAVRAS-CHAVE / *KEYWORDS*

- Militarização; territorialização; povoamento; liminaridade
- Militarisation; territorialisation; settlement; liminality

CRITÉRIOS ADOPTADOS NA TRANSCRIÇÃO DOS NOMES ÁRABES

Ao longo desta dissertação surgem várias referências a topónimos e antropónimos de origem árabe. Sempre que nos foi possível (exceptuando em citações de outros autores, em que conservámos a grafia original), procurámos transcrevê-los de acordo com o sistema adoptado pela revista *Arabica* que, como bem sintetizou Jean-Pierre Molénat¹, tem a inegável vantagem de limitar ao máximo o problema dos grafemas com valores fonéticos ambíguos consoante as diferentes línguas europeias:

ا	' / ā	ط	t
ب	b	ظ	z
ت	t	ع	'
ث	t	غ	ġ
ج	ġ	ف	f
ح	h	ق	q
خ	h	ك	k
د	d	ل	l
ذ	d	م	m
ر	r	ن	n
ز	z	ه	h
س	s	و	w / ū
ش	š	ي	y / ī
ص	š		
ض	ḍ	ة	não se transcreve

¹ Cf. Jean-Pierre Molénat, «Historiographie d'Al-Andalus. Un essai de mise au point», *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, nova série, n.ºs 16/17, Lisboa, 2007, p. 16.

PRINCIPAIS ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS

AD	=	<i>Anno Domini</i> (Ano do Senhor)
AH	=	<i>Anno Hegiræ</i> (Ano da Hégira)
ár.	=	árabe
A.N.T.T.	=	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
B.N.P.	=	Biblioteca Nacional de Portugal
c.	=	<i>circa</i>
cf.	=	confronte; conferir
coord.	=	coordenação; coordenador
cx.	=	caixa
dir.	=	direcção
doc.	=	documento
ed.	=	editor; edição
<i>et. al.</i>	=	<i>et alii</i>
fl.	=	fólio
fr.	=	frei
id.	=	idem
<i>ibid.</i>	=	<i>ibidem</i>
lat.	=	latim
<i>loc. cit.</i>	=	<i>loco citato</i>
O.Cist.	=	Ordem de Cister
O.E.S.A.	=	Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho
O.F.M.	=	Ordem dos Frades Menores
O.P.	=	Ordem dos Pregadores
<i>op. cit.</i>	=	<i>opere citato</i>
p., pp.	=	página, páginas
pe.	=	padre
pl.	=	plural
PMH	=	<i>Portugaliæ Monumenta Historica</i>
<i>s. d.</i>	=	<i>sine data</i>
S.J.	=	Companhia de Jesus
<i>s. l.</i>	=	<i>sine loco</i>
<i>s. n.</i>	=	<i>sine nomine</i>
v.º	=	verso
<i>v. g.</i>	=	<i>uerbi gratia</i>
vol.	=	volume

AGRADECIMENTOS

O exercício de escrita de uma dissertação, como corolário da investigação conducente à obtenção do grau de mestre, é um acto solitário e ensimesmado, seja pelos conhecimentos adquiridos de *per se* ao longo de vários anos de pesquisa e que se pretendem agora traduzir em dados quantificáveis e qualificáveis, seja ainda pelo carácter único que cada um de nós confere às palavras, e que faz, da escrita de cada um, um acto identitário em si mesmo – e portanto, da tese algo de bastante pessoal e único. Não foi, porém, solitário o percurso trilhado ao longo destes últimos anos, tendo-se estabelecido (ou acentuado) várias relações pessoais que em muito contribuíram para o sucesso desta caminhada. É, portanto, da mais elementar justiça agradecer àqueles (pessoas e instituições) que nos ajudaram a levar a bom porto esta empresa.

Em primeiro lugar, aos nossos colegas de mestrado, designadamente àqueles com quem privámos mais de perto e com quem foi mais intensa e profícua (até pela afinidade dos temas estudados) a troca de informações – a Filipa Santos, a Inês Lourinho, o Pe. Francisco Mendes, o Luís Gonçalves, o António Costa ou a Ana Patrícia Dias. Em segundo lugar, a um vasto conjunto de colegas do ofício que, muito embora em outros graus académicos, partilham do mesmo interesse pelas *res mediævalia*, e com quem não deixámos de manter uma também profícua relação – o Armando Norte, o Hugo Crespo, o António Castro Henriques, a Covadonga Valdaliso, a Filipa Roldão, o Mário Farelo, a Ana Santos Leitão, a Adriana Almeida, a Alice Tavares, a Isabel Almeida Ribeiro, entre outros tantos, bem como àqueles que, trabalhando noutros âmbitos cronológicos e temáticos, sempre nos incentivaram a continuar e puseram ao nosso dispor os seus recursos e a sua amizade – permitam-me distinguir, entre eles, a Maria Ana Valdez, da Universidade de Yale. Uma menção especial é também devida à Inês Lourinho e ao Mário Farelo, que gentilmente nos fizeram chegar artigos seus ainda inéditos, bem como a todos aqueles que, gentilmente, acederam a ler e reler o texto, detectando gralhas e contribuindo para o seu enriquecimento científico com as suas pertinentes sugestões.

Em terceiro lugar, cabe-nos agradecer a vários professores e investigadores, que em palavras trocadas nos corredores da Faculdade de Letras, da Torre do Tombo, da Biblioteca Nacional ou de outras Universidades, sempre nos questionavam, em jeito de incentivo e estímulo: «Então André, quando entrega [a tese]?». Correndo o risco de

olvidar alguém, destacaríamos os medievalistas da Universidade de Évora (os Professores Hermínia Vasconcelos Vilar, Maria Filomena Lopes de Barros e Fernando Branco Correia), o Professor António Matos Ferreira, da Universidade Católica Portuguesa, o Professor Bernardo Vasconcelos e Sousa, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e, claro, os professores do departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa, com os quais mantivemos uma relação privilegiada, durante os dois anos e meio em que desempenhámos as funções de colaborador do Centro de História da Universidade de Lisboa.

Nesse sentido, aproveitamos também para agradecer às sucessivas direcções com que trabalhamos (primeiro, nas pessoas dos Professores António Ventura, José Varandas e Ana Leal de Faria e, depois, nas dos dois primeiros e do Professor Hermenegildo Fernandes) a oportunidade que nos foi concedida, e que nos levaram a travar conhecimento com o «trabalho» da História na sua vertente mais burocrática e institucional (fosse em diligências levadas a cabo junto da Fundação da Universidade de Lisboa, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., ou junto de outras instituições académicas, nacionais e estrangeiras), ao mesmo tempo que fomentaram o estabelecimento de várias relações, não apenas intelectuais, mas também de amizade, que perduram até hoje. Além disso, tal permitiu a um jovem mestrando a aquisição de variada bibliografia estrangeira que, de outra forma, seria mais difícil – se não mesmo impossível – de obter no nosso país. Este agradecimento torna-se, pois, extensivo aos administradores da Fundação da Universidade de Lisboa (que tutelava financeiramente o Centro de História), nas pessoas dos Professores José Manuel Simões e António Carlos de Sá Fonseca, que periodicamente renovaram o contrato de prestação de serviços que nos vinculava àquela instituição, bem como aos funcionários da Fundação, pelo bom acolhimento que sempre nos dispensaram.

É justo também recordar, a nível profissional, a bolsa de estágio de que usufruímos neste período e que nos foi concedida pela Reitoria da Universidade de Lisboa, no âmbito do projecto de investigação sobre a história da Universidade Medieval portuguesa, e que nos possibilitou também, a nível material, a aquisição de vários espécimes bibliográficos.

A nossa gratidão estende-se ainda aos funcionários da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, designadamente as Dras. Graça Nunes e Elizabet Marques, do serviço de empréstimos interbibliotecários, sempre diligentes na sua busca nos catálogos de outras instituições nacionais ou estrangeiras de várias obras que não conseguimos obter por outras vias. O nosso reconhecimento é igualmente devido ao chefe de divisão da Biblioteca, Dr. Pedro Estácio, por várias facilidades concedidas na consulta e requisição dos espécimes bibliográficos.

Um agradecimento especial é também devido ao Mestre José Brissos, com quem privámos de perto ao longo de dois anos e meio no Centro de História, e que nos deu preciosos conselhos de índole historiográfica e não só. Para ele, vai também o nosso reconhecimento sincero. Igual reconhecimento é devido aos Mestres Jorge Revez e Luís Lima, com quem colaborámos nas actividades do mesmo Centro.

Sendo embora próprio da praxe académica, cumpre-nos agradecer aos nossos orientadores, não só pelo interesse que desde sempre manifestaram pelo nosso trabalho e pela esperança que depositaram nas nossas capacidades, mas também pelas sugestões assertivas e correcções que foram fazendo ao longo destes quatro anos. O nosso Obrigado, pois, aos Professores Hermenegildo Fernandes e José Varandas.

Não podemos também deixar de fazer uma referência aos Amigos que sempre estiveram presentes ao longo deste trabalho, incentivando-nos a prosseguir e lidando amiúde com as nossas insuficiências. Permitam-nos citar a Carina Esteves, o Diogo Vivas, a Filomena Perdigão, a Inês Meira Araújo, a Joana Mateus, a Joana Pimentel, a Josélia Bruno, a Maria Fernandes, o Miguel Pimenta-Silva, a Sónia Queiroga e, de um modo particular, sobretudo na recta final deste trabalho, o Gustavo Duarte, o Pedro Mateus e o Rui Oliveira. Por toda a ajuda que nos deram (e continuam a dar) – o nosso muito Obrigado!

Por fim, *last but not the least*... O nosso penhor de gratidão é devido aos nossos familiares mais directos – pais e irmão –, que acompanharam o nosso labor mais intensamente, e souberam compreender os nossos silêncios e, sobretudo, as nossas ausências. Ao Zé, à Laura e ao João... Esta dissertação é-lhes dedicada.

INTRODUÇÃO

Ao inscrevermo-nos no Mestrado em História Medieval da Faculdade de Letras de Lisboa e ao registarmos a tese *O povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a militarização e a territorialização (meados do século IX – início do século XIV)*, moveu-nos primordialmente a intenção de desbravar um terreno já várias vezes arado – afinal, há séculos que escritores e historiadores se têm dedicado ao estudo de Lisboa e seus arredores, tendo inclusivamente sido cunhado um termo próprio para designar este estudo – a *olisipografia*². No entanto, não era nosso propósito escrever mais umas achegas para a história da cidade³; pretendíamos antes compreender como se estruturava o espaço que a envolvia, como um todo, e por isso elegemos como campo de trabalho o Baixo Vale do Tejo, região que procurámos definir dentro de um enquadramento geográfico estrito, tendo em Lisboa o seu principal centro urbano⁴. A nossa escolha foi consistente, e sobretudo consciente – das dificuldades e escolhos a que a pesquisa estaria sujeita. Também por isso constituía um desafio mais aliciante.

Procurámos, primeiramente, compreender como se estruturava o espaço em torno daquela que viria a ser a maior cidade do país – metrópole por direito próprio –, e que já há oito séculos testemunhava, pela aglomeração de almas que corriam nas suas ruas, aquilo a que mais tarde Duarte Nunes de Leão aludiria na sua *Descrição do Reino de*

² Veja-se uma síntese em torno do conceito de olisipografia e referências aos principais olisipógrafos em Fernando Castelo-Branco, *Breve História da Olisipografia*, Lisboa, Ministério da Cultura e da Ciência/Secretaria de Estado da Cultura/Instituto de Cultura Portuguesa, 1980.

³ Ao longo dos anos, têm sido produzido várias histórias e sínteses sobre a cidade de Lisboa, de desigual valor científico (como a já clássica obra de Gérard Pradalié, *Lisboa da Reconquista ao Fim do Século XIII*, trad. de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Palas Editores, 1975, ou duas sínteses mais recentes, a de Dejanirah Couto, *História de Lisboa*, 6.^a ed.; trad. de Carlos Vieira da Silva, Lisboa, Gótica, 2004, e a de Carlos Guardado da Silva, *Lisboa Medieval. A Organização e a Estruturação do Espaço Urbano*. Prefácio de Pedro Gomes Barbosa, Lisboa, Edições Colibri, 2008). No entanto, todas elas dão enfoque ao centro urbano e não ao seu amplíssimo espaço rural.

⁴ Sobre o conceito e delimitação desta região, a que podemos chamar de *Estremadura Austral*, vejam-se Eugénio de Castro Caldas e Manuel dos Santos Loureiro, *Regiões Homogéneas do Continente Português. Primeiro Ensaio de Delimitação*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Industrial/Fundação Calouste Gulbenkian/Centro de Estudos de Economia Agrária, 1966, e ainda Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central. Século XII a 1325*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992, p. 18.

Portugal: «A grande cidade de Lisboa que é um Reino per si soo»⁵. Tomando esta afirmação como premissa básica de observação do espaço, procurámos fazer um exercício de geografia histórica, reconstituindo a cartografia do espaço envolvente da cidade, pois que, retomando a observação de Leão, o «reino» que Lisboa encerrava em si mesmo só se podia manter com recurso a um amplo espaço rural.

Escolhemos, como marcos cronológicos para a observação do espaço em causa, duas datas que nos pareceram particularmente significativas – o século IX, com as mais antigas referências escritas ao *Ġarb*, e 1321, data da realização do «rol das igrejas» do Reino⁶, o que nos permitiu reconstituir uma radiografia bastante aproximada da ocupação dos alfozes lisboeta e sintrense até ao final do primeiro quartel do século XIV. Durante este período, processaram-se alterações significativas na história do Baixo Vale do Tejo, cujo domínio oscilou várias vezes entre os cristãos do Norte e diversas forças ocupantes oriundas do Sul – tendo sido sobretudo um espaço de ocupação berbere⁷ –, as quais tinham como denominador comum a sua adesão à fé islâmica.

Tratar-se-ia, pois – julgávamos nós –, do local ideal para procedermos a uma análise do espaço sob o ponto de vista da ocupação militar, num quadro em que a «Reconquista», mais do que simples chavão ideológico empregue pelas gentes do Norte, foi uma realidade quase constante no dia-a-dia daqueles que habitaram Lisboa e os seus arredores, ora pulsando a favor da *Ġiliqia*, ora sendo submetida por um dos vários poderes muçulmanos que o al-*Ġandalus* conheceu durante o seu ocaso. No caso de Lisboa (e do território da sua cora), nos perto de 450 anos que medeiam a primeira conquista

⁵ Cf. Duarte Nunes de Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, [3.^a ed.]. Transcrição do texto, aparato crítico e biografia do autor por Orlando Gama; estudos introdutórios de António Borges Coelho, João Carlos Garcia e Suzanne Daveau; tradução e notas dos textos latinos de Amílcar Guerra, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 144.

⁶ Cf. Ana Maria C. M. Jorge e Bernardo de Sá-Nogueira, «Organização Eclesiástica do Espaço», *História Religiosa de Portugal*, dir. de Carlos Moreira Azevedo, vol. I – *Formação e Limites da Cristandade*, coord. de Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 137-201.

⁷ Cf. Inês Lourinho, *1147. Uma Conjuntura vista a partir das Fontes Muçulmanas*. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010. Exemplar mimeografado, e ainda A. H. de Oliveira Marques, «O “Portugal” Islâmico», *Nova História de Portugal*. Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. II – *Portugal das Invasões Germânicas à «Reconquista»*. Coord. de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1993.

muçulmana, pouco depois de 711, e a derradeira conquista cristã, em 1147, vale a pena talvez falar de conquista, reconquista e contra-conquista, já que por várias vezes a cidade mudou de mãos ou, pelo menos, conheceu o assédio e a depredação às mãos de um inimigo. O Baixo Vale do Tejo foi assim um espaço de liminaridade por excelência, servindo de fronteira a duas formações político-ideológicas em constante confronto, e para as quais a guerra se tornou, mais do que uma necessidade, um verdadeiro modo de vida.

Não obstante esta cada vez mais generalizada «guerra de fronteira»⁸ travada a partir do século XI no al-Ândalus (com a emergência, no Sul, de pequenos poderes atomizados em torno das principais estruturas urbanas – as chamadas «taifas», nome retirado da expressão ár. *mulūk al-ṭawāʾif*, «rei da bandeira, da facção», donde derivou o termo *taifa* como sinónimo de «Reino» –, face a um Norte cristão cada vez mais belicoso e onde se acentuava o carácter marcadamente ideológico da «Reconquista»), a verdade é que, exceptuada Lisboa e um ou outro ponto de maior interesse estratégico (como Sintra, Almada ou Palmela), o esforço de detecção de estruturas de cariz fortificado se revelou, em parte, infrutífero⁹.

Com efeito, a descoberta, tanto nas fontes muçulmanas, como nas cristãs, de escassíssimas referências a estruturas correspondentes a castelos, torres ou atalaias levou-nos a preferir a perspectiva da ocupação do espaço, considerando a simples detecção de estruturas de povoamento no amplo território envolvendo a urbe lisboeta, qualquer que fosse a tipologia. Esse contexto propiciava mais dados, o que nos levou a abraçar outra solução metodológica em termos de delimitação espacial: se até então consideráramos o Baixo Vale do Tejo como uma circunferência que tinha em Lisboa o

⁸ Cf. Pedro Gomes Barbosa, «Guerra de presúria, fossado e algara. A fronteira na Reconquista portuguesa (da segunda metade do século IX a inícios do XII)», *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Séculos VIII a XIII). Actas dos Seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003 e Porto, 4 e 5 de Abril de 2003*, Palmela/Porto, Câmara Municipal de Palmela/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 91-102.

⁹ Cf., a este propósito, dois estudos de Pedro Gomes Barbosa, onde se faz o ponto da situação: «Os sistemas de defesa na Reconquista do Baixo Curso do Tejo», *2.º Congresso Histórico de Guimarães. Actas do Congresso*, vol. 2 – *A política portuguesa e as suas relações exteriores*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães/Universidade do Minho, 1996, pp. 273-285, e ainda «O sistema defensivo do Baixo Vale do Tejo», *Reconquista Cristã. Nas Origens de Portugal. Séculos IX a XI*, Lisboa, Ésquilo, 2008, pp. 123-148.

seu ponto central, englobando assim as duas margens do Tejo, ignorámos a margem Sul, dada a atribuição dos seus territórios, praticamente desde a (re)conquista, à ordem militar de Santiago, o que ditou não apenas um controlo senhorial como uma lógica de organização do espaço diferenciada face à margem Norte¹⁰. Nesse sentido, o espaço que analisámos corresponde, *grosso modo*, àquilo a que hoje designamos por *Grande Lisboa*. O exercício que procurámos efectuar tornou-se, em suma, a tentativa de reconstituição do espaço do Baixo Vale do Tejo na transição do mundo muçulmano para o mundo cristão, com a definição dos termos municipais, a hierarquização dos lugares que aparecem na documentação, as condições da sua implantação no terreno.

O presente trabalho acha-se, pois, dividido em duas grandes partes: uma primeira, a que intitulámos *A territorialização. O povoamento em torno de al-Ušbūna/Lisboa e Šin-tara/Sintra na transição do mundo muçulmano para o cristão*, lidará com as questões da ocupação do espaço na vasta diacronia a que já aludimos, sendo nosso objectivo compreender a origem do povoamento na zona do Baixo Vale do Tejo, numa lógica de rupturas e/ou continuidades entre o período muçulmano e o cristão. Na segunda parte, a que chamámos *A militarização. Um estudo de caso em torno de uma esquecida «batalha» subsidiária da conquista de Lisboa (1147)*, e dada a quase ausência de estruturas militares referenciadas nas fontes, para o espaço em apreço, decidimos elaborar um estudo de caso, centrado num episódio hoje praticamente esquecido, relacionado com a ocupação cristã do Baixo Vale do Tejo, em 1147 (a mítica batalha de Sacavém), e para o qual procurámos dar um novo contributo no sentido de apreciarmos, se não da sua verdade histórica, das condições de veracidade dessa mesma história.

¹⁰ Além disso, a Margem Sul do Tejo acaba de ser estudada, sob o ponto de vista da organização do espaço paroquial pós-Reconquista, por Francisco José dos Santos Mendes, *A Criação da Rede Paroquial na Península de Setúbal (1147-1385)*. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010. Exemplar mimeografado.

*O povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a territorialização e a militarização
(meados do século IX – início do século XIV)*

PARTE I:

**A TERRITORIALIZAÇÃO. O POVOAMENTO EM TORNO DE AL-UŠBŪNA/LISBOA E
ŠINTARA/SINTRA, NA TRANSIÇÃO DO MUNDO MUÇULMANO PARA O CRISTÃO**

1. O ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

No âmbito do al-Ândalus, seguindo a delimitação cronológica pela qual iniciamos o nosso estudo, a área regional do Baixo Vale do Tejo constituiu um espaço de *periferia*. Área periférica em vários sentidos e escalas¹¹. Periférica porque distante dos centros de poder e de decisão – que haviam estado, historicamente, no Centro ou no Sul da Península, como Córdova, a então capital andaluza¹². Periférica porquanto pequena e tendencialmente mais despovoada – pois aí apenas têm relevo pequenas cidades como Lisboa e Santarém e urbes ainda menores como Sintra (sobretudo se comparadas com as grandes *mudun* do al-Ândalus, como Córdova ou Sevilha). E periférica, finalmente, porque a bacia do Baixo Tejo se encontrava no fim do mundo conhecido¹³ – o *Ġarb al-*

¹¹ Sobre o Ġarb enquanto ultraperiferia, vejam-se os seguintes estudos de José Domingos Garcia Domingues: «O Ġarb Extremo do Andaluz e “Bortuqal” nos Historiadores e Geógrafos Árabes», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.º 78, Lisboa, 1960, pp. 327-362, e «Conceito e limites do Ocidente Extremo do Andaluz nos geógrafos, historiadores e antologistas árabes», *Atti del III Congresso di Studi Arabi e Islamici (Ravallo, 1966)*, Napoli, 1967, pp. 331-348.

¹² Com efeito, no período romano, a capital da Lusitânia, onde se integrava a bacia do Baixo Tejo, era *Emerita Augusta* (Mérida), situada no curso do *Anas* (Odiãna); com o domínio visigótico, a sede do reino godo deslocou-se para a Meseta, no centro de Península – para Toledo, cidade alcandorada no curso superior desse mesmo Tejo de que Lisboa é a foz; finalmente, com o domínio muçulmano, a capitalidade da Península bascula para Sul, fixando-se em Córdova, sucessivamente sede de emirado e, depois, do califado Omíada.

¹³ Essa posição de extremo do mundo é comum em vários geógrafos – tais os casos do persa al-Qazwīnī, ou do sírio Yāqūt, que podiam dizer com propriedade, atendendo às suas origens, ser Lisboa o fim do mundo conhecido. Também al-Bakrī (este de origem peninsular), ao tratar dos limites do al-Ândalus, fala do seu término no grande mar ocidental, entre Lisboa e a *Ġiliqia* (cf. Abū ‘Ubayd al-Bakrī, *Geografia de España (Kitāb al-Masālik wa-l-Mamālik)*, Zaragoza, Anúbar Ediciones, 1982, p. 24); de igual forma, ‘Abd al-Wāḥid al-Marrākuṣī, ao referir-se ao fim de uma sedição no Ândalus, diz que «todas as fronteiras, desde Tortosa até Lisboa, ficaram debaixo da obediência [do califa]» (cf. ‘Abd al-Wāḥid al-Marrākuṣī, *Kitāb al-Mu‘yib fī taljīs ajbār al-Magrib (Lo Admirable en el Resumen de las Noticias del Magrib)*. Traducción española de Ambrosio Huici Miranda, Tetuán, Editora Marroquí, 1955, p. 35), aludindo sumariamente a estas duas cidades como pontos extremos da Península (e dando a entender que os seus leitores, pela simples menção destes nomes, descortinariam o sentido último de tal expressão); finalmente, Ibn Ḥawkal fala de Lisboa e Sintra como estando situadas entre o Tejo e o mar, no fim do mapa (cf. Ibn Ḥawkal, *Configuración del Mundo (Fragmentos Alusivos al Magreb y España)*. Traducción y índices por Maria Jose Romani Suay, Valencia, Anúbar Ediciones, 1971, p. 15). Vejam-se ainda as obras do granadino Al-Zuhrī (cf. Dolors Bramón, *El Mundo en el Siglo XII. Estudio de la Versión Castellana y del Original Árabe de una Geografía Universal: El Tratado de al-Zuhrī*, Sabadell, Editorial AUSA, 1991, p. 24) e de Al-Zayyāt (cf. Francisco Castelló, *El «Dīkr al-Aqālīm» de Ishāq Ibn al-Ḥasan al-Zayyāt (Tratado de Geografía Universal)*. *Estudios sobre un Tratado de Geografía Árabe*, Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto «Millás Valicrosa» de Historia de la Ciencia Árabe de la

Aqṣā, o «extremo do ocidente» da Península Ibérica, o lugar onde o Sol se põe, o qual, por sua vez, se encontrava dentro de uma outra periferia, que era o Ġarb al-Ândalus (*grosso modo*, toda a região de aquém-Odiana¹⁴). Mais, era duplamente periférica, se atendermos não só à sua estrita localização geográfica, mas também à sua condição de parte integrante da Marca Inferior (*tagr al-adnā*'), um território de fronteira militarizada com especificidades próprias ditadas pela sua maior proximidade ao mundo cristão do Norte¹⁵. Mas também periférica para um observador externo – seja para um muçulmano em Dimašq, Bagdād ou Qairawān, seja para um cristão de além-Pirenéus (um franco em Paris, um anglo-saxão em Canterbury, ou um germano em Aachen), seja ainda para um cristão da Ġiliqia (o nome dado pelos muçulmanos do al-Ândalus aos reinos cristãos do Norte da Península, corruptela da *Gallæcia* latina) – é, com efeito, a última terra conhecida antes do «Mar Tenebroso»¹⁶. Nada mais existe para Ocidente dessa *madīna*, e a sua localização periférica face ao centro do mundo (neste caso, o mundo emiral e califal de Córdoba) relega-a para uma posição que, sendo embora de relativa importância no contexto do Ġarb, é também de relativa perifericidade no contexto andaluz.

Ao longo do período em análise, o Baixo Vale do Tejo encontra-se polarizado em torno de dois grandes centros urbanos – Lisboa e Santarém¹⁷. O Tejo constituiu-se, des-

Universidad de Barcelona/Departamento de Filología Semítica de la Universidad de Barcelona, 1989, p. 240), que referem sumariamente Lisboa apenas como o extremo ocidental do al-Ândalus.

¹⁴ Cf. Cláudio Torres, «O Ġarb-al-Andaluz», *História de Portugal*. Dir. de José Mattoso, vol. I – *Antes de Portugal*. Coord. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, pp. 336-337.

¹⁵ Sobre a divisão territorial em *kuwār* e *tugūr*, vejam-se as obras de Joaquín Vallvé [Bermejo], *La División Territorial de la España Musulmana*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto de Filología/Departamento de Estudios Árabes, 1986, Eduardo Manzano Moreno, *La Frontera de Al-Andalus en Epoca de los Omeyas*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1991, Ralph W. Brauer, *Boundaries and Frontiers in Medieval Muslim Geography*, Philadelphia, The American Philosophical Society, 1995, e ainda a colectânea organizada por Carlos de Ayala Martínez, Pascal Buresi e Philippe Josserand, *Identidad y Representación de la Frontera en la España Medieval (Siglos XI-XIV). Seminario celebrado en la Casa de Velázquez y la Universidad Autónoma de Madrid (14-15 de diciembre de 1998)*, Madrid, Casa de Velázquez/Universidad Autónoma de Madrid, 2001.

¹⁶ Sobre esta questão, permitimo-nos remeter para a síntese que elaborámos no nosso estudo «Do Ġarb al-Ândalus ao “segundo reino” da “Coroa de Portugal”: território, política e identidade», *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, nova série, n.º 16/17, Lisboa, 2007, pp. 73-75.

¹⁷ Ainda que o nosso estudo verse sobre o primeiro destes centros, parece-nos imprescindível proceder à comparação de Santarém com Lisboa, cidades que poderíamos considerar como os dois elementos de um

de sempre, como o elemento estruturante da região, e foi em seu torno que se constituíram os principais pólos urbanos – o sistema de cidades gémeas (diríamos até, dúplices) de Lisboa e Santarém, que marcavam a barreira mais meridional do Baixo Tejo. Iremos assistir, contudo, durante o período em análise, ao crescimento paulatino de Lisboa em detrimento de Santarém. Com efeito, ainda que a antiga *Scallabis* tivesse sido capital de um *conuentus* romano, foi em *Olisipo* que, com o advento do cristianismo na Península, veio a instalar-se a sede da diocese que controlaria o espaço do Baixo Tejo¹⁸. Pelo seu pendore de fortaleza estratégica, num período de evidente militarização, Santarém pode parecer ter tido uma maior importância relativa no quadro regional, constituindo o «ferrolho» sem o qual era possível, por qualquer das partes em confronto, o domínio do espaço de Lisboa e Sintra, para Sul¹⁹.

sistema de cidades «gémeas», e que disputam entre si a preponderância do espaço regional, afirmando-se a primeira pelas suas características militares, a segunda pelos seus aspectos económicos.

¹⁸ Cf. Ana Maria Jorge, *L'Épiscopat de Lusitanie pendant l'Antiquité Tardive (III-VII Siècles)*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 1999.

¹⁹ Essa situação de «ferrolho» que controla toda a Estremadura Cistagana, pela sua posição dominante, alcandorada na alcáçova donde vislumbra o Tejo e a terra de Além (como no-lo recorda al-Rāzī, na versão portuguesa da *Crónica Geral de Espanha*: «o castello de Santarem jaz em hũu monte muy grade e muy alto e muy forte e nõ ha lugar per honde o possam combater se nõ a muy grade perigo»; cf. Luís Filipe Lindley Cintra (ed.), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009, p. 66), é evidente nas campanhas que envolveram a cidade ao longo do século XII – basta recordar que tentativas prévias de D. Afonso Henriques de tomar Lisboa fracassaram, por não se encontrar ainda conquistada Santarém (cf., v. g., os «Annales Portugalenses Veteres», in Monika Blöcker-Walter, *Alfons I. von Portugal. Studien zu Geschichte und Sage des Begründers der portugiesischen Unabhängigkeit*, Zürich, Fretz und Wasmuth Verlag AG, 1966, p. 153); e, em 1184, quando Abū Yā'qub Yūsūf lançou a sua investida contra o reino de Portugal, foi precisamente Santarém que atacou (e não Lisboa) – e foi em Santarém que saiu derrotado e conheceu a morte às mãos de um arqueiro cristão (cf. Ibn 'Idārī al-Marrākuṣī, *Al-Bayān al-Mugrib fī ijtisār ajbār Muluk al-Andalus wa al-Mağrib (La Exposición Sorprendente en el Resumen de las Noticias de los Reyes del Andalus y del Magrib)*, tomo I – *Los Almohades*. Traducción española de Ambrosio Huici Miranda, Tetuán, Editora Marroquí, 1953, pp. 70-73). Por outro lado, é de notar que, tendo Lisboa, Sintra e Santarém sido cedidas a Afonso VI de Leão por al-Mutawakkil de Badajoz, numa tentativa desesperada de obter o apoio cristão contra os Almorávidas que invadiam a Península, a primeira das cidades acabou por ser perdida para o Islão em 1097, enquanto Santarém apenas o foi em 1111 – de facto, nem o conde D. Henrique, nem Yūsuf ibn Tāšfīn e, depois, 'Alī ibn Yūsuf foram capazes, durante vários anos, de ocupar a cidade «gémea» deste macro-sistema, pelo que a fronteira no Baixo Vale do Tejo se posicionou, neste período, numa linha imprecisa traçada algures entre os limites dos distritos de Santarém e de Lisboa.

António Borges Coelho, na introdução ao *Portugal na Espanha Árabe*, colocava as duas cidades do Baixo Tejo em condições de igualdade, ao escrever que, «se Córdova, Toledo, Badajoz e Sevilha eram no século XI e XII torres maiores, outras torres defendiam o circuito interno de homens, de exércitos e de mercadorias nos roteiros [...] – as torres [...] de Lisboa, de Santarém, de Évora, de Beja, [...], de Alcácer, de Palmela [...], de Mértola, de Silves, de Faro, de Tavira [...]»²⁰.

Parece-nos, porém, evidente que haveria uma hierarquia funcional (ainda que não necessariamente uma subordinação, pelo menos sob o ponto de vista administrativo) de uma urbe face à outra²¹. Já Cláudio Torres considera que Lisboa se destacava claramente das demais cidades de tamanho intermédio existentes no Garb (como Santarém, Alcácer do Sal, Évora, Beja, Aroche, Mértola, Silves e Faro, todas «com uma área intramuros de 6 a 7 ha»²²), afirmando que «a própria Santarém [...] se torna em simples abastecedor dos mercados lisboetas»²³, residindo a chave do êxito de Lisboa «no seu controle sob o estuário do Tejo»²⁴.

A leitura que Torres faz parece assim desprezar as fontes escritas em detrimento das arqueológicas. Contudo, Christophe Picard voltou a reforçar o papel estratégico da posição de Santarém, que constituía a chave para o domínio do Sul²⁵, enquanto Mário Viana recentrou a questão na sua tese sobre Santarém, afirmando que, «durante o domínio árabe [...], Santarém prosperou como cidade periférica, de fronteira ou “centro médio” de grande valor militar. Dependendo da conjuntura, a sua posição oscilava entre a complementaridade e a subsidiariedade em relação a Lisboa. [...] Na perspectiva de Lisboa, só as conquistas de Alcácer (1217), de Sevilha (1248) e o desaparecimento da

²⁰ Cf. António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, 1.ª ed., vol. III, Lisboa, Seara Nova, 1973, p. 23.

²¹ Retomaremos esta questão mais adiante, ao referirmo-nos às confrontações geográficas de Lisboa.

²² Cf. Cláudio Torres, «O Garb-al-Andaluz», *História de Portugal*. Dir. de José Mattoso, vol. I – *Antes de Portugal*. Coord. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, pp. 396-397.

²³ Id., *ibid.*, pp. 396-397.

²⁴ Id., *ibid.*, pp. 396-397.

²⁵ Cf. Christophe Picard, *L'Océan Atlantique Musulman. De la Conquête Arabe à l'Époque Almohade. Navigation et Mise en Valeur des Côtes d'Al-Andalous et du Maghreb Occidental (Portugal-Espagne-Maroc)*, Paris, Maisonneuve et Larose, 1997, p. 329.

fronteira portuguesa com o Islão peninsular (1249) lhe trouxeram a segurança indispensável [...]. Só então o grande porto levou a melhor à estratégica fortaleza, criando em torno de si uma enorme área de influência»²⁶. Como bem sintetizou Maria João Branco, se Lisboa parece não se afigurar para os muçulmanos como um local-chave na estratégia do domínio militar, já para os cristãos, «a conquista de Lisboa tinha um valor estratégico que ficava muito para lá dos aspectos meramente militares [...]. Lisboa significava a consolidação das conquistas dos anos anteriores, e a translação definitiva do esforço de conquista do eixo do vale do Mondego para o do vale do Tejo»²⁷.

O Baixo Vale do Tejo sofreu, pois, a influência polarizadora de Lisboa, definindo-se em seu torno e em função dessa cidade. Do ponto de vista geográfico, Lisboa constitui o principal espaço urbano de uma península que se projecta pelo mar dentro, conjugando dois aspectos de não pouca importância. Situada na foz do Tejo, no local onde as águas do Atlântico rebentam, a sua posição permite-lhe dominar a vasta região estuarina que antecede a foz²⁸; por outro lado, esse estuário, verdadeiro porto de abrigo, confere-lhe uma acrescida posição estratégica.

Lisboa encerra em si, de certa forma, aquilo que Borges de Macedo sintetizou a propósito da situação global de Portugal no quadro da Hispânia – uma posição privilegiada nas rotas que se estabeleciam entre o Norte e o Sul da Europa, entre o mundo

²⁶ Cf. Mário Viana, *Espaço e Povoamento numa Vila Portuguesa (Santarém 1147-1350)*. Prefácio de Iria Gonçalves, Lisboa/Casal de Cambra, Centro de História da Universidade de Lisboa/Caleidoscópio, 2007, p. 21.

²⁷ Cf. Maria João Violante Branco, «A conquista de Lisboa revisitada: estratégias de ocupação do espaço político, físico e simbólico», *2.º Congresso Histórico de Guimarães. Actas do Congresso*, vol. 2 – *A política portuguesa e as suas relações exteriores*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães/Universidade do Minho, 1996, pp. 124-125.

²⁸ Não obstante, e embora Lisboa surja sistematicamente mencionada pelos geógrafos árabes como estando situada junto ao mar, são escassas as referências à sua função portuária (cf. Christine Mazzoli-Guintard, *Ciudades de al-Andalus. España y Portugal en la Época Musulmana (S. VIII-XV)*. Prólogo de Jerónimo Paéz López; trad. de Purificación de la Torre, Granada, Ediciones Almed – Editorial Al-Andalus y el Mediterráneo, 2000, p. 265), se exceptuarmos a história dos «Aventureiros» que partiram rumo ao Atlântico, e que nos é relatada por al-Idrīsī (*Geografía de España*, ed. de Antonio Ubieto Arteta, Valência, Ediciones Anúbar, 1974, p. 117).

atlântico e o mundo mediterrâneo²⁹, tornando-se uma zona de charneira, de transição. Os outros espaços urbanos que encontramos nesta região são de cariz secundário (Sintra) ou sobretudo terciário, nunca se tendo conseguido afirmar como pólos autónomos face à macrocefalia de Lisboa que, muito antes de se constituir como capital do Reino, era já, pelas suas dimensões, uma cidade com características intrinsecamente metropolitanas.

A Ocidente de Lisboa, a Serra de Sintra constitui o acidente geográfico mais relevante deste espaço (ainda que não ultrapassando os 500 metros de altitude), o qual se pauta também pelas elevações menores da Serra de Monsanto e, para Norte, da de Montachique. Por seu turno, a Nordeste, o terreno é relativamente plano, marcado pelo esteiro formado pela confluência daquilo que hoje conhecemos como ribeiras de Bucelas, Loures, Odivelas, Póvoa e Sacavém, e que resultava numa linha de costa significativamente diferenciada da actual³⁰. É este o território que procuraremos conhecer melhor, e de que forma se estruturava sob o ponto de vista administrativo.

2. UM PONTO DE PARTIDA: AS FONTES GEOGRÁFICAS MUÇULMANAS

Como se organizava o espaço da periferia de Lisboa no tempo da ocupação muçulmana? Tal a pergunta que colocámos às fontes árabes que fomos consultando, avultando entre elas as de cariz geográfico e cronístico. Numas procurámos entender como se estruturava o espaço, noutras o que de relevante aí se passou.

Os geógrafos que compulsámos são unânimes em afirmar as virtudes da cidade de Lisboa. Contudo, excepção feita a al-Idrīsī, de origem septense³¹, a maior parte dos geó-

²⁹ Cf. Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força*, vol. I, 2.^a ed. rev. e ilustr., Lisboa, Tribuna da História, 2006, p. 54.

³⁰ Sobre o contorno da costa portuguesa em tempos antigos, veja-se Suzanne Daveau, «Espaço e Tempo. Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos», *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, n.º 2, Lisboa, 1980, pp. 13-37, e ainda António Augusto Tavares, Maria José Pimenta Ferro Tavares e João Luís Cardoso (eds.), *Evolução Geohistórica do Litoral Português e Fenómenos Correlativos. Geologia, História, Arqueologia e Climatologia. Actas do Colóquio. Lisboa, 3 e 4 de Junho de 2004*, Lisboa, Universidade Aberta, 2004.

³¹ Al-Idrīsī afirma claramente ter sido testemunha da exploração aurífera na região de Almada, facto donde, aliás, lhe parece ter advindo o nome (do ár. *al-ma'dīn*, المعدن, significando «a mina»). Cf. Al-Idrīsī, *op. cit.*, pp. 172-173.

grafos árabes nasceu e/ou viveu no coração do mundo islâmico, no Próximo Oriente – oriundos da Pérsia, da Bagdade abássida, da antiga Damasco omíada ou ainda do Cairo fatímida. Ainda que muitos tenham viajado pelo mundo muçulmano que depois descreveram com maior ou menor acuidade, muito poucos se terão deslocado à Península Ibérica, pelo que as suas obras enfermam de um vício de raiz – as suas geografias mais não são do que uma recollecção de textos e tradições anteriores, por vezes inexactos, apondo (e, por vezes, exponenciando) erros do passado. Desta forma, não puderam confirmar nem infirmar os dados que mencionam nas suas obras, pelo que, em muitos casos, as informações recolhidas relativamente ao al-Ândalus são bastante parcas³².

2.1. A POSIÇÃO DE LISBOA DENTRO DO ĠARB AL-ÂNDALUS

Foram vários os autores de língua árabe que se referiram a Lisboa (*al-Ušbūna*, الشبونة) dentro do Ġarb, ao longo dos séculos, e mesmo para lá da «Reconquista». A maior parte dos relatos parece recopiar certos *tópoi*, referindo-se quase todos às suas fronteiras.

Contudo, estas variam, como teremos oportunidade de verificar – assim, se em alguns casos, há menções à fronteira de Lisboa com Santarém e com Beja, noutros aparece apenas uma referência à urbe ribatejana, e noutros ainda só ao burgo alentejano, o que parece denotar, por um lado, uma flutuação na importância dessas duas *mudun* no contexto do Ġarb al-Ândalus e, por outro, uma subalternização de Lisboa face a qualquer uma destas duas urbes, durante o domínio muçulmano. Com efeito, somente escritores tardios, como al-Qalqašandī³³, ou o anónimo autor do *Dīkr Bilad al-Andalus*³⁴, a

³² Sobre a geografia e os geógrafos muçulmanos, veja-se ainda a obra de André Miquel, *La Géographie Humaine du Monde Musulman jusqu'au milieu du XIe Siècle*, vol. I – *Géographie et Géographie Humaine dans la Littérature Arabe (des Origines à 1050)*, Paris/La Haye, Mouton & Ce./Faculté des Lettres et Sciences Humaines de la Université de Paris, 1967; vol. II – *Géographie arabe et représentation du monde: la terre et l'étranger*, 2 vols., Paris, Mouton & Ce./Éditions de l'École Pratique des Hautes Études, 1975; vol. III – *Le Milieu Naturel*, Paris, Mouton & Ce./Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1980; vol. IV – *Les Travaux et les Jours*, Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1988.

³³ Cf. Al-Qalqašandī, *Ṣubḥ al-A'ṣā fī Kitābāt al-Inšā*, trad. de Luis Seco de Lucena y índices por María Milagros Carcel Ortí, Valencia, Anúbar Ediciones, 1975, pp. 30-31.

ção como sede de um Reino no al-Ândalus, não sujeito a qualquer outro poder nas imediações; já Abū l-Fidā' a coloca como dependente do Reino de Badajoz, no tempo dos Banū l-Aftas³⁵, embora refira também ser independente ao tempo da redacção do seu tratado³⁶. Quanto a Ibn Sa'īd, considera os reinos (*mulūk*) simples divisões territoriais do Ândalus, e coloca na dependência do Reino (*mamlaka*) de Lisboa as cidades de Santarém e Sintra³⁷.

Al-Rāzī (o famoso Mouro Rasis), escrevendo no século X, dá o alfoz de Lisboa a lindar com o de Santarém³⁸; há, assim, uma vasta área compreendida entre as duas urbes – as quais, segundo o próprio Al-Rāzī, distam entre si 42 milhas –, sobre a qual nada sabemos nem podemos inferir com base na sua crónica. Por outro lado, al-Rāzī localiza também a cidade a ocidente de Beja, colocando a fronteira entre ambas no que chama «montes dos filhos de Benamocer», os quais, na versão portuguesa da Crónica, são identificados com a Arrábida, dando assim a entender que, para Sul do Tejo, o espaço

³⁴ Cf. Luis Molina, (ed.), *Una Descripción Anónima de Al-Andalus [Dīkr Bilad al-Andalus]*, tomo II – *Traducción y estudio*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto Miguel Asín, 1983, pp. 56-57.

³⁵ Cf. Abū l-Fidā', *Géographie d'Aboulféda*. Traduite de l'arabe en français et accompagné de notes et d'éclaircissements par M. Reinaud, Tome II, Première Partie, Paris, À l'Imprimerie Nationale, 1848, p. 244.

³⁶ Parece-nos curioso verificar que as mais importantes cidades referidas neste contexto, por oposição a Lisboa, são Santarém (a antiga capital do *conuentus scallabitanus*), Beja (capital do *conuentus pacensis*) e, embora apenas num único caso, Badajoz (herdeira da Mérida romana, também ela capital de *conuentus* e, ademais, capital provincial da Lusitânia). É assim possível inferir que, durante a ocupação muçulmana da Península Ibérica, se terá mantido viva, pelo menos do ponto de vista da memória do espaço, a antiga divisão territorial em *ciuitates* e *conuenti*, o que explicaria o porquê de os principais centros administrativos do Ġarb serem, com base nesta análise, as antigas capitais conventuais romanas – como recorda al-Bakrī, manteve-se a divisão territorial do tempo de Constantino (*Qusṭanṭīn*) como base da divisão administrativa muçulmana (cf. Abū 'Ubayd Al-Bakrī, *op. cit.*, pp. 15-16).

³⁷ Cf. Christine Mazzoli-Guintard, *Ciudades de al-Andalus...*, p. 360, e António Rei, «O Ġharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII/XIII: Yâqūt al-Hamâwī e Ibn Sa'īd al-Maghribī», *Medievalista on-line*, ano 1, n.º 1, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005 (<http://www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA1/medievalista-andalus.htm>).

³⁸ Cf. Luís Filipe Lindley Cintra (ed.), *op. cit.*, pp. 66-67; Évariste Levi-Provençal, «La "Description de l'Espagne" d'Aḥmad al-Rāzī. Essai de reconstitution de l'original arabe et traduction française», *Al-Andalus*, vol. XVIII, Madrid-Granada, 1953, pp. 90-91.

de Lisboa se estendia pela Península de Setúbal, mas excluindo a área a sul da Serra³⁹. De facto, a colocação, entre as terras do seu senhorio, das povoações de Sintra, a Ocidente, e de Almada, a Sul do Tejo, corrobora bem esse domínio territorial.

Ibn Ḥawkal, escritor árabe do século X (que afirma na sua obra ter-se deslocado ao al-Ândalus em 337 AH/948 AD⁴⁰), menciona sumariamente Lisboa num itinerário assinalando as distâncias entre as principais cidades, colocando-a a uma jornada de distância de Almada, e a duas de Sintra e de Santarém⁴¹; parece aliás dar mais destaque a Sintra do que a Lisboa, citando-a como *terminus* do mundo conhecido⁴², ao invés de Lisboa, como farão outros autores.

Al-Bakrī, no século XI, não faz qualquer referência a Santarém, dizendo apenas que Lisboa se situava a Ocidente de Beja⁴³. Já al-Idrīsī, escrevendo a sua obra geográfica nos meados do século XII, integra Lisboa no *iqḷīm* («clima») da *Balāta*⁴⁴, que compreendia a faixa marítima da Estremadura portuguesa, abarcando os alfozes de Santarém, Lisboa e Sintra⁴⁵ e afirmando, sobre as duas últimas, que eram banhadas pelo «Oceano Tenebroso»⁴⁶, o que realça bem o seu carácter ultra-periférico. Mais adiante,

³⁹ «[...] E ãno partimento de Beja e de Lixboa há hũus montes a que dizẽ os montes dos filhos de Benamocer e chamanlhe os moradores Arrabida.» (cf. Luís Filipe Lindley Cintra (ed.), *op. cit.*, p. 67). Embora o topónimo Benamocer não tenha subsistido até aos nossos dias, parece-nos bastante significativo, já que a raiz *ben-* (correlata de *banū*) parece apontar para uma eventual fixação clânica árabe ou, mais provavelmente, berbere (se atendermos às características físicas do terreno) na região da Arrábida. No seu *Muqtabis V*, Ibn Ḥayyān conta-nos, ao narrar as escolhas do califa ‘Abd al-Raḥmān III para governadores das principais cidades nos anos de 322 AH (933-934 AD) e 325 AH (936-937 AD), que Lisboa estendia o seu governo à cidade, seu alfoz e ao «monte dos Banū Maṭrī» (cf. Ibn Ḥayyān, *Crónica del Califa ‘Abdarraḥmān III an-Nāṣir entre los años 912 y 942 (al-Muqtabis V)*. Traducción, notas y índices de María Jesús Viguera [Molins] y Federico Coriente, Zaragoza, Anúbar Ediciones/Instituto Hispano-Árabe de Cultura, 1981, pp. 267 e 312). Seria este «monte dos Banū Maṭrī» a serra da Arrábida? E, a verificar-se essa hipótese, estaria este étimo na origem do termo Benamocer?

⁴⁰ Cf. Ibn Ḥawkal, *op. cit.*, p. 60.

⁴¹ Id., *ibid.*, p. 68.

⁴² Id., *ibid.*, p. 61-62.

⁴³ Cf. Abū ‘Ubayd Al-Bakrī, *op. cit.*, p. 24.

⁴⁴ Cf. Al-Idrīsī, *op. cit.*, p. 117.

⁴⁵ Id., *ibid.*, p. 117.

⁴⁶ Id., *ibid.*, p. 138.

diz acerca da cidade que se encontra na margem setentrional do rio Tejo, a duas jornadas de Alcácer, sendo uma cidade formosa, protegida por muralhas e com uma grande alcáçova, erguendo-se defronte do forte (*ḥiṣn*) de Almada, do outro lado do rio⁴⁷. Ibn Ġālib, também do século XII, refere-se a Lisboa dizendo que confina com o termo de Santarém⁴⁸. Yāqūt, já no século XIII, no seu dicionário geográfico, alude-lhe em duas entradas diferenciadas (*Ušbūna* e *Lušbūna*, julgando por certo serem cidades distintas, certamente por ter recolhido as duas grafias em autores diversos), e volta a colocá-la como confinante com Santarém, situada na embocadura do seu rio; e situa nas suas imediações Almada e Sintra⁴⁹.

Al-Qazwīnī (que também fala de Lisboa em duas entradas distintas)⁵⁰ e al-Ḥimyarī⁵¹, ambos no século XIII, dão-na de novo a fazer fronteira com Beja, sem se referirem, no entanto, a Santarém. Idêntica informação consta em al-Qalqašandī⁵², que a coloca a Oeste de Beja, e fala de Santarém como sua dependência. ‘Abd al-Wāḥid al-Marrākušī, também no século XIII, fala de Lisboa (num discurso meramente descritivo, sem qualquer hierarquização), aludindo às cidades e rios do Ândalus; ao falar do Ġarb, menciona Lisboa, Santarém, Beja, Sintra, Santiago, Évora e muitas outras, cujos nomes não recorda, mencionando ainda que foram tomadas por um homem conhecido como Ibn al-Rīq (o filho de Henrique, isto é, D. Afonso Henriques)⁵³; mais adiante, falando do rio Tejo, diz que Lisboa se encontra situada junto do mesmo, perto da foz, e dista de Santarém três jornadas⁵⁴. Em obra muito posterior (do marroquino al-Maqqarī, do sécu-

⁴⁷ Id., *ibid.*, p. 172-173.

⁴⁸ Cf. Joaquín Vallvé Bermejo, «Una Descripción Anónima de España de Ibn Ġālib», *Anuario de Filología*, Barcelona, 1975, p. 380.

⁴⁹ Cf. Gamāl ‘Abd al-Karīm, «La España Musulmana en la Obra de Yāqūt (siglos XII-XIII)», *Cuadernos de Historia del Islam*, n.º 6, Granada, 1974, pp. 69-70.

⁵⁰ Cf. Fátima Roldán Castro, *El Occidente de Al-Andalus en el Atar al-bilad de al-Qazwīnī*, Sevilla, Ediciones Alfar, 1990, pp. 91-93.

⁵¹ Cf. Évariste Levi-Provençal, *La Péninsule Ibérique au Moyen-Âge d’après le Kitab ar-Rawd al-Mi’tar fi Habar al-Aktar d’Ibn ‘Abd al-Mun ‘im al-Ḥimyarī*, Leiden, Brill, 1938, pp. 22-24 (n.º 13, «Ušbūna»).

⁵² Cf. Al-Qalqašandī, *op. cit.*, pp. 30-31.

⁵³ Cf. ‘Abd al-Wāḥid al-Marrākušī, *op. cit.*, p. 302.

⁵⁴ Id., *ibid.*, p. 306.

lo XVII), Lisboa surge mencionada como um dos distritos do Ġarb, na embocadura do Tejo, fazendo fronteira com Santarém, mas esta última não aparece mencionada como distrito autónomo, pelo que se infere que dependeria de Lisboa⁵⁵.

Constata-se, assim, como já salientou Hermenegildo Fernandes⁵⁶, uma alternância na indefinição da hierarquia institucional entre os principais pólos urbanos do Baixo Tejo ou, em alternativa, o reconhecimento de uma dependência de Santarém e Sintra face a Lisboa (casos de Ibn Sa‘īd, Abū l-Fidā’, al-Qalqašandī e al-Maqqarī).

2.2. OS ARREDORES DE LISBOA NAS FONTES ÁRABES

Várias fontes se referem, como vimos, a Lisboa; um número significativo fala também de Almada e Sintra, as povoações que lhe estão mais próximas; mas são raríssimas as indicações a outros povoados gravitando na sua periferia. De facto, são poucos os espaços periféricos mencionados, havendo apenas referências a Šintara (Sintra), Šaqabān (Sacavém), Al-Qabdāq (Alcabideche), Munt Šiyūn e Mawšil (ambos desconhecidos).

a) Šintara

Sintra (em ár., Šintara, شنترة) é nomeada por al-Rāzī como uma das vilas do senhorio de Lisboa, denotando assim uma clara e inequívoca dependência face a esta cidade⁵⁷. Os restantes autores que a nomeiam (Ibn Ġālib⁵⁸, al-Ĥimyarī⁵⁹, al-Qalqašandī⁶⁰ e

⁵⁵ Cf. Aḥmad Ibn Muḥammad al-Maqqarī, *The History of the Mohammedan Dynasties in Spain, extracted from the Nafhu-t-Tīb min Ghosni-l-Andalusi-r-Rattīb wa Táríkh Lisánu-d-Dín ibni-l-Khattīb*. Translated by Pascual de Gayangos; introduction by Michael Brett, vol. I, Facsimile of London, The Oriental Translation Fund of Great Britain and Ireland, 1840; London/New York, Routledge/Curzon, 2002, p. 61.

⁵⁶ Cf. Hermenegildo Fernandes, «Em torno de Santarin: posição e funções», *De Scallabis a Santarém [Catálogo da Exposição, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 2002]*, coord. de Ana Margarida Arruda, Catarina Viegas e Maria José de Almeida, Lisboa, Ministério da Cultura/Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia, 2002, p. 53.

⁵⁷ Cf. Luís Filipe Lindley Cintra (ed.), *op. cit.*, pp. 66-67.

⁵⁸ Cf. Joaquín Vallvé Bermejo, *op. cit.*, p. 380.

Yāqūt⁶¹) chamam-lhe antes cidade, colocando-a também no alfoz de al-Ušbūna. Sendo al-Rāzī apenas conhecido através da sua versão portuguesa, inserta na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, é de notar que aí Sintra seja qualificada como vila, já que, na Idade Média peninsular, e seguindo a definição de dois dos maiores juristas italianos do *trecento*, Bártolo de Sassoferrato e Baldo de Ubaldis, o estatuto de cidade era apenas atribuído aos centros urbanos onde tinha assento uma sede episcopal⁶². Tal não se verifica, evidentemente, no mundo muçulmano, onde a definição de cidade não parece revestir um carácter fixo, sendo o título atribuído tanto a uma povoação como Lisboa, como a um povoado aparentemente menor e que lhe é subalterno, como Sintra. Contudo, entre os povoados identificados na periferia de Lisboa, constitui o único a que os autores árabes sistematicamente chamam de cidade (*madīna*)⁶³. Porém, é difícil perceber qual o grau de subordinação de Sintra face a Lisboa; apenas Abū l-Fidā'⁶⁴ a qualifica não como *madīna*, mas sim como *a 'mal*, provavelmente uma divisão de carácter fiscal⁶⁵. Parece-nos, porém, sugestivo que as duas mais antigas circunscrições territoriais do pós-

⁵⁹ Cf. Évariste Levi-Provençal, *La Péninsule Ibérique au Moyen-Âge d'après le Kitab ar-Rawd al-Mi'tar...*, p. 138 (n.º 102, «Šintara»). Curiosa a referência que faz al-Ḥimyarī à existência de dois castelos de grande solidez na cidade (talvez os antecedentes daquilo que ainda hoje conhecemos como «Castelo dos Mouros» e «Castelo da Vila»?). A sua importância ficava a dever-se, mais do que à defesa terrestre de Lisboa, à defesa marítima – note-se que, em várias narrativas antigas (cf. Duarte Galvão, *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*. Apresentação de José Mattoso, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995), é de Sintra que D. Afonso Henriques contempla a chegada dos cruzados, e não do Porto.

⁶⁰ Cf. Al-Qalqašandī, *op. cit.*, p. 32.

⁶¹ Cf. Gamāl 'Abd al-Karīm, «La España Musulmana en la Obra de Yāqūt (siglos XII-XIII)»..., p. 209.

⁶² «Cidade he aquella que he cerquada de muro e que antiguamente teve nome de cidade, e esta diffinição lhe derão Bartolo e Baldo, acrescentando-lhe mais que para se chamar cidade há-de ter bispo» (cf. Joaquim Veríssimo Serrão, «A concessão do foro de cidade em Portugal dos séculos XII a XIX», *Portugaliae Historica*, vol. I, Lisboa, 1973).

⁶³ Embora de origens antigas, o conceito de *mudun* aplicado ao espaço urbano de Sintra não poderá radicar, como em Lisboa, em uma antiga sede de *ciuitas* romana, visto que a *ciuitas* de Olisipo controlava todo o espaço do Baixo Tejo.

⁶⁴ Cf. Abū l-Fidā', *op. cit.*, p. 244.

⁶⁵ O termo árabe *a 'mal* surge geralmente traduzido como dependência, porventura de sentido fiscal (cf. José Alemany Bolufer, «La geografía de la Península Ibérica en los escritores árabes», *Revista del Centro de Estudios Históricos de Granada y su Reino*, Granada, 1921, *apud* Gamāl 'Abd al-Karīm, *Terminologia Geografico-Administrativa e Historia Politico-Institucional de Al-Andalus en el «Mu'ŷam al-Buldan» de Yāqūt*, 2.ª edición, Sevilla, Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1972, p. 34).

reconquista recubram o espaço de influência dessas duas *mudun* – os municípios de Sintra e Lisboa, com os seus amplos termos, como teremos ocasião de demonstrar.

b) Šaqabān

Sacavém, ou no seu étimo ár. *Šaqabān* (شقبان) – forma que se conservou praticamente incorrupta na passagem ao romance – é apenas referenciada directamente por um autor, Yāqūt⁶⁶, o qual afirma tratar-se de uma das alcarias (*qura*, pl. de *qarya*) do termo de Lisboa, a Oriente da cidade⁶⁷. Além disso, relaciona com ela um certo Alī Ibn Isma‘īl al-Fiḥrī al-Qurašī al-Šaqabānī, dito al-Ṭayṭal al-Šaqabānī⁶⁸ (cuja *nisba* é bastante signi-

⁶⁶ A obra de Yāqūt, em edição árabe de Ferdinand Wüstenfeld (6 vols., Leipzig, 1866-73), só tardiamente parece ter sido conhecida entre nós. A primeira referência que encontramos a Šaqabān figura de um excerto da sua geografia, relativo a Lisboa e seus arredores, publicado por José Domingos Garcia Domingues, «Aspectos geográficos da Lisboa muçulmana», *Revista Municipal*, vol. XXVIII, n.º 112/113, Lisboa, 1967, pp. 7-13 (reeditado em *Portugal e o al-Andalus*. Colectânea organizada por Adalberto Alves, Lisboa, Hugin, 1997, pp. 117-130), e dez anos mais tarde, em José António Rodríguez Lozano, «Nuevos Toponimos Relativos a al-Andalus en el Mu‘jam al-Buldān de Yāqūt», *Cuadernos de Historia del Islam*, n.º 8, Granada, 1977, pp. 57-84 (posto que não figurava na monumental edição e tradução levada a cabo por Gamāl ‘Abd al-Karīm em «La España Musulmana en la Obra de Yāqūt (siglos XII-XIII)»..., pp. 13-315).

⁶⁷ Poderíamos traduzir, talvez grosseiramente, o termo *al-qarya* por «vila» (por oposição a *madīna*, «cidade», e à *al-day‘a*, «aldeia»), ou seja, uma pequena povoação integrada numa zona de transição campo-cidade, controlando um espaço peri-urbano, mas que não tem implícita a existência de fortificações (como nos diz Stéphane Boisselier, «sans fortifications importantes ni fonctions de commandement, constitue bien le cadre de base des activités essentielles de la vie paysanne [...]», in *Naissance d'une Identité Portugaise. La Vie Rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (X^e-XVI^e siècles)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, p. 72). A alcaria seria assim «um nível intermédio da tipologia do *habitat* no al-Ándalus, visível na divisão e dependência hierárquica entre *madīna*, *ḥiṣn* e *qal‘a* (estruturas fortificadas), *qarya* e *day‘a*. Assemelhando-se, nas funções, a uma espécie de vila, não estranhamos, por isso, o seu assentamento primordial nas antigas *uillæ* romanas» (cf. Rui Santos, «Notas sobre Sacavém islâmica», *Brotéria. Cristianismo e Cultura*, vol. 159, n.º 4, Outubro de 2004, p. 261).

⁶⁸ Sobre este personagem, veja-se Manuela Marín, «La práctica del ribāṭ en al-Andalus (ss. III-V/IX-XI)», *Fouilles de la Rábita de Guardamar I – El ribāṭ califal. Excavaciones y investigaciones (1984-1992)*, coord. de Rafael Azuar Ruiz, Madrid, Casa de Velázquez, 2004, pp. 193-194, e ainda Maribel Ferro, «Os ulemas de Lisboa», *Lisboa Medieval. Os Rostos da Cidade*. Coord. de Luís Krus, Luís Filipe Oliveira e João Luís Inglês Fontes, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp 33-59. Pouco mais se pode adiantar sobre este autor, excepto que teria vivido no século XI. É significativo que entre os seus nomes figure o de al-Qurašī, reclamando-se assim da família do Profeta Muḥammad. A sua poesia, ao que julgamos saber, não traduzida para português, figura em compilações de al-Ḥumaydī, al-Ḍabbī, al-‘Umarī, na *Daḥira* de Ibn Bassām al-Šantarīnī e em Ibn Sa‘īd al-Maḡribī (*El Libro de las Banderas de los Campeones de Ibn Sa‘īd*

ficativa, apontando-o ora como íncola, ora como oriundo do dito lugar – ou, se não o próprio, pelo menos a sua família), um místico sufi, que aí teria erigido, nas imediações da grande albufeira de Sacavém⁶⁹, um *ribāṭ* ou arrábida, lugar de oração, como sugere Manuela Marín, mas também de defesa costeira, como aponta Isabel Cristina Fernandes⁷⁰, e que funcionaria numa lógica de defesa profunda do espaço, sendo visível do *ḥiṣn* de Palmela.

Esta indicação parece-nos particularmente pertinente, pois embora hoje em dia não subsistam quaisquer vestígios aparentes de um *ribāṭ* na zona em causa (a qual, também devido à densidade do povoamento urbano, há muito teria desaparecido), subsiste na toponímia da região, a norte de Sacavém, a referência a uma azóia (no hagiotopónimo composto Santa Iria de Azóia). Assim, se pensarmos numa eventual correlação entre *ribāṭ* e *al-zāwiya* (designado este termo o lugar onde se encontra enterrado um morábito, ou homem santo muçulmano, o qual poderia, eventualmente – mas não necessariamente – estar na base de um *ribāṭ*) seria plausível a identificação da arrábida de al-Šaqabānī com a azóia que sobreviveu neste topónimo⁷¹.

al-Mağribī. Antologia de poemas arábigoandaluces, 2.^a ed., traducción, introducción, notas y índices de Emilio García Gómez, Barcelona/Caracas/México, Seix Barral, 1978, p. 167).

⁶⁹ É a esta albufeira que, muito provavelmente, Abū l-Fidā' se refere quando fala de um grande lago salgado situado a Norte de Lisboa (cf. Abū l-Fidā', *op. cit.*, p. 244).

⁷⁰ Cf. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, *O Castelo de Palmela. Do Islâmico ao Cristão*, Lisboa/Palmela, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2004, p. 65.

⁷¹ Cf. Rui Santos, «Notas sobre Sacavém islâmica»..., pp. 259-266. De facto, atendendo às dimensões do esteio do rio de Sacavém na Idade Média, bem como ao facto de, até 26 de Maio de 1388, a paróquia se ter estendido pela margem norte do mesmo rio (nessa data, devido a uma disputa em torno dos proventos da igreja de Sacavém entre o reitor da paróquia e a Universidade de Lisboa – recordemo-nos que Sacavém fora uma das igrejas que havia assinado a petição, em 1288, para que D. Dinis instalasse um Estudo Geral em Portugal, contribuindo com as suas rendas para a sustentação dos lentes – a Universidade e o prior concordaram na divisão das rendas, autonomizando, na margem norte do rio de Sacavém, a paróquia de São João da Talha, que passou a ser anexa da Universidade; cf. Artur Moreira de Sá (coord.), *Chartularium Universitatis Portugalsensis (1288-1537)*, vol. II (1377-1408), Lisboa, Instituto de Alta Cultura/Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1968, pp. 159-160, doc. 407), englobando os espaços das actuais freguesias da Bobadela e São João da Talha, não é impossível que o *ribāṭ* de al-Šaqabānī se situasse, não no território que hoje consideramos Sacavém, mas sim nas suas imediações mais setentrionais – caso de Santa Iria, imediatamente a Norte de São João da Talha.

c) Al-Qabdāq

Conhecemos al-Qabdāq através, sobretudo, da célebre referência à *elegia de Alcabideche* («Ó tu que habitas Alcabideche!»⁷²), onde é descrita como terra relativamente pouco apta ao cultivo agrícola⁷³, e que foi composta pelo poeta do século XI, ‘Abd al-Raḥmān Ibn Muqānā al-Qabdāqī al-Ušbūnī (tal como em al-Šaqabānī, atente-se nas suas *nisbas*, reveladoras das suas origens, ou antes da dos seus antepassados). Sobre esta povoação diz-nos Ibn Sa‘īd al-Mağribī que era uma comunidade (*dawla*) ou alcaria (*qarya*) de Lisboa⁷⁴; Ibn Bassām al-Šantarīnī, na sua *Dahira*, di-la antes alcaria de Sintra⁷⁵; esta flutuação hierárquica dependeria, certamente, da própria importância que os autores dessem a Šintara face a al-Ušbūna. O topónimo em si parece remeter para uma arabização do termo latino para fonte (*caput aquæ*), antecedido do artigo definido, designando assim um simples acidente geográfico cujo nome latino se viu arabizado durante a ocupação muçulmana da Península⁷⁶.

d) Munt Šiyūn

A *Munt Šiyūn* (منت شيون) apenas se referem dois geógrafos, Ibn Gālib⁷⁷ e Yāqūt⁷⁸ (que grafa o termo antes como *Munt Ašiyun*, منت أشين), e ambos a chamam de cidade,

⁷² Cf. António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa, Caminho, 2009.

⁷³ «Quando o ano é bom a terra de Alcabideche / não vai além das vinte cargas de cereais [...] / Alcabideche pouco tem do que é bom e útil. [...] / Eis-me em Alcabideche colhendo silvas com uma poda ágil e cortante» são alguns dos versos que testemunham o carácter estéril dessa terra.

⁷⁴ Cf. António Rei, «O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII/XIII: Yāqūt al-Hamāwī e Ibn Sa‘īd al-Mağribī». Parece-nos curiosa a referência alternada a este povoado, primeiro como comunidade, na descrição geral de Lisboa, e depois, em entrada própria, como alcaria. Enquanto o primeiro termo nos remete para uma organização pouco estruturada, o segundo parece indicar a existência de estruturas administrativa e até militares.

⁷⁵ Cf. David Lopes, «Os Árabes nas Obras de Alexandre Herculano», in *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*. Colectânea organizada por José Pedro Machado, Lisboa, Sociedade de Língua Portuguesa/Círculo David Lopes, 1968, p. 118.

⁷⁶ Dessa forma, seria correlato de outros topónimos com igual significado, como *Alcabideque* (lugar da freguesia de Condeixa-a-Velha) e, já na actual Espanha, *Alcaudique* (povoação do município de Berja, na província de Almería), ou ainda *Alcaudete* (nas províncias de Jaén e de Toledo); cf. Joaquim da Silveira, «Toponímia portuguesa (esboços)», *Revista Lusitana*, vol. XXIV, Lisboa, 1922, pp. 189-192.

⁷⁷ Cf. Joaquín Vallvé Bermejo, *op. cit.*, p. 380.

dependente de Lisboa (tal como no caso de Sintra). Al-Rāzī – que, pela sua antiguidade face aos dois autores citados, poderá estar na origem desta referência – menciona, na sua descrição de Lisboa, entre as vilas que dela dependem, à de Ossum, o que poderia representar uma corruptela do segundo elemento deste topónimo (*Šiyūn*). Adel Sidarus e António Rei, em artigo versando «Lisboa e seu termo segundo os geógrafos árabes»⁷⁹, procuram identificar este topónimo com Monte Sião, na Amora (Seixal), ou mais provavelmente com Monsanto⁸⁰; contudo, parece-nos que dificilmente estas identificações serão viáveis, já que Monte Sião designa não um lugar, mas antes o orago da freguesia da Amora⁸¹, e *Šiyūn* está longe de corresponder ao étimo árabe utilizado nos topónimos compostos pelo termo romance «santo» (*šant*), e que ocorre frequentemente em outros lugares da Península⁸². Fica assim por esclarecer qual o povoado nos arredores de Lisboa que poderia ser suficientemente grande para que os os muçulmanos o classificassem de *madīna*.

e) Mawšil

David Lopes, citando a *Takmila* de Ibn al-Abbār, refere-se à alcaria de Mawšil (موصل), nos arredores de Lisboa⁸³. Contudo, como se verifica pela transcrição que fizemos, o nome não aparece vocalizado, pelo que a sua lição é conjectural e seriam, assim, possíveis outras hipóteses de leitura. O eminente arabista procurou interpretar este termo como referindo-se a Bucelas, embora não explique convenientemente como se pro-

⁷⁸ Cf. Gamāl ‘Abd al-Karīm, «La España Musulmana en la Obra de Yāqūt (siglos XII-XIII)»..., p. 290.

⁷⁹ Cf. (cf. Adel Sidarus e António Rei, «Lisboa e seu termo segundo os geógrafos árabes», *Arqueologia Medieval*, n.º 7 (*Actas do Colóquio «Lisboa, Encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos». 850.º Aniversário da Reconquista de Lisboa*), Porto/Mértola, 2001, pp. 54.

⁸⁰ Como esclarece o próprio Yāqūt, citando al-‘Abdarī, «*Munt* é o nome para monte (*ğabal*)...» (cf. Gamāl ‘Abd al-Karīm, «La España Musulmana en la Obra de Yāqūt (siglos XII-XIII)»..., p. 290).

⁸¹ Sendo a paróquia de Nossa Senhora do Monte Sião da Amora de fundação indubitavelmente moderna (século XVI).

⁸² O étimo *šant* (شنت), em tradução directa do romance, surge atestado, por exemplo, nos nomes árabes de Faro (*Šantamariyya al-Ġarb*, شنتمرية الغرب), Simancas (*Šant Mankaš*, شنت منكش), Santarém (*Šantarīn*, شنترين), derivado do nome da mártir Santa Iria) ou ainda Santiago de Compostela (*Šant Yāqūb*, شنت ياقوب).

⁸³ Cf. David Lopes, «Os Árabes nas Obras de Alexandre Herculano»..., p. 99.

cessaria a passagem do *mīn* inicial árabe para o *b* romance⁸⁴. Apesar de discordamos com a interpretação David Lopes, tal topónimo parece ter paralelo evidente com a cidade (hoje iraquiana) de Mosul – que mais não é, afinal, que a variante dialectal iraquiana de Mawṣil. Queria isso dizer que teriam para aí vindo populações oriundas daquela cidade do Próximo Oriente? Ou que, de alguma forma, aí se decidiu perpetuar a lembrança do nome de Mosul num pequeno lugarejo do Ocidente peninsular? São hipóteses que deixamos em aberto.

2.3. TOPÓNIMOS DE ORIGEM ÁRABE E POSSIBILIDADES DE POVOAMENTO ÁRABE E MOÇÁRABE NO ALFOZ DE LISBOA

Analisadas as fontes muçulmanas, e atendendo à relativa escassez de informação, importa também olhar para a toponímia de origem árabe que chegou até aos nossos dias. A análise toponímica, *stricto sensu*, acarreta alguns perigos, visto que a simples identificação de um topónimo como tendo origem árabe (ou uma origem híbrida arabo-romance), sob o ponto de vista linguístico, não significa por si só que aí tenha existido alguma forma de povoamento arabo-muçulmano.

Tal é o caso, por exemplo, de vários fitotopónimos, que em muitos casos passaram do árabe à língua portuguesa com pouca corrupção, e que portanto podem reflectir um povoamento em período bastante posterior ao da ocupação muçulmana da Hispânia (casos de Azambuja ou Zambujal, designativos de espaços onde existiriam oliveiras-bravas). Ao trabalhar-se neste âmbito, interessa também descobrir qual a mais antiga menção, na documentação cristã, a um dado topónimo, e tentar assim averiguar da sua

⁸⁴ Como adiante referiremos, o topónimo Bucelas, na forma arcaica *Abuzelas*, surge desde muito cedo na documentação cristã, o que poderia sustentar esta hipótese de uma antiga alcaria muçulmana convertida em paróquia cristã. Contudo, parece-nos que David Lopes pretendia provavelmente ver em *Abuzelas* o moderno topónimo precedido do artigo árabe *al-*, muito embora nos pareça difícil explicar a assimilação do *lām* no árabe, dado o *bā'* tratar-se de uma consoante lunar – ainda que não fosse impossível de isso suceder já em romance, pois nos falares ocidentais da península o *l* medial tende geralmente a ser elidido (cf. A. H. de Oliveira Marques, «O “Portugal” Islâmico»..., pp. 206-211). Com maior probabilidade, o termo *Abuzelas* poderia antes designar uma qualquer *kunya* árabe – *Abū* – e não careceria assim de qualquer assimilação consonântica; contudo, não nos foi possível identificar a origem do segundo elemento do topónimo.

continuidade face a um período imediatamente anterior. No entanto, tal nem sempre é possível, dadas as condições de produção e preservação da documentação.

Nos arredores de Lisboa, um vasto conjunto de topónimos parece atestar a ocupação arabo-berbere, sem que, no entanto, apareçam referenciados nas fontes muçulmanas. Tal parece ser o caso de vários étimos iniciados pelo artigo *al-* (Albarraque⁸⁵, Alcântara⁸⁶, Alcoitão⁸⁷, Alfornel(os)⁸⁸, Algés⁸⁹, Algueirão⁹⁰, Almargem⁹¹, Alvalade⁹²,

⁸⁵ Do ár. *al-barrāq*, significando «o brilhante» (cf. José Pedro Machado, *Sintra Muçulmana. Vista de olhos sobre a sua toponímia árabe*, Lisboa, Na Imprensa Mediniana, 1940, p. 8).

⁸⁶ Do ár. *al-qanṭara* (القنطرة) «a ponte» (cf. José Pedro Machado, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. I, 3.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2003, p. 78). Esta referência indicia apenas que aí existiu uma ponte, tendo passado a topónimo na língua portuguesa (como de resto sucedeu também no castelhano, cf. Valencia de Alcântara); não aponta, necessariamente, para a existência de algum tipo de povoamento nessa região.

⁸⁷ Do ár. *al-qaiṭūn*, «a tenda» (cf. José Pedro Machado, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa...*, vol. I, p. 82). Surge mencionado pela primeira vez no início do século XIV.

⁸⁸ Segundo José Pedro Machado (id., *ibid.*, vol. I, p. 94), parece tratar-se de um topónimo híbrido, composto pelo artigo definido *al-* e pela voz romance *forno*, com o diminutivo *-el*, típico dos falares moçárabes, significando assim «pequeno forno» (cf. Carlos Guardado da Silva, «A toponímia e o povoamento moçárabe, árabe e islâmico na região de Loures», *O Medieval e o Moderno em Loures. Viagens pelo Património. Exposição de Arqueologia. 15 de Junho a 21 de Novembro de 1999 [Catálogo da Exposição]*, Loures, Câmara Municipal de Loures/Museu Municipal de Loures, 1999, p. 14). Encontra-se atestado na documentação cristã desde o terceiro quartel do século XIII.

⁸⁹ Derivaria do ár. *al-ḡiṣ*, com o significado de «gesso» (id., *ibid.*, vol. I, p. 96, e ainda David Lopes, «Toponímia árabe de Portugal», *Revista Lusitana*, vol. XXIV, Lisboa, 1922, p. 259), embora não esteja atestada a presença de minas de gesso na região (cf. António Rei, «Ocupação humana no alfoz de Lisboa durante o período islâmico», *A Nova Lisboa Medieval*, apresentação de Miguel de Alarcão, Lisboa, Edições Colibri/Núcleo Científico de Estudos Medievais/Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005, pp. 25-42). Está atestado na documentação cristã desde os meados do século XIII.

⁹⁰ Do ár. *al-g(u)erān*, significando «cova, gruta» (cf. José Pedro Machado, *Sintra Muçulmana...*, p. 9; id., *Dicionário Onomástico...*, p. 97, e ainda David Lopes, «Toponímia árabe de Portugal»..., p. 260).

⁹¹ Almargem (do ár. *al-marḡ*, com o significado de «prado, campo»; cf. José Pedro Machado, *Sintra Muçulmana...*, pp. 9-10; id., *Dicionário Onomástico...*, p. 103, e ainda David Lopes, «Toponímia árabe de Portugal»..., p. 261); a terminação em *-em* seria uma contaminação dos falares moçárabes e/ou romances (cf. Carlos Guardado da Silva, «A toponímia e o povoamento moçárabe, árabe e islâmico na região de Loures»..., p. 14). Dado tratar-se de uma realidade bastante vulgar, e dada a alteração fonética propiciada pelas línguas novi-latinas, o termo acabou por passar ao português arcaico como substantivo comum, pelo que não é possível aferir se a sua utilização como topónimo é ou não anterior à «Reconquista»; de qual-

Alverca⁹³), além de outros como Azóia⁹⁴, Bobadela⁹⁵, Cacém⁹⁶, Catalazete⁹⁷, Odivelas⁹⁸ ou Queluz⁹⁹. Se para alguns se conhecem referências para o período subsequente (logo

quer forma, surge mencionado muito precocemente, desde 1220, na documentação cristã, como designando um espaço no termo de Lisboa (depois chamado de Almargem do Bispo).

⁹² Sobre o étimo *Alvalade*, cf. a nossa síntese em Diogo Vivas e André Oliveira-Leitão, «A presença islâmica no Alentejo Litoral. Uma abordagem à luz da toponímia», *Actas do 1.º Encontro de História do Alentejo Litoral. 18 e 19 de Outubro de 2008*, Sines, Centro Cultural Emmerico Nunes, 2009, p. 225: «hoje parece comumente aceite a sua origem no vocábulo *al-balaṭ* com o significado geral de “parte chata ou plana, plano, chão”, donde “campo, terreno plano, planície” (sendo essa a característica física dos terrenos que levou à adopção deste topónimo). No entanto, David Lopes propôs que a origem do topónimo fosse o substantivo latino *palatium* (“palácio, paço”) precedido do artigo árabe *al-*, atestado em outros topónimos, como na derivação regressiva de *Almoſter* < *al-Monasterium* (cf. David Lopes, “Toponímia árabe de Portugal”..., pp. 264-265). No entanto, como notou Joaquim da Silveira, a consoante final da palavra (*tā*’), uma das letras enfáticas do alfabeto árabe, sendo fortemente aspirada, não poderia, pelas leis da fonética, corresponder à evolução do *t* romance de *palatium* (que nesta altura já teria adquirido o som sibilante de *s*, como em paço ou palácio), propondo assim, em alternativa, a significação que é hoje aceite (cf. Joaquim da Silveira, “Toponímia portuguesa (esboços)”, *Revista Lusitana*, vol. XXIV, Lisboa, 1922, pp. 193-198)». O topónimo surge já mencionado em documentação cristã do início do século X, embora referindo-se a outras povoações com o mesmo nome, no Centro do País (id., *ibid.*); a primeira menção à Alvalade ulixbonense é das mais antigas da documentação para o espaço em apreço (1180).

⁹³ Do. ár. *al-birka* (البركة), significando «lago» ou «pântano» (cf. José Pedro Machado, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*..., vol. I, p. 116). Pela sua natureza lacustre e inabitável, este topónimo não designaria um local de povoamento muçulmano, mas parece-nos que terá sido durante o período islâmico que recebeu tal designação, e assim passado ao português, com o significado de «lugar pantanoso». O topónimo surge atestado, em período cristão, logo em 1206.

⁹⁴ Do. ár. *al-zāwīya* (الزاوية), «canto, ermida, capela onde está enterrado um santo ou morábito»; id., *ibid.*, vol. I, p. 196). Subsistem na região de Lisboa dois topónimos com este nome: um em Santa Iria de Azóia (c. de Loures), o outro junto do cabo da Roca (c. de Sinta) – em posições privilegiadas sobre o rio Tejo, no primeiro caso (e controlando também uma importante via de comunicação terrestre – a estrada que ligava al-Ušbūna a Šantarīn), e sobre o Atlântico, no segundo, o que nos poderia levar a supor que estas azóias fossem locais, por um lado, de retiro religioso (dada a sua situação física em regiões relativamente inacessíveis ou, pelo menos, de difícil acesso), onde se acolhiam os morábitos a fim de aí praticarem a *ḡihad* (quer a interna, a nível da ascese – *al-ḡihād al-akbar*, «jihad maior» – quer a externa, que passava pela expansão da fé – *al-ḡihād al-ašgar*, «jihad menor»), e por outro lado, constituíam pontos fortificados estratégicos, para defesa das fronteiras terrestre e marítima, os quais poderão ter estado, «nos séculos XI-XII, perante os avanços da Reconquista [...] em permanente estado de alerta contra a investida cristã» (cf. Helena Catarino, «Breve sinopse sobre topónimos Arrábida na costa portuguesa», *La Rábīta en el Islam. Estudios Interdisciplinares. Congressos Internacionals de Sant Carles de la Ràpita*. Coord. de Francisco Franco Sánchez y Mikel de Epalza, Sant Carles de la Ràpita/Alacant, Ajuntament de Sant Carles de la Ràpita/Universitat d’Alacant, 2004, p. 267).

⁹⁵ O topónimo *Bobadela* parece derivar da *kunya* teofórica ár. *Abū ‘Abd Allāh* (أبو عبد الله), «pai de ‘Abd Allāh», à letra, «pai do servo de Allāh» ou, melhor ainda, «pai do servo de Deus»; cf. José Pedro Machado, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*..., vol. I, p. 31); é correlato, por exemplo,

do nome romance do último rei naçrida de Granada, *Boabdil* (Muḥammad XII). Contudo, estamos em crer que, neste caso específico, o topónimo Bobadela não derivará desta *kunya* (como afirmam, por exemplo, António Rei, «Ocupação humana no alfoz de Lisboa durante o período islâmico»..., p. 31, ou Carlos Guardado da Silva, «A toponímia e o povoamento moçárabe, árabe e islâmico na região de Loures»..., p. 16), visto que o étimo que lhe está na base parece derivar da raiz trilítera *bā'-dāl-lām* (بدل), com o significado de «câmbio, mudança, substituição, troca» (assim sendo, parece-nos pertinente que se tenha dado tal nome a este lugar, o último povoado antes desse grande acidente geográfico que era a embocadura do rio de Sacavém, passado o qual já se estava às portas de Lisboa), como no-lo comprova o facto de os mais antigos documentos que referenciam este local não falarem de Bobadela, mas sim de *A-do-Budel*, topónimo que evoluiu depois para *Debudel* ou *Dobudel* (atestada em documentação do século XV; veja-se, v. g., Artur Moreira de Sá (coord.), *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, vol. III (1409-1430), Lisboa, Instituto de Alta Cultura/Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1969, p. 362, doc. 833, quando refere «affomso anes da veiga E gomez anes moradores na do budell freguesia de ssam Joham da taalha») e, mais tarde ainda, apenas *Budel* (forma atestada ainda no século XVIII, pelos padres António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa, e Descrição Topografica do Famoso Reyno de Portugal...*, tomo III – *Offerecido à Serenissima Senhora D. Marianna de Austria, Rainha de Portvgal*, Lisboa, Na Officina Real Deslandesiana, 1712, p. 596 e João Baptista de Carvalho, *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno*, tomo III, Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763, p. 469); terá sido, pois, já mais recentemente que sofreu uma qualquer contaminação e acabou por evoluir para Bobadela (por analogia com outros topónimos registados noutros pontos mais setentrionais do país, como Oliveira do Hospital e também Amarante, Boticas e Chaves).

⁹⁶ Do. ár. *al-qāsim* (القاسم), significando «aquele que divide, que reparte» (cf. José Pedro Machado, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa...*, vol. I, p. 303). Trata-se de um topoantropónimo, mais uma vez atestando, provavelmente, a fixação berbere na região de Lisboa, através da família dos *banū Qasīm*. Contudo, não nos foi possível encontrá-lo na documentação cristã relativa ao período.

⁹⁷ Embora não tenhamos encontrado o topónimo *Catalazete* (também na variante *Catalazede*) referenciado nas nossas fontes (pelo que, aparentemente, poderíamos supor não ter grande antiguidade), parece-nos tratar-se da expressão árabe (sem grande corrupção na passagem ao romance) *qal'at al-Zayd* (قلعة الزيد), isto é, «fortaleza de Zayd», embora ignoremos quem fosse este Zayd, o qual poderia ser o fundador da fortaleza ou talvez até o nome de um seu comandante; cf. José Pedro Machado, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa...*, vol. I, p. 374), tendo-se verificado a metátese própria dos falares do Ocidente da Península, com a queda do *l* intervocálico de *qa'lat* e resultado a forma contracta *qat*, donde *qat al-Zayd* – por oposição, a consoante manteve-se em formas do Centro e Levante peninsular, como *Calatrava*, derivado de *qal'at Rabāh* (قلعة رباح), «fortaleza de Rabāh») ou *Calatayud*, oriundo de *qal'at 'Ayyūb* (قلعة أيوب), isto é, «fortaleza de Job»); cf. A. H. de Oliveira Marques, «O “Portugal” Islâmico»..., p. 207. Atendendo ao seu significado e à sua localização, sobranceira à foz do Tejo, sendo daí possível contemplar a Trafaria e a Outra Banda, seria possível admitir que em Catalazete tivesse existido alguma fortaleza durante o período muçulmano (cf. António Rei, «Ocupação humana no alfoz de Lisboa durante o período islâmico»..., p. 36)?

⁹⁸ Nome composto, do ár. *wādī* (وادي), significando «rio, curso de água» (cf. José Pedro Machado, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa...*, vol. III, p. 1086), e um segundo elemento de origem incerta, talvez pré-islâmica. O topónimo atesta apenas a nomeação, pelos muçulmanos, do rio que corre na região de Odivelas, tendo este hidrónimo passado igualmente a topónimo (de modo semelhante

nos primeiros cem anos após a «Reconquista»), para muitos outros não lográmos alcançar qualquer referência documental para o período estudado, pelo que não nos é possível descortinar as suas origens mais remotas.

Por outro lado, há um conjunto de topónimos que, tendo inegavelmente uma origem árabe, não poderão ter aparecido noutra período que não o da ocupação muçulmana, mas que parecem remeter para uma ocupação cristã do espaço. Tal parece-nos ser, por exemplo, o caso dos topónimos derivados de *al-kanīsa* (الكنيسة), isto é, «a igreja», como Caneças (neste caso, com perda do artigo inicial), no concelho de Odivelas, ou ainda Alcainça Grande e Alcainça Pequena (mais próximo do étimo árabe, com a manutenção do artigo *al-*), duas povoações na freguesia de São Miguel de Alcainça, no concelho de Mafra¹⁰⁰. Servindo o termo *kanīsa* para designar os templos dos cristãos – por oposição à *mesquita* (do ár. *al-masǧid*, المسجد) –, só num período em que a elite dominante fosse fortemente arabizada (dado o árabe se ter tornado a língua da administração,

ao que aconteceu em Odemira, embora nesse caso o hidrónimo tenha passado apenas a designar o povoado, e o respectivo rio tenha mantido a designação original de Mira; cf. Diogo Vivas e André Oliveira-Leitão, «A presença islâmica no Alentejo Litoral. Uma abordagem à luz da toponímia»..., p. 225). Assim sendo, poderá ter sido já durante o domínio cristão que o nome do rio se teria transmudado em nome da terra que banhava; de qualquer forma, o topónimo Odivelas surge pela primeira vez na documentação logo em 1190.

⁹⁹ Do. ár. *qā'*, «vale», e *al-lūz* (اللوز), «amendoeira», donde *qā' al-lūz*, «vale da amendoeira» (cf. David Lopes, «Os Árabes nas Obras de Alexandre Herculano»..., p. 61). Aparece atestado desde muito cedo na documentação cristã (1218).

¹⁰⁰ As mais antigas abonações que encontrámos para os topónimos derivados de *al-kanīsa* são, para Alcainça, um documento constante do cartulário de D. João Peres de Aboim, datado de 12 de Março de 1270 (cf. Pedro A. de Azevedo (ed.), *Livro dos Bens de D. João de Portel. Cartulário do Século XIII*, Notícia histórica de Anselmo Braamcamp Freire; ed. facsímile da de Lisboa, Edição do Archivo Historico Portuguez, 1906-1910, com uma nota prévia de Hermenegildo Fernandes, Lisboa/Portel, Edições Colibri/Câmara Municipal de Portel, 2003, p. 85, doc. CXIX) e, para Caneças, uma carta de venda existente na Colegiada de São Julião de Frielas, datada de 1309 (cf. A.N.T.T., *Colegiada de São Julião de Frielas*, maço 1, n.º 11). Além destas, em data muito posterior, uma súplica ao papa Júlio II de 20 de Novembro de 1511 refere-se a uma igreja de Alcaniz, na arquidiocese de Lisboa, a qual tem, evidentemente, a mesma origem etimológica; deverá, com propriedade, referir-se a uma das já citadas igrejas (ainda que não o possamos afirmar com exactidão, pela ausência de referências ao respectivo orago) ou, menos provavelmente, indiciar um terceiro topónimo com a mesma raiz (cf. Francisco da Gama Caeiro (coord.), *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, vol. XI (1511-1520), Lisboa, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993, pp. 71-72, doc. 4364).

mas também da cultura¹⁰¹) é que um dado lugar poderia ser chamado de *kanīsa*, denotando uma povoação onde haveria uma igreja e – extensão de ideias por ventura perigosa, dado carecer de testemunhos escritos e/ou arqueológicos – por conseguinte, pequenas comunidades cristãs (moçárabes) que aí habitariam sob o domínio muçulmano.

Nesse sentido parece-nos também digno de menção o topónimo *Monservia* (na freguesia de São João das Lampas, em Sintra), derivado de *Monçaravia* (atestado na freguesia de Aldeia Gavinha, em Alenquer), os quais, como sugeriram José Leite de Vasconcelos¹⁰², Joaquim da Silveira¹⁰³, Manuel de Paiva Boléo¹⁰⁴ ou José Pedro Machado¹⁰⁵, indicariam uma ocupação territorial do espaço por moçárabes. Também *Almoçagem* (na freguesia de Colares, em Sintra) parece remeter para uma ocupação por mouros estrangeirados, isto é, cristianizados (*al-mustağem*)¹⁰⁶.

Faz sentido supor a sobrevivência de comunidades moçárabes vivendo na periferia das grandes urbes andaluzas (sobretudo, a partir do período almorávida, quando, como nos recorda José Mattoso, os moçárabes foram «relegados em condições de inferioridade para os meios rurais, como agricultores dependentes dos vencedores»¹⁰⁷), num

¹⁰¹ Lembramos que, a partir da ocupação do al-Ándalus, em 711, pelas forças comandadas pelos berberes Tāriq ibn Ziyād e, depois, Mūsā ibn Nuşayr, se iniciou um paulatino processo de aculturação em dois vectores – por um lado sob o ponto de vista linguístico, talvez o mais evidente, e que redundou na arabização de largos sectores da sociedade; por outro, sob o prisma religioso, e que ditou a conversão de muitos habitantes da antiga Hispânia, agora submetida, ao Islão. Contudo, ambos os movimentos não foram concomitantes – a uma maior arabização não correspondeu, necessariamente, uma islamização intensa; teriam que passar algumas gerações até esta se operar em profundidade.

¹⁰² Cf. José Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, vol. IV, reimp. facsimilada da ed. de 1982; notícia introdutória de Orlando Ribeiro; Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007, p. 282.

¹⁰³ Cf. Joaquim da Silveira, «Toponímia portuguesa (esboços)», *Revista Lusitana*, vol. XXXV, Lisboa, 1937, pp. 67-69.

¹⁰⁴ Cf. Manuel de Paiva Bóleo, «Notas bibliográficas», *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. IV-V, Coimbra, 1951, p. 445.

¹⁰⁵ Cf. José Pedro Machado, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. I.

¹⁰⁶ Cf. Joaquim da Silveira, «Toponímia portuguesa (esboços)», *Revista Lusitana*, vol. XXXV, Lisboa, 1937, pp. 69-70.

¹⁰⁷ Cf. José Mattoso, *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987, pp. 21-22.

fenómeno inverso àquele que se verificou após a «Reconquista», com o estabelecimento das mourarias nos arrabaldes citadinos¹⁰⁸.

De igual forma, é também de supor a existência de comunidades cristãs organizadas no interior das próprias cidades¹⁰⁹. Com efeito, embora não saibamos muito sobre as comunidades moçárabes do Ocidente Peninsular¹¹⁰, parece fora de dúvida a sua persistência ao longo dos séculos até à «Reconquista» cristã. Vale a pena recordar a expedição do rei Sigurd da Noruega, destinada às paragens do *Outremer*, mas que, tendo passado pela Península Ibérica, acabou por tomar Sintra e assolar Lisboa, sem dela se ter apoderado (1109) – segundo o seu relato, a cidade de Lisboa encontrava-se igualmente repartida entre cristãos e pagãos (isto é, muçulmanos)¹¹¹. Também a referência a um idoso bispo (*episcopus*) que teria sido morto pelos cruzados aquando da conquista da cidade¹¹², em 1147 – conforme nos relata a carta do cruzado inglês –, bem como de

¹⁰⁸ Vide infra, *Anexos*, Mapa I.

¹⁰⁹ Sobre a presença de moçárabes e a existência de moçarabias nos arredores de Lisboa, veja-se Manuel Luís Real, «Os moçárabes do Gharb português», *Portugal Islâmico. Catálogo da Exposição*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 35-56; Paulo Almeida Fernandes, «Os moçárabes de Lisboa e a sua importância para a evolução das comunidades cristãs sob domínio islâmico», *Lisboa Medieval. Os Rostos da Cidade...*, pp. 71-83 e Christophe Picard, «Les mozarabes de Lisbonne: le problème de l'assimilation et de la conversion des chrétiens sous domination musulmane à la lumière de l'exemple de Lisbonne», *Arqueologia Medieval*, n.º 7 (*Actas do Colóquio «Lisboa, Encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos». 850.º Aniversário da Reconquista de Lisboa*), Porto/Mértola, 2001, pp. 89-94. Como obra de conjunto sobre o moçarabismo, veja-se, por todos, a recente colectânea de estudos reunidos por Cyrille Aillet, Mayte Penelas e Philippe Roisse, *¿Existe una Identidad Mozárabe? Historia, Lengua y Cultura de los Cristianos de al-Andalus (siglos IX-XII)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2008.

¹¹⁰ Veja-se Joaquim Lavajo Chorão, «Islão e Cristianismo: Entre a Tolerância e a Guerra Santa», *História Religiosa de Portugal...*, vol. I, pp. 91-133.

¹¹¹ Cf. *Heimskringla, Chronicle of the Kings of Norway*. Translated from the icelandic of Snorri Sturleson with a preliminary dissertation by Samuel Laing, vol. III, London, Printed for Longman, Brown, Green and Longmans, 1844, *apud* Jaime Ferrero Alemparte, *Arribadas de Normandos y Cruzados a las Costas de la Península Ibérica*, Madrid, Sociedad Española de Estudios Medievales, 1999, p. 64.

¹¹² «Episcopum uero ciuitatis antiquissimum, preciso iugulo, contra ius et fas occidunt», ou em versão portuguesa, «ao bispo da cidade, um ancião de muitos anos, cortaram o pescoço, contra o direito humano e divino» (cf. Aires Augusto do Nascimento (ed.), *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado [= De Expugnatione Lyxbonensi]*. Ed., trad. e notas de [...] e introd. de Maria João Violante Branco, Lisboa, Vega, 2001, pp. 138-139).

supostos «muçulmanos»¹¹³ que clamavam pelo nome de «Maria boa, boa Maria», ante a passagem a fio de espada pelas forças cruzadas¹¹⁴, parece testemunhar bem a existência de uma comunidade moçárabe dentro de Lisboa, imediatamente antes da «Reconquista». Além disso, o elevado número de habitantes que a cidade comportava ao tempo do assédio, segundo o cruzado inglês (60 000 almas¹¹⁵), poderia testemunhar não apenas o ingresso das elites árabes dos arredores de Lisboa (casos dos castelos de Santarém, Sintra, Almada, Palmela – o que, segundo Osberno, teria mais que duplicado a população residente para 154 000 homens¹¹⁶), mas também de populações oriundas do alfoz de Lisboa para o interior do espaço amuralhado – num e noutro caso, por se sentirem evidentemente mais seguras dentro de uma cidade que considerariam, talvez, inexpugnável.

Por outro lado, e tendo continuado a existir moçárabes vivendo já sob o domínio dos reinos cristãos do Norte peninsular após o concílio de Burgos de 1080, seria possível admitir igualmente que as comunidades identificadas como *moçarabias* pudessem designar sobrevivências de grupos seguidores do antigo rito visigótico (então chamado moçárabe) quando os reinos peninsulares haviam já, oficialmente, adoptado a reforma gregoriana e imposto o catolicismo romano de além-Pirenéus.

Vale ainda a pena recordar as fundações, nos arredores de Lisboa, dos mosteiros de São Vicente (em honra do mártir hispânico do mesmo nome, cujas relíquias eram cultuadas no Cabo de São Vicente, no Algarve, e solenemente trasladadas para Lisboa

¹¹³ Escrevemos «supostos», pois os cristãos do Norte da Europa não estariam familiarizados com a alteridade patente entre muçulmanos e moçárabes – com efeito, a diferença entre os dois grupos seria muito ténue, quando não nula (os moçárabes, como o próprio nome indica, aculturaram-se, falando árabe e provavelmente trajando como os demais muçulmanos).

¹¹⁴ «[...] Os [mouros] que ainda tinham vida, semelhantes a fantasmas que andassem errantes à face da terra, abraçavam-se ao sinal da cruz e beijavam-no, confessavam que Maria, cheia de bondade, é a bem-aventurada Mãe de Deus, de tal modo que, em tudo o que fazem ou dizem, mesmo nos momentos extremos, misturam invocações a *Maria boa, boa Maria*, e lhe dirigem apelos angustiados» (cf. Aires Augusto do Nascimento (ed.), *op. cit.*, p. 143).

¹¹⁵ Id., *ibid.*, p. 79.

¹¹⁶ Id., *ibid.*, p. 79. Os números parecem evidentemente exagerados, o que se ficará a dever ao facto de ser um anglo-normando a redigir esse documento – por certo, e face à sua Inglaterra natal, Lisboa – tal como as demais cidades mediterrâneas – parecia uma cidade de grande extensão, tanto física como populacional.

em 1173), de Chelas (onde parece que teria subsistido um cenóbio que tinha por oragos os também mártires São Félix, Santo Adrião e Santa Natália, e que foi refundado durante o reinado de D. Afonso Henriques, visto existir já documentação referente ao mesmo ano de 1181) e de Santos-o-Velho (onde se preservavam as relíquias dos santos Veríssimo, Máxima e Júlia), tendo, nos três casos, cultos de mártires tipicamente moçárabes na sua origem.

Parece-nos bastante curioso que muitos dos oragos de algumas das mais antigas paróquias dos arredores de Lisboa e de Sintra sejam mártires dos primeiros séculos da cristianização¹¹⁷, ao invés de serem os santos próprios da «Reconquista», trazidos pelas gentes do Norte (como Santa Maria, Santiago, São Pedro, São João Baptista): tais os casos de Santo Antão e São Julião (no Tojal), São Julião e Santa Basilissa (em Frielas), São Romão (em Carnaxide), São Saturnino (em Fanhões, bem como numa pequena ermida nos arredores de Sintra¹¹⁸), São Silvestre (em Unhos) ou São Vicente (em Alcabideche). Igualmente pertinente é a associação, ao topónimo Azóia, do hagiopónimo Santa Iria¹¹⁹. Em face do que já escrevemos, será lícito assumir a existência de comunidades moçárabes mais ou menos significativas que teriam perpetuado o culto destes santos nestes lugares (os quais, como veremos, se encontram atestados, para o período cristão, desde relativamente cedo).

É também de mencionar as lendas associadas à descoberta de imagens ligadas ao culto mariano alguns séculos transcorridos sobre a reconquista, e que a tradição diz terem sido escondidas por comunidades moçárabes, com a chegada dos berberes almorávidas e almóadas, mais rigoristas na sua interpretação do Islão – tais seriam os casos

¹¹⁷ Sobre a presença de hagiónimos na toponímia e o seu eventual significado, veja-se Pedro Cunha Serra, «Da hagianímia e hagioponímia portuguesa (a propósito de um livro recente)», *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. VIII, Lisboa, 1957, pp. 39-59 e ainda Stéphane Boisselier, «Organisation sociale et altérité culturelle dans l'hagyonimie médiévale du midi portugais», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, tomo XVII, Lisboa 2005, pp. 255-298.

¹¹⁸ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 10.

¹¹⁹ Santa Iria, supostamente martirizada durante o domínio visigodo da Hispânia, tornou-se objecto de particular devoção entre os moçárabes, sendo de referir que foi precisamente durante a ocupação muçulmana que este hagiopónimo (então arabizado como *Šantarīn*) suplantou o velho nome de *Scallabis* como designação de Santarém (cf. Adel Sidarus, «Shantarīn/Santarém, fronteira ambivalente islamo-cristã», *Santarém na Idade Média. Actas do Colóquio, 13 a 13 de Março de 1998*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2007, p. 319).

da Senhora da Luz, em Carnide, da Senhora da Rocha, em Carnaxide, da Senhora do Funchal, na Ameixoeira, e da Senhora do Cabo, no Cabo Espichel¹²⁰.

Finalmente, parece-nos de referir que, a par de Lisboa, outras povoações do seu termo se tornaram, após a «Reconquista», paróquias dedicadas a Santa Maria (casos de Belas, Bucelas, Loures, Povos¹²¹, Sacavém ou Sintra). Sabemos, do relato do cruzado inglês, como após a conquista de Lisboa, foi a mesquita aljama da cidade purificada e reconvertida em sé catedral dedicada a Santa Maria Maior¹²² – idêntico fenómeno se passou, 270 anos mais tarde, quando os Portugueses conquistaram Ceuta e transformaram a sua mesquita na catedral de Santa Maria de África. Teria havido também, nestes povoados dos arredores de Lisboa, mesquitas aljamas convertidas em igrejas paroquiais dedicadas a Nossa Senhora após a «Reconquista»?

3. AS FONTES HISTÓRICAS MUÇULMANAS

No panorama da cronística muçulmana, são também bastante parcas as referências a Lisboa e seus arredores, o que mais uma vez vem demonstrar o seu carácter periférico – por comparação, Santarém surge representada muito mais vezes nestes textos. Ainda assim, é possível traçar uma sucinta história da ocupação muçulmana de Lisboa com base nestas crónicas.

A mais antiga referência cronológica ao espaço de Lisboa encontrámo-la em Ibn al-Aḫīr; segundo este autor, no ano de 191 AH (806-807 AD), um certo Ḥazm ibn Waḥb revoltou-se em Beja contra o domínio dos emires cordoveses, tendo marchado sobre

¹²⁰ Cf. Inês Lourinho, *op. cit.*, p. 57.

¹²¹ Ignoramos o nome do povoado existente no lugar de Povos no período muçulmano, mas cuja existência foi comprovada pelas escavações arqueológicas levadas a cabo no local (cf. Helena Catarino, «O Castelo de Povos (apontamentos sobre o período islâmico em Vila Franca de Xira)», *Senhor da Boa Morte. Mitos, História e Devoção. Catálogo da exposição realizada no Celeiro da Patriarcal. 28 de Junho a 8 de Outubro de 2000*, [s. l.], Câmara Municipal de Vila Franca de Xira/Pelouro da Cultura – Museu Municipal, 2000, pp. 43-51).

¹²² Cf. Aires Augusto do Nascimento (ed.), *op. cit.*, pp. 141-143.

Lisboa. Al-Ḥakam fez marchar contra o sublevado o seu filho Hišam, tendo a rebelião sido rapidamente debelada¹²³.

É também graças a estas fontes que sabemos de uma série de investidas e depredações que os Normandos (os *Mağus*, como eram chamados pelos muçulmanos) levaram a cabo contra a costa ocidental do al-Āndalus. A primeira destas investidas decorreu no ano 229 AH (844-845 AD), tendo como objectivo primordial a opulenta Iṣbīliya (Sevilha), embora tenham passado por duas vezes por Lisboa. Ibn al-Ḥaṭīb, no seu *Kitāb A'māl al-A'lām*, afirma sumariamente que «no tempo de 'Abd al-Raḥmān (II) [822-852 AD] os navios dos Mağūs fizeram-se ao mar e ocuparam Sevilha, Cádiz, Medina-Sidónia e Lisboa»¹²⁴.

Já Ibn Iḍari al-Marrākuṣī descreve este assalto com mais pormenor: «En el mismo año [229 AH] llegó carta de Guahbu-l-lah ben Hazm, gobernador de Al-Ixbona, refiriéndole [a 'Abd al-Raḥmān II], que habían arribado en la costa à su vista cincuenta y cuatro naves de las naves de al-Magos, con las cuales venían cincuenta y cuatro cárabos (ó lanchas); y le escribió el emir Abdu-r-rahman y asimismo á los gobernadores de las costas la vigilancia»¹²⁵.

Ibn al-Aṭīr menciona a ida e a volta com maior pormenor: chegados no mês de *dū l-ḥiğġa* de 229 AH (Agosto-Setembro de 843 AD) junto da cidade de Lisboa, os *Mağus* fundearam os seus navios ao largo, tendo aí permanecido durante treze dias; a 24 de Setembro dirigiram-se finalmente a Sevilha, cidade que pilharam, após o que regressaram por Ossónoba, Beja e Lisboa¹²⁶. Também al-Maqqarī recolhe informação coincidente com o sucedido após o saque de Sevilha: os *Mağus* atacaram Niebla, onde tomaram alguns dos seus habitantes como escravos; partiram desta última cidade para Ossónoba

¹²³ Cf. 'Alī 'Izz al-Dīn Ibn al-Aṭīr, *Annales du Maghreb & de l'Espagne*, Trad. et annotations de E. Fagnan; Alger, Typographie Adolphe Jourdan, 1901, p. 172.

¹²⁴ Cf. Ibn al-Ḥaṭīb, *Islamische Geschichte Spaniens [= Kitāb A'māl al-A'lām]*. Übersetzung von Willelm Hoenerbach, Zürich/Stuttgart, Artemis Verlag, 1970, p. 82 (trad. nossa).

¹²⁵ Cf. Ibn 'Iḍārī al-Marrākuṣī, *Historias de Al-Andalus por Aben-Adhari de Marruecos*, traducidas directamente del arábigo y publicadas con notas y un estudio histórico-crítico por el Doctor Don Francisco Fernandez Gonzalez, Catedrático de Literatura General y Española en la Universidad de Granada, tomo 1.º, Granada, Imprenta de D. Francisco Ventura y Sabatel, 1860, p. 174.

¹²⁶ Cf. Ibn al-Aṭīr, *op. cit.*, pp. 220-221.

e daí, por terra, rumo a Beja, e então para Lisboa, tendo assolado pelo caminho todo o Ġarb¹²⁷.

Dos meados do século IX – poucos anos volvidos sobre a proclamação do califado de Córdoba – conservaram-se duas notícias relativas à nomeação, por ‘Abd al-Raḥmān III al-Nāṣir, de governadores para a cidade, e a sua rotação periódica. Assim, em 322 AH (933-934 AD), o califa substituiu Qāsim Ibn Raḥiq à frente do governo de Lisboa por ‘Abd al-Wārīṭ Ibn Sa‘īd¹²⁸, e três anos volvidos, em 325 AH (936-937 AD), substituiu este último por Aḥmad ibn ‘Amr¹²⁹.

Em 1008, quando se iniciou a desagregação do califado (*fitna*), diz-nos Ibn ‘Iḍārī que a região de Badajoz, Santarém e Lisboa e toda a fronteira setentrional, até então uma comunidade unida, foi agitada por um dos escravos de origem eslava do califa al-Ḥakam II, chamado Sābūr, o qual rompeu os laços que o ligavam ao seu senhor e à ‘*umma* («comunidade dos crentes»), tendo-se apoderado do governo da região, tal como, noutros locais, o fizeram outros facciosos¹³⁰. Sābūr controlou a taifa de Badajoz até à sua morte, em 10 de *ša‘bān* de 413 AH (8 de Abril de 1027 AD), tendo deixado dois filhos menores, ‘Abd al-Malik e ‘Abd al-‘Azīz, que se refugiaram em Lisboa, de onde combateram o berbere Ibn al-Aftas. ‘Abd al-‘Azīz em breve viria a falecer, e o povo de Lisboa escreveu a Ibn al-Aftas, pedindo-lhe que lhes enviasse um *wali* para os governar, tendo o novo soberano de Badajoz encaminhado o seu filho para exercer essa função. Atraiçoado pela população da cidade, ‘Abd al-Malik ibn Sābūr acabou por concertar a paz com o aftásida, pedindo-lhe autorização para sair de Lisboa, o que lhe foi concedido, tendo partido para a cidade de Carmona e, depois, para Córdoba, onde viria a falecer¹³¹.

¹²⁷ Cf. Aḥmad Ibn Muḥammad al-Maqqarī, *The History of the Mohammedan Dynasties in Spain...*, vol. II, p. 116.

¹²⁸ Cf. Ibn Ḥayyān, *Al-Muqtabis V...*, p. 267.

¹²⁹ Id., *ibid.*, p. 312.

¹³⁰ Cf. Ibn ‘Iḍārī al-Marrākuṣī, *La Caída del Califato de Córdoba y los Reyes de Taifas (al-Bayān al-Mugrib)*. Estudio, traducción y notas de Felipe Maíllo Salgado, Salamanca, Universidad de Salamanca/Estudios Árabes y Islámicos, 1993, p. 196.

¹³¹ Id., *ibid.*, pp. 197-198.

Os Banū l-Afṭas controlavam agora a taifa de Badajoz, como no-lo diz ‘Abd al-Wāḥid al-Marrākuṣī («reinaram em Badajoz e seus distritos, em Évora, Santarém e Lisboa»¹³²). O seu domínio inicial esteve longe, porém, de ser pacífico; com efeito, em 425 AH (1033-1034 AD), Ibn ‘Abbād, rei de Sevilha, penetrou nos seus territórios, enquanto Ibn al-Afṭas invadia, mais a Norte, o Reino de Leão. Nessa ocasião, o rei de Badajoz perseguiu Isma’īl, um dos filhos de Ibn ‘Abbād, que comandava um dos exércitos do pai e que se havia refugiado precisamente em Lisboa¹³³.

A cidade, tendo sido entregue pelo rei de Badajoz al-Mutawakkil a Afonso VI, em 1093, numa tentativa desesperada de fazer face aos invasores almorávidas, acabaria por ser recobrada em 1097, como nos relata Ibn Abī Zar‘ no seu *Rawḍ al-Qirtas*, o qual, com o exagero próprio de uma obra que visava recompilar os grandes feitos dos soberanos magrebinos, afirma que foi no mês de *dū-l-qa‘da* do ano 504 (11 de Maio a 9 de Junho de 1111¹³⁴) que Sīr ibn Abī Bakr «ganhou Santarém, Badajoz, o Porto, Évora e Lisboa e todo o Ocidente do al-Āndalus, tendo de imediato comunicado as conquistas ao emir dos muçulmanos, ‘Alī ibn Yūsuf»¹³⁵.

Sobre a conquista de Lisboa em 1147, os autores árabes são geralmente parcos em informações¹³⁶, dizendo sumariamente que a cidade foi conquistada pelos cristãos em data posterior àquela em que efectivamente se verificou o feito: assim, por exemplo, Ibn Abī Zar‘ coloca-a no ano de 544 AH (1149/1150 AD), dizendo que os cristãos, por meio de Ibn al-Rīq, conquistaram Lisboa e Santarém e outras cidades como Almería, Tortosa e Mérida¹³⁷.

¹³² Cf. Abū Muḥammad ‘Abd al-Wāḥid al-Marrākuṣī, *op. cit.*, p. 68.

¹³³ Cf. Ibn ‘Idārī al-Marrākuṣī, *La Caída del Califato de Córdoba y los Reyes de Taifas...* p. 172 e ainda Ibn al-Aṭīr, *op. cit.*, p. 432.

¹³⁴ Trata-se de um erro de datação, como anota Huici Miranda nas suas notas à obra de Ibn Abi Zar‘, *Rawḍ al-Qirtas*. Traducido y anotado por Ambrosio Huici Miranda, vol. I, Valencia, Anúbar, 1964, p. 314.

¹³⁵ Id., *ibid.*, vol. I, p. 314. Note-se o exagero da descrição, ao afirmar que ganhou até a cidade do Porto; poderia, contudo, no original, estar *Burtuqāl* por Portugal (condado), ao invés do Porto (cidade), cuja localização tão setentrional evidentemente não se coaduna com as conquistas de Sīr ibn Abī Bakr.

¹³⁶ Cf., por exemplo, Ibn al-Aṭīr, *op. cit.*, p. 557.

¹³⁷ Cf. Ibn Abi Zar‘, *op. cit.*, vol. II, p. 510.

Ibn ‘Iḍārī al-Marrākuṣī, no seu *Al-Bayān al-Mugrib*, dá-nos conta de um ataque a Lisboa em 575 AH (1179-1180 AD), ordenado pelo *miramolim* (corruptela do árabe *Amīr al-Mu‘minīn*, «comandante dos crentes») Abū Ya‘qūb Yūsuf, e executado pelo comandante da esquadra de Ceuta, Gānim ibn Mardaniš, o qual desferiu um raide contra o seu porto, tendo apresado dois navios¹³⁸; em retaliação, os Portugalenses atacaram Saltes, tendo-se apoderado de várias galeras e aprisionado os muçulmanos que aí se encontravam¹³⁹.

Ibn Abī Zar‘ reconta-nos ainda que, aquando do ataque almóada a Santarém, em 1184, o califa Abū Ya‘qūb, ordenou a seu filho, Abū Ishāq, governador de Sevilha, que partisse na noite de 18 de Junho contra Lisboa, a fim de fazer razias no seu território; contudo, a expedição acabou por não se realizar, tendo Abū Ishāq retomado antes a Sevilha¹⁴⁰. Tendo sucumbido, vítima de um archeiro cristão, às portas de Santarém, foi sucedido por seu filho, Yūsuf al-Manṣūr, o qual, em 585 AH (1189 AD) voltou a partir rumo a Santarém, tendo enviado «algaras contra Lisboa y su comarca, talo los árboles frutales, mato, cautivó, incendió las alquerías, quemó las mieses y, habiendo hecho incalculables estragos, se volvió a al-Magrib»¹⁴¹.

4. O BAIXO VALE DO TEJO NO PÓS-RECONQUISTA:

UMA PRIMEIRA DEFINIÇÃO DE UMA REDE DE POVOAMENTO

Em Outubro de 1147, Lisboa é – sabemo-lo hoje – reconquistada definitivamente aos muçulmanos pelas forças portuguesas auxiliadas por uma frota de cruzados. É no *De Expugnatione Ulyxbonensi*, composto por um cruzado inglês, se não imediatamente, ao menos poucos anos volvidos após a tomada da cidade, que vamos encontrar a mais antiga referência toponímica aos arrabaldes de Lisboa – *Compolet*, que traduziria, aos

¹³⁸ Cf. Ibn ‘Iḍārī al-Marrākuṣī, *Al-Bayān al-Mugrib*..., tomo I, p. 32.

¹³⁹ Id., *ibid.*, tomo I, p. 38.

¹⁴⁰ Cf. Ibn Abī Zar‘, *op. cit.*, vol. II, p. 422. Este putativo ataque a Lisboa terá sido forjado na crónica, não havendo, nas fontes cristãs, qualquer traço do mesmo (cf. Ibn ‘Iḍārī al-Marrākuṣī, *Al-Bayān al-Mugrib*..., tomo I, pp. 77-78).

¹⁴¹ Cf. Ibn Abī Zar‘, *op. cit.*, vol. II, pp. 429-430. Não encontramos qualquer referência a este ataque a Lisboa nas fontes cristãs coevas.

ouvidos de um estrangeiro, a pronúncia de *Campolide* (da mesma forma que o «castro Suchtrio» seria a melhor designação para o castelo de Sintra para um anglo-normando¹⁴²). David Lopes apresenta-nos este topónimo como híbrido de árabe e romance, designando com grande probabilidade «Campo de Olide»¹⁴³.

Os diversos autores que têm estudado e editado o relato (Charles Wendell David¹⁴⁴, José Augusto de Oliveira¹⁴⁵, Aires Augusto do Nascimento e Maria João Branco¹⁴⁶) têm identificado este topónimo com *Campolide*. No entanto, a sua associação com o actual topónimo carece de exactidão, visto o cruzado afirmar ser aí o local onde se erguera um templo – arruinado à data da «Reconquista» – contendo as relíquias dos santos mártires Veríssimo, Máxima e Júlia, pelo que o *Compolet* do *De Expugnatione* não coincidiria espacialmente com a actual *Campolide*, mas sim com a zona de Santos, o que poderá traduzir ou uma deslocação do topónimo (que, como veremos, surge mencionado amiúde na documentação monástica), ou uma restrição do seu sentido primitivo, que traduziria uma área mais ampla dos arrabaldes de Lisboa, não se encontrando limitado à actual zona do mesmo nome – por sinal, distante daquela onde se ergueu o mosteiro de Santos. Aires do Nascimento sustenta uma efectiva destruição física da primeira ermida dos mártires, no lugar de *Compolet*, ainda antes da Reconquista, ficando apenas a memória do culto, sendo as relíquias pura e simplesmente trasladadas para a nova ermida, junto ao rio, no local a que por isso se chamou de «Santos», baseando-se para tal numa leitura da *Vrbis Olisiponis Descriptio*, de Damião de Góis: «Foi dado ao

¹⁴² Cf. Aires Augusto do Nascimento (ed.), *op. cit.*, pp. 110.

¹⁴³ Cf. David Lopes, «Toponímia árabe de Portugal»..., p. 268. Tratar-se-ia, julgamos nós, de um nome híbrido, formado do lat. «campus» e do ár. «Olide» (provavelmente, a latinização do antropónimo masculino وليد, isto é, *Walīd*). Aires Augusto do Nascimento, in *A Conquista de Lisboa aos Mouros*..., p. 164, propõe em alternativa que derive de dois étimos latinos, significando «campo do olival», o que não seria inverosímil atendendo à vegetação tipicamente mediterrânea dos arrabaldes de Lisboa.

¹⁴⁴ Cf. Charles Wendell David (ed.), *The Conquest of Lisbon [= De Expugnatione Lyxbonensi]*. Translated by [...]; foreword and bibliography by Jonathan Phillips, New York, Columbia University Press, 2001, p. 90.

¹⁴⁵ Cf. José Augusto de Oliveira (ed.), *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147). Narrações pelos Cruzados Osberno e Arnulfo, Testemunhas Presenciais do Cêrco*. Texto latino e sua tradução para português pelo Dr. [...]; 2.^a ed.; prefácio de Augusto Vieira da Silva, Lisboa, S. Industriais da Câmara Municipal de Lisboa, 1936, p. 61.

¹⁴⁶ Cf. Aires Augusto do Nascimento (ed.), *op. cit.*, p. 79.

local por ali terem estado guardados durante longos tempos os corpos dos santos mártires Veríssimo, Máxima e Júlia»¹⁴⁷.

Nas três primeiras décadas subsequentes à «Reconquista», é escassa a documentação relativa a Lisboa que chegou até nós – seja a das chancelarias, seja a das casas monásticas. Este silêncio dificilmente pode ser interpretado como a inexistência de qualquer transacção de cariz económico na região – ainda que, como sabemos, a organização política do espaço se tenha processado mais tardiamente (Lisboa apenas recebe o seu primeiro foral em 1179, juntamente com Santarém e Coimbra). Contudo, o foral¹⁴⁸ limita-se a regular a relação do concelho e dos seus habitantes com o rei: não o cria *ex nihilo*; quanto a Sintra, havia recebido carta de foral anos antes, em 1154. Com grande probabilidade, esta escassez documental traduz antes um problema de conservação do arquivo.

A mais antiga referência a um espaço rural no Baixo Vale do Tejo consta de uma doação de D. Afonso Henriques ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra – uma herdade no lugar de Meleças, no território de Sintra («in territorio de Sintria in loco qui dicitur Melezas»), em documento datado criticamente, por Rui de Azevedo, de Março de entre 1159 e 1162, com base na lista de confirmantes¹⁴⁹. O mosteiro de Santa Cruz parece ter tido, nestes primeiros tempos, algum interesse na aquisição de propriedades em Lisboa e seus arredores, datando de Fevereiro de 1164 uma doação, feita por um Domingos Ruivo, de um terço de uma herdade em Loures, no território de Lisboa¹⁵⁰ (Loures só voltará a surgir na nossa documentação muito mais tarde, em Dezembro de 1220, quando

¹⁴⁷ Id., *ibid.*, p. 164.

¹⁴⁸ Sobre a instituição do foral, veja-se Mário Júlio de Almeida Costa, «Foral», *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, [s. d.], pp. 55-58.

¹⁴⁹ Cf. A.N.T.T., *Livro de D. João Teotónio*, fl. 35 v., *apud* Rui de Azevedo (ed.), *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. I – *Documentos dos Condes Portugaleses e de D. Afonso Henriques. A. D. 1095-1185*, tomo I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1968, doc. 272, p. 346.

¹⁵⁰ «[...] de *tercia parte illius hereditatis mee de lourias que e [sic] in territorio ulixbone [...]*» (cf. A.N.T.T., *Livro de D. João Teotónio*, fls. 58 v.-59; agradeço à mestre Inês Lourinho a indicação desta cota).

D. Afonso II doa a Mendo Gomes, falcoeiro real, uma herdade em Loures – *Laurias* –, a título perpétuo e hereditário¹⁵¹).

Em 1171, surge entretanto a mais antiga menção à erecção de uma paróquia no termo de Lisboa – a de São Romão de Carnaxide, desanexada da freguesia dos Mártires¹⁵², o que faz supor que esta paróquia recobriria um espaço vastíssimo a Oriente da cidade.

Para o resto da década de 1170, apenas se conhece uma doação, datada de Fevereiro de 1173, desta vez entre particulares – Fernando Pires doa ao mosteiro de São Vicente de Fora meia herdade em Belas¹⁵³.

É a partir da década de 1180 que se iniciam, de modo mais sistemático, as compras, doações e emprazamentos entre as grandes unidades monásticas e particulares, na região em estudo; concomitantemente, vamos começar a perceber de que modo se estruturava o amplo espaço rural em torno de Lisboa e Sintra. Assim, data do ano de 1180 a mais antiga menção a Alvalade, no termo de Lisboa, numa carta de compra e venda de metade do lagar da vinha que pertencera ao mestre-de-obras da Sé, sita nesse lugar do termo de Lisboa, e adquirida por Pedro Inflato, Ricardo e Rogério, sobrinhos de D. Arnulfo, arcediogo de Lisboa¹⁵⁴. Alvalade será, ao longo dos anos, como teremos oportunidade de demonstrar, um dos territórios do termo de Lisboa com mais ampla actividade económica (juntamente com outras unidades de povoamento dos arredores, como Carnide, Charneca, Concha, Palma ou Telheiras), constando também de outras cartas de compra e venda datadas de Fevereiro de 1183 (o presbítero Mendo, prior da igreja de São Miguel de Lisboa, vende uma vinha ao prior e convento do mosteiro de São Vicente por 53 morabitanos)¹⁵⁵, Dezembro de 1185 (compra, pelo mosteiro de São Vicente, de

¹⁵¹ Cf. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso II, Livro de Registo de D. Afonso II*, fl. 41 v.

¹⁵² Cf. Pe. António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa, e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal...*, tomo III – *Offerecido à Serenissima Senhora D. Marianna de Austria, Rainha de Portugal*, Lisboa, Na Officina Real Deslandesiana, 1712, p. 647.

¹⁵³ Cf. Maria Teresa Barbosa Acabado (ed.), *Inventário de Compras do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora (Cartulário do século XIII)*, Coimbra, 1969, n.º 27.

¹⁵⁴ Cf. Maria Teresa Barbosa Acabado (ed.), *Inventário...*, n.º 56.

¹⁵⁵ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 2.

uma vinha e um quarto de um lagar em Alvalade)¹⁵⁶, Abril de 1187 (compra de duas vinhas)¹⁵⁷, Abril de 1189 (compra de uma vinha)¹⁵⁸, Março de 1193 (compra de uma vinha)¹⁵⁹, Julho de 1194 (compra de um oitavo da vinha que pertencera a Paio Mouro)¹⁶⁰, Março de 1196 (compra de uma vinha)¹⁶¹, Janeiro de 1199 (compra de uma outra vinha)¹⁶².

Em 12 de Dezembro de 1210, o rei D. Sancho I doa a Mendo Gomes e sua mulher, Maria Anes, uma vinha em Alvalade¹⁶³, e em 1218, D. Afonso II doa, ao mestre e Ordem de Avis, uma vinha que estes haviam feito no lugar de Alvalade Menor¹⁶⁴ (é a primeira referência distintiva entre Alvalade Grande e Alvalade Pequeno, que corresponde sensivelmente ao que é hoje o Campo Grande o Campo Pequeno), e confirma também a um tal Mem Petrario uma vinha que este e sua esposa tinham em Alvalade Pequeno, em préstamo, de seu pai D. Sancho I¹⁶⁵. Finalmente, em 10 de Janeiro de 1220, D. Afonso II doa a Maria Soares, mulher que fora de Gonçalo Peres, e seus filhos, uma vinha que seu marido fizera, por ordem de D. Sancho I, no lugar de Alvalade, a título perpétuo e hereditário¹⁶⁶ e, em Dezembro desse mesmo ano, faz doação ao seu falcoeiro, Mendo Gomes, de uma vinha em Alvalade Menor, também *iure hereditario e in perpe-*

¹⁵⁶ Cf. Maria Teresa Barbosa Acabado (ed.), *Inventário...*, n.ºs 38 e 65.

¹⁵⁷ Id., *ibid.*, n.ºs 44 e 67.

¹⁵⁸ Id., *ibid.*, n.º 46.

¹⁵⁹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 15.

¹⁶⁰ Cf. Maria Teresa Barbosa Acabado (ed.), *Inventário...*, n.º 52.

¹⁶¹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 18.

¹⁶² Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 19.

¹⁶³ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 11, n.º 205.

¹⁶⁴ Cf. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso II, Livro de Registo de D. Afonso II*, fl. 41 v. e também *Mosteiro de São Bento de Avis*, maço 2, n.º 72.

¹⁶⁵ Cf. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso II, Livro de Registo de D. Afonso II*, fl. 41 v.

¹⁶⁶ Cf. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso II, Livro de Registo de D. Afonso II*, fl. 64 v. e também *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 12, n.º 222.

*tuum*¹⁶⁷. Constata-se, assim, em face da documentação existente, que o campo de Alvalade constituía um espaço privilegiado para o cultivo vitivinícola.

Além das referências a Alvalade, surgem também indicações ao lugar de *Benefarzom*¹⁶⁸ ou *Benalfarzom*¹⁶⁹, o qual se situaria dentro dos limites de Alvalade, visto que, nos documentos que se lhe referem, alude-se sempre a uma relação de dependência. Este topónimo – cujo étimo *ben-* parece apontar para uma fixação clânica, como já aludimos supra (embora não nos tenha sido possível descortinar qual a raiz do segundo elemento da palavra)¹⁷⁰ – parece não ter subsistido até aos nossos dias; a última referência ao sítio na documentação que compulsámos data, como veremos, de 1220.

Quanto ao lugar de Fanhões, a ocidente de Bucelas, surge também representado na documentação desde Dezembro de 1185 (com a compra de uma herdade a Paio Velho)¹⁷¹, com novas compras em Setembro de 1187 (um terço de uma herdade nesse mesmo lugar do termo de Lisboa)¹⁷², Março de 1193 (uma herdade)¹⁷³ e Maio de 1211 (uma vinha)¹⁷⁴. Tal como no caso de Bucelas, São Vicente parece ter investido especialmente na aquisição de herdades, figurando apenas a compra de uma vinha entre os bens que o mosteiro aqui comprou.

Também Bucelas, que pode ou não ter origem numa alcaria muçulmana, como já dissemos, surge mencionada desde cedo na documentação vicentina: cartas de compra e

¹⁶⁷ Cf. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso II, Livro de Registo de D. Afonso II*, fl. 41 v.

¹⁶⁸ Compra de uma vinha em Maio de 1189 (cf. Maria Teresa Barbosa Acabado (ed.), *Inventário...*, n.º 20) e Janeiro de 1199 (id., *ibid.*, n.º 28)

¹⁶⁹ Compra de uma vinha em Janeiro de 1204 (cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 22).

¹⁷⁰ Cf. A. H. de Oliveira Marques, «O “Portugal” Islâmico»..., pp. 140-143; sobre a ocupação arabo-berbere na região ocidental do Ândalus, veja-se o estudo clássico de Hermann Lautensach, *Maurische Züge im geographischen Bild der Iberischen Halbinsel*, Bonn, In Kommission bei Ferdinand Dümmlers Verlag, 1960.

¹⁷¹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 3.

¹⁷² Cf. Maria Teresa Barbosa Acabado (ed.), *Inventário...*, n.º 12.

¹⁷³ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 16.

¹⁷⁴ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 42.

venda de herdades em Bucelas e Romeira em Julho¹⁷⁵ e Outubro de 1190¹⁷⁶, de um tojal em Novembro de 1190¹⁷⁷, de uma herdade em *Zima de Abuzelas* em Janeiro de 1191¹⁷⁸ e de outra em Bucelas e Romeira em Fevereiro desse mesmo ano¹⁷⁹. Nesta região, mais distante de Lisboa, celebrizada pela produção vinícola, os interesses de São Vicente parecem ter-se centrado, nos finais do século XII, nas terras de herdamento.

Quanto ao lugar de Concha, no termo de Lisboa, está atestado desde Abril de 1183 (com a compra, pelo mosteiro de São Vicente, de um quarto de uma vinha)¹⁸⁰, figurando também na doação de D. Sancho I datada de Novembro de 1197 de bens vários em Carnide, Concha e Xabregas¹⁸¹ e na compra de uma vinha por São Vicente, em Fevereiro de 1209¹⁸².

Do lugar de Carnide, também no termo de Lisboa, existem menções desde Setembro de 1187 (Fernando Pires doa meia herdade ao mosteiro de São Vicente de Fora)¹⁸³, figurando em outros actos jurídicos de Fevereiro de 1191 (doação de uma herdade ao mosteiro)¹⁸⁴, Fevereiro de 1192 (doação de uma vinha ao mosteiro)¹⁸⁵, Setembro de 1197 (D. Sancho I doa herdades em Carnide, vinhas em Concha, uma almuinha em Xabregas e outros bens a Miguel, mestre dos engenhos, e sua esposa, Maria Mendes, segundo carta de confirmação de seu filho Afonso II de Maio de 1218)¹⁸⁶, Novembro de 1200 (São Vicente compra uma herdade a Susana Fernandes, Gonçalo Pestana, Gonçalo Pires e

¹⁷⁵ Cf. Maria Teresa Barbosa Acabado (ed.), *Inventário...*, n.º 31.

¹⁷⁶ Id., *ibid.*, n.º 32.

¹⁷⁷ Id., *ibid.*, n.º 34.

¹⁷⁸ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 7.

¹⁷⁹ Cf. Maria Teresa Barbosa Acabado (ed.), *Inventário...*, n.º 36.

¹⁸⁰ Cf. Maria Teresa Barbosa Acabado (ed.), *Inventário...*, n.º 9.

¹⁸¹ Cf. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso II, Livro de Registo de D. Afonso II*, fls. 61-61 v.

¹⁸² Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 37.

¹⁸³ Cf. Maria Teresa Barbosa Acabado (ed.), *Inventário...*, n.º 22 e 60.

¹⁸⁴ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 8.

¹⁸⁵ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 9.

¹⁸⁶ Cf. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso II, Livro de Registo de D. Afonso II*, fls. 61-61 v.

Soeiro Nunes por 4 morabitinos)¹⁸⁷ e Setembro de 1204 (o mosteiro afora uma herdade)¹⁸⁸.

O lugar de Malapados, no termo de Lisboa, aparece pela primeira vez em Novembro de 1190¹⁸⁹, na compra de uma vinha pelo mosteiro de São Vicente de Fora, desaparecendo da documentação após figurar numa doação de D. Afonso II de vários bens em Lisboa e seu termo, entre os quais uma vinha no mesmo lugar (Junho de 1218)¹⁹⁰.

Odivelas surge pela primeira vez mencionada na compra que o mosteiro de São Vicente faz de umas herdades ao comendador do Hospital de São João de Lisboa, Paio, em Outubro de 1190, juntamente com outras herdades em Bucelas e na Romeira, a que atrás aludimos¹⁹¹.

Em 1 de Maio de 1191, segundo informação de D. Rodrigo da Cunha na sua *História Eclesiástica da Igreja de Lisboa*, o bispo de Lisboa, D. Soeiro, teria procedido a uma divisão de bens entre a mesa episcopal e capitular de Lisboa. Não lográmos encontrar este documento, citado por vários historiadores, mas achámos por bem referenciá-lo na presente dissertação, visto referir que D. Soeiro permutava as rendas da igreja de São Pedro de Alfama com o cabido, e reservava para si, em troca, as das paróquias de Sacavém, Frielas, Unhos e Vila Verde dos Francos, que haviam pertencido até aí à fábrica do cabido¹⁹².

Este documento reveste-se para nós de importância por três razões – em primeiro lugar, porque constitui a mais antiga menção que encontrámos a estas três paróquias do termo de Lisboa (após o que voltam apenas a constar da «inquirição» de c. 1220, como lugares, mas sem referências à sua dignidade paroquial); em segundo, revela o interesse que o bispo D. Soeiro teve em permutar as prebendas de Alfama pelas das paróquias (o

¹⁸⁷ Cf. Maria Teresa Barbosa Acabado (ed.), *Inventário...*, n.º 29.

¹⁸⁸ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 23.

¹⁸⁹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 6.

¹⁹⁰ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 2, n.ºs 6 e 7.

¹⁹¹ Cf. Maria Teresa Barbosa Acabado (ed.), *Inventário...*, n.º 32.

¹⁹² Cf. D. Rodrigo da Cunha, *História Eclesiástica da Igreja de Lisboa*, Lisboa, Manuel da Silva, 1642, fl. 99.

que certamente teria que ver com a sua posição geográfica, em terras de aluvião, que contribuiria para uma valoração das rendas que aí obteria); finalmente, parece-nos relevante que as igrejas de Sacavém, Frielas e Unhos apareçam mencionadas em conjunto, já que, como veremos adiante, ao serem constituídas em terras reguengueiras, surgem usualmente também agrupadas¹⁹³. Poderemos daqui inferir que as localidades situadas no curso inferior do rio de Sacavém constituíam já reguengos em 1191?

Chelas aparece referenciada desde Fevereiro de 1192, numa doação ao mosteiro de São Vicente de uma vinha, em conjunto com outra em Carnide, um moinho em São Gens e outro em Almofala¹⁹⁴. Volta a ser mencionada numa doação de uma vinha, entre outros bens, ao mesmo mosteiro, datada de Dezembro de 1211¹⁹⁵. Quanto a Almofala, já referida, surge também na doação de um campo ao mosteiro de São Vicente, em Novembro de 1209¹⁹⁶.

Em Julho de 1192, D. Sancho I faz doação a Pedro Pais da Maia, alferes de D. Afonso Henriques, que se queria fazer eremita, de várias propriedades na região do termo de Sintra, a saber: a albergaria de Atrinces, com suas herdades e pertenças, a cela de Colares, a herdade do Covão (hoje em Rio de Mouro) e a ermida de São Saturnino, na Serra de Sintra¹⁹⁷; esta doação será mais tarde confirmada por seu neto Afonso III em 21 de Julho de 1261¹⁹⁸.

¹⁹³ Sobre o reguengo de Sacavém-Frielas-Unhos, veja-se o velho estudo de Pedro de Azevedo, «Os reguengos da Estremadura na 1.ª Dinastia», *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XI – *Miscelânea de estudos em honra de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos*, Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933, pp. 577-634.

¹⁹⁴ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 9.

¹⁹⁵ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 43.

¹⁹⁶ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 38.

¹⁹⁷ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 10.

¹⁹⁸ Cf. *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I*, vol. 1, transcrição e edição de Leontina Ventura e António Resende de Oliveira, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, pp. 292-294, doc. 272.

Em 1 de Fevereiro de 1194, D. Sancho I doa à Ordem de Santiago uma herdade e casa em Santos, mandada edificar por D. Afonso Henriques em honra dos mártires Veríssimo, Máxima e Júlia, a fim de aí se edificar um convento para a Ordem¹⁹⁹.

Em Agosto de 1194, o mosteiro de São Vicente compra uma herdade em Águas Livres²⁰⁰ e, em Novembro do mesmo ano, partes de outras duas herdades na mesma povoação²⁰¹, no termo de Lisboa.

Em Janeiro de 1195, D. Sancho I concede foral aos habitantes do castelo de Povos²⁰², com a obrigação *ad populandum iure hereditario*. Trata-se do primeiro espaço a emergir do termo de Lisboa com foral próprio, o primeiro de uma série de concelhos que serão criados, junto ao Tejo, quer pelo rei, quer por privados. Com efeito, em 1203, o bispo de Lisboa, D. Soeiro II, concede foral à vila de Alhandra, a qual fica assim constituída em donataria do bispo; em Abril de 1206, D. Sancho I doa a D. Froila Hermiges uma herdade em Cira com seus termos e mata²⁰³, a qual virá a ter carta de foral passada pelo mesmo donatário em Novembro de 1212²⁰⁴. Estes três concelhos da margem esquerda do Tejo, a Norte de Lisboa, irão todos seguir o modelo do tríplice foral de Lisboa-Santarém-Coimbra de 1179.

A mais antiga referência ao lugar de Xabregas²⁰⁵ aparece numa doação de D. Sancho I datada de Setembro de 1197 (através de confirmação de Maio de 1218 inserta

¹⁹⁹ Cf. Paula Pinto Costa (ed.), *Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o Estudo das Ordens Religioso-Militares*, n.º 7 – *Livro dos Copos*, vol. I, Porto, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade/Fundação Eng. António de Almeida, 2006, doc. 179.

²⁰⁰ Cf. Maria Teresa Barbosa Acabado (ed.), *Inventário...*, n.º 37.

²⁰¹ Cf. Maria Teresa Barbosa Acabado (ed.), *Inventário...*, n.º 49.

²⁰² Cf. *PMH – Leges*, pp. 491-493.

²⁰³ Cf. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso II, Livro de Registo de D. Afonso II*, fls. 60 v.

²⁰⁴ Cf. Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira (eds.), *Documentos de D. Sancho I*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1979, p. 252.

²⁰⁵ António Rei propõe que o topónimo Xabregas (primitivamente, *Enxobregas*), seja derivado do ár. *al-šubbāka* (rede de pesca) ou *al-šubbāk* («fabricante de redes»); cf. António Rei, «Ocupação humana no alfoz de Lisboa durante o período islâmico»..., pp. 26-27.

Registo da Chancelaria de D. Afonso II)²⁰⁶, pela qual o rei doa uma almuinha a Miguel, mestre dos engenhos e sua esposa, Maria Mendes; voltando a surgir referenciada na doação de uma salina em Xabregas, entre particulares, em 1206²⁰⁷, e de novo em 1218, na venda de uma vinha e de um almuinha²⁰⁸.

Em Janeiro de 1205, o mosteiro de São Vicente adquire uma herdade e uma almuinha no lugar do Furadouro, no termo de Lisboa, confrontando com o rio de Buce-las²⁰⁹. Em Janeiro do ano seguinte, o mosteiro recebe, em doação, umas casas com um lagar no lugar da Lapa, no termo de Lisboa²¹⁰. Em data indeterminada durante 1206²¹¹, procede-se a uma doação entre particulares de uma herdade em Alverca, no lugar do Carvalhal de Cima.

Em Abril de 1206 data a mais antiga referência à granja de Alpriate, no termo de Lisboa, com a compra, pelo mosteiro de São Vicente, de uma herdade a Soeiro Sapateiro e sua mulher, Auroana Gonçalves²¹². Em Junho do mesmo ano, o mosteiro volta a comprar aos mesmos (Soeiro e Auroana) outra herdade que estes detinham em Alpriate²¹³.

Em Março de 1208, surge a primeira referência ao lugar da Palma, no termo de Lisboa, com a compra de uma vinha entre privados²¹⁴. Em Novembro desse mesmo ano, numa compra de uma oliveira entre particulares, menciona-se pela primeira vez o lugar de Abóboda (*Aboueda*)²¹⁵, que volta a surgir referenciado numa doação de uma vinha ao

²⁰⁶ Cf. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso II, Livro de Registo de D. Afonso II*, fls. 61-61 v.

²⁰⁷ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 1, n.º 29.

²⁰⁸ Cf. A.N.T.T., *Colecção Especial*, Parte I, cx. 81, maço 2, n.º 53.

²⁰⁹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 1, n.º 24.

²¹⁰ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 1, n.º 30.

²¹¹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 1, n.º 29.

²¹² Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 1, n.º 31.

²¹³ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 1, n.º 32.

²¹⁴ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 1, n.º 35.

²¹⁵ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 1, n.º 36.

mosteiro de São Vicente de Fora, em Dezembro de 1212²¹⁶. Em 12 de Dezembro de 1210, o rei D. Sancho I doa a Mendo Gomes e sua mulher, Maria Anes uma herdade no lugar do Louro, no termo de Lisboa²¹⁷. Também de 1210 data a mais antiga referência ao lugar de Pexiligais, já no termo de Sintra²¹⁸.

Em Março de 1216, o mosteiro de São Vicente adquire, por doação, duas vinhas, uma no lugar da Várzea²¹⁹ e outra no de Redonda²²⁰, sendo ambas localizadas no termo de Sintra; em Novembro de 1220, esta vinha em Redonda é vendida a um particular²²¹.

Em Junho de 1218, o rei doa vários bens a um certo D. Geraldo e sua mulher: casas na Alcáçova de Lisboa, seis casais em Salzeda, uma herdade em Queluz, outra em Barouta, dois casais em Romeira, uma vinha no Lumiar (*Lumenar*²²²), outra em Fontoura, outra em Malapados e outra em Arroios, tudo no termo de Lisboa²²³. Pela mesma altura, doa ao Prior D. Estêvão e convento do mosteiro de São Vicente, a herdade do Tojal, no termo de Lisboa, com todas as suas pertenças e jurisdição cível e criminal, a fim de que o mesmo seja povoado²²⁴.

Assim, em 1220, encontram-se já atestadas as seguintes trinta e três unidades de povoamento no termo de Lisboa, sendo que na maior parte dos casos, se encontravam ocupadas com terras de herdade e vinhas, surgindo, numa escala muito menor, os oli-

²¹⁶ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 43.

²¹⁷ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 11, n.º 205.

²¹⁸ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de Santa Cruz*, livro 6, fl. 10, *apud* Mário Farelo, «Rio de Mouro na Idade Média», *Olhares sobre a História. Estudos Oferecidos a Iria Gonçalves*, dir. de Maria do Rosário The-mudo Barata e Luís Krus e coord. de Amélia Aguiar Andrade, Hermenegildo Fernandes e João Luís Inglês Fontes, Casal de Cambra, Caleidoscópio [et al.], 2009, p. 228.

²¹⁹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 2, n.º 1.

²²⁰ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 2, n.º 2.

²²¹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 2, n.º 12.

²²² António Rei propõe que o topónimo Lumiar, seja derivado do árabe *almenara*, isto é, a torre da mesquita (cf. António Rei, «Ocupação humana no alfoz de Lisboa durante o período islâmico»..., p. 35).

²²³ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 2, n.º 6 e 7.

²²⁴ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 2, n.º 8 e *Colecção Especial*, cx. 28, n.º 411. Trata-se de um topónimo particularmente sugestivo, localizado na margem do esteiro de Loures, dando a entender que a região estaria recoberta de tojo (*Ulex europæus*).

vais, os tojais e os campos: Abóboda, Águas Livres, Almofala, Alpriate, Alvalade, Alvalade Menor ou Pequeno, Alverca (Carvalho de Cima), Arroios, Barouta, Belas, Benalfarzem, Bucelas, Carnide, Chelas, Concha, Fanhões, Fontoura, Frielas, Furadouro, Lapa, Loures, Louro, Lumiar, Malapados, Odivelas, Palma, Queluz, Romeira, Sacavém, Salzedá, Santos, Tojal e Unhos. No termo de Sintra, encontramos seis povoados: Atrincês, Colares, Covas, Meleças, Redonda e Várzea, para além da referência à ermida de São Saturnino. Fora destes termos, encontramos os lugares de Cira (Xira) e o castelo de Povos, já constituídos também em concelhos autónomos²²⁵.

5. A «INQUIRIÇÃO» DE C. 1220

Datada criticamente por Rui de Azevedo de c. 1220²²⁶, através da análise dos seus dados internos (visto o documento não se encontrar datado), sobrevive, na colecção das *Gavetas da Torre do Tombo*²²⁷, um singular documento que alude a vários bens régios e das ordens militares em Lisboa, Sintra, Torres Vedras e seus termos. Apesar de todos os problemas colocados pela sua datação e pela própria tipologia do mesmo (tratar-se-ia de uma verdadeira inquirição ou apenas de um apontamento da chancelaria régia, que sobreviveu por acaso à passagem dos séculos?), esta «inquirição» constitui fonte importante para traçarmos uma radiografia de Lisboa e seus arredores em 1220, ou seja, perto de 70 anos após a «Reconquista»²²⁸.

²²⁵ Vide infra, *Anexos*, Mapa II.

²²⁶ Cf. Rui Pinto de Azevedo, «Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores», *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Dir. de António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, vol. I, Lisboa, Ática, 1937, p. 54.

²²⁷ Cf. A.N.T.T., *Gavetas*, I, maço 2, n.º 18.

²²⁸ A inquirição foi publicada primeiramente por João Pedro Ribeiro na *Memória para a História das Inquirições dos Primeiros Reinados de Portugal*, Coimbra, 1815, doc. 2, pp. 9-16; mais tarde Gabriel Pereira voltou a publicá-la (*Lisboa e seus arredores (Inquirições do reinado de D. Afonso III. Século XIII)*, Lisboa, 1902, pp. 9-15 e, mais recentemente, foi a vez de José Manuel Vargas, em «O património das ordens militares em Lisboa, Sintra e Torres Vedras, segundo uma inquirição do reinado de D. Afonso II», *Ordens Militares. Guerra, Religião, Poder e Cultura. Actas do III Encontro sobre Ordens Militares. Palmela, 22 a 25 de Janeiro de 1998*, coord. de Isabel Cristina Ferreira Fernandes, vol. II., Lisboa/Palmela, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 1999, pp. 105-129. Servimo-nos da última edição para todas as referências ao longo do presente capítulo.

Através desta inquirição verifica-se que as ordens militares detinham um importante conjunto de propriedades no espaço urbano e, sobretudo, nos extensos alfozes de Lisboa e Sintra. A «inquirição» revela um território bastante estruturado, no qual observamos, a par de vários lugares que já conhecemos através dos cartórios monásticos, novas unidades de povoamento. Assim, por exemplo, a Ordem do Hospital possuía, no termo de Lisboa, terras de tipologia diversa, como vinhas (três no lugar de *Benafarzem* – próximo a Alvalade, como já vimos –, duas em Campolide, duas no Lumiar, uma em Arroios, uma em Alfundão²²⁹, com o seu olival, uma em Concha e outra ainda junto a São Vicente, com as suas figueiras), granjas (uma em Alcântara, com os seus moinhos e salinas; outra em Água Livre, com o seu casal; outra ainda em Odivelas, com três casais; e outra em Alhandra com oito casais), casais (um no Louro²³⁰, o qual fora de Diogo Pais; um na Falagueira e outro ainda em Bucelas), olivais (um no lugar de Garimsancho²³¹, outro em Marvila), moinhos (um no Furadouro e metade doutro em Bucelas) e herdades (em Bucelas, a herdade que fora de Martinho Honorigues). No termo de Sintra, detinha uma granja em Almargem, com três casas, um campo «in loco qui dicitur domnj velasqui»²³² e uma courela no lugar a que chamam de Vila Verde.

A Ordem do Templo detinha, no termo de Lisboa, vinhas (uma em Xabregas, outra em Concha, outra em Arroios e outra em Malapados), granjas (uma no Lumiar, com dois casais; outra em Odivelas, com dois moinhos; e outra ainda em Alpriate, com salinas), almuinhas (em Xabregas) e ainda uma peça de herdade (em Trigache). No termo de Sintra, possuía herdades (uma no Vimeiro, outra em Almoçageme e outra na Adraga), um pomar (no lugar de Almoester), uma granja com quatro casais (no lugar de *Mazanaria*, que deverá estar por Maceira), bem como casais (em Ravanque).

²²⁹ Alfundão deverá hoje ser o Vale Fundão, sito entre as freguesias de Marvila e Santa Maria dos Olivais (cf. José Manuel Vargas, *op. cit.*, p. 109).

²³⁰ O Louro é actualmente um sítio da freguesia da Brandoa, na Amadora (id., *ibid.*, p. 109).

²³¹ Lugar hoje desaparecido, mas provavelmente na região oriental de Lisboa, na freguesia de Marvila (id., *ibid.*, p. 109).

²³² Id., *ibid.*, p. 119. Este lugar de D. Vasco aparecerá, mais adiante, na documentação, já como «Chão de D. Vasco» e manteve-se na toponímia até ao início do século XX, na zona da actual Portela de Sintra (id., *ibid.*, p. 110).

A Ordem de Santiago detinha o mosteiro de Santos, com duas vinhas, bem como uma almuinha, figueiral e salinas; vinhas (uma em Arroios, outra em Beirolas e outra em Chelas) e herdades (uma em Câmara e outra em Trigache). Os frades de Calatrava (isto é, a Milícia de Évora, antes de se ter convertido em Ordem de Avis), possuía três vinhas no termo de Lisboa (em Alvalade, Arroios e Castanheiro de Alvalade).

O mosteiro de São Vicente possuía, além do território da paróquia que lhe fora concedida logo aquando da fundação, no amplo espaço rural de Lisboa, sobretudo vinhas (três em Chelas, três em Telheiras e uma em cada uma dos seguintes lugares: Alvalade, Andaluzes, Carnide, Concha, Leceia, Lumiar, Palma e Repeles), herdades (uma em Abrachal, com casal; outra em Aqualva, com dois casais; uma em Carnide; e outra em Queluz, também com casal), e granjas (uma em Água Livre; outra na Romeira, com dois casais, e outra ainda em São Julião [do Tojal], com 15 casais, vinhas, moinhos e salinas).

O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra detinha, no termo de Lisboa, vinhas (uma na Charneca, outra em Concha, com olival), herdades (em Alpriate, com dois casais, e em Loures, com moinhos de água), olivais (na Abóboda), e salinas (em Frielas); no de Sintra, possuía duas granjas, uma em Almargem e outra em *Nouolas* (com sete casais). Finalmente, os frades do mosteiro do Banho (nas proximidades de Barcelos) detinham também uma vinha em Andaluzes.

A «inquirição» fala ainda do que é devido ao rei no reguengo de Sacavém e conclui-se com uma lista das igrejas paroquiais existentes na diocese de Lisboa e que pagavam finta, a saber: a igreja de São Félix de Chelas, as igrejas dos montes (São Pedro de Barcarena, Santa Maria de Bucelas, Santa Maria de Belas, São Pedro de Lousa, Santa Maria de Loures, Santo António de Fanhões, São Julião da Albergaria de Monte Aiseque²³³, Santa Maria de Vila Franca de Xira), e ainda a igreja de São João de Lexim, no termo de Sintra, e de Santa Maria de Povos. Não surgem assim mencionadas igrejas paroquiais relativamente às quais já temos informações anteriores (casos de Carnaxide,

²³³ O topónimo *Monte Aiseque*, aqui citado, tem sido interpretado como referindo-se a Montachique, hoje mero lugar repartido entre as freguesias de Lousa e Fanhões.

Frielas, Unhos e Sacavém – esta última, mencionada como reguengo, mas não como paróquia)²³⁴.

Da análise desta inquirição, verifica-se que a maior parte das referências se reporta a terras de vinha, logo seguidas por granjas e herdades. Embora muitos dos topónimos aqui arrolados já surgissem em anteriores instrumentos notariais, aparecem, ainda assim, 18 novos locais referenciados no termo de Lisboa (Abrachal, Agualva, Alfundão, Alcântara, Alhandra, Andaluzes, Barcarena, Câmara, Charneca, Falagueira, Garimsancho, Leceia, Lousa, Marvila, Monte Aiseque/Montachique, Repeles, Telheiras e Triga-che) e dez no de Sintra (Adraga, Almargem, Almoçageme, Almoester, Lexim, lugar de D. Vasco, Maceira, Ravanque, Vila Verde e Vimeiro)²³⁵.

6. EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO ENTRE 1220 E 1321

Os cem anos que mediam entre a «inquirição» de 1220 e o «rol das igrejas» de 1321 foram profícuos, se não no estabelecimento de novas unidades de exploração no Baixo Vale do Tejo, pelo menos, no seu aparecimento na documentação que chegou até nós. Alguns topónimos mais arcaizantes desapareceram por completo da documentação, e vão surgindo referências que nos permitem traçar um mapa bastante completo da ocupação humana da Estremadura Austral ao longo do século XIII e primeiro quartel do século XIV.

O mosteiro de São Vicente vai continuar a engrandecer os seus domínios e, concomitantemente, vão surgindo na documentação produzida novas referências à ocupação do espaço em torno de Lisboa. Assim, o prior D. Gonçalo e cabido vão adquirir quatro granjas em Alpriate, através de cartas de compra de 18 de Junho de 1221²³⁶, Maio de 1223²³⁷, 1225²³⁸ e Novembro de 1229²³⁹. Por seu turno, o mosteiro de Santos inicia

²³⁴ Vide infra, *Anexos*, Mapa III.

²³⁵ Vide infra, *Anexos*, Mapa IV.

²³⁶ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 2, n.º 14.

²³⁷ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 2, n.º 19.

²³⁸ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 2, n.º 21.

também a aquisição de propriedades no termo de Lisboa, comprando vinhas em Campolide (Novembro²⁴⁰ e Dezembro de 1226²⁴¹), naquilo que constitui a primeira referência a este local após a menção na carta do cruzado inglês, em 1147. Em 1233, o mesmo mosteiro empraça uma herdade na Lousa, no termo de Lisboa²⁴².

Entre o final da década de 1220 e a década e 1250, São Vicente vai diversificar as suas compras, adquirindo novas propriedades em regiões cada vez mais distantes do mosteiro e, também, da cidade de Lisboa. Assim, em 8 de Abril de 1227, vai comprar uma herdade no lugar de Arranhó (*Aranoo*)²⁴³, no termo de Lisboa e, em Maio de 1238, parte de uma outra herdade sita no mesmo lugar de *Ranoo*, a Fernando Anes e sua esposa Gontinha Mendes²⁴⁴.

Em Junho de 1238, compra uma herdade em Manique, no termo de Sintra²⁴⁵, em Março de 1243, uma outra herdade no mesmo lugar de Manique²⁴⁶; e em Novembro de 1257, adquire por doação uma outra herdade em Manique²⁴⁷. Em Julho de 1238, compra outra herdade nos lugares de Galamares e Redonda, também no termo de Sintra²⁴⁸. Em Dezembro de 1238, o mosteiro compra uma herdade no lugar da Pipa, no termo de Lisboa²⁴⁹. Em Julho de 1240, compra parte de uma marinha, uma salina e um figueiral no Tojal, igualmente no termo de Lisboa²⁵⁰; em Maio do ano seguinte, uma salina e um

²³⁹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 2, n.º 31.

²⁴⁰ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx. 6, maço 1, n.º 1.

²⁴¹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx. 6, maço 1, n.º 15.

²⁴² Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx. 10, maço 3, n.º 21.

²⁴³ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 2, n.º 26.

²⁴⁴ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 2, n.º 41.

²⁴⁵ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 2, n.º 42.

²⁴⁶ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 2, n.º 47.

²⁴⁷ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 3, n.º 28.

²⁴⁸ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 2, n.º 43.

²⁴⁹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 2, n.º 44.

²⁵⁰ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 2, n.º 45.

figueiral junto da Fonte do Judeu, no lugar de São Julião [do Tojal]²⁵¹ e, em 8 de Maio de 1251, o mosteiro realiza um escambo com D. Afonso III, trocando uma azenha velha junto ao braço de mar em São Julião do Tojal por uma herdade lugar do Codesseiro, em São Julião da Guarda²⁵². Relativamente a São Julião do Tojal, sabemos que já se achava erigida em igreja colegiada, tal como se depreende de uma carta do bispo de Lisboa D. Aires, datada de 6 de Março de 1245, pela qual concedia ao prior e convento de São Vicente, na qualidade de padroeiros, a faculdade de apresentar cónegos na igreja de São Julião²⁵³.

Em Julho de 1244, o mosteiro de São Vicente arrenda, por 12 morabitanos, a Martinho de Lisboa, uma herdade em Caparide²⁵⁴ e, em Setembro de 1253, Martinho Anes de Coruche e sua esposa Gontinha Peres doam ao mosteiro cinco oliveiras no lugar de Leceia (*Lecena*), no termo de Lisboa²⁵⁵. Leceia surge também referenciada num escambo por uma vinha e herdade em Carnide, pertença do Mosteiro de São Vicente, por quatro vinhas no termo de Lisboa, nos lugares de Alvalade, Leceia, e Requeixada, em Algés, pertença de Martim Pais, dito Paiã, em Novembro de 1259²⁵⁶.

Em 1255, Domingos Soares, recebedor da igreja de Santa Maria da Arruda, doa ao mosteiro uma vinha e metade de um lagar na mesma vinha no lugar onde chamam Chão de D. Vasco («planũ doñj uãlascj»), no termo de Sintra, a que já anteriormente aludimos²⁵⁷. Há outras referências ao termo de Sintra por esta mesma altura, o que nos permite configurar a sua dimensão espacial com algum rigor: em 16 de Maio de 1255, D. Afonso III afora a Pedro Miguéis e sua esposa, Maria Esteves, o reguengo de Colares, no termo de Sintra²⁵⁸ (o que parece indicar que, em data anterior a esta, Colares já se

²⁵¹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 2, n.º 46.

²⁵² Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 3, n.º 13 e 14.

²⁵³ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 3, n.º 6.

²⁵⁴ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 3, n.º 5.

²⁵⁵ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 3, n.º 15.

²⁵⁶ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 3, n.º 37.

²⁵⁷ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 3, n.º 22.

²⁵⁸ Cf. *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I*, vol. 1, pp. 290-291, doc. 717.

acharia constituída em terra reguengueira); em 13 de Julho de 1256, o concelho de Sintra confirma uma doação que D. Afonso III fizera ao seu chanceler, D. Estêvão Anes, de uma herdade no «Esturil que [sic] est in termino de Sintra»²⁵⁹.

D. Afonso III vai também engrandecer o património monástico de São Vicente, poucos anos volvidos da sua subida ao trono, aforando-lhe três casais em Ribamar, no lugar chamado Algés («in ripa maris in loco qui dicitur Alget»), em 15 de Março de 1256²⁶⁰; um pouco mais tarde, Algés surge num já citado escambo de propriedades entre o Mosteiro de São Vicente e Martim Pais Paiã de Novembro de 1259²⁶¹.

Pelo final da década, surgem atestadas várias transacções entre particulares ou com o mosteiro de São Vicente na região de Telheiras, no termo de Lisboa: em Fevereiro de 1258, João Peres, soldado, e sua mulher, D. Tarasia, compram, a Martim Paiã e sua mulher, Teresa Pais, pela quantia de 42 morabitanos, uma casa e uma courela de campo nesse lugar²⁶²; em Abril do mesmo ano, é a vez de João Lopes e sua mulher, D. Graciana, comprarem a Mateus Anes e sua mulher, Marinha Froiaz, e a Pedro Fernandes e esposa, Elvira Froiaz, a oitava parte dos bens que foram de Froia, aí situados²⁶³; no mês seguinte, é a vez de o mosteiro adquirir, ao citado Pedro Fernandes e esposa, pelo preço de 25 libras de moeda portuguesa, uma vinha e uma almuinha em Telheiras²⁶⁴.

São Vicente parece também ter tido interesse no povoamento e exploração de vários espaços onde já detinha bastantes interesses – nesse sentido, são de destacar duas cartas de povoação passadas pelo mosteiro: a primeira, de 23 de Janeiro de 1258, mandando povoar a Charneca de São Julião, próxima das azenhas que o mosteiro tinha junto do braço do mar, no Tojal, concedendo privilégios a todos os povoadores que aceitarem courelas nessa charneca, bem como aos seus descendentes, a título hereditário e perpé-

²⁵⁹ Cf. *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I*, vol. 1, pp. 116-117, doc. 106, e ainda *Livro I*, vol. 2, pp. 71-72, doc. 474.

²⁶⁰ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 3, n.º 26; e ainda *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I*, vol. 1, pp. 89-90, doc. 74.

²⁶¹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 3, n.º 37.

²⁶² Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 3, n.º 30.

²⁶³ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 3, n.º 31.

²⁶⁴ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 3, n.º 33.

tuo, contra o pagamento de várias exações ao mosteiro²⁶⁵; a segunda, de Março de 1259, faculta idênticos privilégios aos povoadores de Carnide²⁶⁶.

Em Junho de 1258, mestre Gregório, cónego de São Vicente, vende a Martinho Pais e sua mulher, Domingas Martins, 12 oliveiras no lugar da Abóboda, no termo de Lisboa²⁶⁷.

De uma carta de D. Afonso III datada de 20 de Agosto de 1258, verificamos que a povoação de Frielas (que, como já aflorámos, poderia muito bem já estar constituída em reguengo por esta data) detém já um alvazil próprio, porquanto o rei concede ao conceelho de Lisboa e ao alvazil da povoação autorização para aforar, a Estêvão Fernandes de Lisboa, uma salina sita em Frielas, mediante fiador²⁶⁸.

A partir da década de 1260, e com o aumento da documentação disponível, verificamos uma tendência para a ocupação de certos espaços por determinadas casas monásticas. Assim, por exemplo, sabemos que, em Maio de 1260, o mosteiro de Chelas adquire, por doação, a duas peças de campo nas marinhas a que chamavam de Mazolhas, no Tojal²⁶⁹; em Março de 1262, Gil Durães renunciava, a favor do mosteiro de São Vicente de Fora, aos direitos que tinha a dois casais em Alhandra, que haviam sido de seu pai, D. Durando Froile, cónego do dito mosteiro²⁷⁰; em 1263, a Ordem de Avis demandava uma vinha no lugar de Alvalade, que pertencia a D. Teresa, mulher de D. Gonçalo Fernandes²⁷¹, e em 22 de Março desse mesmo ano, Paio Afonso e sua mulher, D. Maior,

²⁶⁵ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 3, n.º 29. Este documento, compilado por Herculano nos *PMH – Leges* (pp. 683-684), não constitui, a nosso ver, uma carta de foral (como parece considerar, por exemplo, António Matos Reis, in *História dos Municípios [1050-1383]*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 52 e 114), como os demais documentos aí transcritos sequencialmente, mas antes uma simples carta de povoamento – fala somente de tributos e regalias, mas sem aludir a quaisquer instituições municipais – ainda que muitos forais as omitam também, por serem matéria, muitas das vezes, consuetudinária.

²⁶⁶ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 3, n.º 36.

²⁶⁷ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 3, n.º 34.

²⁶⁸ Cf. *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I*, vol. 1, pp. 195-196, doc. 175.

²⁶⁹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 3, n.º 57.

²⁷⁰ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 3, n.º 45.

²⁷¹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Bento de Avis*, maço 2, n.º 124.

ambos vizinhos de Lisboa, faziam doação, ao mosteiro de Alcobaça, de uma herdade em Paradela e de uma vinha na Charneca, ambas no termo de Lisboa²⁷².

O Mosteiro de Santos-o-Novo vai demonstrar um grande interesse na área de Alfoanel²⁷³: adquire bens diversos aí situados em 2 de Novembro de 1265²⁷⁴, e uma herdade em Janeiro de 1269²⁷⁵; em Janeiro de 1267, Fernão Martins doa ao mosteiro um casal em Alfoanel²⁷⁶; em 6 de Setembro de 1271²⁷⁷, uma freira do mosteiro adquire, por escambo, um herdamento, havendo registo de uma venda de uma herdade (seria a mesma?) apenas três dias mais tarde²⁷⁸; em 25 de Junho de 1279, o mosteiro compra um herdamento em Alfoanel²⁷⁹; em 3 de Fevereiro de 1292, o mosteiro adquire vários bens aí situados²⁸⁰, e afora herdades em 13 de Dezembro de 1295²⁸¹ e 15 de Agosto de 1315²⁸², bem como um casal em 24 de Janeiro de 1319²⁸³.

Quanto a São Vicente, continua a investir em lugares cada vez mais afastados da sua área de influência, adquirindo, por compra, um olival na Abóboda (Junho de 1266)²⁸⁴ e, através de doação de Vicente Martins, clérigo raçoeiro de Santa Marinha do Outeiro, um figueiral e uma courela de vinha em Almofala, no termo de Lisboa (Julho

²⁷² Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 2.ª incorporação, maço 1, n.º 3.

²⁷³ Segundo o Pe. João Baptista de Carvalho, *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno*, tomo III, p. 456, no século XVIII a povoação, então situada na freguesia de Benfica, ainda se chamava Alfoanel, correspondendo à actual Alfoanelos, na Amadora.

²⁷⁴ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx. 7, maço 2, n.º 12.

²⁷⁵ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx. 7, maço 2, n.º 6.

²⁷⁶ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx. 7, maço 1, n.º 5.

²⁷⁷ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx. 7, maço 1, n.º 6.

²⁷⁸ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx. 7, maço 2, n.º 5.

²⁷⁹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx. 7, maço 2, n.º 11.

²⁸⁰ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx. 7, maço 1, n.º 19.

²⁸¹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx. 7, maço 1, n.º 18.

²⁸² Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx. 7, maço 3, n.º 8.

²⁸³ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx. 7, maço 1, n.º 2.

²⁸⁴ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 3, n.º 47.

de 1267)²⁸⁵; em 13 de Abril de 1269, recebe, por doação de Garcia Peres, uma vinha em Aguilhom, no lugar da Charneca, no termo de Lisboa²⁸⁶ e, em 16 de Maio de 1272, uma herdade no lugar de Lexim, no termo de Sintra, doada por D. Pedro Afonso²⁸⁷.

No cartório desta casa conserva-se o testamento de Vasco Martins Rebolho (12 de Dezembro de 1268), fidalgo de D. Afonso III e detentor de vários benefícios no termo de Lisboa, que deles faz a seguinte divisão: uma parte da herdade que detinha na Falaqueira e as vinhas em Fornel (Alfornel) deveriam ser legadas a Santa Maria de Roncesval; a parte de um herdamento que tinha em Almargem, para o mosteiro de São Vicente de Fora, com obrigação de aniversário; as vinhas em Alvalade, aos leprosos de Lisboa; e uma almuinha em Xabregas ao mosteiro de Chelas²⁸⁸.

De igual forma, uma grande figura deste período, o chanceler D. João Peres de Aboim (que já detinha extensos domínios no Além-Tejo, em torno de Portel e de Elvas), vai adquirir, a partir do final da década de 1260, diversos bens em Sintra e seu termo, o que nos permite reconstituir, com alguma precisão, a geografia dos arredores da vila e seu termo: assim, em Novembro de 1269, compra a João Fernandes, mercador de Sintra, uma casa na Oliva, na freguesia de São Martinho de Sintra²⁸⁹; em 12 de Março do ano seguinte, Frei Rui Soares, comendador da bailia da Ordem do Templo em Lisboa, entrega três casais de herdade no termo de Sintra, «e os dous destes tres casaes sum ena Alcaynça pequena e o outro e en logo que dizem Germuleira a par da Lagêa»²⁹⁰. Em 15 de Dezembro de 1272, D. João Peres de Aboim e sua esposa, D. Marina Afonso, compram a Moysen e sua esposa Aviziboa um casal no termo de Sintra, onde chamam Bolelas²⁹¹; em Agosto de 1273, compra a Maria Vicente um herdamento em Almoça-

²⁸⁵ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 3, n.º 48.

²⁸⁶ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 3, n.º 54.

²⁸⁷ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 4, n.º 2.

²⁸⁸ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 3, n.º 52.

²⁸⁹ Cf. Pedro A. de Azevedo (ed.), *Livro dos Bens de D. João de Portel ...*, p. 84, doc. CXVIII.

²⁹⁰ Id., *ibid.*, p. 85, doc. CXIX.

²⁹¹ Id., *ibid.*, pp. 85-86, doc. CXX.

geme (*Almocogeyne*)²⁹²; em Outubro de 1274, compra a João Gonçalves e sua mulher, Domingas Peres, um herdamento em Trajouce (*Targoussy*)²⁹³; em Agosto de 1275, adquire duas herdades em Rio de Mouro, comprando uma a Martinho Esteves e sua mulher Toda Simões²⁹⁴, e outra a Martinho Peres e Maria Peres²⁹⁵; em 26 de Setembro de 1275, alcança, de André Anes e sua mulher, D. Jana, uma herdade em Bolelas²⁹⁶; em 7 de Outubro do mesmo ano, adquire a Vicente Martins e sua mulher, Elvira Gonçalves, Domingos Mendes e sua mulher, Maria Gonçalves, João Gonçalves e Sancha Gonçalves e Sol Gonçalves, filho, filha e genro de Domingos Mendes, um herdamento existente em Montelavar (*Monte lauar*)²⁹⁷; em Dezembro desse mesmo ano, compra a Simão Martins e sua esposa, Domingas Ermiges, um outro herdamento em Rio de Mouro²⁹⁸; em Março de 1276, compra a Martinho Peres, Vicente Martins e sua mulher Maria Ana, Domingos Martins e sua mulher Constança Geraldês, e Afonso Martins, um herdamento em Quenena²⁹⁹; em Junho desse ano, compra a Pedro Miguel, dito Caldeira, seu filho Lourenço Peres e Maria Martins, dita Caldeira, um herdamento em Trajouce³⁰⁰, concluindo as suas compras na região de Sintra em 23 de Agosto de 1283, com a compra de um herdamento em Montelavar e na aldeia do Outeiro³⁰¹.

D. Afonso III, por seu turno, tem alguma intervenção no espaço periurbano de Lisboa, doando, em 7 de Fevereiro de 1271, as dízimas dos frutos de várias matas («Spinal, Aleon, Pinarium, Alfundom e Aldeguas»), bem como os direitos do reguengo

²⁹² Id., *ibid.*, pp. 133-134, doc. CCXLVI.

²⁹³ Id., *ibid.*, pp. 138-139, doc. CCLVII.

²⁹⁴ Id., *ibid.*, p. 120, doc. CCXIV.

²⁹⁵ Id., *ibid.*, p. 134, doc. CCXLVII.

²⁹⁶ Id., *ibid.*, p. 125, doc. CCXXVI.

²⁹⁷ Id., *ibid.*, p. 129, docs. CCXXXVI e CCXXXVII.

²⁹⁸ Id., *ibid.*, pp. 134-135, doc. CCXLVIII.

²⁹⁹ Id., *ibid.*, p. 137, doc. CCLIV. Este topónimo poderia talvez apontar um assentamento árabe, relacionado com a tribo dos *Kināna* (cf. António Rei, «Ocupação humana no alfoz de Lisboa durante o período islâmico»..., p. 31).

³⁰⁰ Id., *ibid.*, p. 135, doc. CCXLIX.

³⁰¹ Id., *ibid.*, p. 145, doc. CCLXI.

de Frielas, Unhos e Sacavém, à igreja de São Silvestre de Unhos³⁰². Trata-se da primeira referência explícita que lográmos encontrar a este reguengo, cerca de vinte e cinco anos anterior à que Pedro de Azevedo transcreveu no seu estudo sobre os reguengos da Estremadura³⁰³. Em 22 de Maio de 1271, o rei escamba, com o mosteiro de Chelas, todas as herdades que detinha no lugar de Alpriate, por troca com outras que o mosteiro detinha em Santarém³⁰⁴. Em 28 de Junho do mesmo ano, D. Afonso III manda entregar à Ordem de Avis as terras que o falecido fronteiro-mor, Martim Anes, detivera, entre as quais as situadas no Lumiar e outros lugares (Castanheira, Coruche, Benavente, Çacara-botom)³⁰⁵. No ano seguinte, no dia 20 de Janeiro, procede a um escambo, com a Ordem de Santiago, de uma almuinha em Xabregas (*Ejxebregas*) e outros bens em Lisboa, por uma azenha, vinha e almuinha em Almada e Coia³⁰⁶.

Datam da década de 1270, os mais antigos documentos dos cartórios das colegiadas urbanas de Lisboa, sendo a mais antiga referência que encontrámos a um arrendamento de um olival em Vila Cova, no termo de Lisboa, feito pela igreja de Santa Cruz do Castelo a Miguel Eanes, paroquiano de São Pedro de Alfama, e sua mulher, Margarida Martins, pelo preço de dois morabitanos anuais (31 de Janeiro de 1273)³⁰⁷. Nesse mesmo lugar, o mosteiro de São Vicente vai emprazar uma vinha, por cinco morabitanos anuais, em 9 de Junho de 1307³⁰⁸.

São Vicente continuará a ser o principal comprador, aforador ou donatário de propriedades na região que nos propusemos estudar, com particular destaque para a zona compreendida entre Alvalade, Ameixoeira, Carnide, Charneca, Concha, Lumiar, Palma e Telheiras. A zona assim delimitada, territorialmente contínua, parece ter sido objecto de uma intensa ocupação do espaço sob o ponto de vista económico por parte desta unidade monástica, sendo aí predominantes as vinhas. Além disso, toda esta fervilhante

³⁰² Cf. *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I*, vol. 2, pp. 56-57, doc. 457.

³⁰³ Cf. Pedro de Azevedo, «Os reguengos da Estremadura na 1.^a Dinastia»..., pp. 577-634.

³⁰⁴ Cf. *Chancelaria de D. Afonso III. Livro III*, pp. 291-293, doc. 47.

³⁰⁵ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Bento de Avis*, maço 2, n.º 104.

³⁰⁶ Cf. *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I*, vol. I, pp. 299-300, doc. 721.

³⁰⁷ Cf. A.N.T.T., *Colegiada de Santa Cruz do Castelo*, maço 1, n.º 2.

³⁰⁸ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 5, n.º 21.

actividade ter-se-á traduzido num aumento habitacional, o que justificará, certamente, a erecção da paróquia de São João Baptista do Lumiar pelo bispo de Lisboa, D. Mateus, em 2 de Abril de 1276³⁰⁹ (ainda que a mais antiga referência que lográmos encontrar sobre o povoamento no Lumiar seja anterior em cerca de 60 anos).

O mosteiro adquirirá duas courelas de vinha no lugar de Telheiras, por doação de uma emparedada, Maria Martins (27 de Novembro de 1277³¹⁰), e uma vinha em Alvalade, com obrigação de celebração de missas por aniversário, por doação de Martinho Pais, dito Paiã, cidadão de Lisboa, e sua esposa, Teresa Pais (27 de Setembro de 1281³¹¹). Em 9 de Maio de 1285, compra a Pedro Martins, sua esposa, Sancha Pais, e a Madalena Peres, sua filha, sete oliveiras no lugar de Concha³¹²; em 26 de Agosto de 1286, compra vários bens pertencentes a um seu cónego, Domingos Vivas, e sua irmã Maria Vivas, a saber: sete foros no lugar da Ameixoeira, uma vinha situada no poço entre Alvalade Grande e Telheiras, e outras herdades³¹³; em 15 de Abril de 1293, D. Dinis rectifica uma compra efectuada entre o mosteiro e João Pires e sua mulher, Elvira Peres, pela qual estes recebem do mosteiro uma vinha em Telheiras, na chamada Várzea de D. Abril³¹⁴.

Em 22 de Janeiro de 1294, o mosteiro afora uma vinha em Telheiras, a Afonso Martins e sua mulher, Estefânia Peres, por 12 morabitinos anuais de moeda velha usada em Portugal e a dízima do vinho³¹⁵; em 12 de Maio de 1299, afora quatro courelas de vinho no lugar de Tarifa, ao Lumiar, a Martinho Fernando, dito Cuíco, uma sua filha e uma terceira pessoa a nomear³¹⁶. Em 26 de Abril de 1304, os já citados Afonso Martins e sua mulher, Estefânia Peres, vendem a Pedro Daroes e sua mulher, Sancha Mendes,

³⁰⁹ Cf. Frei Francisco Brandão, O.Cist., *Monarquia Lusitana. Parte V*, fl. 225.

³¹⁰ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 4, n.º 6.

³¹¹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 4, n.º 9.

³¹² Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 4, n.º 11.

³¹³ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 4, n.º 14.

³¹⁴ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 4, n.º 25.

³¹⁵ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 4, n.º 27.

³¹⁶ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 4, n.º 37.

uma vinha e um campo em Alvalade, no termo de Lisboa, por cem libras de Portugal³¹⁷. Em 3 de Fevereiro de 1311, o mosteiro afora a Martim Anes e sua mulher, por metade de todos os frutos, mais vinte soldos de Portugal ao ano, uma courela de vinha em Alvalade Grande³¹⁸ e, finalmente, em 1 de Janeiro de 1319, empraza em três vidas, a Ascenço Anes, sua mulher, Teresa Esteves, e ao filho de ambos, João Ascenço, uma granja em Carnide, pela quantia de 270 libras portuguesas anuais³¹⁹.

Nessa mesma área geográfica começam também a instalar-se, paulatinamente, outras unidades religiosas – a colegiada de Santa Cruz do Castelo arrenda uma vinha em Alvalade Grande (onde chamam Alvalade das Ameias³²⁰), a João Fernandes Fernandes, piliteiro, por quatro morabitanos e meio ao ano (13 de Dezembro de 1299³²¹); o mosteiro de Alcobaça doa a João André e sua mulher Sancha Domingues, bem como a um homónimo João André, irmão do primeiro, sua mulher Maria Martins, e seus filhos, uma vinha na Charneca (1 de Fevereiro de 1300³²²); a colegiada de São Jorge de Arroios empraza a Domingos Martins e sua mulher, Ana Martins, uma vinha no lugar da Panasqueira a par do Paço do Lumiar (4 de Novembro de 1303³²³); a Ordem de Avis, através do seu mestre, D. Lourenço Afonso, escamba com Mestre Julião e sua mulher, Maria Anes, uma quintã no lugar da Ribeira, em Montemor-o-Novo, por uma vinha com casa no lugar de Alvalade (7 de Novembro de 1304³²⁴). Em 5 de Janeiro de 1305, Paio Anes, pedreiro, e sua mulher, Catarina Peres, apelam de uma sentença relativa à posse de uma vinha no lugar de Leiras, na Charneca, termo de Lisboa, pela colegiada de Santa Cruz do Castelo³²⁵; contudo, em 22 de Fevereiro seguinte, uma sentença do vigário do arce-

³¹⁷ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 5, n.º 12.

³¹⁸ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 5, n.º 32.

³¹⁹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.^a incorporação, maço 6, n.º 11.

³²⁰ Curiosa esta menção a um «Alvalade das Ameias», o que poderia indiciar a existência de uma qualquer estrutura amuralhada nessa ampla zona que era o campo de Alvalade.

³²¹ Cf. A.N.T.T., *Colegiada de Santa Cruz do Castelo*, maço 1, n.º 11.

³²² Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 2.^a incorporação, maço 35, n.º 834.

³²³ Cf. A.N.T.T., *Colegiada de São Jorge de Arroios*, maço 3, n.º 33.

³²⁴ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Bento de Avis*, maço 3, n.º 323.

³²⁵ Cf. A.N.T.T., *Colegiada de Santa Cruz do Castelo*, maço 1, n.º 16.

bispo de Santiago de Compostela, João Eanes, confirma que os queixosos deverão pagar 80 libras e 72 soldos aos clérigos e porcionários da igreja de Santa Cruz, e devolver a vinha³²⁶. Esta questão manteve-se ao longo de quase quinze anos, já que, em 30 de Agosto de 1312, uma mandado do juiz ordena que seja executada a anterior sentença, devendo ser seu executor João Anes, que então era porcionário da igreja de São João Baptista do Lumiar (portanto, da paróquia na qual o espaço da Charneca provavelmente se inseria)³²⁷; em 11 de Agosto de 1318, nova sentença confirma a anterior³²⁸; no entanto, em 21 de Outubro desse mesmo ano, D. Dinis ordenava aos porcionários e vigário da igreja de Santa Cruz que não lançassem pena de excomunhão sobre os condenados por causa da dita vinha³²⁹.

Verificam-se também vários contratos em regiões mais distantes da agora paróquia do Lumiar: assim, em 10 de Abril de 1280, João Martins, dito Leichã, e sua mulher Ausenda Pais, escambam com Vicente Peres, sacristão do mosteiro de São Vicente, umas casas na freguesia de Santo Estêvão de Lisboa, junto à fonte dos Cavalos, por outros na freguesia de São Pedro de Alfama, um olival e uma vinha que foram de D. Elvira, um olival junto ao Mosteiro das donas de Chelas e seis oliveiras na Abóbada³³⁰; em 4 de Março de 1282, o mosteiro de Santos escamba uma herdade que detinha em Loures por uma vinha junto ao mosteiro³³¹; em 14 de Março do ano seguinte, Constança Pascásia, mulher de Domingos Peres, doa ao mosteiro de Alcobaça metade de uma herdade perto da igreja de Loures, no termo de Lisboa, e seu marido a outra metade³³². Em 31 de Janeiro de 1284, é doado ao mosteiro de São Vicente um quinhão de bens, sito em Belas, que pertencera a Lourenço Gonçalves, pai de D. Maria Lourenço, «dona» de Chelas³³³; em 15 de Abril de 1284, o mosteiro de Santos empraza uma casa e vinha em

³²⁶ Cf. A.N.T.T., *Colegiada de Santa Cruz do Castelo*, maço 1, n.º 17-18.

³²⁷ Cf. A.N.T.T., *Colegiada de Santa Cruz do Castelo*, maço 1, n.º 23.

³²⁸ Cf. A.N.T.T., *Colegiada de Santa Cruz do Castelo*, maço 1, n.º 32.

³²⁹ Cf. A.N.T.T., *Colegiada de Santa Cruz do Castelo*, maço 1, n.º 34.

³³⁰ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 4, n.º 7.

³³¹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx. 1, maço 2, n.º 17.

³³² Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 2.ª incorporação, maço 1, n.º 7.

³³³ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 4, n.º 10.

Campolide³³⁴; em 25 de Agosto do mesmo ano, a igreja de Santa Cruz do Castelo escamba, com Lourenço Eanes Picom e suma mulher, Dominas Eanes, uma casa na freguesia de Santa Cruz, por uma vinha no lugar de *Çafallafar*, em Marvila, no termo de Lisboa³³⁵; em 4 de Maio de 1285, o mosteiro de Alcobaça doa a João Martins, morador na freguesia de São Salvador de Lisboa, e sua mulher, Estefânia Eanes, um casal em Alpriate³³⁶. O cartório de São Vicente de Fora refere-se também a novas propriedades em zonas mais distantes, tendo doado metade de um casal na Idanha, no termo de Lisboa, em 9 de Maio de 1286³³⁷, e emprazado a Domingos Domingues, dito Agulha, sua mulher, filhos e neto, um herdamento em Barril, no termo de Sintra, em 26 de Abril de 1289³³⁸.

No final do século XIII (7 de Fevereiro de 1295³³⁹), D. Dinis irá fundar o mosteiro de São Dinis de Odivelas, de monjas cistercienses, tendo-o de imediato dotado de várias propriedades no termo de Lisboa; com efeito, as primeiras composições de património monástico são devidas a doações régias à nova entidade: são do ano de 1295 as doações de uma vinha perto de Mú³⁴⁰, no termo de Lisboa, e de várias casas, hortas, pomares, poços e pedreiras em Xabregas, também no termo de Lisboa³⁴¹. As ofertas prosseguem, praticamente, até à morte do rei, com a doação, em 1306, de oliveiras em Arroios e Beirolas³⁴², de uma vinha, um campo e um olival em Concha³⁴³ e de uma vinha e uma oliveira em Repeles³⁴⁴. Em 1312, doa uma marinha de sal em Santo António, no reguengo

³³⁴ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx. 6, maço 1, n.º 16.

³³⁵ Cf. A.N.T.T., *Colegiada de Santa Cruz do Castelo*, maço 1, n.º 5.

³³⁶ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 2.ª incorporação, maço 4, n.º 118.

³³⁷ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 4, n.º 13.

³³⁸ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 5, n.º 3.

³³⁹ Cf. A.N.T.T., *Gavetas*, I, maço 2, n.º 14.

³⁴⁰ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Bernardo e São Dinis de Odivelas*, livro 30, fls. 3 v.-5 v.

³⁴¹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Bernardo e São Dinis de Odivelas*, livro 1, n.º 7.

³⁴² Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Bernardo e São Dinis de Odivelas*, livro 1, n.º 41.

³⁴³ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Bernardo e São Dinis de Odivelas*, livro 1, n.º 38.

³⁴⁴ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Bernardo e São Dinis de Odivelas*, livro 1, n.º 41.

de Sacavém e Frielas³⁴⁵, e em 1318, um casal em Lexim, no termo de Sintra³⁴⁶, e herdamentos e possessões em Monsanto³⁴⁷ e no reguengo de Algés³⁴⁸. Finalmente, em 1324 (já para lá do *terminus ad quem* da nossa dissertação), viria ainda a conferir-lhe os padroados das igrejas de São João do Lumiar e de Frielas³⁴⁹. Além disso, o monarca parece ter demonstrado um grande interesse nesta região, como facilmente se verifica pela edificação de uma capela dedicada a Santa Catarina no seu paço de Frielas (1313)³⁵⁰, próximo de Odivelas³⁵¹.

Os derradeiros anos do século XIII e o primeiro quartel do século XIV parecem ser marcados, de um modo geral, por uma aposta, por parte das várias unidades monásticas, em regiões mais excêntricas do termo de Lisboa e várias aquisições no alfoz de Sintra, o que poderia traduzir uma situação de relativa estabilidade na região central do termo de Lisboa, onde as aquisições mais se haviam feito sentir nos últimos decénios do século XIII.

Em 27 de Março de 1300, o mosteiro de São Vicente escamba com Pedro Martins de Alfama e sua mulher, Maria Nunes, uma vinha em Repeles por um olival em Leceia³⁵²; em 1 de Outubro de 1304, o mesmo mosteiro empraza ao cônego da sé de Lisboa, Gonçalo Fernandes, uma granja em Água Livre, no termo de Lisboa, pelo preço de 110 libras de Portugal³⁵³; em 30 de Novembro de 1304, o mosteiro de Santos empra-

³⁴⁵ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Bernardo e São Dinis de Odivelas*, livro 1, n.º 37; livro 30, fl. 9.

³⁴⁶ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Bernardo e São Dinis de Odivelas*, livro 18, n.º 341; livro 30, fls. 9-9 v.

³⁴⁷ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Bernardo e São Dinis de Odivelas*, livro 18, n.º 341; livro 30, fls. 9 v.-13.

³⁴⁸ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Bernardo e São Dinis de Odivelas*, livro 18, n.º 341; livro 30, fls. 9 v.-13.

³⁴⁹ Cf. Frei Francisco Brandão, O.Cist, *Monarquia Lusitana. Parte Sexta*, pp. 272-273.

³⁵⁰ Cf. Frei Francisco Brandão, O.Cist, *Monarquia Lusitana. Parte Sexta*, pp. 272-273.

³⁵¹ Recordemos ainda que o monarca escolheu o mosteiro que fundara como local para se fazer inumar, cortando assim com a tradição dos dois panteões régios estabelecidos pelos seus antepassados – Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça.

³⁵² Cf. A.N.T.T., *Gavetas*, I, maço 4, n.º 7.

³⁵³ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 5, n.º 22.

za um casal na Lousa³⁵⁴ e, em 9 de Maio de 1305, o abade de Alcobaça doa a Domingos Fernandes e sua mulher, Catarina Domingues, vinhas, almuinhas e um moinho em Loures³⁵⁵. Em 3 de Outubro de 1307, Elvira Miguéis, viúva de Pêro Domingues, doa ao mosteiro de Alcobaça metade de um casal no Furadouro, no termo de Lisboa³⁵⁶; em 20 de Dezembro de 1307, o mosteiro de São Vicente empraza a Gonçalo Gil e sua mulher Elvira Fernandes um olival e vinha em Alfundão, por 16 libras portuguesas³⁵⁷. Em 8 de Abril de 1308, o mesmo mosteiro empraza a Gomes Eanes, sua mulher, Domingas Gonçalves, e ao filho de ambos Pedro, uma vinha em Redonda, no termo de Sintra, por três morabitinos anuais e respectiva dízima³⁵⁸; e em 10 de Maio de 1310, também no lugar de Redonda, o mosteiro celebra outro emprazamento de uma em três vidas, a Estêvão Fernandes, sua mulher, Domingas Martins, e à filha de ambos, Catarina Esteves, por cinco libras de moeda portuguesa³⁵⁹.

Em 1309, a colegiada de São Julião de Frielas vende um herdamento em Caneças³⁶⁰, e a 26 de Outubro do ano seguinte, é a vez da colegiada de São Jorge de Arroios receber, por doação de João Mendes, uma vinha em Beirolas, com a obrigação de cinco aniversários³⁶¹. Em 24 de Janeiro de 1313, Domingos Eanes faz o seu testamento, deixando a São Vicente de Fora uma vinha que possuía em Benfica, com a condição de sempre se celebrarem no mosteiro ofícios de aniversário por sua alma³⁶².

Em 6 de Fevereiro de 1315, Margarida Martins faz doação, ao mosteiro de Alcobaça, de meio casal que tinha em Alcoitão, no termo de Sintra³⁶³ e, em 18 de Fevereiro

³⁵⁴ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx. 10, maço 5, n.º 7.

³⁵⁵ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 2.ª incorporação, maço 35, n.º 835.

³⁵⁶ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 2.ª incorporação, maço 15, n.º 340.

³⁵⁷ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 5, n.º 22.

³⁵⁸ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 5, n.º 23.

³⁵⁹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 5, n.º 29.

³⁶⁰ Cf. A.N.T.T., *Colegiada de São Julião de Frielas*, maço 1, n.º 11.

³⁶¹ Cf. A.N.T.T., *Colegiada de São Jorge de Arroios*, maço 3, n.º 38.

³⁶² Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 5, n.º 37.

³⁶³ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 2.ª incorporação, maço 6, n.º 160.

de 1318, Maria Cristóvães doa, ao mesmo mosteiro, uma courela de herdade com um olival em Marvila, no termo de Lisboa³⁶⁴.

Praticamente no final deste período que temos vindo a analisar, destacamos o conjunto de doações que D. Dinis faz ao genovês Micer Manuel Pessanha, destacando-se os reguengos da periferia de Lisboa – de uma parte, os de Algés, Oeiras e Ribamar, e de outra, os de Sacavém, Unhos e Frielas (1319) – com cujas rendas se deveria manter o recém-empossado almirante de Portugal³⁶⁵.

Em suma, ao longo destes cem anos, constatámos o aparecimento de apenas 15 novas unidades territoriais na documentação relativa ao termo de Lisboa (Algés, Ameixoeira, Arranhó, Benfica, *Çafallafar*, Caneças, Caparide, Colares, Idanha, Monsanto, Mú, Panasqueira, Paradela e Pipa) e, bem assim, de 12 no termo de Sintra (Alcainça Pequena, Alcoitão, Barril, Bolelas, Estoril, Galamares, Germeleira, Manique, Montelavar, Quenena, Rio de Mouro e Trajouce)³⁶⁶. Datam deste período as primeiras referências consistentes a paróquias, bem como à organização territorial do espaço, com menção a vários reguengos nos termos de Lisboa e Sintra.

7. O «ROL DAS IGREJAS» DE 1321

Em 25 de Março de 1321, teve início uma operação de avaliação das igrejas do Reino, de que resultou o chamado «rol das igrejas», pelo qual ficamos a saber, por um lado, qual a divisão paroquial do Reino e, por outro, quanto rendia cada paróquia. Trata-se de um documento da maior importância, pois que nos permite reconstituir a rede paroquial de Lisboa e de Sintra e respectivos termos 170 anos após a Reconquista, compreender a sua riqueza, e bem assim verificar, entre as diversas unidades territoriais que temos vindo a analisar, quais aquelas que lograram tornar-se paróquias, e quais as que se mantiveram como meros lugares.

³⁶⁴ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 2.^a incorporação, maço 1, n. 28.

³⁶⁵ Cf. A.N.T.T., *Gavetas*, I, maço 11, n.º 5.

³⁶⁶ Vide *infra*, *Anexos*, Mapa V.

Convém recordar, como nos diz Hermínia Vasconcelos Vilar, que a normativa eclesiástica anterior a Trento não impunha a paróquia como base da organização religiosa³⁶⁷. Assim, o «rol das igrejas» de 1321, se «nos fornece uma visão globalizante, mesmo que não exaustiva, dos centros de culto [...], enumera um amplo conjunto de igrejas e as taxas colectadas, [...] não acrescenta qualquer referência adicional [...]. Apesar destes obstáculos, o rol de 1320 fornece-nos uma visão possível do espaço religioso da diocese no início do século XIV, mesmo que não totalmente abrangente ou até deformadora, por falta de informação»³⁶⁸.

Maria Alegria Fernandes Marques, por seu turno, salienta o facto de as igrejas aparecerem agrupadas por terras ou julgados dentro de cada bispado, talvez numa tentativa de fazer coincidir as paróquias religiosas com os espaços da administração concelhia, mas chama também a atenção para o facto de não ser possível distinguir se todas as igrejas mencionadas eram efectivamente sedes paroquiais, podendo existir «capelas representantes de devoções particulares ou de preenchimento de novos espaços dentro das vastas áreas das paróquias primitivas e dependentes das suas igrejas paroquiais»³⁶⁹.

Assim, o «rol das igrejas», embora muito detalhado para as 23 paróquias urbanas, cita apenas, para o termo de Lisboa, três dos mosteiros que aí pontificavam (São Vicente de Fora, cujas mesa e capítulo tinham rendas avaliadas em 3150 libras; Odivelas, com as suas anexas de Frielas e Alenquer, avaliado em 2000 libras; e Santos, com a mesa e comenda avaliadas num total de 930 libras), e somente nove igrejas paroquiais (a igreja de São Julião de Frielas, anexa à mesa do mosteiro de Odivelas, como já se disse; a igreja Santa Maria de Sacavém, avaliada num total de 830 libras; a igreja de São Silvestre de Unhos (380 libras); a igreja de São João Baptista do Lumiar (300 libras); a vigarraria da igreja de Loures (300 libras); a igreja de Santa Maria de Bucelas (250 libras); a igreja de Santa Maria de Belas (100 libras); a igreja de São Julião do Tojal (100 libras)

³⁶⁷ Cf. Hermínia Vasconcelos Vilar, *As Dimensões de um Poder: A Diocese de Évora na Idade Média*. Prefácio de Maria José Pimenta Ferro Tavares, Lisboa, Editorial Estampa, 1999, p. 22.

³⁶⁸ Id., *ibid.*, p. 22.

³⁶⁹ Cf. Maria Alegria Fernandes Marques, «Organização administrativa do Clero Secular», *Nova História de Portugal*. Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. IV – *Portugal em Definição de Fronteiras – Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*. Coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 229-230.

e, finalmente, a vigararia da igreja de Alhandra (30 libras)³⁷⁰. Destas, tinham raçoeiros (ou seja, estavam constituídas em igrejas colegiadas) as de Bucelas, Frielas, Sacavém e Unhos, por sinal, das mais ricas do termo (e mesmo até de muitas das paróquias urbanas), se exceptuados os mosteiros. Estas quatro paróquias, a par da do Lumiar, faziam parte do padroado régio, competindo ao monarca designar o respectivo prior³⁷¹. Também a do Tojal, como já vimos, estava constituída em colegiada desde a década de 1270, pertencendo o seu direito de padroado ao mosteiro de São Vicente; por fim, na vigararia de Alhandra (note-se que não surge mencionada como igreja paroquial, mas apenas vigararia) o direito de apresentação competia ao bispo de Lisboa.

Por seu turno, no tocante a Sintra, o rol menciona apenas as quatro freguesias que integravam a vila – Santa Maria (1120 libras), São Miguel (1100 libras), São Martinho (460 libras) e São Pedro (390 libras) –, e uma única situada no seu termo (a de Enxara, pertencente ao bispo – e por isso hoje chamada Enxara do Bispo –, avaliada em apenas 75 libras)³⁷². De referir ainda a igreja de São Miguel de Alcains (avaliada igualmente em 75 libras), que surge mencionada, não no conjunto das igrejas de Sintra, mas sim das de Mafra³⁷³, o que nos poderia levar a supor uma mudança na sua jurisdição, visto termos encontrado anteriormente referências a Alcaínça como parte do termo de Sintra³⁷⁴ – ainda que não tenha necessariamente que existir uma coincidência territorial (e muitas das vezes não existia) entre as circunscrições políticas e as religiosas³⁷⁵. Por seu turno, a

³⁷⁰ Cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*. Nova ed. preparada e dirigida por Damião Peres, vol. 4, Porto, Livraria Civilização – Editora, 1971, pp. 127-128.

³⁷¹ Cf. Ana Maria C. M. Jorge e Bernardo de Sá-Nogueira, *op. cit.*, p. 183.

³⁷² Id., *ibid.*, p. 183.

³⁷³ Id., *ibid.*, p. 183.

³⁷⁴ Cf. Pedro A. de Azevedo (ed.), *Livro dos Bens de D. João de Portel ...*, p. 85, doc. CXIX.

³⁷⁵ Bastaria a este propósito recordar a não coincidência dos limites diocesanos com as fronteiras do reino (o arcediagado de Valença, a norte do Lima, fazia parte da diocese de Tui, e o de Ribacôa, a oriente do Côa, da de Ciudad Rodrigo), bem como o facto de, durante a maior parte da Idade Média portuguesa, as dioceses do Centro e Sul do País terem sido sufragâneas de Compostela (Évora, Guarda, Lamego e Lisboa) e de Sevilha (Silves), respectivamente; por seu turno, Braga estendia a sua jurisdição a Norte, às de Astorga, Mondonhedo, Ourense e Tui (cf. Ana Maria C. M. Jorge e Bernardo de Sá-Nogueira, *op. cit.*, p. 143).

igreja de Lexim, mencionada na inquirição de 1220, não figura neste rol, aparecendo na mesma região a igreja de Cheleiros, também integrada no termo de Mafra.

Em face do exposto, facilmente se conclui que o vastíssimo espaço dos termos de Lisboa e Sintra se achava desigualmente repartido sob o ponto de vista da organização paroquial, com grandes espaços vazios entre as sedes paroquiais, como se pode verificar do mapa que publicamos em anexo³⁷⁶. Comparando com a «inquirição» de c. 1220, verifica-se que algumas das paróquias anteriormente mencionadas não surgem neste rol (como por exemplo os casos de Monte Aiseque e Lexim, as quais não voltam mais a surgir na documentação; parece-nos, porém, mais difícil de explicar a ausência de paróquias que surgem referenciadas posteriormente, como Belas, Barcarena, Carnaxide, Fanhões, Povos e Vila Franca de Xira).

8. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA OCUPAÇÃO DOS TERMOS DE LISBOA E SINTRA

Procurámos, ao longo das últimas páginas, traçar uma evolução da ocupação do espaço rural de Lisboa e Sintra na Idade Média. Esse amplo espaço rural era uma periferia que englobava diversas realidades, plasmadas em distintos conceitos – *lugar, termo, território, paróquia, reguengo, concelho*.

Em primeiro lugar, parece-nos de frisar a abundância dos pequenos lugares onde se instalam as vinhas, oliveiras, herdades e outras propriedades do rei, dos mosteiros, das ordens religiosas e de outros particulares. Detectámos perto de cem pequenos lugares na documentação, dos quais cerca de 70 % no amplo termo de Lisboa, e os restantes 30 % no termo de Sintra. Do conjunto total de lugares identificados, 42% surgem referenciados entre 1147 e 1220 (ou seja, nos primeiros três lustros transcorridos sobre a «Reconquista»), 33 % aparecem pela primeira vez na «inquirição» de 1220, e os restantes 25% no século que medeia entre a «inquirição» de 1220 e o «rol» de 1321.

Inequivocamente, uma parte bastante substancial dos lugares que compunham os termos de Lisboa e Sintra surgem mencionados num período de tempo que varia entre

³⁷⁶ Vide infra, *Anexos*, Mapa VI.

os 30 e os 70 anos depois da conquista. Sabemos ainda pouco acerca da ocupação do espaço regional do Baixo Vale do Tejo durante o domínio muçulmano. Porém, devemos ressaltar uma curiosa nota que o autor anónimo do *Dikr Bilad al-Andalus* nos legou no seu tratado, quando se referia a Lisboa. Segundo ele, «Lisboa é uma cidade grandiosa, muito antiga e *com muitos distritos*. [...] Ao seu redor existem muitos montes, castelos e fortalezas inexpugnáveis, e *vilas e aldeias dispersas*»³⁷⁷. Embora este texto esteja datado dos finais do século XIV ou inícios do século XV, não deixa de ser curiosa a menção que o seu autor faz aos «muitos distritos» e às «vilas e aldeias dispersas» ao redor de Lisboa. Traduziria esta afirmação uma observação do espaço tal como ele era nos séculos XIV e XV ou, antes pelo contrário, testemunhava uma realidade mais antiga, que vinha dos séculos XIII, XII, XI ou X (e que provavelmente seria ainda mais antiga, radicando nas antigas *uillae* romanas e tardo-romanas)? Ibn Ḥawkal, ao compor a sua obra geográfica na segunda metade do século X, afirma haver no Ândalus «muitas explorações agrícolas (*diyā*’, pl. de *diy’a*), agrupando milhares de camponeses que ignoram por completo a vida urbana, e que são os *Rūm* (cristãos)»³⁷⁸.

Poderia esta afirmação, genérica para o contexto da Península, ser estendida ao caso concreto dos alfozes de Lisboa e Sintra durante o período muçulmano? Embora tal afirmação careça de confirmações arqueológicas, estamos em crer que a abundância de povoações que surgem na documentação cristã não se deverá tanto a novas fundações, mas sim ao aproveitamento de estruturas populacionais preexistentes (e acaso não será «lugar» – como são mencionados na documentação cristã a maior parte dos topónimos de que temos vindo a falar – a tradução romance do termo arábico *al-diy’a*, que só tardiamente se vulgariza no léxico português^{379?}), muito provavelmente habitadas por moçárabes, como sugere Ibn Ḥawkal, ao mencionar os *Rūm*³⁸⁰.

³⁷⁷ Cf. *Dikr Bilad al-Andalus*, tomo II, pp. 56-57.

³⁷⁸ Cf. Ibn Ḥawkal, *Opus Geographicum*. Éd. J. H. Kramers, Leiden, Brill, 1967, p. 111, *apud* Vincent Lagardère, *Campagnes et Paysans d’Al-Andalus. VIII^e-XV^e Siècles*, Paris, Éditions Maisonneuve et Larose, 1993, p. 101.

³⁷⁹ Cf. José Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, vol. II, pp. 265-267.

³⁸⁰ Esta é, como sabemos, a designação dada no Oriente – donde Ibn Ḥawkal era originário – aos habitantes do Império Bizantino, que se consideravam a «Nova Roma» e por isso mesmo se chamavam de Romanos (donde o ár. *rūm*); Ibn Ḥawkal terá adaptado para a linguagem que conhecia a realidade que tes-

É também de notar a densidade dos topónimos de origem arábica nesta região, como constataram Hermann Lautensach³⁸¹ ou José Pedro Machado³⁸², o que, como sus- tenta Hermenegildo Fernandes, parece testemunhar «uma grande concentração de povoamento árabe ou berbere na zona, que não foi [...] transformado pela conquista cristã, ou seja, esse povoamento não foi integralmente substituído por um novo povoamento de colonos vindos do Norte, porque [...] a toponímia teria mudado. [...] Quando a toponímia permanece, isso é um indicativo relativamente seguro [...] de que há uma continuidade desse povoamento»³⁸³.

Da análise dos mapas II, IV e V³⁸⁴, parece-nos que a maior parte das estruturas populacionais aí indicadas e que constam da documentação se organizam em torno de três eixos viários fundamentais, que deverão remontar ao mundo romano – a estrada que ligava Lisboa a Sintra, a que ligava Lisboa a Santarém e a que ligava Lisboa ao Oeste Estremenho³⁸⁵ – *grosso modo*, e pese embora o anacronismo, seguiriam sensivelmente os traçados das actuais auto-estradas n.º 1 (Lisboa-Porto), n.º 8 (Lisboa-Leiria) e do itinerário complementar n.º 19 (Lisboa-Ranholas). Julgamos que este facto também poderá indiciar da antiguidade dos lugares aí mencionados.

Em relação à forma como estes lugares são mencionados na documentação, consideramos bastante pertinente que os dois mais antigos documentos que encontramos – um relativo ao termo de Sintra (a doação de uma herdade em Meleças³⁸⁶ por D. Afonso

temunhou no al-Ándalus, chamando a esses cristãos vivendo debaixo do domínio muçulmano de *Rūm*, ignorando as especificidades próprias do Ocidente islâmico.

³⁸¹ Cf. Hermann Lautensach, *Maurische Züge im geographischen Bild der Iberischen Halbinsel*, Bonn, In Kommission bei Ferdinand Dümmlers Verlag, 1960.

³⁸² Cf. José Pedro Machado, *Sintra Muçulmana...*

³⁸³ Cf. Hermenegildo Fernandes, «“Mar Adentro”: Sintra e a organização do território entre Lisboa e o Oceano depois da Conquista Cristã», *Contributos para a História Medieval de Sintra. Actas do I Curso de Sintra (28 de Março – 2 de Junho de 2007)*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 2008, p. 89.

³⁸⁴ Vide infra, *Anexos*, Mapas II, IV e V.

³⁸⁵ Cf. Vasco Gil Mantas, *op. cit.*, pp. 17-28.

³⁸⁶ Cf. A.N.T.T., *Livro de D. João Teotónio*, fl. 35 v., *apud* Rui de Azevedo (ed.), *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. I – *Documentos dos Condes Portugalenses e de D. Afonso Henriques. A. D. 1095-1185*, tomo I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1968, doc. 272, p. 346.

Henriques aos cónegos regrantes de Santa Cruz, entre 1159 e 1162) e outro ao termo de Lisboa (a doação, por um particular, de um terço de uma herdade em Loures³⁸⁷, também aos crúzios, em Fevereiro de 1164) – aludam a estas herdades como estando, não nos termos de Sintra e Lisboa, mas sim nos seus territórios («in territorio de Sintria», «in territorio ulixbone»). A documentação posterior, já da década de 1170, refere-se sempre à localização dos povoados «in termino ulixobone» ou «in termino de Sintria» – traduzirá isto uma mudança de paradigma, a passagem dos velhos «territórios» do Norte do País para os «termos» concelhios do Sul, com toda a carga semântica que isso envolve – deixam de ser consideradas parte integrante do território, para se localizarem no termo, isto é, na fronteira (mais ou menos extensa) do mesmo? Não obstante, os termos rurais das cidades eram partes indivisíveis de um todo que era o município, e era aí que os cidadãos iam buscar a sua subsistência, ainda que os seus habitantes não fossem vizinhos do mesmo³⁸⁸.

A forma como os termos municipais se articulavam com a cidade ou vila onde o município tinha a sua sede, sob o ponto de vista institucional, carece ainda de estudos mais aprofundados. Gama Barros abordou o problema na sua *História da Administração Pública em Portugal*; Vieira da Silva tentou proceder a uma delimitação do termo de Lisboa³⁸⁹, mas só para os finais da Idade Média (depois de 1385). A análise da documentação e a menção às localizações relativas de cada topónimo permitem-nos, tanto quanto possível, traçar uma linha esquemática entre os termos de Lisboa e de Sintra no período em que temos vindo a estudar³⁹⁰: do lado de Sintra, povoações como Meleças, Rio de Mouro, Pexiligais ou Trajouce, situar-se-iam no limite oriental do termo; por seu turno, do lado de Lisboa, Agualva e Abóboda seriam as povoações mais ocidentais do termo. Não é inverosímil pensar que esta linha de demarcação entre ambos os tivesse talvez uma origem islâmica; o *al-ḥawz* (alfoz) muçulmano poderá muito bem estar na base, tanto dos territórios que integraram esses mesmos termos, como também do pró-

³⁸⁷ Cf. A.N.T.T., *Livro de D. João Teotónio*, fls. 58 v.-59.

³⁸⁸ Cf. A. H. de Oliveira Marques, «Introdução a história da cidade medieval portuguesa», *Novos Ensaios de História Medieval*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 39.

³⁸⁹ Cf. Augusto Vieira da Silva, «O Termo de Lisboa», Separata da *Revista Municipal*, n.º 4, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1940.

³⁹⁰ Vide infra, *Anexos*, Mapas II, IV e V.

prio conceito de «termo» aplicado à realidade cristã. Por outro lado, há que recordar que, a Nordeste de Lisboa, o termo partia com várias unidades municipais que foram sendo criadas, provavelmente destacadas desse mesmo termo de Lisboa – os concelhos de Povos (foral de D. Sancho I, em 1195), Alhandra (foral do bispo de Lisboa, D. Soeiro, em 1203) e Vila Franca de Xira (foral de D. Froila Hermiges, em 1212).

Mas, para haver termos municipais, têm necessariamente que existir municípios. Como já referimos anteriormente, os concelhos, enquanto unidades territoriais, podem preexistir à atribuição de cartas de foral, já que estas, emanadas do rei ou de outra qualquer entidade (ordens religiosas, ordens militares, bispos), se limitam a regular as relações entre os seus habitantes e as exações a pagar, raras vezes fazendo menção às instituições municipais ou à sua delimitação territorial. Assim, não nos parece de crer que Lisboa, recebendo o seu primeiro foral apenas em 1179, tenha subsistido 32 anos sem ser concelho; a própria Sintra, que recebe carta de D. Afonso Henriques em 1154, poderá eventualmente ter tido, nos sete anos decorridos sobre a conquista, alguma forma incipiente de organização municipal.

Paralelamente com os municípios e os seus termos, coexistiam outras estruturas administrativas. Começamos pelas eclesiásticas. Restaurada a diocese de Lisboa após a reconquista, e com um surto de definição de paróquias no centro urbano (até ao final do século XII, já haviam sido criadas quase todas as vinte paróquias históricas de boa³⁹¹), a definição da rede paroquial do termo parece ter sido feita de um modo muito mais paulatino. Em que circunstâncias se delimitaram estas paróquias? Quais os critérios que presidiram à definição de um dado lugar como sede de paróquia? Terão sido erigidas por desanexação das freguesias urbanas de Lisboa (como parece testemunhar o caso de Carnaxide, subtraída ao extremo ocidental da paróquia dos Mártires)? Ou, como já antes aflorámos, teriam origem em antigas mesquitas aljamas purificadas e cristianizadas?

Se até ao final do século XII apenas encontramos menção a quatro paróquias (Carnaxide, Frielas, Sacavém e Unhos) bem como a três mosteiros (São Vicente, Chelas e Santos), é necessário esperar pela «inquirição» de 1220 para se nos revelarem novas

³⁹¹ Cf. Maria João Branco, «Reis, Bispos e Cabidos. A Diocese de Lisboa no primeiro século da sua restauração», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, tomo X, Lisboa, 1998.

paróquias a pontilharem, aqui e ali, o espaço do termo de Lisboa – Barcarena, Belas, Bucelas, Fanhões, Loures, Monte Aiseque e Lexim – para além de Povos e Vila Franca, já fora dos limites desse termo³⁹². Como vimos, estão omitidas da listagem as quatro igrejas já mencionadas na centúria anterior, mas é preciso notar que a própria «inquirição» esclarece que aí só estão arroladas aquelas que pagavam finta, o que nos leva a interrogar se acaso existiriam mais igrejas paroquiais para além das mencionadas, nos termos de Lisboa e Sintra.

Um século mais tarde, a listagem das igrejas, pese embora manter algumas concordâncias, é significativamente distinta³⁹³: há apenas uma menção a uma igreja no termo de Sintra (a de Enxara do Bispo), sendo que as de Alcaíça e Cheleiros (esta última substituindo, por certo, a de Lexim) aparecem agora no território de Mafra; desaparecem da lista as paróquias fora do termo de Lisboa (casos de Povos e Vila Franca; embora seja mencionada a de Alhandra) e, no seu interior, voltam a surgir mencionadas as de Frielas, Sacavém e Unhos, e desaparecem as de Barcarena, Belas e Fanhões).

Além disso, duas paróquias novas, criadas no decorrer do século XIII, são também mencionadas – a do Lumiar (cuja criação se fica a dever, na nossa óptica, à forte densidade de ocupação do espaço a Norte da cidade, compreendido entre o campo de Alvalade e o vale de Odivelas, e onde o Lumiar constituiria o ponto mais central de uma freguesia que abarcava vários povoados em seu redor – Alvalade, Ameixoeira, Carnide, Charneca, Concha, Palma e Telheiras) e a de Odivelas (criada com a fundação do mosteiro de São Dinis e delimitação do respectivo couto). Assim, se a primeira parece ter-se desenvolvido por motivos endógenos (o aumento populacional na região, traduzido numa grande densidade das explorações agrícolas), a segunda teve um motivo exógeno subjacente à sua criação – a fundação de uma abadia cisterciense a mando de D. Dinis.

Finalmente, o derradeiro ponto da nossa análise versa sobre os reguengos. Tal como sobre os termos municipais, está também ainda por fazer a história destas terras. Desde cedo que são mencionadas e delimitadas terras reguengueiras nos termos de Lisboa (a Norte, Sacavém, Unhos, Frielas; a Ocidente, Algés, Oeiras, Ribamar) e Sintra

³⁹² Vide infra, *Anexos*, Mapa III.

³⁹³ Vide infra, *Anexos*, Mapa VI.

(Colares), os quais, embora encravados no interior dos termos concelhios, não faziam parte dos mesmos; se de início ainda dependem dos oficiais das câmaras de Lisboa e Sintra, verão paulatinamente garantida a sua autonomia, ao ponto de a documentação se referir aos «concelhos dos reguengos», detendo inclusivamente alvazis próprios³⁹⁴ – atestado para Frielas desde, pelo menos, 20 de Agosto de 1258³⁹⁵. Curiosamente, verifica-se que, se no caso dos reguengos de Frielas, Sacavém e Unhos, cada uma destas unidades corresponde a uma paróquia autónoma, já no caso dos reguengos de Algés, Ribamar, Oeiras e Colares, não existe qualquer menção à existência de uma paróquia directamente relacionada com esses reguengos.

Em face do que já temos escrito, parece-nos seguro esboçar as seguintes conclusões – podemos inferir ter existido um povoamento muçulmano (árabe ou berbere) nos arredores de Lisboa e Sintra, como se comprova pela densidade de topónimos com essa origem linguística; por outro lado, seria também no alfoz que a maior parte das comunidades moçárabes estaria instalada; esta ocupação (muçulmana e moçárabe) fez-se primordialmente em aldeias, instaladas no curso das principais estradas, que parecem assim representar uma continuidade na transição do mundo muçulmano pré-1147 para o mundo cristão pós-1147 (se é que já não testemunhavam uma continuidade mais remota, da evolução das antigas *uillæ* romanas). Os concelhos de Lisboa e Sintra, bem como os seus termos, poderiam derivar, do ponto de vista estritamente geográfico, dos alfozes de al-Ušbūna e Šintara; de entre as muitas povoações que aí se detectaram (perto de uma centena), apenas uma dúzia logrou ser sede paroquial, o que diz bem da importância relativa de cada uma destas entidades no termo de Lisboa.

³⁹⁴ Cf. Marcello Caetano, *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1.ª Dinastia (1179-1383)*, 3.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 35-36.

³⁹⁵ Cf. *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I*, vol. 1, pp. 195-196, doc. 175.

*O povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a territorialização e a militarização
(meados do século IX – início do século XIV)*

PARTE II:

**A MILITARIZAÇÃO. UM ESTUDO DE CASO EM TORNO DE UMA ESQUECIDA
«BATALHA» SUBSIDIÁRIA DA CONQUISTA DE LISBOA (1147)**

1. A BATALHA DE SACAVÉM, DA HISTÓRIA À LENDA – CONSPECTO GERAL

Corria o ano de 1576 quando Brites da Costa, esposa de Miguel de Moura – uma das personagens-chave para a compreensão da história portuguesa do último quartel do século XVI, e que então exercia os cargos de Escrivão da Puridade e Secretário de Estado d’el-rei D. Sebastião³⁹⁶ – sobreviveu miraculosamente a uma explosão numa casa em Lisboa³⁹⁷. O valido de D. Sebastião, numa época de pia devoção, característica do espírito tridentino (o concílio havia encerrado a sua última sessão em 1563), decidiu então agradecer a Deus, pedindo ao monarca dispensa para erigir, junto a uma sua propriedade no lugar de Sacavém, no termo de Lisboa, um mosteiro de religiosas capuchinhas³⁹⁸. Parece que aí existia uma ermida (ou oratório³⁹⁹), fundada, segundo se dizia, por D. Afonso Henriques, e dedicada a Nossa Senhora dos Mártires – orago bastante significativo, já que, por um lado, o culto aos mártires rememora os que morreram por causa da Fé (no caso das Espanhas, os que tomaram em combate contra o muçulmano infiel,

³⁹⁶ Para melhor compreensão do seu papel, veja-se Francisco de Sales de Mascarenhas Loureiro, *Miguel de Moura (1538-1599). Secretário de Estado e Governador de Portugal*, Lourenço Marques, [s. n.], 1974, 681 pp. (originalmente dissertação de doutoramento em História apresentada à Universidade de Lourenço Marques).

³⁹⁷ A história da explosão é minuciosamente contada pelo próprio Miguel de Moura na sua *Memória de Miguel de Moura sobre a Fundação de um Convento da Ordem de São Francisco, em Lisboa* (que permanece manuscrita na Bibliothèqu Nationale de Paris, na colecção dos *Manuscrits Portugaises*, n.º 23, fls. 660-677 v.º; há, contudo, uma transcrição da mesma, feita por Francisco de Sales Loureiro, no «Apêndice Documental» da sua tese sobre Miguel de Moura, pp. 579-603), assim como na *Vida de Miguel de Moura, Escripção por Elle Mesmo* (editada por Alexandre Herculano em conjunto com a *Crónica do Cardeal D. Henrique*, da autoria de Fr. Bernardo da Cruz, O.F.M., em Lisboa, Na Typographia da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, 1840, pp. 105-144).

³⁹⁸ Conhece-se pouca documentação acerca deste mosteiro, que só muito recentemente mereceu um estudo mais aprofundado (Rute Andreia Massano Rodrigues, *O Convento de Nossa Senhora dos Mártires e da Conceição de Sacavém – Entre a Secularização e as Propostas de Reutilização Cultural*. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010. Exemplar mimeografado). Antes disso, não surgia, sequer, mencionado nas histórias religiosas, designadamente a *História da Igreja em Portugal* de Fortunato de Almeida (nova ed. preparada e dirigida por Damião Peres, 4 vols., Porto, Livraria Civilização, 1968-71); merece apenas uma referência sumária no artigo «Conventos», de Maria José Mexia Bigotte Chorão, no *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (dir. de Carlos Moreira Azevedo e coord. de Ana Maria Jorge [et al.], vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 21).

³⁹⁹ As duas expressões são usadas indiscriminadamente, conforme se depreende do documento de doação da ermida, constante do A.N.T.T., *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, Privilégios, Livro 12, fls. 42-43 v.º.

no quadro da «Reconquista»⁴⁰⁰) e, por outro, não é muito comum em Portugal, existindo sobretudo no Sul do país⁴⁰¹. Ora, existindo um culto de mártires, teria que haver uma explicação plausível para tal facto. Antes de proceder à doação, o soberano enviou a Sacavém um desembargador da Casa da Suplicação, Marcos Teixeira⁴⁰², que colheu junto dos habitantes do local – significativamente, com a atestação dos mais velhos, representantes da autoridade, da experiência e sabedoria (como se estes, acaso, pela sua provector idade, pudessem ter assistido à batalha!⁴⁰³) – a versão dos acontecimentos que justificavam tal latria⁴⁰⁴. Tal relato foi confirmado ainda por um assento, descrevendo os acontecimentos em causa num livro de registos existente na igreja da povoação⁴⁰⁵.

⁴⁰⁰ Tal orago poderia também remeter, é certo, para os primeiros mártires do Cristianismo, mas nesse caso as histórias eclesiásticas e os hagiólogos, tão prolíficos na recapitulação das vidas dos santos e outros bem-aventurados varões, não deixariam de se referir a algum martírio que tivesse ocorrido na Antiguidade, no local em causa – o que não parece ser aqui o caso.

⁴⁰¹ Segundo Pedro Picoito («As ordens militares e o culto dos mártires em Portugal», *Ordens Militares e Religiosidade. Homenagem ao Professor José Mattoso [Actas do 9.º Curso sobre Ordens Militares, Palmela, 7-8 de Fevereiro de 2009]*, coord. de Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela/Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, 2010, pp. 73-90), a maior parte das igrejas dedicadas aos mártires situam-se na Estremadura, Alentejo e Algarve (espaços privilegiados da Reconquista), sendo particularmente importante as situadas nos domínios das ordens militares (recorde-se, a esse propósito, os célebres «Sete Mártires de Tavira», sepultados na igreja de Santa Maria dessa cidade em 1242, e objecto de um intenso culto promovido pela Ordem de Santiago).

⁴⁰² Marcos Teixeira não era uma personagem menor do «aparelho» de Estado à época – com efeito, exerceu os cargos de desembargador da Casa da Suplicação e de deputado da Mesa da Consciência e Ordens; além disso, foi uma figura destacada do Santo Ofício de Lisboa, tendo chefiado, nos anos de 1578-79, uma visita da Inquisição à diocese de Portalegre (cf. Fr. Pedro Monteiro, O.P., *Catalogo dos Deputados do Conselho geral da Santa Inquisição, depois da sua renovação, feyta por Bulla do Summo Pontifice Paulo III, dada aos 23 de Mayo de 1536, que offerece à Real Academia [...]*, Lisboa Occidental, Na Officina de Paschoal da Silva, 1721, *apud* Maria Paula Marçal Lourenço, «Para o estudo da actividade inquisitorial no Alto Alentejo: a visita da Inquisição de Lisboa ao Bispado de Portalegre em 1578-1579», separata de *A Cidade*, Portalegre, n.º 3 (nova série), Janeiro-Junho de 1989, p. 131).

⁴⁰³ Sabemos que, em muitos testemunhos etnográficos, o nível de memorialização mais antigo das populações remete para a presença muçulmana em Portugal. Teria o mesmo sucedido em Sacavém em 1577?

⁴⁰⁴ Cf. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios*, livro 12, fl. 42.

⁴⁰⁵ «Havia em Sacauem tradição deste successo, & perseuerana [*sic*] a hermda antiga fundada por el Rey Dom Afonso. Quis o generoso Rey Dom Sebastião saber de rais o que nisto auia, mandou em o anno do Senhor de mil & quinhentos & settenta & sette hum Desembargador a Sacauem a tirar informação do caso. Achou elle hum liuro antigo em a Igreja da Villa, & nelle a memoria alegada, alem da fama q̃ corria entre os moradores, de q̃ os mais velhos do lugar deraõ testemunho. E como em este mesmo tempo pedisse a el Rey Miguel de Moura seu Secretario (o qual despois morreo governando a Portugal) aquella her-

A história então recontada pelos sacavenenses ao oficial régio ficou registada no documento de doação da ermida de Nossa Senhora dos Mártires (pertença do padroado real⁴⁰⁶ – o que iria de encontro ao facto de ter sido o primeiro monarca português o seu fundador) a Miguel de Moura, a fim de que este aí edificasse o convento – sendo que esse documento se conserva até hoje na Torre do Tombo, na Chancelaria de D. Sebastião, tendo sido parcialmente transcrito – na parte que diz respeito à história da batalha – por Fr. António Brandão, O.Cist., na *Monarquia Lusitana*, obra a partir da qual os autores subsequentes foram beber a informação sobre a batalha de Sacavém.

Com efeito, é a primeira vez que, nos anais da nossa História, surgem referências à batalha de Sacavém («caso pouco sabido, & não tratado em nossas historias»⁴⁰⁷, como se lhe referiu Fr. António Brandão), travada em 11 de Julho de 1147, bem como aos milagres que aí teria operado a Virgem Maria. Haviam-se passado exactamente 430 anos desde a tomada de Lisboa e nenhuma fonte coeva da «Reconquista» (século XII), ou sequer baixo-medieval, atestava esta batalha: nem nas cartas dos cruzados que participaram no assédio de Lisboa (Raul, Arnulfo⁴⁰⁸ ou Duodequino⁴⁰⁹), nem no *Indiculum* da fundação do mosteiro de São Vicente de Fora⁴¹⁰, nem na *Chronica Gothorum*⁴¹¹, nem no

mida para fundar hũ conuento de Religiosas, el Rey lha concedeu, & na escritura se faz menção assi da diligencia, como da memoria sobredita, & esta foy a causa de nos ficar escrita a relação em o liuro citado da Torre do Tombo.» (cf. Frei António Brandão, O.Cist, *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, capítulo XXVII (*De hũa vitoria que os nossos alcançarão dos Mouros junto a Sacauem*, fls. 170 v.º-171).

⁴⁰⁶ Com efeito, o reguengo de Sacavém surge citado, como já vimos, logo desde 1220 como fazendo parte do padroado régio.

⁴⁰⁷ Cf. Frei António Brandão, O.Cist, *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, fl. 171.

⁴⁰⁸ Cf. Alfredo Pimenta (ed.), «A conquista de Lisboa: carta de Arnulfo», *Fontes Medievais da História de Portugal*. Selecção, prefácio e notas de [...], 2.ª ed., vol. I – *Anais e Crónicas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa – Editora, 1982, pp. 133-140.

⁴⁰⁹ Cf. Alfredo Pimenta (ed.), «A conquista de Lisboa: a carta de Duodechino», *Fontes Medievais da História de Portugal...*, pp. 124-130.

⁴¹⁰ Cf. Alfredo Pimenta (ed.), «A conquista de Lisboa: crónica da fundação do Mosteiro de S. Vicente», *Fontes Medievais da História de Portugal...*, pp. 141-146 e Fernando Venâncio Peixoto da Fonseca (ed.), *Crónica da Tomada de Lisboa (Chronica da Fundação do Moesteiro de São Vicente de Lisboa pello Inuictissimo e Christianissimo Dom Afonso Henriquez, 1.º Rei de Portugal: e Como Tomou a Dita Çidade aos Mouros)*, Ed. facsimilada, paleográfica e crítica, com anotações, Lisboa, Edição do Autor, 1995.

⁴¹¹ Cf. Alfredo Pimenta (ed.), «História dos Godos», *Fontes Medievais da História de Portugal...*, pp. 22-47.

*Chronicon Conimbricence*⁴¹², nem nas *Crónicas dos Cinco Reis* e dos *Sete Reis* (refundidas depois na *Crónica de Portugal de 1419*⁴¹³), nem nas já «modernas» *Crónicas de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão (1505)⁴¹⁴ ou de Duarte Nunes de Leão (1600)⁴¹⁵, surge menção alguma à batalha de Sacavém; poderíamos, assim, com legitimidade, pôr em causa a existência do dito combate, o qual é mencionado pela primeira vez apenas neste texto tardio.

Certo, porém, é que a partir do último quartel do século XVI esta história começou a ser recompilada em várias obras, tendo ganho grande aceitação enquanto facto histórico real e comprovado. O primeiro volume a aludir à batalha saiu da pena do próprio Miguel de Moura, enquanto patrono do mosteiro cujas origens pretendiam remontar ao pretenso combate: trata-se da *Memória de Miguel de Moura sobre a Fundação de um Convento da Ordem de São Francisco, em Lisboa*⁴¹⁶, a qual, porém, permaneceu

⁴¹² Cf. Alfredo Pimenta (ed.), «Chronicon conimbricence», *Fontes Medievais da História de Portugal...*, pp. 1-21.

⁴¹³ Cf. Adelino de Almeida Calado (ed.), *Crónica de Portugal de 1419*. Ed. crítica com introd. e notas de [...], Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998.

⁴¹⁴ Cf. Duarte Galvão, *op. cit.*

⁴¹⁵ Duarte Nunes de Leão, ao publicar as suas crónicas em 1600 (portanto, 23 anos após a primeira referência à batalha), não alude ao mítico embate na sua *Crónica de D. Afonso Henriques* – tal ficará a dever-se ao facto de as suas crónicas (que abrangem os reinados que vão desde o Fundador até D. João II) se limitarem, em grande medida, a uma ampla paráfrase do trabalho dos cronistas que o precederam (Duarte Galvão para a *Crónica de D. Afonso Henriques*, Fernão Lopes para as *Crónicas de D. Pedro, D. Fernando e D. João I (primeira e segunda partes)*, e Rui de Pina para as dos restantes monarcas). Uma vez, pois, que a sua obra visava tão-só a rescrita das crónicas antigas (e nenhuma destas se referia à batalha de Sacavém), é natural que não surjam neste autor referências ao combate em causa.

⁴¹⁶ Escreve Miguel de Moura na *Memória [...] sobre a Fundação de um Convento [...] o seguinte*: «fez se com muita pressa o gasalhado necessario para hũa quintãa apropriada a se uir folgar á ella, mormente pella particular deuação E milagres da Ermida de nossa sra dos martyres a ã estaua junta sendo aquelle oratorio antiguissimo feito por ElRej Dom Afonso henriquez primeiro Rej de Portugal (antes de por elle ser tomada lisboa) em memoria de hũa milagrosa victoria ã lhe nosso sör deu como largamente cõsta da doaçaõ do padroado desta Ermida de ã me fez merce ElRej Dom Sebastiaõ que Ds tem.»; e ainda que «E já agora poderei morrer consollado quando nosso sör for seruido de me chamar, E tãobem o deuo ser de receber o Baptismo na igreja dos martyres de lisboa, E a sepultura, querendo Ds, no most.^{to} de Sacavem, Igrejas ambas feitas quasj ao mesmo tempo, E per hũa mesma causa, cuja festa em ambas se faz a treze de Mayo E assi responde hũa á outra sendo duas E hũa mesma cousa. O mosteiro se chama de nossa senhora dos martyres da Conceição. A Inuocação dos Martyres lhe ficou da sua primeira Edificação pellos m.^{tos} Christãos que morrẽrão naquella batalha contra mouros que atraz digo. E da Conceição se lhe acrescentou quando se fundou o mosteiro por respeito da imagem do milagre [que salvou minha mulher] (que he da

manuscrita até hoje, pelo que é pouco provável que tivesse sido logo conhecida de outros autores, no século XVII⁴¹⁷. Com efeito, o chantre eborense Manuel Severim de Faria, nas suas viagens a Portugal, tendo por várias vezes pernoitado em Sacavém (na última viagem, alojou-se, inclusivamente, junto dos frades que oficiavam a missa às monjas), nunca alude a esta batalha⁴¹⁸.

A esta, seguiu-se a *Miscelânea do sitio de Nossa Senhora da Luz do Pedrógão Grande: apparecimento de sua santa imagem, fundação do seu Convento e da See de Lixboa, com muitas curiosidades e poezias diversas*, da autoria de Miguel Leitão de Andrade (dada à estampa em Lisboa, por Matheus Pinheiro, em 1629), um volume em forma de diálogo, ao velho gosto humanista, travado entre duas personagens (Galácio e Devoto), caracterizado pelo seu pouco rigor histórico, revelando-se antes uma colectânea (como o título afirma) de curiosidades, aludindo a usos, costumes e tradições da terra natal do autor. Ao falar do confronto de Sacavém, Andrade não menciona textualmente a escritura da Torre do Tombo, como poucos anos volvidos fará António Brandão, mas torna-se evidente que a mesma não lhe seria desconhecida (ou, ainda que a não

Conceição como atrás se diz.» (transcrição de Francisco de Sales Loureiro, «Apêndice Documental – Documento n.º 27: Memória de fundação do Mosteiro de Sacavém», *op. cit.*, pp. 581 e 598, respectivamente). Na *Vida de Miguel de Moura* (já anteriormente citada), não fala da batalha, referindo apenas as causas da fundação do convento, aludindo ao «grande e espantoso acontecimento da pólvora, em cuja ruína minha mulher ficou enterrada, e o fundamento deste meu mosteiro, ambas em que recebi grandes misericórdias de Nosso Senhor, de que não trato aqui, porque dellas tenho feito hum papel largo que se achará com o meu testamento» (*loc. cit.*, p. 124); este papel será, provavelmente, a *Memória* já citada. Mais diz que escreveu estes seus papéis tendo entrado como terceiro franciscano no Convento de Sacavém, e que fora «baptisado na Igreja dos Martyres [de Lisboa], tão antiga como a deste mosteiro, e da mesma invocação, e fundada pela mesma causa, onde espero em Deos ser enterrado» (pp. 107-108) – como, de facto, o veio a ser.

⁴¹⁷ Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria. 1604 – 1609 – 1625*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1975, pp. 75-76 e 153-154.

⁴¹⁸ Barbosa Machado chama-lhe *Relação da Fundação do Convento de N.ª S.ª dos Martyres de Religiosas, da Primeira Regra de S. Clara, situado no lugar de Sacavem*, dizendo possuir uma cópia do mesmo. A julgar pelas palavras com que inicia, tratar-se-ia de uma cópia da *Memória* redigida por Miguel de Moura, desta diferindo apenas no título (cf. Diogo Barbosa Machado, «Miguel de Moura», *Bibliotheca Lusitana: Historica, Critica, e Cronologica, na qual se Comprehende a Noticia dos Authores Portuguezes, e das Obras que Compuserão desde o Tempo da Promulgação da Ley da Graça até o Tempo Presente*, vol. III, facsímile da edição de Lisboa, Na Oficina de Ignácio Rodrigues, 1762, 2.ª ed., Lisboa, Bertrand, 1933, pp. 470-471).

tenha consultado, certamente conheceu o seu teor, talvez junto das autoridades do mosteiro de Sacavém, como está patente na obra):

Devoto: [...] Porém aqui não há esses milhares de annos, que cuidais havia esta ponte: porque no tempo que el-Rei D. Affonso Henriques, primeiro de Portugal, cercou Lisboa e a tomou aos Mouros, estando sobre ella teve aviso como a vinhão socorrer os Mouros da comarca de Alenquer. E sabendo [que] havião de passar por esta ponte de Sacavém, lhes mandou tomar o passo com gente de cavallo (que não podia ser muita), os quaes achando já os Mouros, que quási todos a tinham passado, tiverão com elles huma muito perigosa e desigual batalha, porque sendo muito poucos e os Mouros muitos, já a não puderam escusar sem se perderem, e delles houverão huma muito sinalada victoria neste plano. Onde disserão depois [que] os Mouros virão huma molher que os cegava, e os desbaratou, que foi a Virgem Nossa Senhora, a cuja honra e por memória desta victória se edificou aquella igreja que ali vedes. A qual nestes annos reedificou Miguel de Moura, que foi hum dos cinco Governadores que el-Rei Philippe, primeiro deste Reino, deixou nelle, fundando ali aquella mosteiro tão religioso de Capuchinhas. E a esta igreja de Nossa Senhora dos Mártires, pelos cavalleiros que nella forão sepultados, que aqui nesta batalha pelejando forão mortos. Que naqueles tempos chamavão mártires a todos que pelejando contra Mouros, erão mortos; como a igreja de Nossa Senhora dos Mártires de Lisboa, que os Ingrezes fundarão neste cerco [...] pera enterrarem seus mortos. [...]

Galácio: Por essa conta não serão passados muitos centos de annos, que aqui havia esta ponte, pois esse cerco e a tomada de Lisboa foi no anno de 1147, segundo se vê nos letreiros que estão na Sé de Lisboa e o dizem os Chronistas todos, e o Padre Frei Bernardo de Brito, depois delles; e se essa ponte nesse anno estava inteira que se passava por ella como dessa batalha e passada dos Mouros se collige, e da tradição antiga e memórias, que disse há nesta igreja [...]»⁴¹⁹

A batalha ganha enfim relevo e contornos de aparente historicidade quando Fr. António Brandão, O.Cist., ao compor a sua *Terceira Parte da Monarchia Lusitana: que contém a História de Portugal desde o Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey*

⁴¹⁹ Cf. Miguel Leitão de Andrade, *Miscelânea*. Facsímile da 2.^a edição de Lisboa, Imprensa Nacional, 1867; introdução de Manuel Marques Duarte, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, pp. 34-35, «Diálogo Segundo: Dá-se a razão do Mosteiro de Nossa Senhora dos Martyres de Sacavém. E da ponte de pedra que ali havia e poderia haver agora. E da natureza maravilhosa de algumas pedras. E quando foi tomada Lisboa, e fundada a Sé. E se mostra como as idades e estatura dos homens forão sempre as mesmas que agora»).

Dom Afonso Henriques (Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1633), ao referir-se aos feitos do *Fundador*, não hesitou em aludir à supramencionada escritura estante na Chancelaria de D. Sebastião, inclusive transcrevendo-a e, não obstante os erros nela contidos (designadamente, o da data da conquista de Lisboa, entre outros), a considerou real e justificou, através do texto constante do privilégio, a existência de tal batalha⁴²⁰. Poderíamos mesmo inquirir até que ponto teria sido, hipoteticamente, influenciado o «erudito bernardo» e «douto cronista» (como lhe chama Braamcamp Freire⁴²¹) pela presença da batalha na *Miscelânea* de Andrade – a única obra publicada que a isso aludia e que fora dada à estampa apenas quatro anos antes –, tendo, a partir daí, ajudado inconscientemente a perpetuar um erro histórico.

Certo é que, desde então, com a inclusão da narrativa pelo cronista-mor naquela que era, por assim dizer, a «história oficial» do Reino, passou a batalha a ter grande aceitação, aludindo-lhe várias obras de carácter mais propriamente corográfico do que historiográfico⁴²², que desde então foram redigidas. Assim, Luís Marinho de Azevedo, numa história que redigiu sobre Lisboa (1642) limita-se praticamente a copiar Brandão, tanto no excerto do traslado do documento da Torre do Tombo, bem como a parafrasear parte do capítulo correspondente da *Monarquia Lusitana*:

«Logo que os Mouros senhores dos lugares vizinhos de Lisboa entenderaõ, que estava cercada, temendo que se a Cidade se perdesse auia elRey D. Afonso de distruilos, intentáraõ socorrerla: para o que jõtaraõ sinco mil de cauallo das Vilas de Thomar, Torres nouas, Alanquer e Obidos; parecendolhe, que à ligeira se poderiaõ meter dentro da Cidade. Teve elRey

⁴²⁰ Cf. Frei António Brandão, O.Cist, *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, fls. 170-171.

⁴²¹ Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, 2.^a ed., vol. III, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, pp. 72, 115 e 118, *apud* Fernando Castelo-Branco, «O valor histórico de Frei António Brandão», *A Historiografia Portuguesa Anterior a Herculano. Actas do Colóquio*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1977, p. 120.

⁴²² Excepção feita provavelmente à obra de Diogo Barbosa Machado, *Memorias para a Historia de Portugal, que Compreendem o Governo delRey D. Sebastião, Unico do Nome e Decimo Sexto entre os Monarcas Portuguezes. Do Anno de 1575 até o anno de 1578. Dedicadas a ElRey D. João V, Nosso Senhor, escritas por [...], Ulyssiponense, Abbade Reservatario da Igreja de Santo Adriaõ de Sever do Bispado do Porto, e Academico do Numero*, tomo IV, Lisboa, Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1751, parte IV, livro I, capítulo X, pp. 84-91, onde descreve com grande pormenor a história da fundação do mosteiro e transcreve na íntegra, pela primeira vez, o texto do alvará de doação do terreno onde se erigiu o convento a Miguel de Moura.

auiso do disignio dos Mouros a tempo, que mandou mil & quinhentos dos nossos, que lhe fossem impedir o passo na passagem da ponte de Sacavem, de que ainda permanecem os primeiros arcos, e alicerces de outros. Chegáão os nossos ao alto do lugar de Sacavém, em que havia hum Castello, que estava pelos Mouros, & á vista delles commetteraõ os que acabaraõ de passar a ponte animosamente, & como eraõ os contrários mais em numero, esteve algum espaço duvidosa a victoria, porque os Mouros pelejauão valentemente com mortos, & feridos de alguns dos nossos: os quais animandose mais com hum spiritu sobrenatural, que lhes sobreveyo, fizeraõ perder os infieis os brios, & voltando as costas, como não podiam caber pela ponte, huns se afogaraõ no rio, & outros foram mortos de ferro, chegando huns, & outros a 3. mil. Chegou a socorrer os Mouros Bezai Zaide Alcaide do Castello, que vendo os seus desbaratados se recolheu a elle: & sendo cercado pelos nossos lho entregou logo, não podendo deffenders. Affirmarão os que se acharaõ na Batalha, ver no mayor trance della muitos homens estrangeiros não conhecidos, que os ajudaraõ a tẽpo, que imploraraõ o favor da Virgem Maria Senhora nossa; á qual ElRey D. Affonso attribuiu taõ milagroso successo, mandando logo edificar em seu louvor huma Ermida, de que o Mouro Zaide foi o primeiro Eremitaõ, convertido por huma visãõ maravilhosa que teve antes que a batalha se começasse.»⁴²³

No final do excerto, reconhece, porém, que «deuemos ao Chronista mór Fr. Antonio Brandaõ auer descoberto algũas Escrituras, & documentos destes anos, que atẽgora não eraõ vulgares, nem estauaõ escritos em nossas Chronicas: das quais se colhẽ algũas antiguidades muy dignas de saberse»⁴²⁴.

Jorge Cardoso, no terceiro volume do *Hagiológio Lusitano* (1666) escreve o seguinte na entrada relativa ao dia 13 de Maio:

«[...] no tempo em que este lugar [de Lisboa] estaua de cerco pelos Christãos, intẽtando os Mouros da Estremadura soccorrelo com sinco mill cauallos, auizad el-Rei D. Afonso Henriquez do que se passaua, enuiuou mil & quinhentos, para que os fossem buscar ao caminho. Encontrarãõ na ponte (de que inda hoje alli há vestigios) onde pelejarãõ porfiadamente até que os nossos, por fauor soberano, conseguiraõ a victoria, morrendo a maior

⁴²³ Cf. Luís Marinho de Azevedo, *Primeira Parte da Fundação, Antiguidades, e Grandezas da Mui Insigne Cidade de Lisboa...*, Em Lisboa, Na Officina Craesbeckiana, 1642, Livro IV, Capítulo XXIV (*De como El Rey fũdou duas Igrejas para sepultar os que morriaõ nos combates, & da milagrosa victoria, que os nossos alcãçaraõ dos Mouros, que vinhaõ socorrer os de Lisboa junto ao rio de Sacauem*, pp. 378-379).

⁴²⁴ Id., *ibid.*, p. 379.

parte, & dos Mouros quatropiada, huns a ferro, & outros afogados, porque não cabendo na pote, se lançauão ao mar, mudando o genero de morte, pois escapando do furor bellico, nõ escapavão da agoa. Alcançada a victoria, o Alcaide do Castello, que ficou da batalha com vida, recolhido a elle, o entregou logo aos Christãos, & pedio o S. Baptismo, affirmando que lhe apparecera a V. Senhora, que o certificara do destroço dos Mouros; & os Portuguezes no maior conflicto da peleija, virão entre si homens incógnitos, que os ajudauão, com que se teue a victoria por milagrosa. Mãdou logo el Rei leuantar hua Hermida, cõ titulo de N. Sñra dos Martyres, no lugar em que se deu sepultura aos Christãos, ficando nella por Ermitão o D. Alcaide, que antes do Baptismo se chamaua Zayde, & depois Afonso, o qual perseuerou fiel todo o tempo de sua vida.»⁴²⁵

Fr. Agostinho de Santa Maria, O.E.S.A., no *Santuário Mariano* (1707), discorrendo sobre as origens da imagem de Nossa Senhora dos Mártires de Sacavém, parafraseia, quase *ipsissimis uerbis*, a *Monarquia Lusitana*, transcrevendo também integralmente a escritura da Torre do Tombo tal como se encontrava em Brandão. Explicita de seguida, com maior detalhe que o alcobacense, os motivos para a invocação da ermida ser a de Nossa Senhora dos Mártires:

«El Rey D. Affonso, obrigado naquelle grande beneficio, que recebera da May de Deos, lhe mandou logo erigir hũa Ermida, que com o titulo de Nossa Senhora dos Martyres se conservou até o tempo del Rey D. Sebastião, em que Miguel de Moura deu principio àquele santo, e reformado Convento. E deuselhe este titulo, por memoria dos Cavaleiros, que alli acabarão pelejando pela Fé: porque naquelles tempos se tinham por Martyres, todos os que morrião pelejando contra os Mouros, como contra inimigos da Fé. Isto mesmo se vê em Nossa Senhora dos Martyres de Lisboa, a quem se deu (pela mesma causa), semelhante titulo.»⁴²⁶

Descreve seguidamente a estátua que aí se venerava (a qual, segundo ele, tinha cinco palmos de altura, segurava o Menino no braço esquerdo e era bastante formosa e colorida, dizendo mesmo que não fora repintada segunda vez), feita por ordem do pri-

⁴²⁵ Cf. George Cardoso, *Agiologio Lvsitano dos Sanctos, e Varoens illvstres em virtvde do Reino de Portvgal, e svas conqvistas. Consagrado aos gloriosos S. Vicente e S. Antonio Insignes Patronos desta inclvta cidade de Lisboa, e a sev illvstre cabido Sede Vacante, composto pelo Licenciado [...] natvral da mesma cidade*, tomo III – *Qve comprehende os dovs meses de Maio, e Jvnhho, com sevs commentarios*, Lisboa, Officina de Antonio Craesbeeck de Mello, Impressor de Sua Alteza, 1666, p. 235.

⁴²⁶ Cf. Frei Agostinho de Santa Maria, O.E.S.A., *Santuário Mariano...*, 2.^a ed., Lisboa, Miscelânea, 1933, título XXI, pp. 137-140 (ed. original de Lisboa, Na Officina de António Pedrozo Galvão, 1707).

meiro monarca português e colocada naquela que era a primeira igreja dedicada à Virgem Maria fora do perímetro urbano de Lisboa. Termina citando os autores que antes dele se referiram à imagem (Andrade e Brandão; ignora, porém, Azevedo).

O Pe. António Carvalho da Costa, na *Corografia Portuguesa* (1712), cita Brandão, em mencionar quaisquer outros autores que se tenham referido à batalha, escrevendo ainda que a povoação tem

«hum Mosteyro de Freyras Capuchas da primeyra Regra de Santa Clara, que foy fundado na antiga Ermida de N. Senhora dos Martyres, de quem conserva o nome, edificada por el-Rey D. Affonso Henriques, em memoria da batalha, que neste lugar alcançou contra os Mouros, como se pode ver na 3. Parte da Monarquia Lusitana, liv. 10. cap. 27. [...]»⁴²⁷

Nos meados do século XVIII (1758), o Prior de Sacavém refere-se também à batalha nas *Memórias Paroquiais* que redigiu, a mando de Carvalho e Melo, após o terramoto de 1755, aludindo à referência na *Monarquia Lusitana*:

«Há neste lugar hũ Convento de St.^a Clara, em reforma de Santa Colletta, foi seu fundador Miguel de Moura <;> este, e sua molher D. Brites da Costa o dotaraõ e fundaraõ na Antiga Ermida de Nossa Senhora dos Martires de quem conserva o nome, a qual ermida foi edificada por El Rey D. Affonso Henrriques em memoria da Batalha que neste lugar alcansou contra os Mouros, como se pode ver na 3.^a p.^{te} da Monarquia Lusitana Livro 10. Cap. 27 e depois a deu El Rey D. Sebastiaõ ao d.^{ic}º Miguel de Moura seu Secretario de Estado [...]»⁴²⁸

O Pe. João Baptista de Carvalho, no *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno* (1763), dá a seguinte notícia, relativa ao lugar de Sacavém:

«Mosteiro de Nossa Senhora dos Martyres. De Religiosas Capuchas da primeira Regra de Santa Clara. Foy fundado no anno de 1577 por Miguel de Moura Secretário de Estado, e Escrivão da Puridade de ElRey D. Sebastiaõ, e sua mulher Brites da Costa, no sitio onde estava huma antiga Ermida com o mesmo titulo da Senhora dos Martyres, a qual havia erigi-

⁴²⁷ Cf. Pe. António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa, e Descrição Topografica do Famoso Reyno de Portugal...*, tomo III, capítulo XXXVIII (*Da Freguesia de N. Senhora da Purificação de Sacavem*), p. 595.

⁴²⁸ Cf. A.N.T.T., *Memórias Paroquiais*, vol. 33, n.º 11, p. 103.

do ElRey D. Affonso Henriques para memoria de huma milagrosa batalha, que ali alcançara dos Mouros.»⁴²⁹

Alude ainda, em nota de rodapé, a todas as obras que, antes dele, falam dos sobre-ditos mosteiro e batalha.

Já no século XIX, várias obras de carácter corográfico continuam a referir-se à batalha, acrescentando novos detalhes. José Avelino de Almeida (1866) escreve assim que:

«derão os fundadores ao convento o titulo de N. S. dos Martyres, em razão de o terem edificado no logar, em que havia uma ermida com essa mesma invocação, fundada pelo rei D. Affonso Henriques, depois da batalha que naquelle sitio ganhou aos Mouros, que vinhão socorrer a sua cidade de Lisboa, então sitiada por aquelle mesmo monarcha. Denominou-a de N. S. dos Martyres, porque a construiu no local onde mandára enterrar os christãos mortos na peleja [...]»⁴³⁰

Acrescenta ainda um pormenor curioso, a que nenhuma outra corografia aludira até então – a razão para uma outra igreja da povoação ser até hoje dedicada a Nossa Senhora da Vitória (orago que, tal como a Senhora dos Mártires, também não é propriamente das manifestações marianas mais comuns em Portugal, mas cujo título parece claramente apontar para uma vitória em contexto militar – à semelhança de Santa Maria da Vitória, vulgo da Batalha, erigida por ordem de D. João I em honra da vitória alcançada sobre os Castelhanos em Aljubarrota). Com efeito, diz-nos que:

«ha em Sacavem uma ermida de N. S. da Victoria, tambem antiquissima. Diz a tradição popular que o seu titulo primitivamente era N. S. dos Prazeres, e que foi aquelle mesmo soberano [D. Afonso Henriques], que, passados annos depois daquelle combate, lhe mudou a invocação, em memoria deste successo. O edificio da ermida tem passado por tantas reedificações, que não mostra vestígios de grande antiguidade.»⁴³¹

João Maria Baptista e João Justino Baptista de Oliveira (1876), claramente influenciados por Almeida, voltam a aludir ao mosteiro de Nossa Senhora dos Mártires:

⁴²⁹ Cf. Pe. João Bautista de Carvalho, *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno...*, tomo III, pp. 487-488.

⁴³⁰ Cf. José Avelino de Almeida, *Diccionario Abreviado de Chorographia, Topographia, e Archeologia das Cidades, Villas e Aldeas de Portugal*, vol. III, Valença, Typographia de V. de Moraes, 1866, p. 34.

⁴³¹ Id., *ibid.*, p. 34.

«edificado no sitio de uma ant.^a ermida da mesma inv., edificada por el-rei D. Affonso Henriques em memoria de uma gloriosa victoria alcançada sobre os Mouros que vinham socorrer Lisboa, que o dito soberano sitiava»; falam também da ermida de «Nossa Senhora da Victoria, antiquissima e que teve a primitiva inv. de Nossa Senhora dos Prazeres, que el-rei D. Affonso Henriques tambem em memoria da victoria já referida mudou para que hoje tem: o edificio não dá indicios de grande antiguidade, por ter sido por vezes reedificado [...]»⁴³²

Pinho Leal, no *Portugal Antigo e Moderno* (1878), limita-se – no que à batalha de Sacavém diz respeito – a recompilar textualmente partes das obras que a precederam (designadamente Azevedo); mas não mencionando Brandão nem os corografistas do século XVIII, nem sequer J. A. de Almeida, em quem parece basear muitas das suas informações; fala também sobre as origens da ermida da Senhora da Vitória, acrescentando um novo detalhe os seus primórdios:

«É templo antiquissimo, e ha toda a probabilidade para crer que já existia no tempo dos Godos. Parece que os Mouros deixaram n'elle praticar os officios divinos, mediante um certo tributo, como fizeram em outras partes; pois quando D. Affonso Henriques cercava Lisboa, em 1147, estava a capella aberta ao culto, e se dava á sua padroeira o titulo de Nossa Senhora dos Prazeres, que o rei lhe mudou para o de Senhora da Victoria, desde que os Portuguezes ganharam junto do rio de Sacavem, aquela [batalha] que fica referida.»⁴³³

Saber se é de fundação goda parece-nos complicado determinar (até porque as ruínas do actual edifício datam claramente do século XVIII), mas talvez através do recurso à arqueologia se pudesse determinar até quando remonta a ocupação do espaço em causa e, assim, atestar ou desmentir a afirmação de Pinho Leal. Certo é que, da relativa tolerância do al-Ândalus para com os chamados «Povos do Livro» (*Ahl al-Kitāb*), não podemos duvidar, e como já vimos, as evidências toponímicas parecem demonstrar a sobrevivência de comunidades moçárabes na periferia da grande cidade de Lisboa,

⁴³² Cf. João Maria Baptista e João Justino Baptista de Oliveira, *Chorographia Moderna do Reino de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1876, pp. 746-747.

⁴³³ Cf. Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal (*Portugal Antigo e Moderno: Dictionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico & Etymologico de Todas as Cidades, Villas e Freguesias de Portugal e Grande Numero de Aldeias*, vol. VIII, Lisboa, Livraria Editora de Matos Moreira & Companhia, 1878, p. 313.

eventualmente na alcaria de Sacavém⁴³⁴, contra o pagamento do tributo reservado aos não-conversos – a *ǧizya*⁴³⁵.

Já no século XX, Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues (1912)⁴³⁶ limitam-se a recompilar os elementos já mencionados por Pinho Leal, transcrevendo uma vez mais a passagem da obra de Azevedo acerca do recontro; Américo Costa (1948) também se refere à batalha, dizendo muito sumariamente que sobre a ponte:

«[...] feriu-se um combate, em 1147, entre Cristãos e Mouros que vinham auxiliar Lisboa, à data cercada por D. Afonso I. [...] A sua primitiva igreja matriz foi completamente destruída pelo terramoto de 1755, passando depois para a ermida de N. S. da Vitória. Diz-se que este templo é de fundação goda, e que os Árabes, mais tarde, permitiram que nele se exercesse o culto mediante o pagamento de um imposto. Consta ainda ter sido primitivamente da invocação de N. S. dos Prazeres, passando a N. S. da Vitória após a referida derrota dos Mouros na ponte de Sacavém.»⁴³⁷

Finalmente, na entrada relativa a Sacavém na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* alude-se também à batalha, embora sendo noticiada com ligeira variante em relação à história tradicional:

«Nada se sabe do que pelo lug. ocorreu até à conquista de Lisboa em 1147. Quando uma parte das tropas do rei se aproximava de Lisboa para se juntar aos cruzados e outros sitiadores, feriu-se aqui um breve recontro com os Mouros. [...] É tradição que neste lug. existiu uma ermida de invocação de N.^a S.^a dos Prazeres, de fundação visigótica, onde durante o domínio árabe o culto se manteve, à custa de um tributo especial. Depois do referido encontro o templo passou a ser da invocação de N.^a S.^a da Vitória [...]»⁴³⁸

⁴³⁴ Cf. Rui Santos, «Notas sobre Sacavém islâmica»..., p. 262.

⁴³⁵ Cf. Cl. Cahen, «*Djizya*», *The Encyclopedia of Islam. New Edition*, ed. by B. Lewis, Ch. Pellat and J. Schacht, vol. II, Leiden, E. J. Brill, 1991, pp. 559-562.

⁴³⁶ Cf. Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues (*Portugal. Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico...*, vol. VI, Lisboa, João Romano Torres & C.^a – Editores, 1912, pp. 467-470.

⁴³⁷ Cf. Américo Costa, *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular. Hidrográfico. Histórico. Orográfico. Biográfico. Arqueológico. Heráldico. Etimológico*. Com prefácio de José Joaquim Nunes, vol. X, Porto, Livraria Civilização, 1948, p. 479.

⁴³⁸ Cf. «Sacavém», *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXVI, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, [s. d.], pp. 530-531.

Concomitantemente, desde o século XIX, com a renovação da historiografia nacional levada a cabo por Alexandre Herculano, a batalha de Sacavém foi desacreditada, confinada a mera lenda e quase remetida ao esquecimento. Na sua *História de Portugal* (1846), nas notas de fim de volume, Herculano escreve, no que diz respeito às circunstâncias da tomada de Lisboa, o seguinte:

«Narrando a conquista de Lisboa cingimo-nos, quanto às circunstâncias do assédio, à carta do cruzado inglês, à de Arnulfo, à crónica de Dodequino, e ao *Indiculum*, únicas autoridades que nos era lícito seguir. Os nossos historiadores narram particularidades diversas. Tais são o combate na ponte de Sacavém, entre cristãos e cinco mil sarracenos que vinham de Tomar, Torres Novas, Alenquer e Óbidos em socorro de Lisboa [...]. Nenhum escritor ou documento contemporâneo alude a estes sucessos, e nos mesmos sucessos está a sua refutação. O combate de Sacavém, em que figuram “mouros de Tomar”, é relatado em certa memória dos fins do século XVI (*Monarquia Lusitana*, P. 3, L. 10, c. 27), onde os erros grosseiros de história são quase tantos como as palavras [...]. São coisas tão admiravelmente insensatas que custa a perceber por que título semelhantes patranhas mereceram ser não só lembradas, mas ainda referidas como factos correntes por um homem tão grave e judicioso como era Brandão.»⁴³⁹

O que o grande Mestre escreveu, neste particular, fez história e foi desde então aceite como verdade indesmentível. É significativo que, de todas as histórias de Portugal escritas a partir do século XIX, apenas uma – a dita «de Barcelos», dirigida por Damião Peres (1929) – fale ainda do combate, mas apenas para referir o que já anteriormente Herculano houvera escrito, 70 anos antes:

«As crónicas tardias referem, é certo, um pretenso combate, que, durante o cerco, as tropas do rei Afonso teriam sustentado, perto de Sacavém, com cinco mil mouros vindos de Tomar, Torres Novas, Alenquer e Óbidos em socorro de Lisboa, dando a vitória aos Portugueses, com grande soma de milagres, em que são férteis os escritores dos séculos XVI e XVII, e a costumada exageração de Mouros relativamente ao de Portugueses. O pretenso combate encontra-se narrado no Livro dos Privilégios do ano de 1577 ao de 1582, e dele foi extractado por Frei António Brandão. O facto parece ter sido inteiramente forjado, porquanto as memórias coevas ou quasi coevas, como a *Epístola* do cruzado inglês, a Carta de Arnul-

⁴³⁹ Cf. Alexandre Herculano, *História de Portugal. Desde o começo da Monarquia até o fim do Reinado de Afonso III*. Prefácio e notas de José Mattoso e verificação do texto de Ayala Monteiro, vol. 1, Amadora, Livraria Bertrand, 1980, p. 679.

fo ao bispo morinense, o *Indiculum* da fundação do Mosteiro de S. Vicente, tam minuciosas no relato das circunstâncias do cerco, sobretudo a primeira, não lhe fazem a mínima referência. A invenção pertence a essa “família de patranhas” de que Herculano diz custar a perceber por que título “mereceram ser não só lembradas, mas ainda referidas como factos correntes por um homem tão grave e judicioso como era Brandão”.»⁴⁴⁰

Depois disso, só voltaram a aludir à batalha os editores da versão facsimilada da *Monarquia Lusitana* (Silva Rego, Dias Farinha e Eduardo dos Santos), dada à estampa pela Imprensa Nacional em 1973⁴⁴¹; Francisco de Sales Loureiro, na sua dissertação de doutoramento sobre Miguel de Moura (1974)⁴⁴², e Fernando Castelo-Branco, numa comunicação ao colóquio *A Historiografia Portuguesa Anterior a Herculano*, promovido pela Academia Portuguesa da História, intitulada «O valor histórico de Frei António Brandão» (1977).

Este último, depois de louvar, no geral, a obra do monge bernardo, afirma que, nos episódios decorrentes da conquista de Lisboa, «se encontram notórias e bem graves deficiências nos aspectos historiográficos»⁴⁴³. Assim, duvida da historicidade do combate de Sacavém, por considerar ter uma

«base documental [...] deficiente, como reconhece o próprio Fr. António Brandão, pois anota “que contém ella alguns erros, como em o anno do cerco de Lisboa, no assento dos exércitos, em dizer que todos os Estrangeiros eram Ingreses, & em outras cousas aciden-

⁴⁴⁰ Cf. Ângelo Ribeiro, «Jornadas de além-Tejo», *História de Portugal. Edição Monumental Comemorativa do Oitavo Centenário da Fundação da Nacionalidade. Profusamente Ilustrada e Colaborada pelos mais Eminentes Historiadores e Artistas Portugueses*. Dir. literária de Damião Peres e dir. artística de Eleutério Cerdeira, vol. II, Barcelos, Portucalense Editora, 1929, pp. 74 e 76.

⁴⁴¹ Uma nota no fim do volume (cf. Frei António Brandão, O.Cist, *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, p. 96), sobre o combate de Sacavém, da autoria de Eduardo dos Santos, limita-se a dar conta do estado da questão à data, ou seja, copia o que Herculano escrevera cerca de um século antes.

⁴⁴² A tese de Sales Loureiro (*Miguel de Moura (1538-1599). Secretário de Estado e Governador de Portugal*), a que aludimos em nota de rodapé, é consagrada à acção de Miguel de Moura enquanto Secretário de Estado e, mais tarde, membro do Colégio de Governadores do Reino sob Filipe I, devotando o autor um capítulo inteiro à fundação do Mosteiro dos Mártires de Sacavém (pp. 293-376), e referindo-se naturalmente, enquanto sustentáculo da constituição do dito convento, à batalha de Sacavém, sem no entanto apresentar qualquer aparato crítico em torno da mesma (até porque tal seria secundário numa tese versando o século XVI), não se preocupando em corroborá-la ou desmenti-la, limitando-se tão-só a parafrasear as *Memórias*, em que Miguel de Moura alude à questão.

⁴⁴³ Fernando Castelo-Branco, «O valor histórico de Frei António Brandão»..., p. 120.

taes”. Essas “cousas acidentaes” são erros bastante importantes, que também o eram para Frei António Brandão, como se verifica cotejando o que se diz nesse documento [a escritura da Torre do Tombo], com as suas próprias afirmações. Tomemos um exemplo: “El Rey Dom Afonso primeiro Rey de Portugal, estando em Sintra, do monte alto viraõ passar caçadores grande frota de náos ao longo da terra” – diz-nos a memória. Não sucedera assim, nem de modo semelhante para Frei António Brandão. [...] A versão do documento era totalmente inaceitável para Frei António Brandão, porquanto em sua opinião Sintra permanecia ainda em poder dos muçulmanos: “antes do cerco de Lisboa assinaõ nossos autores a tomada de Mafra & Sintra, no que tenho duuida, por me constar de memorias antigas (as quais ainda apontarei) se ganharaõ estas praças depois de Lisboa”. [...] Constatou portanto Frei António Brandão que o documento onde era descrito o combate de Sacavém se encontrava eivado de grosseiros erros históricos; conhecia, como é óbvio, quão tardio era ele relativamente ao sucesso relatado, e teve consciência da exiguidade da prova, por carência de confirmação noutras fontes, porquanto observa ser um caso “não tratado em nossas histórias”. Mas apesar de todas estas circunstâncias, aceitou a veracidade do informe contido no referido documento, transcrevendo-o e dedicou todo um capítulo da sua obra à pretensa vitória de Sacavém! E afirmou à maneira de justificação: “não deuem ser (os erros) impedimento ao credito deuido a esta vitoria, que he o ponto sustancial pretendido nella”. O mais simples bom senso, o mais rudimentar espírito crítico, um sentido historiográfico elementar, levariam Frei António Brandão a excluir este episódio da sua obra, ou a referi-lo com as maiores reservas. Mas aceitou-o, como vimos, deu-lhe franco acolhimento e tratou-o como a um facto histórico relevante. Para deste modo inculcar na sua narrativa mais uma brilhante vitória das armas portuguesas? Tal parece ser a mais verosímil explicação.»⁴⁴⁴

Em síntese, Castelo-Branco argumenta contra a historicidade do combate de Sacavém o facto de o autor:

- a) ter a fundamentá-lo apenas uma fonte;
- b) ser essa fonte posterior de quase meio milénio ao pretenso combate;
- c) ser essa fonte, como o cronista reconheceu e sabia, um notável amontoado de erros históricos;
- d) ser notória a ausência de qualquer argumentação, mesmo rápida, a favor da historicidade do combate.»⁴⁴⁵

⁴⁴⁴ Id., *ibid.*, pp. 124-125.

⁴⁴⁵ Id., *ibid.*, p. 130.

Contudo, como o académico depois reconhece, deve ser notado que

«essas deficiências podem talvez ter sido motivadas, em parte ou mesmo totalmente, pelo desejo de mais enaltecer o fundador do “Estado português”, de tornar mais heróica a actuação dos Portugueses. Tal objectivo estava na verdade no seu espírito, e ele próprio o confessa explícita e claramente: “destes Livros, & escrituras originaes se colhe fundamentalmente a verdade da história de Portugal; & assi se veraõ nesta obra muitas cousas aueriguadas, *que* ategora andauão incertas, & outras se saberão, que totalmente se ignorauão, sendo todas de grande reputaçã para este Reyno”. Não é pois a importância histórica das coisas averiguadas, até aí incertas ou ignoradas, mas sim serem “todas de grande reputaçã para este Reyno”. O interesse patriótico suplantava o historiográfico [...]»⁴⁴⁶

Por fim, José Mattoso, nas suas notas críticas à *História de Portugal* de Herculano (1980), afirmou, sobre os episódios da batalha de Sacavém e da morte de Martim Moniz, que por esse trecho se via «que Herculano julgava com demasiada severidade as crónicas do século XIV [o *Livro de Linhagens* do Conde de Barcelos, D. Pedro]. Desconhecia que elas conservam por vezes reflexos de obras perdidas, de que são o único testemunho, ou considerava demasiado aleatório o trabalho de crítica necessário para as aproveitar na reconstituição de acontecimentos muito anteriores»⁴⁴⁷. Embora estas palavras de Mattoso sirvam mais para a «estória» de Martim Moniz que para a de Sacavém, podemos inquirir até que ponto a tradição pretensamente encontrada pelo desembargador Marcos Teixeira junto dos Sacavenenses e do assento no livro de registos da paróquia não teria um fundo de verdade (ainda que evidentemente deturpado)?

2. A OCUPAÇÃO MUÇULMANA DO LUGAR DE ŠAQABĀN E SEUS ARREDORES

Antes de procedermos à análise da nossa fonte sob o ponto de vista militar, importa conhecermos melhor a localidade que iremos abordar, na época em causa, tentando reconstituir o ambiente da Sacavém anterior à «Reconquista». Dizemos reconstituir, já

⁴⁴⁶ Id., *ibid.*, p. 134.

⁴⁴⁷ Cf. José Mattoso, «Notas críticas às notas de fim de volume», in Alexandre Herculano, *op. cit.*, vol. 1, p. 694.

que os dados objectivos de que dispomos são bastante fragmentários; assim, em vários aspectos, proceder-se-á à extrapolação de conclusões com base em locais semelhantes.

Sacavém seria, tal como hoje, uma povoação relativamente plana, banhada por dois rios: o Tejo, a Oriente, e o Trancão (a que antigamente se dava o nome de rio de Sacavém, por ter aí, precisamente, a sua embocadura), a Norte. Em termos topográficos, a altitude máxima não excede os 60 metros, não existindo elevações significativas, verificando-se apenas o gradual crescimento da altitude em função da maior distância aos rios, o que dita a existência de duas zonas distintas: Sacavém de Baixo (junto ao rio Trancão, e ao antigo Convento dos Mártires) e Sacavém de Cima (onde se situa, por assim dizer, o «centro histórico» da cidade).

Embora não haja registos cristãos anteriores ao século XII que se refiram a Sacavém, é certo que a povoação já existiria ao tempo da tomada de Lisboa e até antes, devido à sua posição estratégica, controlando a vasta foz do rio de Sacavém – então, um autêntico braço de mar⁴⁴⁸, um estuário desaguando no estuário do Tejo, como o atesta, por exemplo, a ilustração da ponte romana que cruzaria em tempos o flúmen, feita por Francisco de Holanda em 1571⁴⁴⁹, ponte essa que estaria integrada no troço da velha

⁴⁴⁸ De resto, esta é a expressão usada pelo autor do diploma de 1577 citado por Brandão (cf. *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, fl. 170 v.º).

⁴⁴⁹ A representação da ponte consta da obra de Francisco de Holanda *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*, de 1571 (servimo-nos da edição de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1986, com a reprodução das imagens em extratexto), e nela se demonstra bem como a foz do Trancão era bastante maior do que hoje em dia, comportando uma ponte de 15 arcos de volta perfeita, o que justifica plenamente a designação de «braço de mar» para se referir ao rio. Note-se, porém, que Francisco de Holanda escreve no seu tratado que «fizeram os Romanos para nosso uso ilustres e famosas pontes, a primeira das quais (pois que estamos tão perto) foi sobre o rio de Sacavém, *como se vêem claros e manifestos o começo e o fim dela*; e esta deve Vossa Alteza mandar reedificar porque é proveitosa, e também para passar por ela a Corte sem o rodeio de ir ao Tojal» (p. 26, destacado nosso); afirma ainda que «devem ser [...] reedificadas as [pontes] que fizeram os Romanos ao redor de Lisboa, como a de Sacavém e outras [...]. E não pudera eu crer esta coisa se quando parti de Lisboa indo a Roma, *logo em Sacavém não achara a via romana e a ponte quebrada no Rio*» (p. 27, destacado nosso), pelo que «lhes dou aqui o desenho destas pontes para reedificarem a de Sacavém e as outras do Rio Tejo.» (p. 28). Com efeito, intitula o seu esboço de «¶Lembrança pera redificar a Ponte de Sacauem», o que significa que em 1571 somente se avistavam já as ruínas da ponte (como se depreende dos trechos por nós sublinhados), exortando assim o monarca a ordenar a sua reconstrução; mas, se o humanista não se enganou nas proporções, e a fazer fé no seu desenho, então devemos considerar que a embocadura do rio de Sacavém era realmente muito mais ampla do que a que podemos vislumbrar hoje em dia. De igual forma, também Luís Marinho de Azevedo (*op. cit.*, p. 379), escrevendo em 1642, afirmava que «da ponte de Sacavem, [...] ainda permanecem os primeiros

estrada romana que ligava *Olisipo* a *Scallabis* (a antiga capital de *conuentus*). Assim, embora a topografia de Sacavém tenha permanecido, talvez, inalterada ao longo destes oito séculos, já a hidrografia modificou-se substancialmente, com o assoreamento progressivo do rio Trancão, sobretudo após o terramoto de 1755.

Não é de duvidar que o local tenha sido aprazível para o povoamento muçulmano, se se atender às características da ocupação espacial subsequentes à conquista de Lisboa – Sacavém tornou-se cabeça de reguengo (que integrava também as propínquas povoações de Frielas e Unhos), o que diz bem do interesse da Coroa pela posse das úberes terras da várzea do Trancão⁴⁵⁰. Além disso, segundo uma inquirição datada de *c.* 1258, a povoação era um importante centro salinicultor (sendo as suas salinas pertença da Ordem de Santiago), assim como um relativamente importante porto fluvial no âmbito do complexo portuário do rio Tejo⁴⁵¹ – mas essa importância poderia muito bem datar de antes da «Reconquista».

O próprio topónimo está atestado, como já vimos, para o período muçulmano (Šaqabān), sendo referido como *alcaria* e não *hišn*. Curiosamente, na escritura existente na Chancelaria de D. Sebastião, alude-se a um castelo em Sacavém, regido por um alcaide. Ora, não existe em Sacavém qualquer traço memorial – ou sequer físico – de ter havido alguma fortificação acastelada antes de, no século XIX, se ter procedido à edificação do Forte de Sacavém (ou Reduto do Monte-Sintra) – apenas se fala da existência de uma torre na parte alta da povoação (junto do actual Largo do Terreirinho, em Saca-

arcos, e alicerces de outros». Podemos também inquirir sobre o estado da ponte em 1147, atendendo à sua ruína em 1571 – pois que isso permitiria aferir das condições para ter sido atravessada por um contingente aproximando-se de Lisboa – ou, indo mais longe, recordar que certos autores duvidam da sua existência e a considerem uma efabulação de Holanda (como, por exemplo, Mário Saa em *As Grandes Vias da Lusitânia*; cf. Vasco Gil Mantas, «Vias romanas do concelho de Loures», *Da Vida e da Morte. Os Romanos em Loures. Exposição de Arqueologia. 26 de Julho de 1998 a 14 de Fevereiro de 1999 [Catálogo da Exposição]*, Loures, Câmara Municipal de Loures/Museu Municipal de Loures, 1998, pp. 19-20); com efeito, não surge mencionada, por exemplo, no *De Antiquitatibus Lusitaniae*, de André de Resende, dado à estampa postumamente em 1593; nem tão-pouco os escritores árabes mencionam a existência de alguma *al-qanṭara* em Sacavém (ainda que também não o façam relativamente à ponte de Alcântara, em Lisboa).

⁴⁵⁰ Cf. Ana Raquel Silva e Pedro Gomes Barbosa, «Cerâmica de tradição muçulmana na *uilla* romana de Frielas (Loures)», *Arqueologia Medieval*, n.º 8, Porto/Mértola, 2003, pp. 109-118.

⁴⁵¹ Cf. Maria Luísa Pinheiro Blot, *Os Portos na Origem dos Centros Urbanos. Contributo para a Arqueologia das Cidades Marítimas e Flúvio-marítimas em Portugal*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2003, p. 112.

vém de Cima), a qual era já referenciada pelo Pe. Carvalho da Costa na sua *Corografia Portuguesa*⁴⁵², depois nas *Memórias Paroquiais*⁴⁵³ e finalmente por Pinho Leal⁴⁵⁴.

Seria possível que, num País onde o castelo se assume como um elemento topográfico e até sociológico preponderante, imprimindo a sua marca de domínio no espaço antropizado que o envolve, o que era uma mera torre de atalaia se tenha transformado, por sinédoque, num castelo? Talvez Marcos Teixeira, ao ditar o texto que figuraria no diploma de 1577, tenha considerado que a torre seria tudo o que restava de uma antiga alcáçova, não hesitando em chamar ao conjunto, exageradamente, de «castelo».

Poderia essa torre (situada numa posição estratégica, possibilitando não só o controlo do vale do Trancão, como também de uma ampla zona costeira, fronteira ao Tejo, que se estenderia talvez dos mouchões da Póvoa de Santa Iria até aos Olivais ou mesmo ao Beato), arruinada em 1755, ter desempenhado as suas funções enquanto espaço de defesa (como simples atalaia), numa lógica de constante readaptação e reutilização das estruturas militares, ao longo dos tempos? De facto, existindo a torre ainda no século XVIII, poderia aquela remontar a períodos mais antigos, como sendo o medieval, o almorávida, o das primeiras taifas, o califal/emiral omíada, o godo ou até mesmo o romano? E, a existir já durante o domínio muçulmano, no quadro do fenómeno de *incastelamento*, seria de admitir que essa torre integrasse um sistema defensivo conjunto da cidade de al-Ušbūna, que passava pela linha do Trancão (rio que, a julgar então pelo seu volumoso caudal, constituiria uma linha de defesa natural de Lisboa) e que incluiria não só esta torre em Sacavém de Cima, como também uma torre na Bobade-

⁴⁵² O Pe. Carvalho da Costa afirma que «há neste lugar [de Sacavém] hũa grande torre [...]» (*op. cit.*, p. 595), sendo presumivelmente a mesma torre a que aludem mais tarde as *Memórias Paroquiais* e Pinho Leal como estando em ruínas. Não deixa de ser interessante notar o adjectivo que qualifica a construção, pressupondo que se trataria, provavelmente, de uma edificação robusta.

⁴⁵³ Pode ler-se, nas *Memórias Paroquiais* que, no século XVIII, o almoxarife exercia as suas audiências no lugar de Sacavém «[...] em dous dias da somana, *que* são segundas e sextas feiras, na antiquissima Torre, *que* ficou *muit*^o arruinada pello Terremoto; nas Cazas em *que* costumavão assistir os Almoxarif^{es}, em hũa dellas se fazia audiencia as partes, e hoje se fas em Caza do Almoxarif^o em Camaratte, por cauza da *dic*^a Torre se mandar demolir pella *grand*^e ruina que ameasava.» (cf. A.N.T.T., *Memórias Paroquiais*, vol. 33, n.º 11, p. 93).

⁴⁵⁴ O qual afirma que «ainda aqui existem os restos de uma antiga torre» (cf. Pinho Leal, *op. cit.*, p. 311).

la⁴⁵⁵, uma arrábita muralhada na Azóia e outras fortificações na zona de Povos⁴⁵⁶? Nada mais podemos fazer senão especular a este respeito, mas julgamos que o cenário que apresentamos poderia ser plausível, e até demonstrável, se houvesse recursos e interesse pela arqueologia em cronologias medievais – tarefa que, contudo, também não se afiguraria fácil, devido ao acumular de estratos urbanos em Sacavém, bem como à acção destrutiva dos agentes naturais e humanos.

3. DESCRIÇÃO DA BATALHA: UMA ANÁLISE TEXTUAL

A batalha de Sacavém inscreve-se no quadro mais amplo da «Reconquista», como episódio subsidiário do cerco e conquista de Lisboa aos muçulmanos, em 1147. Neste ponto analisaremos apenas a batalha enquanto acontecimento militar, a partir da nossa fonte, comentando e abordando também as questões táticas e de estratégia⁴⁵⁷.

Não duvidamos de que o desembargador (cujo relato esteve na base do diploma de 1577, citado por Brandão) tenha colhido as suas informações junto das gentes de Sacavém; não obstante, denota também conhecimento, pelo menos, da *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão (ou da anterior *Crónica Geral do Reino de 1419*, na qual Galvão foi beber inspiração para a sua obra), como adiante demonstraremos, copiando alguns dos erros que a mesma contém – o que nos leva a supor que o desembargador que tomou contacto com os factos em Sacavém (ou quem quer que tenha redigido originalmente o pretense assento no livro de registos da paróquia, tantas vezes mencionado, e que constituiu a base de toda esta história) terá, talvez, procurado enquadrá-los com a história oficial e, assim, consultado a crónica relativa ao nosso primeiro reinado, desconhecendo que a mesma estava eivada de equívocos; julgamos, porém, que

⁴⁵⁵ Cf. Pe. João Baptista de Carvalho, *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno...*, tomo III, p. 469, o qual afirma que «no lugar do Budel [...] se vem ainda as ruínas de huma antiga torre».

⁴⁵⁶ Cf. Helena Catarino, «O Castelo de Povos (apontamentos sobre o período islâmico em Vila Franca de Xira)», *Senhor da Boa Morte. Mitos, História e Devoção. Catálogo da exposição realizada no Celeiro da Patriarcal. 28 de Junho a 8 de Outubro de 2000*, [s. l.], Câmara Municipal de Vila Franca de Xira/Pelouro da Cultura – Museu Municipal, 2000, pp. 43-51.

⁴⁵⁷ Sobre as questões de tática e estratégia em torno da conquista de Lisboa, veja-se, por todos, a obra de Pedro Gomes Barbosa, *Conquista de Lisboa. 1147. A Cidade Reconquistada aos Mouros*, Lisboa, Tribuna da História, 2004.

tal facto não faz desmerecer o valor e a veracidade que a batalha de Sacavém, só por si, possa ter.

Afirma-se que a batalha se teria dado no ano de 1201, sendo ainda Lisboa de Mouros, mas quando era já tomada Santarém, «e o Campo de Ourique, & muita parte de Alentejo»⁴⁵⁸. O erro de datação é por demais evidente – devia o autor referir-se quanto muito à era (e não ao ano⁴⁵⁹) de 1201 (equivalente ao ano de Nosso Senhor de 1163), data que diverge, portanto dezasseis anos face à da real conquista de Lisboa (que ocorreu no ano de 1147, ou na era de 1185⁴⁶⁰). Tal facto, ainda assim, não deveria ser «impedimento ao credito devido a esta victoria, que he o ponto sustancial pretendido nella»⁴⁶¹, como afirma o próprio Brandão⁴⁶². Por este trecho nos parece que, ainda que Brandão pudesse ter dúvidas quanto à veracidade da batalha, o facto de o seu desfecho ter passado por mais uma vitória da Cristandade contra Mafamede (e particularmente uma vitória dos Portugueses), se traduzia num maior exalçamento, não só para a fé católica, como também para Portugal e para o próprio Fundador (o «ponto substancial» da narrativa, como brilhantemente demonstrou Fernando Castelo-Branco⁴⁶³). De igual modo, é de nulo valor a afirmação de que tivesse sido conquistada Ourique e, com ela, grande parte do Alentejo – mas, na época, não era posto em causa o genesíaco milagre de Ourique, nem tão-pouco a sua localização; portanto, a vitória sobre os pretensos cin-

⁴⁵⁸ Cf. Frei António Brandão, O.Cist, *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, fl. 170.

⁴⁵⁹ Julgamos tratar-se de um erro menor – no final do século XVI já há muito havia sido abandonada a datação pela Era Hispânica e a confusão entre os termos *era* e *ano* seria talvez perfeitamente justificável, por desconhecimento.

⁴⁶⁰ Ainda que, admitindo a forma de datação própria dos documentos medievais, nos pareça difícil confundir a era de MCCI com a era de MCLXXXV.

⁴⁶¹ Cf. Frei António Brandão, O.Cist, *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, fl. 171.

⁴⁶² Os erros de datação não seriam incomuns na época. Miguel Leitão de Andrade, na sua *Miscelânea*, afirma que o cerco que os ingleses puseram a Lisboa tivera lugar no ano de 1152 (pp. 35 e, sobretudo, 41-43), baseando-se para tal numa inscrição existente na Sé de Lisboa, onde, por deficientes conhecimentos de epigrafia, pretendia ver nesse ano o da tomada de Lisboa.

⁴⁶³ Cf. Fernando Castelo-Branco, *op. cit.*, pp. 125 e, sobretudo, 134: «[...] essas deficiências podem talvez ter sido motivadas, em parte ou mesmo totalmente, pelo desejo de mais enaltecer o fundador do Estado português, de tornar mais heróica a actuação dos Portugueses».

co reis mouros⁴⁶⁴ nas planícies baixo-alentejanas teria equivalido à conquista daquela praça situada tão a Sul da «linha do Tejo», o que implicaria, por consequência, o domínio de parte significativa da comarca de Além-Tejo.

Afirma-se seguidamente que D. Afonso Henriques estaria no alto da Serra de Sintra, quando uns caçadores viram passar «grande frota de naos de longo da terra. Foi dito a El Rey [que] mandou ver qve caminho leuauão. Trouxerão-lhe recado que se amarrarã no porto grande na entrada do rio de Lisboa. Veio logo em pessoa, & achou que erã Ingreses que hião pelejar pella Fè de Christo contra os Mouros, se concertou com elles, que tomassem Lisboa, ã seria de ambos, por so se não atreuer, por ser muito populada, & forte de guisa, ã se não podia tomar se não por muita gente, por ser abondos [sic] de agoas & mantimentos»⁴⁶⁵.

Sabemos hoje que Sintra só se entregou depois de Lisboa tomada; de facto, a queda de Lisboa (a principal cidade da região) levou a que os muçulmanos que habitavam as vilas das proximidades – os quais, desde a sublevação do místico Ibn Qāsī no Ġarb, e as revoltas contra o emir almorávida ‘Alī Ibn Yūsuf, passaram (ao menos nominalmente) a depender do rei de Badajoz (primeiro, Ibn Wazīr e, depois, Ibn al-Ḥayyān⁴⁶⁶), mas sem terem um senhor que os dominasse *de facto* – preferissem entregar voluntariamente, sem combate, as praças que controlavam, a verem as suas pessoas e bens arrestados pelo novo poder ocupante da região. A ideia de que foi em Sintra que D. Afonso Henriques contemplou o aparecimento dos navios dos cruzados é claramente desmentida pelo *De Expugnatione Lyxbonensi*, por onde sabemos que o primeiro encontro dos cruzados com os Portugalenses se travou no Porto, tendo sido por mediação do bispo portuense D. Pedro Pitões e do arcebispo primaz D. João Peculiar, que aqueles acabaram por aceitar atacar Lisboa. Contudo, em 1577, o *De Expugnatione...* não era conhecido dos auto-

⁴⁶⁴ Talvez os governadores de Sevilha, Badajoz, Évora, Elvas e Beja (cf. A. H. de Oliveira Marques, Hermenegildo Fernandes e Francisco Pato de Macedo, «O campo muçulmano», *Nova História de Portugal*. Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III – *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*. Coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, Editorial Presença, 1995, p. 65).

⁴⁶⁵ Cf. Frei António Brandão, O.Cist, *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, fls. 170-170 v.º.

⁴⁶⁶ Sobre a sucessão dos eventos no Ġarb em 1147, veja-se, por todos, a dissertação de Inês Lourinho, *op. cit.*, *passim*.

res portugueses, esquecido e inédito que esteve durante séculos no Colégio do *Corpus Christi* de Cambridge⁴⁶⁷. Assim, o responsável pela redacção do texto da doação ter-se-á aproveitado apenas do material de que dispunha e conhecia – isto é, a *Crónica de D. Afonso Henriques* de Galvão, seguindo-a em grande parte textualmente.

Sabemos também que não eram apenas Ingleses que estavam presentes na frota dos cruzados e esse fora já um dos perigos para que o próprio Brandão advertira, como sendo impeditivos de se dar todo o «credito devido a esta victoria». Das duas uma: ou o autor do diploma terá pretendido, com tal *pars pro toto*, referir-se ao conjunto de todos os cruzados (ainda que, como saibamos, por via arábica o uso tenha consagrado como termo mais vulgar para se referir ao conjunto das «nações» que integravam a Cruzada o de *Franco/Frang*⁴⁶⁸) ou então – o que nos parece mais evidente – uma simplificação, elisão ou erro na transcrição da parte do texto da *Crónica de D. Afonso Henriques*, onde se lê que «[...] e os Ingleses, e outras gentes tomaram a parte do Ponente [...]»⁴⁶⁹.

Retomemos o texto do diploma de 1577: «Os Ingreses assentaraõ o arraial no monte fragoso, de frente da porta, que era de ferro toda chapada, & no baixo ao longe do mar auia muitas mortes. El Rey no outro monte da banda de Sacauem defronta da porta, onde dá o Sol quando nace, & no baixo auia muitas mortes de encontros, porque durou este cerco quatro meses»⁴⁷⁰. Brandão adverte os curiosos sobre o erro manifesto na escritura, no que toca ao assento dos exércitos; com efeito, o acampamento inglês posicionou-se no Monte Fragoso, voltado de frente para a Porta de Ferro, situada junto

⁴⁶⁷ Cf. Maria João V. Branco, «Introdução», in Aires Augusto do Nascimento (ed.), *op. cit.*, p. 9.

⁴⁶⁸ Recordemos Ibn al-Ḥaṭīb, o qual esclarece, no seu *Kitāb A'māl al-A'lām*, que «os Mağūs eram o povo a que os cristãos de Castela chamam hoje de Ingleses (*Inqlīs*), e a que os árabes do Oriente chamam Francos (*Frang*)» (cf. Ibn al-Ḥaṭīb, *op. cit.*, p. 82; trad. nossa). Portanto, a utilização do termo «Ingleses» como sinónimo de cruzados era não só corrente no uso linguístico dos cristãos da Península, como também conhecida dos próprios muçulmanos.

⁴⁶⁹ Cf. Duarte Galvão, *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques...*, p. 121. De resto, mais tarde, também Andrade (*op. cit.*, p. 34) se refere apenas a Ingleses presentes no cerco de Lisboa, assim como D. Luís de Menezes, o 3.º Conde da Ericeira, na sua *História de Portugal Restaurado* (nova ed., anotada e preparada por António Álvaro Dória, vol. I, Porto, Livraria Civilização – Editora, 1945), onde se pode ler que «[Afonso Henriques] atacou valorosamente a opulenta cidade de Lisboa [...], ajudado de uma armada de Inglaterra» (pp. 21-22), parecendo assim tratar-se de uma opinião que se generalizou entre alguns dos escritores do tempo.

⁴⁷⁰ Cf. Frei António Brandão, O.Cist., *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, fl. 170 v.º.

da judiaria, a Ocidente da cidade; já o acampamento português ficou instalado em posição ainda não completamente esclarecida (Monte de Sant'Ana ou de São Gens?), mas sobranceiro à alcáçova do castelo e ao Almocavar (cemitério), a Noroeste da cidade, e não, como sugere o texto do diploma, no Monte de São Vicente (aquele que ficava na banda de Sacavém, a Oriente), sito defronte da Porta do Sol (situada, como o nome indica, a Nascente) – nesse local posicionou-se, na verdade, o acampamento germano-flamengo⁴⁷¹, ao qual o diploma não alude.

É neste contexto que, iniciado já o cerco, os muçulmanos que habitavam a restante *Balata* – o que restava da mais setentrional das províncias do Ġarb al-Ândalus, a actual Estremadura Cistagana –, vendo «o risco em que ficauão, se aos de Lisboa acontecesse algũa desgraça, se animarão a lhe mandar hum importante socorro, com que obrigassem a el-Rey a leuantar o cerco, ou lhe pusessem em mayor contingencia aquella empresa»⁴⁷².

Encontramos indícios de episódios semelhantes terem ocorrido, o que não deixa de constituir um testemunho abonatório a favor de se ter verificado alguma resistência em Sacavém, culminando numa qualquer escaramuça entre cristãos e muçulmanos. Com efeito, um pequeno grupo de cruzados que teria desembarcado na vigília de S. Pedro (28 de Junho), depois do jantar, teria sido atacado por um punhado de homens, os quais foram facilmente vencidos e se retiraram em fuga para o arrabalde ocidental de Lisboa⁴⁷³. Seriam provavelmente habitantes desse mesmo arrabalde, e não soldados profissionais, que atacaram mais por fúria do que por convicção, o que explicaria a sua rápida derrota⁴⁷⁴. Poderia em Sacavém ter ocorrido algo de semelhante? Teriam os habitantes daquela alcaria e/ou de outras povoações vizinhas⁴⁷⁵, sentindo-se ameaçados, tentado um ataque sem consequências contra o exército português, que por esta altura já

⁴⁷¹ Cf. Pedro Gomes Barbosa, *Conquista de Lisboa...*, pp. 42 e 70-71.

⁴⁷² Cf. Frei António Brandão, O.Cist, *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, fl. 170.

⁴⁷³ Cf. Aires Augusto do Nascimento (ed.), *op. cit.*, pp. 79 e 81.

⁴⁷⁴ Cf. Pedro Gomes Barbosa, *Conquista de Lisboa...*, pp. 42-43.

⁴⁷⁵ Provavelmente pequenos povoados das imediações, visto que as elites de Sintra, Almada e Palmela haviam acorrido a refugiar-se em Lisboa.

estava acampado a Norte da cidade, procurando forçar o monarca a levantar o cerco? É uma hipótese que deixamos em aberto⁴⁷⁶.

Contudo, a nossa fonte fala em proporções mais gigantescas – diríamos, até, quase épicas – para o combate de Sacavém: «neste tempo vieraõ em favor dos Mouros de Lisboa os de Tomar, & Torres nouas, Alenquer, & Obidos. Eraõ cinco mil de cavalo, & corredores»⁴⁷⁷, os quais, «com muita brevidade se fizeraõ na volta de Lisboa, dez dias depois que o cerco se principara»⁴⁷⁸. Talvez sejam pouco críveis as dimensões do «exército» que os muçulmanos teriam conseguido arregimentar em tão curto período, atendendo à relativa distância dos supostos locais de origem de alguns desses sarracenos.

Aqui, porém, julgamos também encontrar um indício abonatório à história da batalha de Sacavém, no facto de os de Lisboa terem tentado obter apoios exteriores relativamente longínquos, enviando 10 emissários a caminho de Évora, a fim de que Abū Muḥammad Sidrāy Ibn Wazīr (o *Abu Machumato* de que nos fala a epístola do cruzado inglês⁴⁷⁹, e que aí aparece referenciado, numa das cartas capturadas aos mensageiros, como rei daquela cidade, tendo chegado a senhorear grande parte do Além-Tejo hoje

⁴⁷⁶ O Pe. Fernando Oliveira, na sua *História de Portugal* (redigida cerca de 1580, portanto apenas três anos sobre a recompilação da história da batalha na chancelaria de D. Sebastião, como um manifesto destinado a justificar a independência de Portugal face à Coroa de Castela), num capítulo dedicado à conquista de «Santarém, Lisboa e outros muitos lugares», embora não mencione a batalha de Sacavém, escreve que teria sucedido o seguinte aquando do cerco de Lisboa: «El-rei Dom Afonso se veio com seu exército para onde agora está o lugar de Benfica, e dali concertaram onde assentariam os arraiais para mais avexar a cidade por terra e por mar. Assentou el-rei o seu no campo que agora se chama de Santa Clara, onde depois edificou o mosteiro de São Vicente de Fora, o qual chamaram de Fora, porque, então, ficava fora da cidade, que não chegava mais que até à Porta do Sol. Deste sítio cercava toda a serventia da terra, porque os ginetes corriam todas as comarcas de Sacavém, Unhos, Lumiar e Benfica, e as fustas por mar acoassavam as barcas do Ribatejo e não deixavam trazer mantimento, nem subsídios à cidade» (cf. Fernando Oliveira, *História de Portugal*, in José Eduardo Franco, *O Mito de Portugal. A Primeira História de Portugal e a Sua Função Política*. Prefácio de Francisco Contento Domingues, Lisboa, Roma Editora/Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey, 2000, p. 456). Parece-nos significativo que Oliveira mencione, entre os lugares que teriam sido assolados pelas tropas de D. Afonso Henriques, as das «comarcas» de Sacavém, Unhos, Lumiar e Frielas. Onde teria ido beber tal informação?

⁴⁷⁷ Cf. Frei António Brandão, O.Cist, *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, fl. 170 v.º.

⁴⁷⁸ Id., *ibid.*, fl. 170 v.

⁴⁷⁹ Cf. Aires Augusto do Nascimento (ed.), *op. cit.*, p. 109.

português, constituindo uma reino que englobou, na sua máxima extensão, as cidades de Évora, Beja e Badajoz⁴⁸⁰) lhes mandasse auxílio. Contudo, a canoa onde seguiam foi perseguida com tal ferocidade pelos cristãos que acabaram os infieis por abandoná-la, com tudo o que nela se encontrava⁴⁸¹. Não obstante, algum dos mensageiros teria alcançado o destino, pois no capítulo subsequente do *De Expugnatione...* se narra como foi achado, no corpo dum homem afogado, uma carta do «rei de Évora» aos habitantes de Lisboa, onde este lamentava não os poder ajudar, por haver concertado tréguas com o *Rex Portugalsium*⁴⁸². Tal facto demonstra, só por si, ser a conquista de Lisboa o claro objectivo de D. Afonso Henriques, pois procurou impedir qualquer auxílio para a cidade, uma vez sitiada; por outro lado, para Ibn Wazīr (em luta com Ibn al-Ḥayyān pelo controlo de Badajoz) interessaria não abrir uma outra frente de batalha na sua retaguarda, pelo que teria todo o interesse em concertar a paz com o soberano cristão, abandonando assim Lisboa e os seus habitantes à sua sorte.

São significativos os locais de origem dos pretensos contingentes mouros que se confrontam em Sacavém com os Portugalses: Tomar, Torres Novas, Alenquer e Óbidos. Embora tivesse sido exequível que, apenas dez dias após o início do cerco de Lisboa – ou seja, no dia 11 de Julho de 1147 (teria sido nessa data que o combate de Sacavém teria tido lugar, segundo o diploma) –, irmãos de armas dos mouros de Lisboa, oriundos de vilas tão distantes como Torres Novas ou Tomar, ou de mais próximas como Alenquer e Óbidos, se tivessem colocado em Sacavém, dispostos a dar batalha aos cristãos, tal, além de nos parecer exagerado e digno de pouco crédito, remete-nos novamente para a ideia de um aproveitamento – assaz erróneo – das crónicas antigas relativas ao reinado de Afonso Henriques.

Podemos, por um lado, perguntar se este texto não constituiria a última referência ao que teria sucedido aos povoados e populações, ontem muçulmanas, hoje cristãs, naquele ano de 1147, ao longo do curso do Tejo. O Ġarb encontrava-se, como já vimo, totalmente desestruturado, com várias disputas pelo poder (em torno de figuras como

⁴⁸⁰ Cf. André Oliveira-Leitão, «Do Ġarb al-Ġandalus ao “segundo reino” da “Coroa de Portugal”: território, política e identidade»..., pp. 77-78.

⁴⁸¹ Cf. Aires Augusto do Nascimento (ed.), *op. cit.*, pp. 109 e 111.

⁴⁸² Id., *ibid.*, p. 111.

Ibn Qāsi, Ibn Wazīr ou Ibn al-Ḥayyān)⁴⁸³, pelo que muitas *mudun* deixaram de reconhecer um soberano nominal e tornaram-se, elas mesmas, independentes. D. Afonso Henriques tomara Santarém em Março desse ano, mas não sabemos, com exactidão, a cronologia exacta em que os pequenos lugares da Estremadura foram sendo conquistados aos sarracenos⁴⁸⁴. Teriam, assim, subsistido bolsas muçulmanas na região a Norte de Santarém, onde hoje se erguem Tomar e Torres Novas, bem como na região do Oeste (Óbidos, Alenquer), as quais, vendo-se isoladas e na eminência de serem atacadas pelos cristãos, preferiram deslocar-se para Sul, para Lisboa, o último reduto muçulmano seguro a Norte do Tejo – para aí se abrigarem, ou talvez tentarem uma acção de socorro à cidade⁴⁸⁵?

É certo que as crónicas antigas referem que D. Afonso Henriques, depois de tomada Lisboa, se dispôs a conquistar o que restava da Estremadura muçulmana, enumerando sistematicamente as praças de Alenquer, Óbidos e Torres Vedras⁴⁸⁶ (não Torres

⁴⁸³ Cf. Inês Lourinho, *op. cit.*

⁴⁸⁴ Pedro Gomes Barbosa (*Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central. Séc. XII a 1325...*, p. 56) coloca a ocupação/capitulação do castelo de Torres Vedras em 1148, mas sem certezas.

⁴⁸⁵ Agradecemos à mestre Inês Lourinho os pertinentes comentários em torno desta questão, que nos fizeram repensar algumas das hipóteses que havíamos aflorado neste contexto.

⁴⁸⁶ Com efeito, a *Crónica de 1419* afirma, no capítulo 32 (*Dos lugares que el-rey dom Afonso tomou depois, e como cerquou Beja e a tomou, e dos filhos que ouve, e como casou sua filha dona Mafalda*), que «Des que el-rey dom Afonso teve tomada Lixboa, como ja ouvistes em seu lugar, loguo naquele ano seguinte, andando a era em mil c¹⁰ lxxxbi, foy sobre Alemquer e Obidos e Tores Vedras e sobre todolos outros castelos de Estremadura que ainda não tinha tomados, e tomou-os todos. E durou em os tomar seys anos e, des que os ouve asegurados e toda a terra de Estremadura [...]» (p. 55); na *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão, escreve-se, no capítulo XLI (*Dos Lugares que elRey dom Affomssso Hamrriquez depois tomou na Estremadura, e Alemtejo*) que «Depois delRey dom Affomssso Hamrriquez ter tomada Lixboa, como sse ia disse, loguo naquelle anno seguinte, amdamdo a era de nosso Senhor em mill e çemto e quoremta e oito annos, foi elRey sobre Alamquer, Obidos, Torres Vedras, e sobre todollos outros castellos da Estremadura, que ajnda eram de mouros, duramdo em os tomar seis annos. E depois que os teue assemtados, e assi toda a terra da Estremadura [...]» (p. 139). A título de comparação, a *Crónica de D. Afonso Henriques* reformada por Duarte Nunes de Leão já após 1577, diz-nos simplesmente que «tomada Lisboa, no anno de M. CXLVIII, proseguindo el Rei a guerra seis annos continuos, tomou aos Mouros as villas de Torres Vedras, Obidos, Alanquer, & outros muitos lugares da estremadura.» (p. 79), sem mais acrescentos. Cite-se ainda o exemplo de Camões que, n' *Os Lusíadas* (dados à estampa em 1571), colhe também o ensinamento das crónicas antigas (Canto III, estrofê 61: «[...] Já lhe obedece toda a Estremadura / Óbidos, Alenquer, por onde soa / O tom das frescas águas, entre as pedras, / Que murmurando lava, e Torres Vedras»). No entanto, como lembra Manuela Santos Silva, «[...] apesar de os cronistas enumerarem profusamente os castelos da Estremadura que conheciam para a sua época, não são unâ-

Novas, como alude a nossa escritura), as quais o monarca teria capturado ao longo dos seis anos subsequentes à conquista de Lisboa⁴⁸⁷ – visto serem as últimas praças que permaneciam em mãos muçulmanas a Norte do Tejo.

Não é de crer que tivesse demorado tanto tempo a ocupar o Oeste estremenho, nem tão-pouco que as praças tivessem sido conquistadas – o mais provável terá sido, à semelhança de Sintra, a rendição pura e simples ao novo senhor da Estremadura, Ibn al-Rīq⁴⁸⁸ (embora, numa lógica de panegírico a Afonso Henriques, conduza a uma maior

nimes em determinar quais os que tinham sido tomados pelo rei conquistador e nem sequer a ordem e o momento exacto em que tais castelos tinham passado para as mãos dos guerreiros cristãos» (cf. Manuela Santos Silva, «Reflexões em torno da conquista da Estremadura (1147-1153)», *Santarém na Idade Média. Actas do Colóquio, 13 a 13 de Março de 1998*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2007, p. 337).

⁴⁸⁷ Julgamos pertinente chamar a atenção para o facto de, embora todas as crónicas anteriormente mencionadas (cuja narrativa deriva provavelmente de um tronco comum) aludirem à tomada de Alenquer, Óbidos e Torres Vedras por D. Afonso Henriques, nos anos que se seguem à conquista de Lisboa (ou seja, com uma inflexão do rumo das forças portuguesas para o Norte da Estremadura), fontes mais antigas, inéditas até muito depois de 1577, como são o *Chronicon conimbricense* ou a *Chronica Gothorum* (só dadas a conhecer por Fr. António Brandão aquando da composição da *Monarquia Lusitana* ou por António Caetano de Sousa nas *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*), aludem a uma tradição divergente, em que o rei avançaria rumo ao Sul; não só não mencionam a tomada das praças citadas, como se referem antes à presúria de Sintra, Almada e Palmela após a tomada de Lisboa – o *Chronicon* ainda no mês de Outubro de 1147, a *Chronica* ao longo dos anos seguintes: «In era M.^a C.^a LXX.^a V.^a presa fuit ciuitas olixbona per manus Ildefonsi portugalensi regis mense octobree. *Et sintriam, Et almadana, Et palmela in eodem mense*» (cf. «Chronicon Conimbricense», *Fontes Medievais para a História de Portugal...*, p. 10, destacado nosso); «Et in eodem anno mense Julio Ulixbonam obsedit, cui prouidente ex alto diuina clementia multitudo nauium de Galliarum partibus celtius transmissa subito ex insperato aduenit in auxilium, quorum auxilio ualde fretus obsedit ciuitatem per quinque menses, fortiter uexans & oppugnans eam terra & mari, nullum permittens egredi, uel ingredi. Tandem uero nono Calendas Nouembris & feria sexta diei VI hora cepit ciuitatem in manu ualida & in brachio extenso, cooperante Domini pietate & adiuuante Domino Jesu christo, exclusis inde Sarracenis. *Et per diuersa tempora & annos accepit Sintriam, & Almadanam, & Palmellam castella munitissima, & uendicauit ea sibi & christianitati cum suis*» (cf. «História dos Godos», *Fontes Medievais para a História de Portugal...*, pp. 40-41, destacado nosso). Note-se como neste texto se refere à multidão dos navios vindos das partes das Gálias (a terra dos *Franġ*, a designação para cruzado por excelência), como se com tal *pars pro toto* se agrupassem todos os cristãos que vinham na armada que tomou Lisboa.

⁴⁸⁸ Sobre esta questão, escreve Pedro Gomes Barbosa, tomando o exemplo torreense, que «a data da ocupação de Torres Vedras pelas forças cristãs não nos é indicada por nenhum documento da época, mas é lícito presumir que tenha passado para o domínio português imediatamente a seguir à conquista de Lisboa e Sintra. Torres Vedras, assim como Óbidos, ficavam isoladas do restante território muçulmano, sendo fácil a sua conquista ou rendição. Muito provavelmente foi esta última hipótese a que se verificou. A tradição de uma demorada conquista pelas tropas afonsinas, que nos é transmitida por, exemplo, por Duarte Galvão, [...] carece de demonstração, assim como outra [...], que quer que tivessem decorrido seis anos

glorificação do herói uma narrativa em que o rei surge como conquistador de praças cujos defensores lutam até ao fim e não de homens que se rendem antes sequer de o monarca português lhes dar combate).

Devemos, além disso, recordar que o castelo de Torres Novas não existiria ainda, pelo menos com esse nome (a adopção do determinativo *Novas* só se faria em interdependência com *Veteras/Vedras* e, portanto, seria forçosamente sempre posterior à «Reconquista»⁴⁸⁹ – o que não quer dizer que aí já não existisse alguma fortaleza cujo nome árabe ignoramos), e o de Tomar não teria ainda sido fundado, pelo menos antes de Afonso Henriques ter doado o local onde o mesmo se viria a erguer aos Templários a partir de 1159 (e daí, certamente, o manifesto desprezo com que Herculano se refere à «certa memória» onde «figuram os “mouros de Tomar”»⁴⁹⁰ – já que esta afirmação configurava um cabal e grosseiro anacronismo histórico). Nem é provável que o relato quisesse aludir ao castelo de Cera, que precedeu o de Tomar no domínio da região – contudo, como o próprio Herculano nos recorda, talvez a palavra Tomar derivasse do nome árabe do rio que banhava a velha Nabância (*tāmārmā*, ou «água doce»⁴⁹¹) e aonde depois a vila sede da Ordem do Templo foi buscar o seu nome – desta forma, o texto poder-se-ia referir à região banhada pelo rio Tomar, e não tanto à vila ainda por fundar⁴⁹². Julgamos (mas talvez a nossa hipótese seja porventura bastante rebuscada) que o

até à queda dessas praças (e Alenquer). Tal facto, além de pouco verosímil, só por si ia coincidir com a doação, feita por Afonso Henriques, da herdade de Alcobaça aos monges de Cister, numa terra que já deveria estar pacificada. Um outro problema que se nos coloca, é o de saber qual o estado do povoamento no território torriense [...]. Mas estamos no domínio das conjecturas. Rui de Azevedo admite que Torres Vedras já deveria existir no período muçulmano, “qualquer que fosse o seu nome”. Mas, como também refere o historiador, a falta de documentação que cubra os primeiros tempos da sua existência como vila cristã, não permite obter as informações desejadas» (*Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central. Séc. XII a 1325...*, p. 253). O que aqui lemos para Torres Vedras pode também ser aplicado, com facilidade, a Alenquer, Óbidos e outras povoações da Estremadura. Certo é que o território não seria ermo, como se poderia supor, por exemplo, da leitura da *Chronica Gothorum*, quando se refere às regiões compreendidas entre Santarém e Leiria como um «loco uaste solitudinis» (cf. «História dos Godos», *Fontes Medievais para a História de Portugal...*, p. 31).

⁴⁸⁹ Cf. Rui Pinto de Azevedo, «Período de formação territorial»..., p. 52.

⁴⁹⁰ Cf. Alexandre Herculano, *op. cit.*, p. 679.

⁴⁹¹ Cf. David Lopes, «Toponímia árabe de Portugal»..., p. 269.

⁴⁹² Escreve o Mestre que um contingente muçulmano foi, anos antes da conquista de Lisboa, «destroçado no sítio chamado Tomar (se não era antes este o nome árabe do rio)» (cf. Alexandre Herculano, *op. cit.*, p.

autor do diploma tenha depreendido, da expressão «durou em os tomar seis anos» (que consta, com maiores ou menores variações gráficas, no texto das várias crónicas), que a palavra tomar se referia à vila, e não à forma do verbo *tomar*. E que, por arrasto, Torres Vedras tenha dado lugar a Torres Novas, praça mais propínqua a Tomar – talvez para tornar mais espectaculares as dimensões do combate em causa.

Além disso, com Santarém tomada em Março de 1147, e apesar de não ser impossível a existência de um enclave muçulmano a Norte daquela vila – um último reduto mourisco na Estremadura Setentrional, na região de Tomar/Torres Novas – e a aceitarmos, como a nossa fonte nos diz, que os muçulmanos dessas longínquas praças se teriam deslocado até Sacavém, não explica a mesma como lhes foi possível avançarem rumo ao Sul, onde Santarém era já de cristãos, e chegarem a Lisboa em tão pouco tempo. Não sabemos, evidentemente, quais as estradas por onde se deslocaram (mas não o teriam feito, certamente, pela estrada principal, onde os seus movimentos teriam sido seguramente detectados por patrulhas cristãs), nem tão-pouco sabemos qual o efectivo grau de domínio do espaço pelos cristãos nas regiões circunvizinhas de Santarém.

Este trecho do documento presta-se, pois, a duas interpretações: ou aceitamos as localizações indicadas como pontos verosímeis de origem de contingentes muçulmanos, ou as recusamos, e propomos em sua alternativa que, a ter havido em Sacavém um ajuntamento de forças muçulmanas oriundas de diversos locais, destinadas a tentar ajudar os seus irmãos de Lisboa, forçando o rei a levantar o cerco, elas não teriam vindo nem de Tomar nem de Torres Novas, mas sim de lugares mais aporpinquados de Lisboa: Alenquer, Óbidos, Torres Vedras e, até – porque não – Sintra (que sabemos hoje só se ter rendido após a conquista da futura capital do Reino, e não objecto de presúria anterior ao assédio de Lisboa – embora, como também já tenhamos visto, para os cronistas anteriores ao século XVI fosse um dado adquirido que Šintara era já pertença dos Portugueses, quando Afonso Henriques veio cercar al-Ušbūna).

Retornando ao texto da nossa fonte, diz Brandão que «foi el Rey auisado da vin-
da dos Mouros a tempo que se vinhão chegando a Sacauem, duas legoas da Cidade [de

418); nas notas de fim de volume, adiciona o seguinte: «Mas dir-se-á, antes desta última fundação [a do Castelo dos Templários], podia existir outro Castelo nas margens do Nabão ou Tomar. Sem dúvida. Todavia, de tal castelo não há memória alguma [...]» (id., *ibid.*, p. 654).

Lisboa]. Mandou logo bastante numero de gente para lhe impedirem o passo [...]»⁴⁹³; segundo a escritura a que Brandão alude, eram «de sua gente mil & quinhêtos de caualo, & corredores, todos Portugueses, para os desbaratar»⁴⁹⁴.

Estamos agora na presença dos dois contendores: 5000 cavaleiros muçulmanos, com corredores (isto é, alguma infantaria), opostos a 1500 cavaleiros portugueses, também acompanhados de alguma infantaria (sendo significativo que o texto expresse claramente que os cristãos eram «todos Portugueses» – facto que, de resto, cremos ser o elemento-chave que propiciará, mais adiante, a concretização de um dos milagres operados pela Virgem Maria).

Como bem sabemos, é característica das narrativas de batalhas de todos os tempos, praticamente até à contemporaneidade, não o rigor histórico absoluto, mas antes a apologia e exaltação de uma das partes em campo (neste caso, dos cristãos), fazendo-a parecer mais fraca através do aumento do número dos combatentes do campo adversário, algo que constatamos já desde a Antiguidade Clássica, quando Heródoto nos recontou o episódio das Termópilas, opondo a 300 Espartanos milhões de Persas⁴⁹⁵. A batalha de Sacavém não constitui, pois, excepção a esta regra, que configura, mais que tudo, um *tópos* literário. Se a superioridade muçulmana foi real ou se se trata apenas de um dado que ajuda a engrandecer a vitória cristã, não nos é, porém, possível deduzir.

Não nos diz o texto se a cavalaria e a infantaria eram ligeiras ou pesadas. A forma, porém, como o texto se refere a ambos os estratos evidencia bem o prestígio de que gozava a cavalaria, por oposição aos infantes (cujo número nem sequer nos é dado), referidos apenas como meros *corredores* (isto é, homens que iam na dianteira, no sentido de garantir a segurança aos cavaleiros). Se o prestígio da cavalaria é um dado adquirido para a maior parte da Idade Média, não o é menos (apesar da introdução da artilharia pesada no campo de batalha) para a segunda metade do século XVI, na altura em que

⁴⁹³ Cf. Frei António Brandão, O.Cist, *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, fl. 170.

⁴⁹⁴ Id., *ibid.*, fl. 170 v.º.

⁴⁹⁵ Veja-se a análise que fizemos deste outro mito em «As Termópilas (480 a.C.), entre o mito e a realidade: perspectivas», *A Guerra na Antiguidade III*, coord. de António Ramos dos Santos e José Varandas, Lisboa/Casal de Cambra, Centro de História da Universidade de Lisboa/Caleidoscópio, 2010, pp. 207-256.

é pela primeira vez relatado o episódio da batalha de Sacavém, no documento da doação da ermida dos Mártires a Miguel de Moura, numa altura em que o ideário do cavaleiro cruzado, defensor da Cristandade, estava ao rubro⁴⁹⁶.

Embora os Portugalenses tenham corrido celeremente até Sacavém, já os muçulmanos tinham começado a atravessar a ponte sobre o Trancão rumo a Lisboa, tendo aí, com probabilidade, juntado-se-lhes um contingente local, liderado pelo *al-qā'id*, do «castelo» de Sacavém, Bezai Zaide. Como nos recorda Brandão: «e por mais diligencia que puseraõ em o caminho, tinhão ja os Mouros, quando eles chegaraõ, passado pella ponte que então auia»⁴⁹⁷. Não são recordados os nomes dos chefes dos contingentes sarracenos oriundos das outras vilas; significativamente, porém, refere-se o nome do alcaide do pretense «castelo» de Šaqabān – talvez o responsável militar pela torre que existiria na povoação⁴⁹⁸.

⁴⁹⁶ Com efeito, ainda que se admita que o texto da doação, ao falar da batalha, forje descaradamente as circunstâncias em que a mesma se feriu, num contexto internacional de reavivamento da Cruzada (propiciada pelo perigo turco), e quando em Portugal reinava um monarca dado a esse espírito não só cruzadístico, como também cavaleiresco, desejoso de combater o Infiel em campo aberto para demonstrar a sua valentia e capacidades guerreiras, é muito natural que tal se reflecta na primazia dada à cavalaria na nossa fonte. Além disso, convém não esquecer que, sendo o nosso documento de 1577, se baliza entre duas datas de charneira do espírito de luta contra o Infiel no século XVI: 1571 e 1578. A primeira alude, como sabemos, a Lepanto, a batalha onde Don Juan de Áustria, se não conseguiu exterminar, pelo menos mitigou, no momento, o perigo turco; a segunda corresponde à tristemente célebre batalha de Alcácer-Quibir, que para Portugal representa quase como – atrevemo-nos a dizê-lo – a derradeira batalha da Reconquista. Mais adiante retomaremos o contexto em que a batalha foi pela primeira vez descrita: os anos 70 do século XVI.

⁴⁹⁷ Cf. Frei António Brandão, O.Cist, *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, fl. 170.

⁴⁹⁸ Julgamos significativo que o nome do alcaide sacavenense pareça ser uma transliteração directa de um nome orientalizador e não uma versão aportuguesada de um nome árabe (como é típico das nossas crónicas): Bezai parece ser um nome com raízes hebraicas – figurando, por exemplo, no Antigo Testamento (בִּצְיָי, «Betsai»), em *Esdras* 2:17 e 2:49 e em *Neemias*, 7:23, 7:52 e 10:18 –, e Zaide é nome claramente árabe. Embora Brandão transcreva na *Monarquia Lusitana* o sobrenome como *Zaide* (fl. 170 v.º) – o que equivaleria ao nome *Zayd* (زَيْد) –, certo é que, ao analisarmos a escritura original no A.N.T.T., verificámos que está escrito *Sayde* – isto é, *Sa'īd* (سَعِيد); ou seria, ainda, o título honorífico *sayyid* (سَيِّد)? De igual forma, a escritura alude também a Bazay e não Bezai. A questão que colocamos é: quem seria esta personagem? Terá existido realmente alguém com este nome, nas circunstâncias em causa? Estaria o seu nome grafado no livro constante da ermida dos Mártires consultado pelo desembargador? Ou, tal como tudo o resto nesta história, não passaria também de um nome também forjado, aprendido talvez junto dos Alarves no Algarve d'além-mar?

Estava prestes a iniciar-se uma batalha em campo aberto – um dado que não queremos deixar de relevar, já que, ao contrário da esmagadora maioria dos confrontos da Idade Média, se trata duma batalha campal, e não de um assédio a uma cidade⁴⁹⁹. No quadro da «Reconquista» do território que actualmente corresponde a Portugal, não há muitas batalhas campais – a História recorda somente cercos: Santarém (1147), Lisboa (1147), Évora (1165), Silves (1189), etc. Significativamente, há só uma outra batalha (ou melhor, um fossado) em campo aberto – também ela considerada, em parte, um mito; falamos, muito naturalmente, de Ourique (1139). Em nossa opinião, o combate de Sacavém tem alguns pontos de contacto com Ourique; de resto, ambos os confrontos serão, muito provavelmente, uma reconfiguração da história da batalha da Ponte Mílvio, a qual parece servir de base à composição dos respectivos mitos – Ourique, na visão que o monarca tem de Deus prometendo-lhe a vitória (*in hoc signo uincet*); Sacavém, a juntar ao milagre transcendental (desta feita, aparecendo a Virgem Maria e não o próprio Deus), no ambiente físico do confronto (com a presença de uma ponte nas imediações da qual se desfez a lide). Até que ponto os mitos ouriquense – que, tal como o de Sacavém, é tardio na nossa historiografia – e da Ponte Mílvio terão influenciado a narrativa desta batalha é outra das questões que deixamos no ar.

Como vimos, era maior o número dos combatentes muçulmanos; «cõtodo os Christãos os acometerão, & depois de grande peleja vierão alcançar vitoria. Ouue muitos mortos de ambas as partes, com que se prova bem a difficuldade da batalha»⁵⁰⁰. De facto, junto ao braço de mar, no sopé do monte onde se localizava o «castelo» (entenda-se, a torre de atalaia) de Šaqabān, «milagrosamente os Portugueses venceraõ, posto que morresse a mòr parte da gente, & dos Mouros morreraõ tres mil & tantos, & por na fugida não caberem tantos pella ponte dos que se escapauão, se lançauaõ ao mar, & muitos se afogauão, & os Christãos foram enterrados no cimo do Tejo»⁵⁰¹.

⁴⁹⁹ Veja-se, a este propósito, as considerações de Pedro Gomes Barbosa em «A batalha medieval em campo aberto», *Turres Veteras V. História Militar e da Guerra*, [s. l.], Câmara Municipal de Torres Vedras/Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo «Alexandre Herculano» da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003, pp. 37-43.

⁵⁰⁰ Cf. Frei António Brandão, O.Cist, *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, fl. 170.

⁵⁰¹ Id., *ibid.*, fl. 170 v.º.

Bem se pode afirmar que a vitória dos Portugueses neste campo de «batalha» constituiu um autêntico milagre – 1500 combateram e derrotaram 5000; e, não obstante a maior parte desses 1500 ter perecido no combate, conseguiu, ainda assim, matar mais de 3000 dos oponentes, bem como levar os restantes a fugir pela ponte onde, por não caberem, muitos acabaram por se atirar ao rio e sucumbir afogados. Uma tal vitória não poderia deixar de contar com a intervenção do sobrenatural – com a presença do *milagre* que o homem medieval tanto admirava⁵⁰². É o que a nossa fonte relata seguidamente: «E nesta volta se affirma que viraõ os Christãos muitos homens estranhos entre elles, que os ajudauão a rogo da Virgem que estaua por elles [...]»⁵⁰³.

Se Ourique é o milagre de Jesus Cristo, que surge aos olhos do monarca português, ainda que crucificado, em divino esplendor e glória, comunicando-lhe os sucessos do futuro, Sacavém é o milagre da Virgem Maria, a qual intercede particularmente a favor dos Portugalenses, fazendo intervir na acção os ditos «homens estranhos», na «força do maior perigo»⁵⁰⁴. Julgamos que, por *estranhos*, deveremos entender, *estrangeiros*⁵⁰⁵ (visto não falarem a mesma língua dos nossos). E, como é evidente, nesta altura, havia estrangeiros em torno de Lisboa – os cruzados oriundos de diversas partes da Cristandade. E, como também notámos mais acima, a memória diz-nos que Afonso Henriques mandara, de encontro aos muçulmanos que se aproximavam de Sacavém, uma força composta apenas por Portugalenses. Estão, pois, reunidas as condições para a configuração de *mirabilia* – o aparecimento súbito de uma força de cruzados que teria invertido a situação em favor dos Portugalenses, e que aos olhos dos poucos sobreviventes, esbaforidos e quase moribundos, apenas poderia ter constituído um milagre, logo atribuído à intercessão da Mãe de Deus. O único facto que obsta a que esta interpretação possa ser verdadeira reside na ausência de qualquer menção, nos três relatos dos cruzados que chegaram até nós, a tal embate – embora o facto de não ser menciona-

⁵⁰² Sobre o papel do milagre no pensamento do homem medieval, vejam-se as obras clássicas de Jacques Le Goff, *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*, Lisboa, Edições 70, 1989, e ainda *O Imaginário Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

⁵⁰³ Cf. Frei António Brandão, O.Cist., *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, fl. 170 v.º.

⁵⁰⁴ Id., *ibid.*, fl. 170.

⁵⁰⁵ Trata-se de duas palavras cognatas, derivadas de um mesmo étimo latino (*extraneus*, -ei).

da nas narrativas coevas não tenha que significar a não presença de cruzados nesta escaramuça de dimensões menores⁵⁰⁶.

Não ficaram por aqui, porém, os milagres atribuídos à Virgem: «Bezai Zaide Mouro Alcaide do Castello que esta no cimo alto no braço do mar, o qual foi nesta volta, & fugiu para seu Castello, & o entregou logo aos Christãos, dizendo que vira a Virgem em visão, & lhe dissera, que auião de ser desbaratados, & este mouro era muito amigo dos Christãos, & caridoso a todos, & se fez Christão, & tal morreo. Foy de muito boa vida, & morreo nesta casa [a ermida de Nossa Senhora dos Mártires de Sacavém] há muito tempo, & sua molher, & filhos todos morrerão Christãos»⁵⁰⁷. Embora não deixe de ser estranho que Maria apareça ao alcaide mourisco (quando esperaríamos, talvez, à semelhança de Ourique, que esta se dirigisse a D. Afonso Henriques, prometendo-lhe ajuda), certo é que, graças a essa maravilhosa visão, em que a Mãe de Deus vaticina a derrota dos sarracenos, Bezai Zaide converte-se à fé católica e entrega aos cristãos a posse da torre que regia enquanto alcaide de Šaqabān.

A sua conversão foi tão sincera que o mouro, arrastando consigo mulher e filhos na apostasia ao Islão, baptizando cristão – como recorda o *Hagiológico Lusitano*, com o nome de Afonso⁵⁰⁸ (talvez em homenagem ao primeiro rei português) – além de tornar-se muito caridoso e afectuoso para com os cristãos, se fez mesmo «o primeiro hermitão que teue cuidado»⁵⁰⁹ do oratório de Nossa Senhora dos Mártires, que el-Rei mandou edificar uma vez acabada a batalha, no local sobranceiro ao braço de mar, «onde foraõ enterrados os Christãos [...], & muitos juntos, & visto os muitos mortos que auia, lhes

⁵⁰⁶ Devemos porém ressaltar que a carta de Raul/Ranulfo se refere apenas aos principais castelos vizinhos de Lisboa – antigas sede de *aqālīm* (distritos muçulmanos) –, e não às alcarias mais pequenas: «[...] os habitantes de Sintra fizeram oferta da guarnição do seu castelo e entregaram-se ao rei. Por sua vez, o castelo de Palmela foi abandonado pela sua guarnição e foi tomado pelo rei já sem ninguém. Rendidas, pois, todas as fortalezas que nas redondezas estavam ligadas à cidade [...]» (cf. Aires Augusto do Nascimento (ed.), *op. cit.*, p. 141). Mais adiante, ao falar dos limites da restaurada diocese de Lisboa, fala apenas dos principais castelos existentes: Alcácer, Palmela, Almada, Sintra, Santarém e Leiria (id., *ibid.*, p. 143). É por isso que não há na sua descrição qualquer referência a Sacavém e à sua escaramuça, de importância menor, e na qual é certo que os cruzados não participaram?

⁵⁰⁷ Cf. Frei António Brandão, O.Cist, *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, fl. 170 v.º.

⁵⁰⁸ Cf. George Cardoso, *Agiologio Lvsitano...*, tomo III, p. 235.

⁵⁰⁹ Cf. Frei António Brandão, O.Cist, *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, fl. 170 v.º.

puserão às cabeceiras da parte do chaõ Cruzes de pedra para saberem que erão Cristãos»⁵¹⁰. Tal seria a origem da ermida que existiria no século XVI – a primeira casa religiosa dedicada à Virgem Maria «que se fez derredor de Lisboa, que se começou a dez dias depois da batalha, & vinte depois do cerco»⁵¹¹ (portanto, no dia 21 de Julho) –, e sobre a qual Miguel de Moura pretendeu fundar o seu convento.

Desta forma encerra Brandão o seu capítulo, e nós também damos por encerrada a análise da nossa fonte. Procuraremos de seguida tentar compreender onde reside a verdade nesta história, ou se Herculano tinha razão quando a considerou uma patranha.

4. MITO OU REALIDADE?

Como a nossa fonte nos narra, no local onde Miguel de Moura ordenaria a edificação do seu convento de religiosas capuchinhas, erguia-se um eremitério ou oratório dedicado a Nossa Senhora dos Mártires, cuja fundação era atribuída a D. Afonso Henriques – talvez pela mesma altura em que teria sido fundada a Igreja (hoje Basílica Menor) dos Mártires de Lisboa, assim como o mosteiro de São Vicente de Fora (ainda que nenhum outro documento aluda à fundação da dita ermida pelo primeiro rei de Portugal) – e cuja devoção se inspirava nos cristãos que aí supostamente teriam caído em combate contra os muçulmanos.

A atestar esta história, além do testemunho das gentes do lugar, encontrava-se um «liuro antigo em a Igreja da Villa, & nelle a memoria allegada»⁵¹². Várias perguntas se nos colocam, pois, diante deste excerto. A primeira será a de saber se tal livro subsistiu até aos nossos dias, a fim de que um exame codicológico e diplomático nos permitisse avaliar a veracidade do seu conteúdo e confirmar ou desmentir, definitivamente, se tal batalha teve alguma vez lugar⁵¹³. Os esforços que envidamos nesse sentido, junto do car-

⁵¹⁰ Id., *ibid.*, fl. 170 v.º.

⁵¹¹ Id., *ibid.*, fl. 170 v.º.

⁵¹² Id., *ibid.*, fl. 170 v.º.

⁵¹³ Julgamos que o referido livro ainda existiria no século XVIII, período do qual parece datar o manuscrito existente na B.N.P., intitulado *Noticias do Convento de N. Sr.ª dos Martyres, e da Conceição de Sacavem*, no qual se pode ler, no fl. 143, o seguinte: «[...] tudo o qual consta huã memória antiga que guardão os Confrades desta Ermida de que dão Relação a doação del-Rey D. Sebastião [...]» (cf. B.N.P., *Fundo*

tório da paróquia de Nossa Senhora da Purificação de Sacavém, assim como do A.N.T.T., revelaram-se infrutíferos.

Como sabemos, não há fontes coevas da conquista de Lisboa que narrem o sucesso de Sacavém – o que levou a nossa historiografia pós-Herculano a, prudentemente, pôr de parte esta batalha, por considerar que carecia de sólidas bases de sustentação. Com efeito, a primeira (e única) referência documental à história da batalha de Sacavém surge – como mencionámos – no final do século XVI, no texto da doação da ermida dos Mártires a Miguel de Moura⁵¹⁴ – texto esse em que, como julgamos ter demonstrado, o seu autor fez um significativo aproveitamento de material cronístico de que dispunha, copiando as suas verdades, mas também os seus erros, donde resulta um documento cujo valor probatório é bastante reduzido.

Poderíamos perguntar então quem teria algo a lucrar com o forjar de documentos relativos à história da ermida em causa. Seria acaso Miguel de Moura o interessado? Embora fosse a parte mais beneficiada (pois desejava o terreno do oratório, adjacente a uma quinta que já lhe pertencia, para aí fundar o seu convento), certo é que o Escrivão da Pureza, com a sua brilhante folha de serviços a favor do Estado, facilmente conseguiria a doação que pretendia, a fim de fundar a sua obra pia. Não cremos, pois, ter cabimento a hipótese de uma eventual falsificação ter sido patrocinada por Moura. Mas, se o texto tivesse sido intencionalmente forjado, a quem poderia tal interessar? Não cremos estar em condições de poder descobrir um culpado (se é que o houve), embora

Geral, Manuscrito 68). Depois dessa época, perdemos-lhe o rasto – ter-se-ia perdido com o terramoto de 1755?

⁵¹⁴ Não nos esqueçamos de que um documento régio passa por um largo percurso antes de receber a assinatura do rei. O monarca é sempre o autor diplomático do mesmo, *stricto sensu*, já que é em seu nome que o mesmo é produzido; o que pode variar é o seu autor material, isto é, aquele que o redige. Neste caso, foi um tal João de Castilho; mas não podemos imputar a responsabilidade de um eventual forjar de informações ao escrivão; não podemos olvidar que o rei enviara a Sacavém um desembargador da Casa da Suplicação e deputado do Santo Ofício, Marcos Teixeira – o qual teria provavelmente produzido uma minuta com as informações recolhidas e com base na qual depois o escrivão redigiu o documento de doação da ermida. Poderia muito bem ter sido Marcos Teixeira o forjador de tais informações. Contudo, não é menos improvável que o livro de registos da paróquia, por ele consultado, contivesse de facto alguma informação sobre a batalha. Como desconhecemos o paradeiro do mesmo, e por conseguinte aquilo que nele realmente estava escrito, não estamos em condições de poder afirmar se foi Marcos Teixeira quem manipulou a informação, se alguém antes dele adulterou a história contado no livro, ou se, pelo contrário, era verdadeira, em seus traços gerais.

nos pareça evidente, em face do exposto, que seria alguém que desejava, talvez, encontrar um incentivo adicional, uma justificação acrescida para a aventura marroquina de D. Sebastião, ardente no seu espírito de guerra santa contra o Infiel, mas também de emular o *Fundador* da nacionalidade. Desta forma, o súbito aparecimento de tal história não poderia ter calhado em melhor circunstância.

A década de 70 do século XVI teve dois pontos altos no enfrentamento entre a Cruz e o Crescente: Lepanto e Alcácer-Quibir. Não terá o aparecimento de um documento que relatava mais uma batalha do nosso primeiro soberano, onde os Portugueses venciam, por intercessão da Virgem Maria, um fortíssimo contingente muçulmano, feito inflamar ainda mais o jovem monarca português, conduzindo-o, no ano seguinte, à sua tristemente fatal jornada de África, na qual procurou realizar o destino glorioso de Portugal na expansão da Cristandade, como prometera Jesus Cristo a Afonso Henriques em Ourique?

No entanto, se se trata realmente de uma falsificação, tal deixa-nos um mistério aparentemente insolúvel. Como justificar a existência de uma ermida consagrada a Nossa Senhora dos Mártires? Não julgamos admissível que, para fazer corresponder toda uma história forjada à verdade, se tivesse procedido a uma mudança repentina de orago no século XVI, sem que isso deixasse de ser referido em algum lado. Além do mais, parece-nos pertinente recordar que, no testamento de D. Maria de Aboim (19 de Agosto de 1337), esta legue à igreja de Santa Maria das Martéés de Sacavém 40 soldos, como legado pio – ou seja, a ermida dos Mártires, a aceitar-se esta identificação⁵¹⁵, aparece referida pela primeira vez 200 anos volvidos sobre a batalha, e não apenas no último quartel do século XVI⁵¹⁶, o que pode conferir mais peso à ideia de algum prélio poder efectivamente ter tido lugar em Sacavém ou suas imediações, e de que aí teriam morrido em combate cristãos, logo exaltados como mártires.

⁵¹⁵ Trata-se de uma corruptela, escrevendo-se ainda «das marteens» no século XVI; Frei Luís de Sousa, na *Vida e Obra do Arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, explica que «fundarão os estrangeiros a (Igreja) de N. Senhora, chamarão-lhe dos Martyres, pera quem se fez, & a grande antiguidade foy corrompendo o nome de Martyres, em Martês, & até á natureza do articulo trocou» (*apud* Gomes de Brito, «As tenças testamentárias da Infanta D. Maria», *Archivo Historico Portuguez*, vol. V, Lisboa, 1907, pp. 125-126).

⁵¹⁶ Cf. Pedro A. de Azevedo, (ed.), *Livro dos Bens de D. João de Portel ...*, p. 179.

É também de recordar que existia (e existe ainda, em ruínas) na povoação uma pequena capela dedicada a Nossa Senhora da Vitória – ao que parece, já existente no tempo dos muçulmanos, e de invocação primitiva de Nossa Senhora dos Prazeres, depois transmutada em Senhora da Vitória, em honra da batalha aí ferida.

Nossa Senhora dos Mártires e Nossa Senhora da Vitória – duas invocações marianas que nos remetem para um contexto evidentemente marcial. Seria possível que existisse, afinal, algum fundo de verdade na história da batalha de Sacavém? Não a que as fontes nos relatam, mas uma outra, com menos exageros e deturpações, menos próxima da lenda, mais próxima da realidade?

5. O QUE PODERIA REALMENTE TER ACONTECIDO

Ao iniciarmos esta segunda parte da nossa tese, tínhamos em mente o propósito – talvez desproporcionado – de contestar aquele que continua ainda a ser o grande Mestre da historiografia medieval portuguesa: Alexandre Herculano, o qual, de modo bastante enfático havia negado, de uma vez por todas, toda e qualquer historicidade devida à batalha de Sacavém. Tarefa hercúlea aquela a que nos propusemos. A ausência de documentos que corroborassem a história, e o facto de não nos ter sido possível localizar o tantas vezes citado livro de registos existente na paróquia da povoação, em 1577, levam-nos a pouco mais podermos fazer além de especular.

Com efeito, o contexto do aparecimento da narrativa suscitou-nos várias dúvidas, como referimos. Até que ponto teria toda esta história procurado influenciar ainda mais D. Sebastião, tão desejoso de combater o Infiel em Marrocos? Parece-nos bastante suspeito que a narrativa da batalha de Sacavém surja cerca de um ano antes da trágica batalha de Alcácer-Quibir. De resto, essa foi outra das hipóteses que ventilámos ao longo da feitura deste trabalho: a do forjar da narrativa, de forma a dar alento à jornada magrebi-na do jovem rei. Ainda que tenhamos apontado alguns motivos que teriam conduzido a essa falsificação, foi-nos, porém, impossível determinar quem teria sido o responsável pela mesma, caso tal hipótese corresponda à verdade.

Apesar de tudo isto, e contrariamente a Herculano (recordando, a esse propósito, o que José Mattoso escreveu nas notas à sua *História de Portugal* – talvez o historiador

oitocentista tenha julgado com demasiada severidade estas histórias tardias, ignorando que seriam talvez o último vestígio de uma tradição com algum fundo de verdade, tese com a qual concordamos), e não obstante todos os erros constantes da fonte, e do facto de ela constituir *testis una* (é, com efeito, o único documento histórico a referir-se à batalha, o que torna difícil a sua aceitação enquanto prova), não pomos em causa que possa ter havido uma breve peleja, mais ou menos sangrenta, entre forças cristãs e muçulmanas junto à torre de atalaia que existiria em Šaqabān (não o castelo a que alude a fonte, que consideramos ser não mais que um exagero da narrativa), enquanto Afonso Henriques punha cerco a Lisboa com o auxílio de cruzados.

Chamar-lhe batalha ou prélio será, porventura, exagerado – recontro ou escaramuça constituirão uma muito melhor designação para uma peleja que esteve longe de ter os contornos grandiosos com que nos foi descrita. Talvez a história de um recontro insignificante tenha começado numa tradição oral que, qual bola de neve (quem conta um conto acrescenta um ponto...), foi sendo progressivamente enriquecida com detalhes, até chegar à versão escrita que nos é narrada no século XVI.

A julgar pela descrição constante do alvará de D. Sebastião, os pormenores aí patentes permitem-nos supor um efectivo aproveitamento de material escrito preexistente, já que a tradição oral dificilmente seria tão rica na minúcia narrativa – ou seja, parece-nos evidente que o seu autor recorreu às crónicas de que dispunha relativas ao primeiro reinado; se colheu essas informações também junto do muitas vezes citado livro de registos da ermida, ignoramo-lo (nesse caso, importa também questionar quem teria redigido/falsificado o assento desse livro, pois certamente terá usado as fontes cronísticas medievais).

No que toca às circunstâncias da batalha, não julgamos estar em condições de ajuizar qual o número de combatentes de cada lado. Nem tão-pouco de saber se haveria uma real superioridade numérica muçulmana. Mas terão sido talvez menos os homens em campo do que o número que a tradição nos afirma (até porque dificilmente o espaço onde o recontro se teria dado comportaria os 6500 cavaleiros a que alude a tradição). Que tenha sido possível reunir uma força de cinco mil muçulmanos em poucos dias, semelha-nos quase difícil, senão mesmo impossível. Mais: qual a qualidade dos homens recrutados em tais condições? Seriam, de facto, todos eles cavaleiros, como no-lo diz a

fonte? Ou antes infantes armados à pressa para defesa dos seus campos do inimigo cristão? Prefigurariam eles uma força de elite ou, pelo contrário, seriam homens com reduzida preparação militar, longe de serem guerreiros profissionais? Julgamos a segunda hipótese mais consistente com a provável verdade histórica.

Mais, poderia um exército nestas condições ter estado quase em vias de derrotar as forças cristãs, antes de ele mesmo sair derrotado (devido à aparição da Virgem), como também nos diz a narrativa? De modo semelhante ao que acontecera com o desembarque dos primeiros cruzados na noite de São Pedro e o ataque dos muçulmanos do arrabalde ocidental de Lisboa, rapidamente vencidos, devido à sua deficiente preparação, não seria antes de supor que qualquer ataque tentado por uma força muçulmana inexperiente, desta feita, a Nordeste da cidade, tivesse redundado em insucesso à partida?

De igual forma, ainda que fosse verosímil a presença em Sacavém de forças oriundas de praças como Alenquer, Óbidos, Torres Vedras ou Sintra (já não referimos Tomar e Torres Novas, que, como vimos, não existiam com esses nomes, ainda que contingentes provenientes da Balata Setentrional pudessem eventualmente aí ter chegado, não obstante a tomada Santarém em Março de 1147), uma vez que os muçulmanos de Lisboa haviam tentado obter apoios longínquos (como o do rei de Évora), talvez seja mais prudente afirmar que, a ter havido uma concentração de tropas muçulmanas provenientes de vários locais, esses lugares seriam mais próximos de Sacavém – talvez povoações vizinhas, ribeirinhas ao Tejo ou ao Trancão, que temiam pela sua segurança vendo Lisboa atacada por cristãos. Gostaríamos de recordar, a este propósito, o que escrevem Ana Raquel Silva e Pedro Gomes Barbosa: «Lisboa foi conquistada após violentos combates, mas nada nos garante que as terras que a envolviam fossem igualmente devastadas pelas correrias de bandos guerreiros»⁵¹⁷. O que também não quer dizer que não possam ter ocorrido essas «correrias» em torno de Lisboa e, nessas circunstâncias, ferido-se a batalha de Sacavém – o que, aliás, parece ir de encontro à afirmação do Pe. Fernão de Oliveira na sua *História de Portugal*, ao referir-se às depredações dos ginetes de D. Afonso Henriques nas «comarcas» de Sacavém, Unhos, Lumiar e Benfica⁵¹⁸. Nes-

⁵¹⁷ Cf. Ana Raquel Silva e Pedro Gomes Barbosa, *op. cit.*, p. 114.

⁵¹⁸ Cf. Fernando Oliveira, *História de Portugal...*, p. 456.

se sentido vai também a afirmação avançada pela *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*⁵¹⁹: «Nada se sabe do que pelo lugar ocorreu até à conquista de Lisboa em 1147. Quando uma parte das tropas do rei se aproximava de Lisboa para se juntar aos cruzados e outros sitiadores, feriu-se aqui um breve recontro com os Mouros». Com efeito, conhecemos o percurso dos cruzados até Lisboa, mas ignoramos o de Afonso Henriques e o das tropas portuguesas por terra. Seria possível que um pequeno contingente de tropas portuguesas tivesse ficado para trás⁵²⁰ e, ao aproximar-se de Sacavém, os habitantes do local lhe tivessem dado luta, quer de forma a impedir que se juntassem ao cerco de Lisboa, quer por temerem a devastação dos seus campos – isto sem a intervenção de Mouros de quaisquer outras paragens, ou de cruzados? Uma peleja rápida e simples, não o «épico» que conhecemos? É lícito perguntar se esta versão dos acontecimentos não será a que está mais próxima da verdade histórica.

Além do relato do confronto em si enquanto feito de armas, a narrativa reforça o carácter do sagrado na história – de facto, julgamos evidentes as semelhanças flagrantes com outras histórias de combates onde o sobrenatural e o miraculoso intervêm, designadamente as batalhas da Ponte Mílvio e de Ourique, as quais consideramos estar ambas directamente na base da gesta de Sacavém.

Quanto à misteriosa aparição de «homens estranhos» a meio da batalha, uma vez que as fontes coevas não mencionam nenhum combate travado por cruzados nas imediações de Sacavém, somos forçados a concluir que se tratará de um episódio lendário – provavelmente, deu-se uma apropriação de um facto histórico real (a presença desses «homens estranhos» que eram os *Franġ* nas imediações de Lisboa) para a composição da história da batalha de Sacavém, tornando-se os cruzados o elemento sotérico (surgindo para acabar com o caos e repor a ordem primitiva) e ao mesmo tempo admirável (o seu aparecimento súbito só pode ser encarado, à luz da mentalidade medieval, como um milagre) da narrativa; contudo, ainda que a sua presença embeleze o relato, conferindo-

⁵¹⁹ Cf. «Sacavém», *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, [...], p. 531.

⁵²⁰ Por outro lado, será que as tropas portuguesas se teriam aproximado de Lisboa através da velha estrada romana que passava pela ponte de Sacavém? Esse seria o caminho mais evidente e, portanto, suspeito de ser fortemente defendido pelas forças muçulmanas, pelo menos desde a tomada de Santarém, em Março desse ano, quando um ataque a Lisboa deve ter começado a tornar-se cada vez mais evidente para os muçulmanos de al-Ušbūna.

lhe um carácter heróico e sublime, tal descaracterizou profundamente a história e tornou-a inverosímil, possibilitando assim a sua mi(s)tificação.

Já no que toca à aparição de Maria, tratar-se-ia, como afiançámos, do contraponto à visão de Cristo na batalha de Ourique (visão essa que também só surge na nossa historiografia no século XVI)? Ou jogaria um papel de relevo a aparição de Nossa Senhora – já não de Jesus Cristo – na batalha, numa época em que a Europa se via a braços com lutas de religião em que o valor do culto de hiperdúlia devido à Virgem fora posto em causa pelas Igrejas Reformadas? Nesse caso, não deixa de ser significativo que o indivíduo que recolheu a história fosse um homem ligado ao Santo Ofício – Marcos Teixeira.

De qualquer forma, não nos compete ajuizar sobre o valor do milagre – apenas sobre os factos históricos que, eventualmente, derivem de um tal milagre: neste caso, a aparente fundação de uma ermida consagrada à Virgem em agradecimento pela sua intercessão na batalha (e, mais tarde, com base na mesma justificação, do Convento de Nossa Senhora dos Mártires), assim como, segundo várias corografias, a refundação de uma velha ermida goda agora dedicada a Nossa Senhora da Vitória – oragos marianos cuja invocação remete para um contexto claramente belicista.

Com efeito, não nos podemos esquecer do valor inerente ao mito – o mito que «é o nada que é tudo», como lhe chamou Pessoa na *Mensagem*. Um «nada», porém, que é sempre estruturante, fundacional, genesíaco. O mito da batalha de Sacavém – durante muito tempo encarado como mais uma brilhante vitória das armas portuguesas, destinada a engrandecer a figura do *Fundador* – tem também valor enquanto base que sustenta a erecção de um mosteiro que passa por ter sido, segundo vários autores, reputado lugar de grande santidade das freiras que nele professaram⁵²¹ (inclusive os seus fundadores, que aí se fizeram enterrar com o hábito de terceiros franciscanos). A História poderá demonstrar que a batalha jamais existiu – mas não poderá olvidar o facto de dois edifícios religiosos terem sido erigidos em sua homenagem. Trata-se de um legado histórico, cujo interesse artístico e eventual significado religioso (e note-se que escrevemos eventual significado, pois se a batalha nunca tiver tido lugar, como é possível justificar as devoções a Nossa Senhora dos Mártires e da Vitória?), subsiste até aos nossos dias. Um

⁵²¹ Sobre o carácter virtuoso das monjas que professaram no Mosteiro de Nossa Senhora dos Mártires de Sacavém veja-se, v. g., Duarte Nunes de Leão, *Descrição do Reino de Portugal...*, p. 292.

*O povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a territorialização e a militarização
(meados do século IX – início do século XIV)*

legado que urge preservar, se não pela memória histórica, ao menos pelo sua sóbria beleza maneirista.

CONCLUSÃO

Procurámos, nesta dissertação, aflorar questões em torno da militarização e do povoamento na região de Lisboa entre os séculos XI e o início do século XIV. Época inicialmente conturbada, marcada pela guerra, por depredações de normandos nas costas hoje portuguesas, pela vinda de tribos berberes do norte de África para a Península Ibérica como novo poder do mundo muçulmano ocidental, enfim pela conquista de Lisboa e seus arredores em 1147, tentámos perceber de que modo se organizava o povoamento em torno dessa cidade periférica que era a al-Ušbūna muçulmana. Do período anterior a 1147 as fontes escritas pouco nos dizem, limitando-se a mencionar um ou outro ponto estratégico de relativa importância (casos de Sintra, Sacavém ou Alcabideche, bem como outros dois territórios cuja identificação com Monsanto e Bucelas é, a nosso ver, bastante discutível), pelo que partimos para a análise toponímica tendo em vista a identificação de lugares onde poderia ter havido traços de uma ocupação humana, fosse ela muçulmana ou, eventualmente, moçárabe. Julgamos que os indícios que coligimos poderão ir nesse sentido, embora faltem, em muitos casos, as evidências arqueológicas que corroborem a nossa opinião. Além disso, como tentámos demonstrar, e apesar da aparente escassez de referências nas primeiras décadas após a reconquista, encontramos atestados, até 1220, um conjunto de topónimos que parece testemunhar uma continuidade – se não na ocupação do espaço pelas mesmas comunidades, pelo menos uma persistência de topónimos que, embora não atestados nas fontes muçulmanas, revelam uma origem linguística árabe – e portanto a sua nomeação por uma comunidade humana precisa num período que, no nosso entender, apenas pode ser anterior a 1147.

Desta forma, 1147 parece marcar não uma ruptura abrupta com o passado, mas antes, uma continuidade na maior parte das estruturas – se é certo que a população urbana de Lisboa foi passada a fio de espada pelos cruzados, não é menos certo que não possuímos quaisquer testemunhos para o que sucedeu às populações que habitavam – e certamente habitavam – os termos rurais de Lisboa e Sintra, sobre as quais nada sabemos e que podemos conjecturar tanto serem muçulmanos ou moçárabes. A maior parte das estruturas que vamos encontrar no aro rural do Baixo Vale do Tejo – sejam terras de vinha, olivais, herdades, casais ou almuinhas, referenciadas sempre associadas a um dado topónimo, seriam estruturas económicas criadas pela nova ordem cristã, estabelecida após a «Reconquista», ou seriam elas mesmas estruturas que viriam já do passado,

e que simplesmente mudaram de mãos? Os custos de montagem destas explorações fazem-nos pensar na continuidade das estruturas, apenas com uma substituição dos proprietários. Muitos dos locais onde as mesmas se situavam poderão assim remontar a um período anterior à conquista. Até 1321, término do nosso estudo, a rede de povoamento em torno de Lisboa e Sintra parece estar já bem estruturada, sendo que a maior parte dos lugares atestados subsiste, na maior parte dos casos, até hoje.

Outro aspecto a que aludimos, e que nos parece confirmar esta tese, é a presença, nos arredores de Lisboa, de várias igrejas dedicadas a santos pré-reconquista (e, conseqüentemente, de núcleos populacionais em torno das mesmas), e que julgamos nós poderá testemunhar a persistência de comunidades religiosas moçárabes, ou a posterior ocupação desses espaços por comunidades vindas do Norte, sem que no entanto se tivesse procedido a uma renomeação dos espaços ou dos oragos. Por outro lado, a existência de várias igrejas dedicadas a Santa Maria nos arrabaldes de Lisboa poderia-nos levar a pensar, por analogia com a purificação e dedicação da Sé Catedral a Santa Maria Maior, que aí tivessem existido assentamentos muçulmanos.

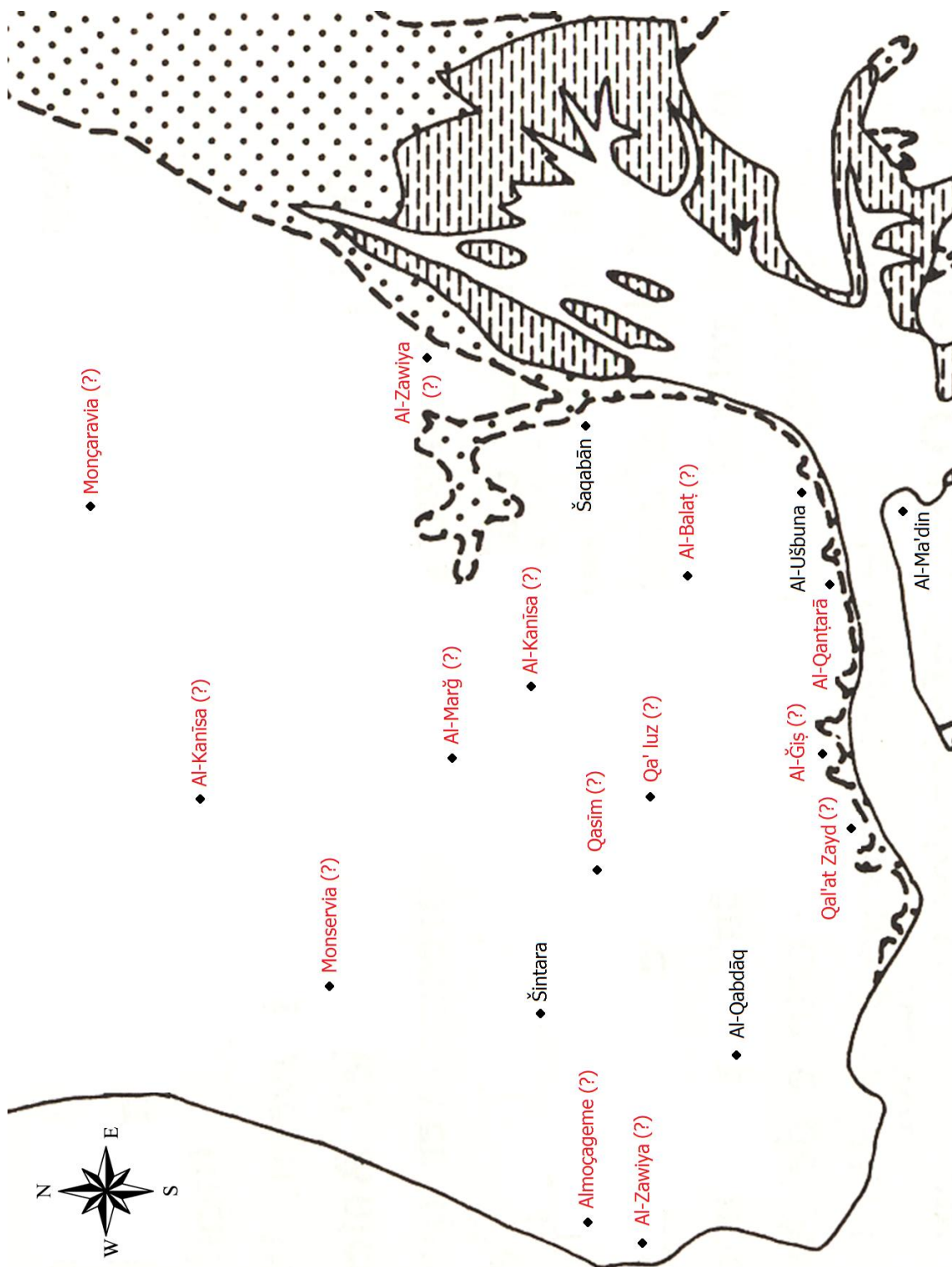
Quanto à segunda parte do nosso estudo, versámos sobre um episódio específico em torno da conquista de Lisboa – opção que tomámos por não termos encontrado, nas fontes que analisámos, em número significativo, referências a uma efectiva militarização do espaço. Partindo da análise do texto de um diploma da chancelaria de D. Sebastião onde pela primeira vez surge narrada a batalha de Sacavém, procurámos perceber os contornos dessa história que, incluída nas crónicas e histórias dos séculos XVII e XVIII, acabou por ser reduzida à condição de lenda por Herculano, no século XIX, e obliterada das mais variadas histórias de Portugal que se lhe seguiram. Muito embora vários aspectos dessa narrativa constituam erros ou efabulações (como a datação da batalha, as prováveis origens geográficas dos contendores, a presença apenas de ingleses no cerco, ou o milagre que constituiu o surgimento dos cruzados no final da batalha), a narrativa contém, apesar de tudo, certos aspectos que podem traduzir uma efectiva existência de um breve recontro a norte de Lisboa, entre forças cristãs e muçulmanas, no quadro da reconquista da cidade, e que nos leva a encarar pela plausibilidade da mesma – sendo neste contexto particularmente relevante o culto dos mártires que aí teriam perecido, e cuja igreja se encontra referida, pelo menos, desde 1337, muito antes sequer de conhecermos qualquer relato da batalha em causa. Muito mais do que uma

simples mistificação com o propósito de engrandecer a figura de D. Afonso Henriques e de justificar a construção e doação e construção do convento dos Mártires por Miguel de Moura, em 1577, parece-nos que este recontro pode ter tido efectivamente um fundo histórico, ainda que a descrição que tenham chegado até nós esteja profundamente adulterada.

*O povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a territorialização e a militarização
(meados do século IX – início do século XIV)*

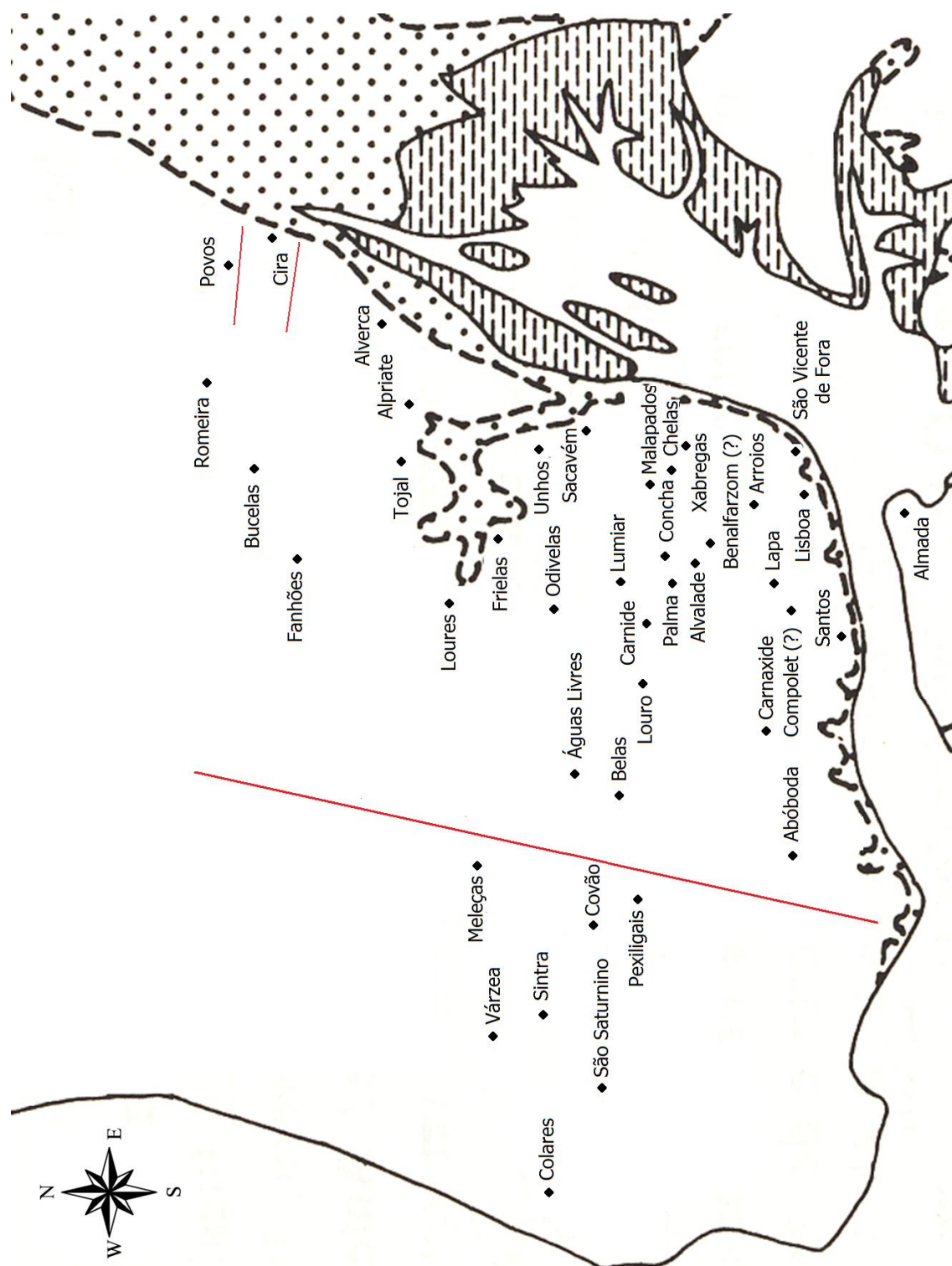
ANEXOS

MAPA I – OS ALFOZES DE AL-UŠBŪNA E ŠINTARA MUÇULMANAS



A negro, surgem os topónimos atestados nas fontes árabes; a vermelho, algumas das propostas de identificação toponímica com base árabe (com indicação do étimo), atendendo às suas mais antigas referências na documentação cristã. Não surgem mencionados os topónimos que, figurando em fontes árabes, não nos foi possível identificar, com segurança, como correspondendo a uma povoação moderna.

MAPA II – TOPÓNIMOS ATESTADOS NOS TERMOS DE LISBOA E SINTRA ENTRE 1147 E 1220



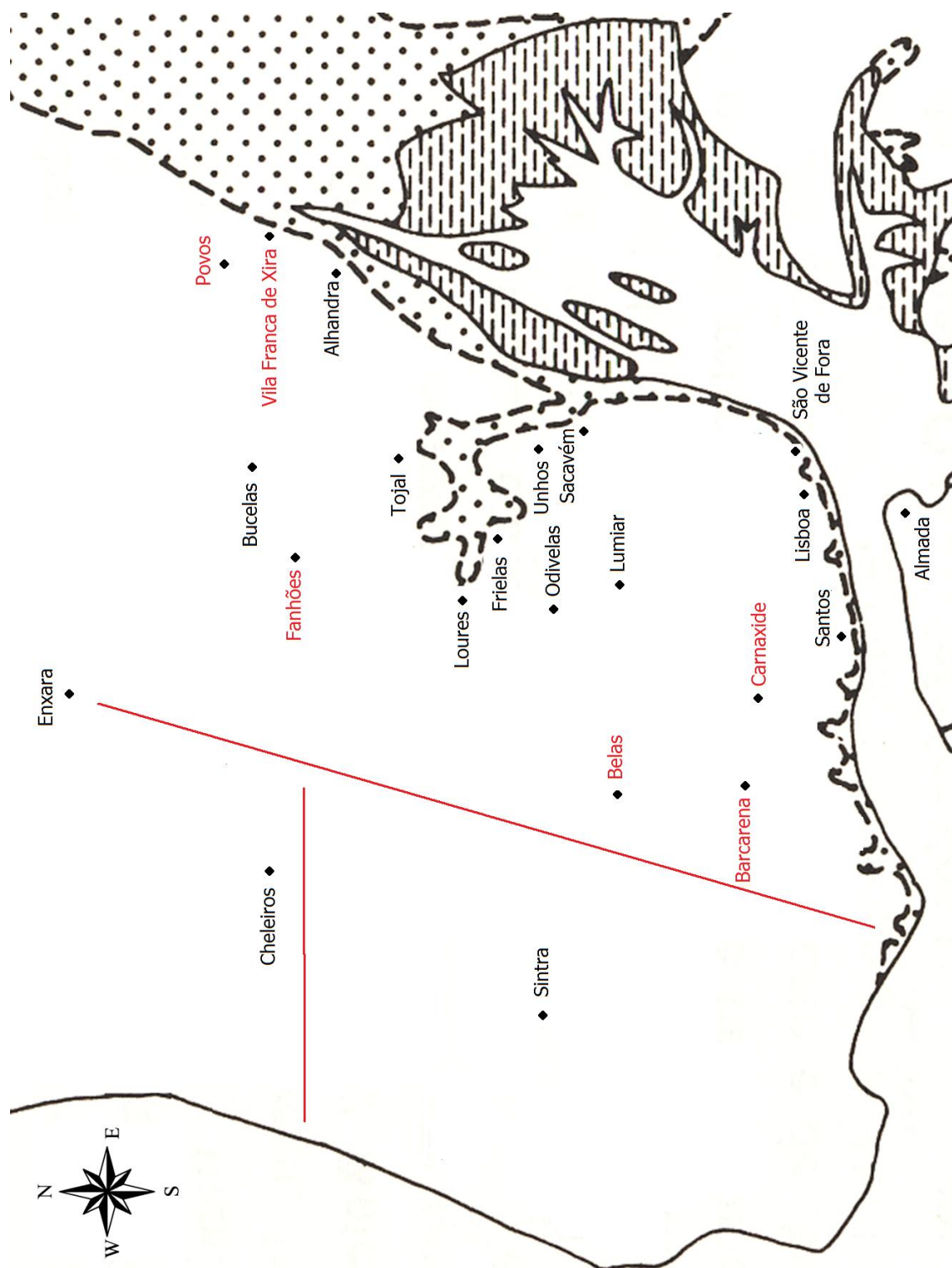
A linha vermelha traça o hipotético limite entre os termos dos dois concelhos, atendendo às localizações extremas que conseguimos determinar (Meleças como o ponto mais oriental do território de Sintra, e Abóboda como o ponto mais ocidental do termo de Lisboa).

**MAPA III – PARÓQUIAS ATESTADAS NOS TERMOS DE LISBOA E SINTRA
SEGUNDO A «INQUIRIRÃO» DE C. 1220**



A vermelho, as paróquias que não constam da «inquirição», mas que são mencionadas como existindo em data anterior a 1220.

MAPA VI – PARÓQUIAS ATESTADAS NOS TERMOS DE LISBOA E SINTRA SEGUNDO O «ROL DAS IGREJAS» DE 1321



A vermelho, as paróquias que não constam do «rol», mas que são mencionadas como existindo em data anterior a 1321; as linhas vermelhas delimitam os territórios das igrejas de Sintra, Mafra e Lisboa.

*O povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a territorialização e a militarização
(meados do século IX – início do século XIV)*

**FONTES E
BIBLIOGRAFIA**

I. FONTES

1. Manuscritas

1.1. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.)

- Chancelaria Régia:

Chancelaria de D. Afonso II, Livro de Registo da Chancelaria.

Chancelaria de D. Dinis, livro 3.

Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique. Privilégios, livro 12.

- Colecção Especial, Parte I, cx. 28; cx. 81, maço II.

- Corporações religiosas:

Colegiada de Santa Cruz do Castelo, maço 1.

Colegiada de São Julião de Frielas, maço 1.

Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Livro de D. João Teotónio.

Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 2.^a incorporação, maços 1, 4, 6, 10, 15, 19, 35.

Mosteiro de Santos-o-Novo, cx. 1, maço 2; cx. 6, maço 1; cx. 7, maços 1, 2, 3; cx. 10, maços 3, 5; cx. 13, maço 2.

Mosteiro de São Bento de Avis, maços 2 e 3.

Mosteiro de São Bernardo e São Dinis de Odivelas, livros 1, 10, 18, 30.

Mosteiro de São Félix de Chelas, maços 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15.

Mosteiro de São Vicente de Fora, 1.^a incorporação, maços 1, 2, 3, 4, 5, 6.

- Gavetas, I, maços 2 e 4, III, maço 11.

- Memórias Paroquiais, vol. 33, n.º 11, pp. 93-106.

1.2. Biblioteca Nacional de Portugal (B.N.P.)

- Fundo Geral:

Noticias do Convento de N. S.ra dos Martyres e da Conceição de Sacavem.
Manuscrito 68, fls. 139-173.

2. Impresas

2.1. Relativas ao al-Ândalus

‘ABD AL-KARĪM, Gamāl, «La España Musulmana en la Obra de Yāqūt (siglos XII-XIII)», *Cuadernos de Historia del Islam*, n.º 6, Granada, 1974, pp. 13-315.

‘ABD AL-WĀḤID AL-MARRĀKUŠĪ, Abū Muḥammad, *Kitāb al-Mu’ayib fī taljīs ajbār al-Magrib* (*Lo Admirable en el Resumen de las Noticias del Magrib*). Traducción española de Ambrosio HUICI MIRANDA, Tetuán, Editora Marroquí, 1955.

ABŪ L-FIDĀ’, *Géographie d’Aboulféda*. Traduite de l’arabe en français et accompagné de notes et d’éclaircissements par M. REINAUD, Tome II, Première Partie, Paris, À l’Imprimerie Nationale, 1848.

AL-BAKRĪ, Abū ‘Ubayd, *Geografía de España (Kitāb al-Masālik wa-l-Mamālik)*, Traducción, notas y índices por Eliseo VIDAL BELTRÁN, Zaragoza, Anúbar Ediciones, 1982.

AL-ḤIMYARĪ, Ibn ‘Abd al-Mun‘im, *La Péninsule Ibérique au Moyen-âge d’après le Kitāb ar-Rawḍ al-Mi‘ār fī Ḥabar al-Aḳṭār d’[...]*. Texte arabe des notices relatives à l’Espagne, au Portugal et au Sud-ouest de la France, publié avec une introduction, un répertoire analytique, une traduction annotée, un glossaire et une carta par Évariste LEVI-PROVENÇAL, Leiden, Brill, 1938,

AL-IDRĪSĪ, *Geografía de España*, ed. de Antonio UBIETO ARTETA, Valencia, Anúbar Ediciones, 1974.

AL-MAQQARĪ, Aḥmad Ibn Muḥammad, *The History of the Mohammedan Dynasties in Spain, extracted from the Naḥḥu-t-Tīb min Ghosni-l-Andalusi-r-Rattīb wa Tārīkh Lisānu-d-Dīn Ibnī-l-Khattīb*. Translated by Pascual de GAYANGOS; introduction by Michael BRETT, 2 vols. Facsimile of London, The Oriental Translation Fund of Great Britain and Ireland, 1840; London/New York, Routledge/Curzon, 2002.

AL-QALQAŠANDĪ, *Ṣubḥ al-A‘ša fī Kitābāt al-Inšā*. Trad. de Luis SECO DE LUCENA y índices por María Milagros CARCEL ORTÍ, Valencia, Anúbar Ediciones, 1975.

AL-RĀZĪ, Aḥmad Ibn Muḥammad Ibn Mūsā, *Crónica del Moro Rasis. Versión del Ajbār Mulūk al-Andalus de [...], 889-995; Romanzada para el Rey Don dionís de Portugal hacia 1300 por Mahomad, alarife, y Gil Pérez, clérigo de Don Perianes Porçel*. Ed. de Diego CATALÁN y María Soledad de ANDRÉS, con la colaboración de Margarita ESTARELLAS,

Mercedes GARCÍA ARENAL y Paloma MONTERO, Madrid, Seminario Menéndez Pidal/Editorial Gredos, 1974.

ANÓNIMO, *Ajbar Machmuâ (Colección de Tradiciones). Crónica anónima del siglo XI*. Dada a luz por primera vez, traducida y anotada por don Emilio LAFUENTE Y ALCÁNTARA, académico de número, Madrid, Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, 1867.

ANÓNIMO, *Cronica Anonima de los Reyes de Taifas*. Introducción, traducción y notas de Felipe MAÍLLO SALGADO, Madrid, Akal Ediciones, 1991.

BRAMÓN, Dolors, *El Mundo en el Siglo XII. Estudio de la Versión Castellana y del Original Árabe de una Geografía Universal: El Tratado de Al-Zuhrī*, Sabadell, Editorial AUSA, 1991.

CASTELLÓ, Francisco, *El «Dīkr al-Aqālīm» de Ishāq Ibn al-Ḥasan al-Zayyāt (Tratado de Geografía Universal). Estudios sobre un Tratado de Geografía Árabe*, Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto «Millás Valicrosa» de Historia de la Ciencia Árabe de la Universidad de Barcelona/Departamento de Filología Semítica de la Universidad de Barcelona, 1989.

CASTRILLO MÁRQUEZ, Rafaela, «Descripción de Al-Andalus según un ms. de la Biblioteca de Palacio», *Al-Andalus. Revista de las Escuelas de Estudios Árabes de Madrid y Granada*, vol. XXXIV, Madrid-Granada, 1969, pp. 83-103.

COELHO, António Borges, *Portugal na Espanha Árabe*, 3.^a ed., Lisboa, Editorial Caminho, 2008.

GARCÍA GÓMEZ, Emilio, *Andalucía contra Berbería. Reedición de traducciones de Ben Ḥayyān, Ṣaqundī y Ben al-Jaṭīb*, Barcelona, Publicaciones del Departamento de Lengua y Literatura Árabes de la Facultad de Filología de la Universidad de Barcelona, 1976.

HUICI MIRANDA, Ambrosio (ed.), *Al-Ḥulal al-Mawṣiyya. Crónica árabe de las dinastías almorávide, almohade y benimerín*, Tetuán, Editora Marroquí, 1951.

IBN ‘IDĀRĪ AL-MARRĀKUṢĪ, *Al-Bayān al-Mugrib fī ijtisār ajbār Muluk al-Andalus wa al-Maḡrib (La Exposición Sorprendente en el Resumen de las Noticias de los Reyes del Andalus y del Magrib)*, tomos I y II – *Los Almohades*. Traducción española de Ambrosio HUICI MIRANDA, Tetuán, Editora Marroquí, 1953-1954.

- IBN ‘IDĀRĪ AL-MARRĀKUŠĪ, *Historias de Al-Andalus por Aben-Adhari de Marruecos*, traducidas directamente del arábigo y publicadas con notas y un estudio histórico-crítico por el Doctor Don Francisco FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Catedrático de Literatura General y Española en la Universidad de Granada, tomo 1.º, Granada, Imprenta de D. Francisco Ventura y Sabatel, 1860.
- IBN ‘IDĀRĪ AL-MARRĀKUŠĪ, *La Caída del Califato de Córdoba y los Reyes de Taifas (al-Bayān al-Mugrib)*. Estudio, traducción y notas de Felipe MAÍLLO SALGADO, Salamanca, Universidad de Salamanca/Estudios Árabes y Islámicos, 1993.
- IBN ABĪ ZAR‘, *Rawḍ al-Qirtas*. Traducido y anotado por Ambrosio Huici MIRANDA, 2 vols., Valencia, Anúbar, 1964.
- IBN AL-AṬĪR, ‘Alī ‘Izz al-Dīn, *Annales du Maghreb & de l’Espagne*, Trad. et annotations de E. FAGNAN; Alger, Typographie Adolphe Jourdan, 1901.
- IBN AL-ḤAṬĪB, *Islamische Geschichte Spaniens [= Kitāb A’māl al-A’lām]*. Übersetzung von Willelm HOENERBACH, Zürich/Stuttgart, Artemis Verlag, 1970.
- IBN AL-KARDABŪS, *Historia de Al-Andalus (Kitāb al-Iktifā’)*. Estudio, traducción y notas de Felipe MAÍLLO SALGADO, Madrid, Akal Ediciones, 2008.
- IBN BAṬṬŪTA, *The Travels of Ibn Battutah*. Ed. by Tim MACKINTOSH-SMITH, London, Picador, 2002.
- IBN GĀLIB, «Una descripción de España de Ibn Gālib» (traducción de Joaquín VALLVÉ BERMEJO), *Anuário de Filologia*, Barcelona, 1975, pp. 369-389.
- IBN ḤALDUN, *Histoire des Berbères et des Dynasties Musulmanes de l’Afrique Septentrionale*. Trad. du Baron de SLANE, vol. II, Paris, Paul Casanova, 1978.
- IBN ḤAYYĀN, *Crónica de los Emires Alḥakam y ‘Abdarrahmān II entre los Años 796 y 847 [Almuqtabis II-1]*. Traducción, notas e índices de Maḥmūd ‘Alī MAKKĪ y Federico CORRIENTE, Zaragoza, Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo, 2001.
- IBN ḤAYYĀN, *Crónica del Califa ‘Abdarrahmān III an-Nāṣir entre los años 912 y 942 (al-Muqtabis V)*. Traducción, notas y índices de María Jesús VIGUERA [MOLINS] y Federico CORRIENTE, Zaragoza, Anúbar Ediciones/Instituto Hispano-Árabe de Cultura, 1981.

- IBN ḤAYYĀN, *La Primera Década del Reinado de Al-Ḥakam I, según el Muqtabis II,1 de Ben Ḥayyān de Córdoba (m. 469 H./1076 J.C.)*. Ed., trad. y notas de Joaquín VALLVÉ BERMEJO y F. RUIZ GIRELA, Madrid, Real Academia de la Historia, 2003.
- IBN ḤAZM DE CÓRDOBA, *El Collar de la Paloma*, 8.^a reimp. Versión e introducción de Emilio GARCÍA GÓMEZ; prólogo de José ORTEGA Y GASSET, Madrid, Alianza Editorial, 2008.
- IBN SA'ĪD AL-MAGRIBĪ, *El Libro de las Banderas de los Campeones de Ibn Sa'īd al-Magribī. Antología de poemas arábigoandaluces*, 2.^a ed. Traducción, introducción, notas y índices de Emilio GARCÍA GÓMEZ, Barcelona/Caracas/México, Seix Barral, 1978.
- IBN ṢĀḤĪB AL-ṢALĀT, *Al-Mann bil-Imāma*. Estudio preliminar, traducción y índices por Ambrosio HUICI MIRANDA, Valencia, Anúbar Ediciones, 1969.
- IBN ḤAWKAL, *Configuración del Mundo (Fragmentos Alusivos al Magreb y España)*. Traducción y índices por Maria Jose ROMANI SUAY, Valencia, Anúbar Ediciones, 1971.
- LEVI-PROVENÇAL, Évariste (ed.), *Documents Inédits d'Histoire Almohade. Fragments Manuscrits du «Legajo» 1919 du Fonds Arabe de l'Escurial. Publiés et Traduits avec une Introduction et des notes par [...]*, Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1928.
- LEVI-PROVENÇAL, Évariste, «La “Description de l'Espagne” d'Aḥmad al-Rāzī. Essai de reconstitution de l'original árabe et traduction française», *Al-Andalus. Revista de las Escuelas de Estudios Árabes de Madrid y Granada*, vol. XVIII, Madrid-Granada, 1953, pp. 51-108.
- LÓPEZ PEREIRA, José Eduardo (ed.), *Crónica Mozárabe de 754. Edición Crítica y Traducción*, 1.^a reimpression, Zaragoza, Anúbar Ediciones, 1991.
- MOLINA, Luis (ed.), *Una Descripción Anónima de Al-Andalus [Dīkr Bilad al-Andalus]*, tomo I – Edición; tomo II – Traducción y estudio, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto Miguel Asín, 1983.
- PENELAS, Mayte (ed. y trad.), *La Conquista de Al-Andalus [Fath al-Andalus]*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto de Cooperación con el Mundo Árabe, 2002.
- RODRÍGUEZ LOZANO, José António, «Nuevos Toponimos Relativos a al-Andalus en el Mu'jam al-Buldân de Yâqût», *Cuadernos de Historia del Islam*, n.º 8, Granada, 1977, pp. 57-84.

ROLDÁN CASTRO, Fátima, *El Occidente de Al-Andalus en el Ātār al-Bilād de Al-Qazwīnī*, Sevilla, Ediciones Alfar, 1990.

SANTIAGO SIMÓN, Emilio de, «Un Fragmento de la Obra de Ibn al-Šabbāt (siglo XIII) sobre Al-Andalus», *Cuadernos de Historia del Islam*, vol. 5, Granada, 1973.

VELHO, Martim, *Varões Árabes Ilustres do Andaluz Ocidental. Biografias Traduzidas de Ibn Al-Faradí e Ibn Bashkuwal*, Évora, Gráfica Eborense, 1965.

2.2. Relativas ao espaço cristão

«Annales Portugalenses Veteres», in BLÖCKER-WALTER, Monika, *Alfons I. von Portugal. Studien zu Geschichte und Sage des Begründers der portugiesischen Unabhängigkeit*, Zürich, Fretz und Wasmuth Verlag AG, 1966.

ACABADO, Maria Teresa Barbosa (ed.), *Inventário de Compras do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora (Cartulário do século XIII)*, Coimbra, 1969.

ANDRADE, Miguel Leitão de, *Miscelânea*. Facsímile da 2.^a ed. de Lisboa, Imprensa Nacional, 1867; introdução de Manuel Marques DUARTE, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.

AZEVEDO, Pedro A. de (ed.), *Livro dos Bens de D. João de Portel. Cartulário do Século XIII*. Notícia histórica de Anselmo BRAAMCAMP FREIRE; ed. facsímile da de Lisboa, Edição do Archivo Historico Portuguez, 1906-1910, com uma nota prévia de Hermenegildo FERNANDES, Lisboa/Portel, Edições Colibri/Câmara Municipal de Portel, 2003.

AZEVEDO, Rui de (ed.), *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. I – *Documentos dos Condes Portugalenses e de D. Afonso Henriques. A. D. 1095-1185*, tomo I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1968.

AZEVEDO, Rui de, COSTA, Avelino de Jesus (Pe.) da e PEREIRA, Marcelino Rodrigues (eds.), *Documentos de D. Sancho I*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1979.

BRANDÃO, António (Fr.), O. Cist., *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*. Ed. facsimilada, com introd. de António da Silva REGO e notas de António Dias FARINHA e Eduardo dos SANTOS, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

- BRANDÃO, António (Fr.), O. Cist., *Monarquia Lusitana. Parte Quarta*. Ed. facsimilada, com introd. de António da Silva REGO e notas de António Dias FARINHA e Eduardo dos SANTOS, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974.
- BRANDÃO, Francisco (Fr.), O. Cist., *Monarquia Lusitana. Parte Quinta*. Ed. facsimilada, com introd. de António da Silva REGO e notas de António Dias FARINHA e Eduardo dos SANTOS, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976.
- BRANDÃO, Francisco (Fr.), O. Cist., *Monarquia Lusitana. Parte Sexta*. Ed. facsimilada, com introd. de António da Silva REGO e notas de António Alberto Banha de ANDRADE, António Dias FARINHA, Eduardo dos SANTOS e M. dos Santos ALVES, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980.
- CAEIRO, Francisco da Gama (coord.), *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, vol. XI (1511-1520), Lisboa, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.
- CALADO, Adelino de Almeida (ed.), *Crónica de Portugal de 1419*. Ed. crítica com introd. e notas de [...], Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998.
- Chancelaria de D. Afonso III. Livro I*, 2 vols. Transcrição e edição de Leontina VENTURA e António Resende de OLIVEIRA, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- Chancelaria de D. Afonso III. Livros II e III*. Transcrição e edição de Leontina VENTURA e António Resende de OLIVEIRA, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.
- COSTA, Paula Pinto (ed.), *Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o Estudo das Ordens Religioso-Militares*, n.º 7 – *Livro dos Copos*, vol. I, Porto, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade/Fundação Eng. António de Almeida, 2006.
- DAVID, Charles Wendell (trans.), *The Conquest of Lisbon [= De Expugnatione Lyxbonensi]*. Translated by [...]; foreword and bibliography by Jonathan PHILLIPS, New York, Columbia University Press, 2001.
- Documentos para a História da Cidade de Lisboa. Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apointamentos dos Brandões. Livro dos Bens Próprios dos Reis e das Rainhas*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954.
- Documentos para a História da Cidade de Lisboa. Livro I de Místicos de Reis. Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1947.

- ERICEIRA, Conde da [D. Luís de Meneses], *História de Portugal Restaurado*. Nova ed., anotada e preparada por António Álvaro DÓRIA, vol. I, Porto, Livraria Civilização – Editora, 1945.
- FERRERO ALEMPARTE, Jaime, *Arribadas de Normandos y Cruzados a las Costas de la Península Ibérica*, Madrid, Sociedad Española de Estudios Medievales, 1999.
- FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da (ed.), *Crónica da Tomada de Lisboa (Chronica da Fundação do Mosteiro de São Vicente de Lisboa pelo Inuictissimo e Christianissimo Dom Afonso Henriques, 1.º Rei de Portugal: e Como Tomou a Dita Cidade aos Mouros)*. Ed. facsimilada, paleográfica e crítica, com anotações, Lisboa, Edição do Autor, 1995.
- GALVÃO, Duarte, *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*. Apresentação de José MATTOSO, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.
- HOLANDA, Francisco de, *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*. Ed. de José da Felicidade ALVES, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.
- LEÃO, Duarte Nunes de, *Crónicas dos Reis de Portugal Reformadas pelo Licenciado [...], Desembargador da Casa da Suplicação*. Introd. e revisão de Manuel Lopes de ALMEIDA, Porto, Lello & Irmão Editores, 1975.
- LEÃO, Duarte Nunes de, *Descrição do Reino de Portugal*, [3.ª ed.]. Transcrição do texto, aparato crítico e biografia do autor por Orlando GAMA; estudos introdutórios de António Borges COELHO, João Carlos GARCIA e Suzanne DAVEAU; tradução e notas dos textos latinos de Amílcar GUERRA, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.
- LINDLEY CINTRA, Luís Filipe (ed.), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, 4 vols.; 2.ª ed. Edição crítica do texto português por [...], Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009.
- MACHADO, Diogo Barbosa, *Memorias para a Historia de Portugal, que Compreendem o Governo del Rey D. Sebastião, Unico do Nome e Decimo Sexto entre os Monarcas Portuguezes. Do Anno de 1575 até o anno de 1578. Dedicadas a El Rey D. João V, Nosso Senhor, escritas por [...], Ulyssiponense, Abbade Reservatario da Igreja de Santo Adriaõ de Sever do Bispado do Porto, e Academico do Numero*, tomo IV, Lisboa, Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1751.
- MARTINS, Ana Maria (ed.), *Documentos Portuguezes do Noroeste e da Região de Lisboa. Da Produção Primitiva ao Século XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.

- MARTINS, Miguel Gomes e VIEGAS, Inês Morais (coord.), *Documentos Medievais (1179-1383). Arquivo Municipal de Lisboa. Catálogo*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa/Departamento de Património Cultural/Arquivo Municipal de Lisboa, 2003.
- MOURA, Miguel de, «Memória de Miguel de Moura sobre a Fundação de um Convento da Ordem de São Francisco, em Lisboa», in Francisco de Sales de Mascarenhas LOUREIRO, *Miguel de Moura (1538-1599). Secretário de Estado e Governador de Portugal*, Lourenço Marques, [s. n.], 1974, pp. 579-603.
- MOURA, Miguel de, «Vida de Miguel de Moura, Escripta por Elle Mesmo», in *Chronica do Cardeal Rei D. Henrique* [de Fr. Bernardo da CRUZ, O.F.M.]. Publicada com algumas anotações pela Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, Lisboa, Na Typographia da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, 1840, pp. 105-144.
- NASCIMENTO, Aires Augusto do (ed.), *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado [= De Expugnatione Lyxbonensi]*. Ed., trad. e notas de [...] e introd. de Maria João Violante BRANCO, Lisboa, Vega, 2001.
- NASCIMENTO, Aires Augusto do e GOMES, Saul António (eds.), *São Vicente de Lisboa e seus Milagres Medievais = Miracula Sancti Vincentii*, Lisboa, Edições Didaskalia, 1988.
- OLIVEIRA, Fernando, *História de Portugal*, in José Eduardo FRANCO, *O Mito de Portugal. A Primeira História de Portugal e a Sua Função Política*. Prefácio de Francisco Contente DOMINGUES, Lisboa, Roma Editora/Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey, 2000, pp. 349-494.
- OLIVEIRA, José Augusto de (ed.), *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147). Narrações pelos Cruzados Osberno e Arnulfo, Testemunhas Presenciais do Cêrco*. Texto latino e sua tradução para português pelo Dr. [...]; 2.^a ed.; prefácio de Augusto Vieira da SILVA, Lisboa, S. Industriais da Câmara Municipal de Lisboa, 1936.
- PEREIRA, Gabriel, *Documentos Históricos da Cidade de Évora*. Reed. facsimilada dos fascículos editados em Évora, 1885-1891; apres. de Humberto Carlos Baquero MORENO, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- PIMENTA, Alfredo (ed.), «A conquista de Lisboa: a carta de Duodechino», *Fontes Medievais da História de Portugal*. Selecção, prefácio e notas de [...], 2.^a ed., vol. I – *Anais e Crónicas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa – Editora, 1982, pp. 124-130.

- PIMENTA, Alfredo (ed.), «A conquista de Lisboa: carta de Arnulfo», *Fontes Medievais da História de Portugal*. Selecção, prefácio e notas de [...], 2.^a ed., vol. I – *Anais e Crónicas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa – Editora, 1982, pp. 133-140.
- PIMENTA, Alfredo (ed.), «A conquista de Lisboa: crónica da fundação do Mosteiro de S. Vicente», *Fontes Medievais da História de Portugal*. Selecção, prefácio e notas de [...], 2.^a ed., vol. I – *Anais e Crónicas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa – Editora, 1982, pp. 141-146.
- PIMENTA, Alfredo (ed.), «A conquista de Lisboa: relatório anónimo», *Fontes Medievais da História de Portugal*. Selecção, prefácio e notas de [...], 2.^a ed., vol. I – *Anais e Crónicas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa – Editora, 1982, pp. 131-132.
- PIMENTA, Alfredo (ed.), «Chronicon conimbricense», *Fontes Medievais da História de Portugal*. Selecção, prefácio e notas de [...], 2.^a ed., vol. I – *Anais e Crónicas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa – Editora, 1982, pp. 1-21.
- PIMENTA, Alfredo (ed.), «História dos Godos», *Fontes Medievais da História de Portugal*. Selecção, prefácio e notas de [...], 2.^a ed., vol. I – *Anais e Crónicas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa – Editora, 1982, pp. 22-47.
- Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octauo Post Christum Usque ad Quintumdecimum Iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis Edita – Leges et Consuetudines*, Ulyxbonae, Iussu Academiae Scientiarum Ulyxbonensis, 1856.
- RODRIGUES, Maria Teresa Campos (ed.), *Livro das Posturas Antigas*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1974.
- SÁ, Artur Moreira de (coord.), *Chartularium Universitatis Portugalensis* (1288-1537), vol. II (1377-1408), Lisboa, Instituto de Alta Cultura/Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1968.
- SÁ, Artur Moreira de (coord.), *Chartularium Universitatis Portugalensis* (1288-1537), vol. III (1409-1430), Lisboa, Instituto de Alta Cultura/Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1969.
- SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de (ed.), *O Livro das Lezírias d'El-Rei Dom Dinis*, Transcrição, estudo introdutório e notas de [...], Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria. 1604 – 1609 – 1625*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1975.

TAROUCA, Carlos da Silva, S.J. (ed.), *Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal [Códice Cadaval 965]*. Ed. crítica de [...], 3 vols., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1952.

II. BIBLIOGRAFIA

1. Obras de carácter geral

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*. Nova ed. preparada e dirigida por Damião PERES, 4 vols., Porto, Livraria Civilização – Editora, 1968-71.

BARROCA, Mário Jorge, «Da Reconquista a D. Dinis», *Nova História Militar de Portugal*. Dir. de Manuel THEMUDO BARATA e Nuno Severiano TEIXEIRA, vol. 1, coord. de José MATTOSO, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003.

CATARINO, Helena, «A ocupação islâmica», *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*. Dir. de João Medina, vol. III – *O Mundo Luso-Romano (II)*. *Portugal Medieval (I)*, Alfragide, Ediclube, 2004, pp. 265-349.

CUNHA, Rodrigo (D.), *História Eclesiástica da Igreja de Lisboa*, Lisboa, Manuel da Silva, 1642.

HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal. Desde o Começo da Monarquia até o fim do Reinado de Afonso III*, 4 tomos. Prefácio e notas críticas de José MATTOSO; verificação do texto de Ayala MONTEIRO, Lisboa, Livraria Bertrand, 1980.

JORGE, Ana Maria C. M., e SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de, «Organização Eclesiástica do Espaço», *História Religiosa de Portugal*, dir. de Carlos Moreira AZEVEDO, vol. I – *Formação e Limites da Cristandade*, coord. de Ana Maria C. M. JORGE e Ana Maria S. A. RODRIGUES, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 137-201.

JOVER ZAMORA, José Maria (dir.), *Historia de España Menéndez Pidal*, tomo VIII-II, *El Retroceso Territorial de al-Andalus. Almorávides y Almohades. Siglos XI al XIII*. Coord. de María Jesús VIGUERA MOLÍNS, Madrid, Espasa-Calpe, 1997.

MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força*, vol. I, 2.^a ed. rev. e ilustr., Lisboa, Tribuna da História, 2006.

- MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 2 – *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, coord. de José MATTOSO, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- RIBEIRO, Orlando e LAUTENSACH, Hermann, *Geografia de Portugal*, vol. I – *A Posição Geográfica e o Território*. Org., comentário e actualização de Suzanne DAVEAU, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1987.
- RIBEIRO, Ângelo, «Jornadas de além-Tejo», *História de Portugal. Edição Monumental Comemorativa do Oitavo Centenário da Fundação da Nacionalidade. Profusamente Ilustrada e Colaborada pelos mais Eminentes Historiadores e Artistas Portugueses*. Dir. literária de Damião PERES e dir. artística de Eleutério CERDEIRA, vol. II, Barcelos, Portucalense Editora, 1929, pp. 74-76.
- SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. II – Portugal das Invasões Germânicas à «Reconquista», coord. de A. H. de Oliveira MARQUES, Lisboa, Editorial Presença, 1993.
- SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira, *Nova História de Portugal*, vol. IV – *Portugal em Definição de Fronteiras – Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*. Coord. de Maria Helena da Cruz COELHO e Armando Luís de Carvalho HOMEM, Lisboa, Editorial Presença, 1996.
- TORRES, Cláudio, «O Garb-al-Andaluz», *História de Portugal*, dir. de José MATTOSO, vol. 1 – *Antes de Portugal (Proto História-1096)*, coord. de José MATTOSO, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992.

2. Corografias

- ALMEIDA, José Avelino de, *Diccionario Abreviado de Chorographia, Topographia, e Archeologia das Cidades, Villas e Aldeas de Portugal*, 3 vols., Valença, Typographia de V. de Moraes, 1866.
- AZEVEDO, Luís Marinho de, *Primeira Parte da Fundação, Antiguidades, e Grandezas da Mui Insigne Cidade de Lisboa, e Seus Varoes Illustres em Santidade, Armas, & Letras. Catálogo de Seus Prelados, e Mais Cousas Ecclesiásticas, & Políticas, ate o Anno 1147, em que foi ganhada aos Mouros por ElRey D. Afonso Henriquez, dedicada ao Illustre, e Inclito Senado dela. Escrita pelo Capitão [...], natural da mesma Cidade*, Em Lisboa, Na Officina Craesbeckiana, 1642.

- BAPTISTA, João Maria e OLIVEIRA, João Justino Baptista de, *Chorographia Moderna do Reino de Portugal*, 7 vols., Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1874-1879.
- CARDOSO, George, *Agiologio Lusitano dos Sanctos, e Varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquistas. Consagrado aos gloriosos S. Vicente e S. Antonio Insignes Patronos desta inclyta cidade de Lisboa, e a seu illustre cabido Sede Vacante, composto pelo Licenciado [...] natural da mesma cidade*, tomo III – *Que comprehende os dous meses de Maio, e Junho, com seus commentarios*, Lisboa, Officina de Antonio Craesbeeck de Mello, Impressor de Sua Alteza, 1666.
- CASTRO, João Baptista de (Pe.), *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno*, 4 tomos, Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763.
- COSTA, Américo, *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular. Hidrográfico. Histórico. Orográfico. Biográfico. Arqueológico. Heráldico. Etimológico*. Com prefácio de José Joaquim NUNES, 12 vols., Porto, Livraria Civilização, 1929-1949.
- COSTA, António Carvalho da (Pe.), *Corografia Portugueza, eDescripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal, com as Noticias das Fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contêm; Varões Illustres, Genealogias das Familias Nobres, Fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos, Antiguidades, Maravilhas da Natureza, Edifícios, & outras Curiosas Observações*, tomo III – *Offerecido à Serenissima Senhora D. Mariana de Austria, Rainha de Portvgal*, Lisboa, Na Officina Real Deslandesiana, 1712.
- LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno: Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico & Etymologico de Todas as Cidades, Villas e Freguesias de Portugal e Grande Numero de Aldeias*, 12 vols., Lisboa, Livraria Editora de Matos Moreira & Companhia, 1873-1890.
- PEREIRA, João Manuel Esteves e RODRIGUES, Guilherme, *Portugal. Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico. Abrangendo a Minuciosa Descrição Historica e Chorographica de Todas as Cidades, Villas e Outras Povoações do Continente do Reino, Ilhas e Ultramar, Monumentos e Edifícios Mais Notaveis, tanto Antigos como Modernos; Biographias dos Portuguezes Illustres Antigos e Contemporaneos, Celebres por Qualquer Titulo, Notaveis pelas Suas Acções ou pelos Seus Escriptos, pelas Suas Invenções ou Descobertas; Bibliographia Antiga e Moderna; Indicação de Todos os Factos Notaveis da Historia Portugueza, etc., etc. Obra*

*O povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a territorialização e a militarização
(meados do século IX – início do século XIV)*

*Ilustrada com Centenas de Photogravuras e Redigida Segundo os Trabalhos dos Mais
Notaveis Escriptores*, 7 vols., Lisboa, João Romano Torres & C.^a – Editores, 1906-1915.

SANTA MARIA, Agostinho de (Fr.), O.E.S.A., *Santuário Mariano, e História das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora, e das Milagrosamente Aparecidas em Graça dos Prégadores, e dos Devotos da Mesma Senhora*, tomo I – *Que Compreende as Imagens de Nossa Senhora, Que se Veneram na Corte, e Cidade de Lisboa, que Consagra, Oferece, e Dedicá á Soberana Imperatriz da Glória Maria Santíssima, Debaixo do Seu Milagroso Título de Copacavana*, 2.^a ed., Lisboa, Miscelânea, 1933.

3. Dicionários e enciclopédias

CAHEN, Cl., «Djizya», *The Encyclopedia of Islam. New Edition*, ed. by B. LEWIS, Ch. PELLAT and J. SCHACHT, vol. II, Leiden, E. J. Brill, 1991, pp. 559-562.

CHORÃO, Joaquim Lavajo, «Islão e Cristianismo: Entre a Tolerância e a Guerra Santa», *História Religiosa de Portugal*, dir. de Carlos Moreira AZEVEDO, vol. I – *Formação e Limites da Cristandade*, coord. de Ana Maria C. M. JORGE e Ana Maria S. A. RODRIGUES, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 91-133.

CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte, «Conventos», *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. de Carlos Moreira AZEVEDO e coord. de Ana Maria C. M. JORGE [et al.], vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 19-25.

COSTA, Mário Júlio de Almeida, «Foral», *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serção, Porto, Livraria Figueirinhas, [s. d.], pp. 55-58.

DOZY, R. et ENGELMANN, W. H, *Glossaire des Mots Espagnols et Portugais dérivés de l'arabe*, 2^{ème} édition revue et très considérablement augmenté, Leyde, E. J. Brill, 1969.

MACHADO, Diogo Barbosa, «Miguel de Moura», *Bibliotheca Lusitana: Historica, Critica, e Cronologica, na qual se Comprehende a Noticia dos Authores Portuguezes, e das Obras que Compuserão desde o Tempo da Promulgação da Ley da Graça até o Tempo Prezente*, vol. III. Facsímile da ed. de Lisboa, Na Oficina de Ignácio Rodrigues, 1762, 2.^a ed., Lisboa, Bertrand, 1933, pp. 470-471.

MACHADO, José Pedro, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, 3 vols., 3.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

PONS BOIGUES, Francisco, *Los Historiadores y Geógrafos Árabe-Españoles, 800-1450 A.D. Ensayo de una Diccionario Bio-bibliográfico, acompañada de anotaciones críticas y históricas, descripciones analíticas de las obras con apéndices varios, un índice general e índices árabigos precedido de una introducción general*, Amsterdam, Philo Press, 1972.

«Sacavém», *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXVI, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, [s. d.], pp. 530-531.

4. Estudos

‘ABD AL-KARĪM, Gamāl, *Terminologia Geográfico-Administrativa e Historia Politico-Cultural de Al-Andalus en el «Mu’yam al-Buldān» de Yāqūt*, 2.^a ed., Sevilla, Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1973.

AILLET, Cyrille, PENELAS, Mayte y ROISSE, Philippe (coords.), *¿Existe una Identidad Mozárabe? Historia, Lengua y Cultura de los Cristianos de al-Andalus (siglos IX-XII)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2008.

ALEMANY BOLUFER, José, *La Geografía de la Península Ibérica en los Escritores Árabes*, Granada, 1921.

ANDRADE, Amélia Aguiar, *A Construção Medieval do Território*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

IDEM, *Horizontes Urbanos Medievais*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

ASÍN PALACIOS, Miguel, *Contribución a la Toponimia Árabe de España*, 2.^a ed., Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Patronato Menéndez y Pelayo – Instituto Benito Arias Montano, 1944.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, BURESI, Pascal y JOSSERAND, Philipe (coord.), *Identidad y Representación de la Frontera en la España Medieval (Siglos XI-XIV). Seminario celebrado en la Casa de Velázquez y la Universidad Autónoma de Madrid (14-15 de diciembre de 1998)*, Madrid, Casa de Velázquez/Universidad Autónoma de Madrid, 2001.

AZEVEDO, Pedro de, «Os Reguengos da Estremadura durante a Primeira Dinastia», *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 11 – *Miscelânea de Estudos em Homenagem a D. Caroli-*

*O povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a territorialização e a militarização
(meados do século IX – início do século XIV)*

na *Michaëlis de Vasconcellos*, Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933, pp. 577-634.

- AZEVEDO, Rui Pinto de, «O Livro de Registo da Chancelaria de Afonso II de Portugal (1217-1221)», *Anuario de Estudios Medievales*, n.º 4, Barcelona, 1967, pp. 35-73
- IDEM, «Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores», *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, dir. de António BAIÃO, Hernâni CIDADE e Manuel MÚRIAS, vol. I, Lisboa, Editorial Ática, 1937, pp. 7-64.
- BARBOSA, Pedro Gomes, «A batalha medieval em campo aberto», *Turres Veteras V. História Militar e da Guerra*, [s. l.], Câmara Municipal de Torres Vedras/Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo «Alexandre Herculano» da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003, pp. 37-43.
- IDEM, «A história militar e a memória local», *Lisboa. O Tejo, a Terra e o Mar (e outros estudos)*, Lisboa, Edições Colibri, 1995, pp. 55-67.
- IDEM, *Conquista de Lisboa. 1147. A Cidade Reconquistada aos Mouros*, Lisboa, Tribuna da História, 2004.
- IDEM, *Documentos, Lugares e Homens. Estudos de História Medieval*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991.
- IDEM, «História militar medieval: problemas e metodologias», *Lisboa. O Tejo, a Terra e o Mar (e outros estudos)*, Lisboa, Edições Colibri, 1995, pp. 69-77.
- IDEM, «Mouros e cristãos no relato da conquista de Lisboa», *Rumos e Escrita da História. Estudos de homenagem a A. A. Marques de Almeida*. Coord. de Maria de Fátima REIS, Lisboa, Edições Colibri, 2007, pp. 697-705.
- IDEM, «Os sistemas de defesa na Reconquista do Baixo Curso do Tejo», *2.º Congresso Histórico de Guimarães. Actas do Congresso*, vol. 2 – *A política portuguesa e as suas relações exteriores*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães/Universidade do Minho, 1996, pp. 273-285.
- IDEM, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central. Século XII a 1325*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.
- IDEM, *Reconquista Cristã. Nas Origens de Portugal. Séculos IX a XI*, Lisboa, Ésquilo, 2008.

- IDEM e VICENTE, António Balcão, «Frielas Medieval», *O Medieval e o Moderno em Loures. Viagens pelo Património. Exposição de Arqueologia. 15 de Junho a 21 de Novembro de 1999 [Catálogo da Exposição]*, Loures, Câmara Municipal de Loures/Museu Municipal de Loures, 1999, pp. 21-35.
- BARQUELO, Miquel et TOUBERT, Pierre (éds.), «*L'Incastellamento*». *Actes des Recontres de Gérone (26-26 Novembro 1992) et de Rome (5-7 Mai 1994)*. Présentation. de Javier ARCE e Claude NICOLET, Roma, École Française de Rome/Escola Espanhola de Historia y Arqueología en Roma, 1998.
- BARROCA, Mário Jorge, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séculos IX a XII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa da História Militar, 1994.
- IDEM e FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coords.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Séculos VIII a XIII)*. *Actas dos Seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003 e Porto, 4 e 5 de Abril de 2003*, Palmela/Porto, Câmara Municipal de Palmela/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.
- BARROS, Maria Filomena Lopes de, *A Comuna Muçulmana de Lisboa. Séculos XIV e XV*, Lisboa, Hugin Editores, 1998.
- IDEM, *Tempos e Espaços de Mouros. A Minoria Muçulmana no Reino Português (Séculos XII a XV)*, Lisboa, Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.
- BAZZANA, André, *Maisons d'Al-Andalus. Habitat Médiéval et Structures du Peuplement dans l'Espagne Orientale*. Préf. de Joseph PEREZ, 2 vols., Madrid, Casa de Velázquez, 1992.
- IDEM, et GUICHARD, Pierre et CRESSIER, Patrice (éds.), *Les Châteaux Ruraux d'Al-Andalus. Histoire et Archéologie des Ḥuṣūn du Sud-Est de l'Espagne*. Préface de Pierre TOUBERT, Madrid, Casa de Velázquez, 1988.
- IDEM, et GUICHARD, Pierre et POISSON, Jean-Michel (éds.), *Habitats Fortifiés et Organisation de l'Espace en Méditerranée Médiévale. Table-Ronde tenue à Lyon le 4 et 5 mai 1982*, Lyon, GIS/Maison de l'Orient, 1983.
- BEIRANTE, Maria Ângela Violante da Rocha, *Santarém Medieval*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1980.

- BLOT, Maria Luísa de Brito Henriques Pinheiro, *Os Portos nas Origens dos Centros Urbanos. Contributo para a Arqueologia das Cidades Marítimas e Flúvio-Marítimas em Portugal (Trabalhos de Arqueologia, n.º 28)*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2003.
- BOISSELIER, Stéphae, «A sociedade rural da região lisboeta nas transacções do Mosteiro de São Vicente de Fora (1147-1205)», *Lisboa Medieval. Os Rostos da Cidade*. Coord. de Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA e João Luís Inglês FONTES, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 93-111.
- IDEM, *Le Peuplement Médiéval dans le Sud de Portugal. Constitution et Fonctionnement d'un Réseau d'Habitats et de Territoires. XII^e-XV^e siècles*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003.
- IDEM, *Naissance d'une Identité Portugaise. La Vie Rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (X^e-XIV^e siècles)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.
- IDEM, «Organisation sociale et altérité culturelle dans l'hagyonimie médiévale du midi portugais», *Lusitania Sacra*, 2.^a série, tomo XVII, Lisboa, 2005, pp. 255-298.
- BÓLEO, Manuel de Paiva, «Notas bibliográficas», *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. IV-V, Coimbra, 1951, p. 445.
- BRANCO, Maria João Violante, «A conquista de Lisboa revisitada, *Arqueologia Medieval*, n.º 7 (Actas do Colóquio «Lisboa, Encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos». 850.^o Aniversário da Reconquista de Lisboa)», Porto/Mértola, 2001, pp. 217-234.
- IDEM, «A conquista de Lisboa revisitada: estratégias de ocupação do espaço político, físico e simbólico», *2.º Congresso Histórico de Guimarães. Actas do Congresso*, vol. 2 – *A política portuguesa e as suas relações exteriores*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães/Universidade do Minho, 1996, pp. 121-137.
- IDEM, *D. Sancho I. O Filho do Fundador*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.
- IDEM, «Introdução», *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*. Ed., trad. e notas de Aires Augusto do NASCIMENTO e introd. de [...], Lisboa, Vega, 2001, pp. 7-51.
- IDEM, *Poder Real e Eclesiásticos. A Evolução do Conceito de Soberania Régia e a sua Relação com a Práxis Política de Sancho I e Afonso II*, 2 vols. Tese de doutoramento em História medieval apresentada à Universidade Aberta, Lisboa, 1999. Exemplar mimeografado.

- IDEM, «Reis, Bispos e Cabidos. A Diocese de Lisboa no primeiro século da sua restauração», *Lusitania Sacra*, 2.^a série, tomo X, Lisboa, 1998.
- BRAUER, Ralph W., *Boundaries and Frontiers in Medieval Muslim Geography*, Philadelphia, The American Philosophical Society, 1995.
- BRUFAL SUCARRAT, Jesús, *Les Ràpites. Proposta de definició conceptual a partir del cas del nord-est peninsular*, Lleida, Editions de la Universitat de Lleida, 2007.
- BURESI, Pascal, *La Frontière entre Chrétienté et Islam dans la Péninsule Ibérique. Du Tage à la Sierra Morena (fin XI^e-milieu XIII^e Siècle)*, Paris, Éditions Publibook Université, 2004.
- CAETANO, Marcello, *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1.^a Dinastia (1179-1383)*, 3.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- CALDAS, Eugénio de Castro e LOUREIRO, Manuel dos Santos, *Regiões Homogêneas do Continente Português. Primeiro Ensaio de Delimitação*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Industrial/Fundação Calouste Gulbenkian/Centro de Estudos de Economia Agrária, 1966.
- CARA BARRIONUEVO, Lorenzo (ed.), *Ciudad y Territorio en Al-Andalus*, Granada, Athos-Pérgamos, 2000.
- CARVALHO, Sérgio Luís, *Cidades Medievais Portuguesas. Uma Introdução ao Seu Estudo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.
- CASTELO-BRANCO, Fernando, *Breve História da Oisipografia*, Lisboa, Ministério da Cultura e da Ciência/Secretaria de Estado da Cultura/Instituto de Cultura Portuguesa, 1980.
- IDEM, «O valor histórico de Frei António Brandão», *A Historiografia Portuguesa Anterior a Herculano. Actas do Colóquio*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1977, pp. 119-142.
- CATARINO, Helena, «Breve sinopse sobre topónimos Arrábida na costa portuguesa», *La Rábida en el Islam. Estudios Interdisciplinares. Congressos Internacionals de Sant Carles de la Rápita*. Coord. de Francisco FRANCO SÁNCHEZ y Míkel de EPALZA, Sant Carles de la Rápita/Alacant, Ajuntament de Sant Carles de la Rápita/Universitat d'Alacant, 2004, pp. 263-274.

- IDEM, «O Castelo de Povos (apontamentos sobre o período islâmico em Vila Franca de Xira)», *Senhor da Boa Morte. Mitos, História e Devoção. Catálogo da exposição realizada no Celeiro da Patriarcal. 28 de Junho a 8 de Outubro de 2000*, [s. l.], Câmara Municipal de Vila Franca de Xira/Pelouro da Cultura – Museu Municipal, 2000, pp. 43-51.
- COELHO, António Borges, *Comunas ou Concelhos*, 2.^a ed., emendada, Lisboa, Editorial Caminho, 1986.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves, *Horizontes do Portugal Medieval. Estudos Históricos*, Cascais, Patrimonia, 1999.
- COSTA, Francisco, *O Foral de Sintra (1154). Sua Originalidade e Expressão Comunitária*, Sintra, Publicações da Câmara Municipal de Sintra, 1976.
- COUTO, Dejanirah, *História de Lisboa*, 6.^a ed. Trad. de Carlos Vieira da SILVA, Lisboa, Gótica, 2004.
- CRESSIER, Patrice, GARCÍA-ARENAL, Mercedes et MÉOUAK, Mohamed (éds.), *Genèse de la ville islamique en al-Andalus et au Maghreb occidental*, Madrid, Casa de Velázquez/Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1998.
- DAVEAU, Suzanne, «Espaço e Tempo. Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos», *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, n.º 2, Lisboa, 1980, pp. 13-37.
- DELGADO, Ralph, *A Antiga Freguesia dos Olivais*, Lisboa, Grupo de Amigos de Lisboa, 1969.
- DOMINGUES, José Domingos Garcia, «Conceito e limites do Ocidente Extremo do Andaluz nos geógrafos, historiadores e antologistas árabes», *Atti del III Congresso di Studi Arabi e Islamici (Ravallo, 1966)*, Napoli, 1967, pp. 331-348.
- DOMINGUES, José Domingos Garcia, «O Garb Extremo do Andaluz e “Bortuqal” nos Historiadores e Geógrafos Árabes», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.º 78, Lisboa, 1960, pp. 327-362.
- IDEM, *Portugal e o al-Andalus*. Colectânea organizada por Adalberto ALVES, Lisboa, Hugin, 1997.
- DURAND, Robert, *Les Campagnes Portugaises entre Douro et Tage aux XII^e et XIII^e siècles*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1982.

- FARELO, Mário, *A Oligarquia Camarária de Lisboa (1325-1433)*. Tese de doutoramento em Letras (História) apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008. Exemplar mimeografado.
- IDEM, «Rio de Mouro na Idade Média», *Olhares sobre a História. Estudos Oferecidos a Iria Gonçalves*, dir. de Maria do Rosário THEMUDO BARATA e Luís KRUS e coord. de Amélia Aguiar ANDRADE, Hermenegildo FERNANDES e João Luís Inglês FONTES, Casal de Cambra, Caleidoscópio [et al.], 2009.
- IDEM, «Tributos sobre o espaço e sobre os homens antes de D. Afonso III» (no prelo: *Inquirir na Idade Média: espaços, protagonistas e poderes (sécs. XII-XIV)*). *Tributo a Luís Krus (14-15 Dezembro 2007)*. *Actas do Colóquio*. Inédito.
- FERNANDES, Hermenegildo, *D. Sancho II. Tragédia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.
- IDEM, «Dos limites às fronteiras: problemas de escalas e funções», *Nação e Identidades. Portugal, os Portugueses e os Outros*, coord. de Hermenegildo Fernandes, Isabel Castro HENRIQUES, José da Silva HORTA e Sérgio Campos MATOS, Lisboa/Casal de Cambra, Centro de História da Universidade de Lisboa/Caleidoscópio, 2009, pp. 157-175.
- IDEM, «Em torno de Santarin: posição e funções», *De Scallabis a Santarém [Catálogo da Exposição, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 2002]*, coord. de Ana Margarida ARRUDA, Catarina VIEGAS e Maria José de ALMEIDA, Lisboa, Ministério da Cultura/ Instituto Português de Museus/ Museu Nacional de Arqueologia, 2002, pp. 47-59.
- IDEM, *Entre Mouros e Cristãos. A Sociedade de Fronteira no Sudoeste Peninsular Interior (séculos XII-XIII)*. Tese de doutoramento em Letras (História) apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000. Exemplar mimeografado.
- IDEM, «“Mar Adentro”: Sintra e a organização do território entre Lisboa e o Oceano depois da Conquista Cristã», *Contributos para a História Medieval de Sintra. Actas do I Curso de Sintra (28 de Março – 2 de Junho de 2007)*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 2008, pp. 77-98.
- IDEM, *Organização do Espaço e Sistema Social no Alentejo Medieval. O caso de Beja*. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1991. Exemplar mimeografado.
- IDEM, «Quando o Além-Tejo era “fronteira”. Coruche da militarização à territorialização», *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na construção do mundo ocidental. Actas do*

IV Encontro sobre Ordens Militares. Coord. de Isabel Cristina Ferreira FERNANDES, Lisboa/Palmela, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 451-483.

IDEM, «Uma cidade no imaginário medieval. Lisboa muçulmana nas descrições de Idrisi e Ranulfo de Granville», *Estudos Medievais*, n.º 7, Porto, 1986, pp. 3-27.

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, «Aspectos da litoralidade do Gharb al-Andalus: os Portos do Baixo Tejo e do Baixo Sado», *Arqueologia Medieval*, n.º 9, Porto/Mértola, 2005, pp. 47-60.

IDEM, *O Castelo de Palmela. Do Islâmico ao Cristão*, Lisboa/Palmela, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2004.

IDEM (coord.), *As Ordens Militares em Portugal e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares. Palmela, 15 a 18 de Fevereiro de 2006*. Apresentação de Luís Adão da FONSECA, Palmela, Câmara Municipal de Palmela/Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, 2009.

IDEM (coord.), *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500). Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos (2000)*, Lisboa/Palmela, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2002.

IDEM e PACHECO, Paula (coord.), *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa. Actas do II Encontro sobre Ordens Militares. Palmela, 2, 3 e 4 de Outubro de 1992*, Lisboa/Palmela, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 1997.

FERNANDES, Paulo Almeida, «Os moçárabes de Lisboa e a sua importância para a evolução das comunidades cristãs sob domínio islâmico», *Lisboa Medieval. Os Rostos da Cidade*. Coord. de Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA e João Luís Inglês FONTES, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 71-83.

FERRO, Maribel, «Os ulemas de Lisboa», *Lisboa Medieval. Os Rostos da Cidade*. Coord. de Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA e João Luís Inglês FONTES, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 33-59.

FONSECA, Luís Adão da, «Lisboa medieval e o seu termo», *Lisboa Subterrânea*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1994, pp. 86-91.

- GARCÍA FITZ, Francisco, *Castilla y León Frente al Islam. Estrategias de Expansión y Tácticas Militares (Siglos XI-XIII)*, Sevilla, Universidad de Sevilla/Secretariado de Publicaciones, 1998.
- GARCIA, João Carlos, *O Espaço Medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1986.
- GARCÍA-ARENAL, Mercedes (coord.), *Al-Andalus. Allende el Atlántico*, [Paris/Granada], Ediciones Unesco/El Legado Andalusi/Junta de Andalucía-Consejería de Cultura, 1997.
- GEAL, François (dir.), *Regards sur al-Andalus (VIII^e-XV^e Siècle)*, Madrid/Paris, Casa de Velázquez/Éditions Rue d'Ulm, 2006.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (coord.), *Al-Ândalus. Espaço de Mudança. Balanço de 25 Anos de História e Arqueologia Medievais. Seminário Internacional, Mértola, 16, 17 e 18 de Maio de 2005. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2006.
- GUICHARD, Pierre e MISCHIN, Dmitryj, «La société du Ġarb al-Andalus et les premiers ħuṣūn», *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500). Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos 2000*. Coord. de Isabel Cristina Ferreira FERNANDES, Lisboa, Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 177-188.
- GUICHARD, Pierre et SORAVIA, Bruna (coord.), *Les Royaumes de Taïfas. Apogée Culturel et Déclin Politique des Émirats Andalous du XI^e Siècle*, Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 2007.
- HUICI MIRANDA, Ambrosio, *Historia Política del Imperio Almohade*, 2 vols. Edición facsímil de Tetuán, Editora Marroquí, 1956; estudio preliminar de Emilio MOLINA LOPEZ y Vicente Carlos NAVARRO OLTRA; Granada, Editorial Universidad de Granada, 2000.
- IDEM, «Las Campañas de Ya'qūb al-Manṣūr», *Anais da Academia Portuguesa da História*, II Série, vol. V, Lisboa, 1954, pp. 53-74.
- IDEM, «Los Almohades en Portugal», *Anais da Academia Portuguesa da História*, II Série, vol. V, Lisboa, 1954, pp. 9-51.
- IDEM, «Un nuevo manuscrito de “Al-Bayān al-Mugrib”. Datos inéditos y aclaraciones sobre los últimos años del reinado de Alfonso VII, el Emperador», *Al-Andalus. Revista de las Es-*

cuelas de Estudios Árabes de Madrid y Granada, vol. XXIV, Madrid-Granada, 1959, pp. 63-84.

IZQUIERDO BENITO, Ricardo y CARROBLES SANTOS, Jesús (coord.), *Al-Andalus. País de Ciudades. Actas del Congreso celebrado en Oropesa (Toledo) del 12 al 14 de marzo de 2005*, Toledo, Diputación de Toledo, 2007.

JORGE, Ana Maria C. M, *L'Épiscopat de Lusitanie pendant l'antiquité tardive (III-VII siècles)*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 1999.

KHAWLI, Abdallah, «Le Garb al-Andalus à l'Époque des Secondes Taifas (539-552/1144-1157)», *Arqueologia Medieval*, n.º 7 (*Actas do Colóquio «Lisboa, Encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos». 850.º Aniversário da Reconquista de Lisboa*), Porto/Mértola, 2001, pp. 23-35.

LAGARDÈRE, Vincent, *Campagnes et Paysans d'Al-Andalus. VIII^e-XV^e Siècles*, Paris, Éditions Maisonneuve et Larose, 1993.

IDEM, *Les Almoravides. Le Djihad Andalou (1106-1143)*, Paris, L'Harmattan, 1998.

LAUTENSACH, Hermann, *Maurische Züge im geographischen Bild der Iberischen Halbinsel*, Bonn, In Kommission bei Ferdinand Dümmlers Verlag, 1960.

LAY, Stephen, *The Reconquest Kings of Portugal. Political and Cultural Reorientation on the Medieval Frontier*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2009.

LE GOFF, Jacques, *O Imaginário Medieval*. Trad. de Manuel RUAS, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

IDEM, *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Trad. de António José Pinto RIBEIRO, Lisboa, Edições 70, 1989.

LOPES, David, *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*. Colectânea organizada por José Pedro MACHADO, Lisboa, Sociedade de Língua Portuguesa/Círculo David Lopes, 1968.

IDEM, «Toponímia árabe de Portugal», *Revista Lusitana*, vol. XXIV, Lisboa, 1922, pp. 257-273.

LÓPEZ PEREIRA, José Eduardo, *Estudio Crítico sobre la Crónica Mozárabe de 754*, Zaragoza, Anúbar Ediciones, 1980.

LOUREIRO, Francisco de Sales de Mascarenhas, *Miguel de Moura (1538-1599). Secretário de Estado e Governador de Portugal*, Lourenço Marques, [s. n.], 1974.

- LOURINHO, Inês, 1147. *Uma Conjuntura vista a partir das Fontes Muçulmanas*. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010. Exemplar mimeografado.
- IDEM e SILVA, Manuel Fialho, «O Hibridismo na Sociedade Olisiponense pós-1147» (no prelo: *II Colóquio Internacional Moçárabes: «Cultura e Acultura». Silves, 15 e 16 de Outubro de 2010. Actas do Colóquio*). Inédito.
- MACÍAS, Santiago, «Islamização no território de Beja. Contribuições para um debate», *Análise Social*, vol. XXXIX, n.º 173, Lisboa, 2005, pp. 807-826.
- IDEM, Mértola. *O Último Porto do Mediterrâneo. Catálogo da Exposição «Mértola: História e Património (Séculos V-XIII)»*, 3 vols., Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2005.
- IDEM e TORRES, Cláudio (coord.), *Museu de Mértola. Arte Islâmica*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2001.
- MACHADO, José Pedro, «A Península Ibérica segundo um geógrafo arábico do século XII», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.º 1-3, Lisboa, 1964.
- IDEM, *Sintra Muçulmana. Vista de olhos sobre a sua toponímia arábica*, Lisboa, Na Imprensa Mediniana, 1940.
- MALPICA CUELLO, Antonio, *Castillos y Territorio en al-Andalus. Jornadas de Arqueología Medieval. Berja, 4, 5 y 6 de Octubre de 1996*, Granada, Universidad de Granada/Athos-Pérgamos/Ayuntamiento de Berja, 2003.
- IDEM, *Los Castillos en al-Andalus y la Organización del Territorio*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 2003.
- MANTAS, Vasco Gil, «Vias romanas do concelho de Loures», *Da Vida e da Morte. Os Romanos em Loures. Exposição de Arqueologia. 26 de Julho de 1998 a 14 de Fevereiro de 1999 [Catálogo da Exposição]*, Loures, Câmara Municipal de Loures/Museu Municipal de Loures, 1998, pp. 17-28.
- MANZANO MORENO, Eduardo, *La Frontera de Al-Andalus en Epoca de los Omeyas*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1991.
- MARÍN, Manuela «La práctica del ribāṭ en al-Andalus (ss. III-V/IX-XI)», *Fouilles de la Rábita de Guardamar I – El ribaṭ califal. Excavaciones y investigaciones (1984-1992)*, coord. de Rafael AZUAR RUIZ, Madrid, Casa de Velázquez, 2004, pp. 193-194.

- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Novos Ensaio de História Medieval*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.
- MARTINS, Armando Alberto, *O Mosteiro Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.
- MARTINS, Armando Alberto, *Os moçárabes na génese da cultura portuguesa: alguns aspectos*. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1988. Exemplar mimeografado.
- MARTINS, Miguel Gomes e VIEGAS, Inês Morais (coord.), *A Alcaidaria e os Alcaldes de Lisboa durante a Idade Média (1147-1433)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa/Direcção Municipal de Cultura/Departamento de Bibliotecas e Arquivos/Divisão de Gestão de Arquivos, 2006.
- IDEM e VIEGAS, Inês Morais e SANTOS, Maria do Rosário (coord.), *A Evolução Municipal de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa/Pelouro da Cultura/Divisão de Arquivos, 1996.
- MATOS, José Luís de, *Lisboa Islâmica*. Ed. bilingue português-árabe, Lisboa, Instituto Camões, 1999.
- MATTOSO, José, «A história das paróquias em Portugal», *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, pp. 37-56.
- IDEM, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.
- IDEM, *Fragments de uma Composição Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987.
- IDEM, *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal. 1096-1325*, Vol. I – *Oposição*; Vol. II – *Composição*, 5.^a ed., rev. e actualizada, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.
- IDEM e DAVEAU, Suzanne e BELO, Duarte, *Portugal. O Sabor da Terra. Um Retrato Histórico e Geográfico por Regiões*, 2.^a ed., Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2009.
- MAZZOLI-GUINTARD, Christine, *Ciudades de al-Andalus. España y Portugal en la Época Musulmana (S. VIII-XV)*. Prólogo de Jerónimo PAÉZ LÓPEZ; trad. de Purificación de la TORRE, Granada, Ediciones Almed – Editorial Al-Andalus y el Mediterráneo, 2000.

- MEDEIROS, Carlos Alberto, *Geografia de Portugal. Ambiente Natural e Ocupação Humana. Uma Introdução*, 4.^a ed., rev. e actual., Lisboa, Editorial Estampa, 1996.
- MENDES, Francisco José dos Santos, *A Criação da Rede Paroquial na Península de Setúbal (1147-1385)*. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010. Exemplar mimeografado.
- MIQUEL, André, *La Géographie Humaine du Monde Musulman jusqu'au milieu du XI^e Siècle. Géographie et Géographie Humaine dans la Littérature Arabe (des Origines à 1050)*, Paris/La Haye, Mouton & Ce./Faculté des Lettres et Sciences Humaines de la Université de Paris, 1967.
- IDEM, *La Géographie Humaine du Monde Musulman jusqu'au milieu du 11^e Siècle. 2 – Géographie arabe et représentation du monde: la terre et l'étranger*, 2 vols., Paris, Mouton & Ce./Éditions de l'École Pratique des Hautes Études, 1975.
- IDEM, *La Géographie Humaine du Monde Musulman jusqu'au milieu du 11^e Siècle. 3 – Le Milieu Naturel*, Paris, Mouton & Ce./Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1980.
- IDEM, *La Géographie Humaine du Monde Musulman jusqu'au milieu du 11^e Siècle. 4 – Les Travaux et les Jours*, Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1988.
- MOITA, Irisalva (coord.), *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte/Lisboa '94 – Capital Europeia da Cultura, 1994.
- MOLENAT, Jean-Pierre, «Historiographie d'Al-Andalus. Un essai de mise au point», *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, nova série, n.^{os} 16/17, Lisboa, 2007, pp. 15-40.
- MOTA, João Paulo, «A conquista de Lisboa aos Mouros – possíveis relações textuais entre as cartas dos cruzados», *A Nova Lisboa Medieval*, apresentação de Miguel de ALARCÃO, Lisboa, Edições Colibri/Núcleo Científico de Estudos Medievais/Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005, pp. 43-50.
- OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de, *Organização do Espaço e Gestão de Riquezas. Loures nos Séculos XIV e XV*. Prefácio de Iria GONÇALVES, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1999.

- OLIVEIRA, José Augusto de, *O Cêrco de Lisboa em 1147. Narrativa do Glorioso Feito conforme os Documentos Coevos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1938.
- OLIVEIRA-LEITÃO, André, «As Termópilas (480 a.C.), entre o mito e a realidade: perspectivas», *A Guerra na Antiguidade III*, coord. de António Ramos dos SANTOS e José VARANDAS, Lisboa/Casal de Cambra, Centro de História da Universidade de Lisboa/Caleidoscópio, 2010, pp. 207-256.
- IDEM, «Do Ġarb al-Ândalus ao “segundo reino” da “Coroa de Portugal”: território, política e identidade», *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, nova série, n.º 16/17, Lisboa, 2007, pp. 69-104.
- PAÇO, Afonso do e FIGUEIREDO, Fausto J. A. de, «Os antecedentes da conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques», *Brotéria*, vol. XXXVIII, fasc. 4, Lisboa, Abril de 1944.
- PAVÓN MALDONADO, Basilio, *Ciudades Hispano-Musulmanas*, Madrid, Editorial MAPFRE, 1992.
- IDEM, *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas. Crónicas de Viajes por el Sur de Portugal*, Madrid, Ministerio de Asuntos Exteriores/Agencia Española de Cooperación Internacional/Instituto de Cooperación con el Mundo Árabe, 1993.
- PEREIRA, Armando de Sousa, *Representações da Guerra no Portugal da Reconquista (Séculos XI-XIII)*. Prefácio de Luís KRUS, Lisboa, Comissão Portuguesa da História Militar, 2003.
- PICARD, Christophe, *Le Portugal Musulman (VIII^e-XII^e Siècle). L'Occident d'Al-Andalous sous Domination Islamique*, Paris, Maisonneuve et Larose, 2000.
- IDEM, «Les mozarabes de Lisbonne: le problème de l'assimilation et de la conversion des chrétiens sous domination musulmane à la lumière de l'exemple de Lisbonne», *Arqueologia Medieval*, n.º 7 (*Actas do Colóquio «Lisboa, Encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos»*). 850.º Aniversário da Reconquista de Lisboa), Porto/Mértola, 2001, pp. 89-94.
- IDEM, «Les ribaṭs au Portugal à l'époque musulmane: sources et définitions», *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos 2000*. Coord. de Isabel Cristina Ferreira FERNANDES, Lisboa, Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 203-212.

- IDEM, «Les villes musulmanes dans l'Occident d'al-Andalus. L'évolution du réseau urbain», *Le Portugal Musulman (VIII-XIII siècles). L'Occident d'al-Andalus sous Domination Islamique*, Paris, Maisonneuve et Larose, 2000, pp. 181-220.
- IDEM, *L'Océan Atlantique Musulman. De la Conquête Arabe à l'Époque Almohade. Navigation et Mise en Valeur des Côtes d'Al-Andalous et du Maghreb Occidental (Portugal-Espagne-Maroc)*, Paris, Maisonneuve et Larose, 1997.
- PICOITO, Pedro, «As ordens militares e o culto dos mártires em Portugal», *Ordens Militares e Religiosidade. Homenagem ao Professor José Mattoso [Actas do 9.º Curso sobre Ordens Militares, Palmela, 7-8 de Fevereiro de 2009]*. Coord. de Isabel Cristina Ferreira FERNANDES, Palmela, Câmara Municipal de Palmela/Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, 2010, pp. 73-90.
- PIMENTA, Alfredo, *A Conquista de Lisboa em 1147. Nota à Margem da História de Portugal, de Alexandre Herculano*, Lisboa, Edição do Autor, 1937.
- PRADALIÉ, Gérard, *Lisboa da Reconquista ao Fim do Século XIII*, Trad. de Maria Teresa Campos RODRIGUES, Lisboa, Palas Editores, 1975.
- RAMÍREZ DEL RÍO, José, *La Orientalización de al-Andalus. Los días de los Árabes en la Península Ibérica*. Prólogo. de Emilio MOLINA LÓPEZ, Sevilla, Universidad de Sevilla/Secretariado de Publicaciones, 2002.
- RAU, Virgínia, *Estudos de História Medieval*. Apresentação e org. de José Manuel GARCIA, Lisboa, Editorial Presença, 1985.
- IDEM, *Estudos sobre a História do Sal Português*, apres. de José Manuel GARCIA, Lisboa, Editorial Presença, 1984.
- REAL, Manuel Luís, «Os moçárabes do Gharb português», *Portugal Islâmico. Catálogo da Exposição*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 35-56.
- REI, António, *Memória de Espaços e Espaços de Memória. De Al-Rāzī a D. Pedro de Barcelos*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.
- IDEM, «O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII/XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa'îd al-Maghribî», *Medievalista on-line*, ano 1, n.º 1, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005 (<http://www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA1/medievalista-andalus.htm>).

*O povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a territorialização e a militarização
(meados do século IX – início do século XIV)*

- IDEM, «Ocupação humana no alfoz de Lisboa durante o período islâmico», *A Nova Lisboa Medieval*, apresentação de Miguel de ALARCÃO, Lisboa, Edições Colibri/Núcleo Científico de Estudos Medievais/Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005, pp. 25-42.
- IDEM, «Os rostos do poder na Lisboa das taifas (1009-1093) – novas leituras», *Lisboa Medieval. Os Rostos da Cidade*. Coord. de Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA e João Luís Inglês FONTES, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 60-70.
- REIS, António Matos, *História dos Municípios [1050-1383]*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.
- IDEM, *Origens dos Municípios Portugueses*, 2.^a ed.; prefácio de Humberto Baquero MORENO, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.
- RIBEIRO, Orlando, *Geografia e Civilização. Temas Portugueses*, 2.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, [1979].
- IDEM, *Opúsculos Geográficos*, vol. IV – *O Mundo Rural*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Serviço de Educação, 1991.
- IDEM, *Opúsculos Geográficos*, vol. V – *Temas Urbanos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Serviço de Educação, 1994.
- IDEM, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de Relações Geográficas*, 7.^a ed., rev. e ampliada, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1998.
- RODRIGUES, Ana Maria S. A., «A formação da rede paroquial no Portugal medievo», *Estudos em Homenagem ao Professor José Amadeu Coelho Dias*, vol. I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 71-84.
- IDEM, *Torres Vedras. A Vila e o Termo nos Finais da Idade Média*. Prefácio de Jacques HEERS, Lisboa, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica/Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- RODRIGUES, Rute Andreia Massano, *O Convento de Nossa Senhora dos Mártires e da Conceição de Sacavém – Entre a Secularização e as Propostas de Reutilização Cultural*. Dissertação de mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010. Exemplar mimeografado.

- SÁNCHEZ BADIOLA, Juan José, *El Territorio de León en la Edad Media. Poblamiento, Organización del Espacio y Estructura Social (Siglos IX-XIII)*, 2 vols., León, Universidad de León/Secretariado de Publicaciones y Medios Audiovisuales/Servicio de Imprenta, 2004.
- IDEM, *La Configuración de un Sistema de Poblamiento y Organización del Espacio: El Territorio de León (Siglos IX-XI)*, León, Universidad de León/Secretariado de Publicaciones y Medios Audiovisuales/Servicio de Imprenta, 2002.
- SANTOS, Rui, «Notas sobre Sacavém islâmica», *Brotéria. Cristianismo e Cultura*, vol. 159, n.º 4, Outubro de 2004, pp. 259-266.
- SENAC, Philippe (ed.), *Le Maghreb. Al-Andalus et la Méditerranée Occidentale (VIII^e-XIII^e Siècle)*, Toulouse, Centre National de la Recherche Scientifique/Université de Toulouse-Le Mirail, 2007.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos (org. e dir.), *Lisboa. Oito Séculos de História*. Com ilustrações de Almada NEGREIROS, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1947.
- SERRA, Pedro Cunha, *Contribuição Topo-Antroponímica para o Estudo do Povoamento do Noroeste Peninsular*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura/Centro de Estudos Filológicos, 1967.
- IDEM, «Da hagianímia e hagiotoponímia portuguesa (a propósito de um livro recente)», *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. VIII, Lisboa, 1957, pp. 39-59.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, «A concessão do foro de cidade em Portugal dos séculos XII a XIX», *Portugaliae Historica*, vol. I, Lisboa, 1973.
- SIDARUS, Adel, «Novas perspectivas sobre o Gharb al-Andalus no tempo de D. Afonso Henriques», *2.º Congresso Histórico de Guimarães. Actas do Congresso*, vol. 2 – *A política portuguesa e as suas relações exteriores*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães/Universidade do Minho, 1996, pp. 249-268.
- IDEM, «Shantarín/Santarém, fronteira ambivalente islamo-cristã», *Santarém na Idade Média. Actas do Colóquio, 13 a 13 de Março de 1998*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2007, pp. 319-335.
- IDEM (ed.), *Fontes da História de al-Andalus e do Gharb*. Introd. de Pierre GUICHARD, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical/Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, 2000.

- IDEM (ed.), *Islão e Arabismo na Península Ibérica. Actas do XI Congresso da União Europeia de Arabistas e Islamólogos (Évora-Faro-Silves, 29 de Setembro a 6 de Outubro de 1982)*, Évora, Universidade de Évora, 1986.
- IDEM e REI, António, «Lisboa e seu termo segundo os geógrafos árabes», *Arqueologia Medieval*, n.º 7 (*Actas do Colóquio «Lisboa, Encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos». 850.º Aniversário da Reconquista de Lisboa*), Porto/Mértola, 2001, pp. 38-72.
- SILVA, Ana Raquel e BARBOSA, Pedro Gomes, «Cerâmica de tradição muçulmana na uilla romana de Frielas (Loures)», *Arqueologia Medieval*, n.º 8, Porto/Mértola, 2003, pp. 109-118.
- SILVA, Augusto Vieira, *A Cerca Moura de Lisboa. Estudo Histórico e Descritivo*, 3.ª ed., Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1987.
- IDEM, «O Termo de Lisboa», Separata da *Revista Municipal*, n.º 4, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1940.
- SILVA, Carlos Guardado da, «A toponímia e o povoamento moçárabe, árabe e islâmico na região de Loures», *O Medieval e o Moderno em Loures. Viagens pelo Património. Exposição de Arqueologia. 15 de Junho a 21 de Novembro de 1999 [Catálogo da Exposição]*, Loures, Câmara Municipal de Loures/Museu Municipal de Loures, 1999, pp. 13-20.
- IDEM, *Lisboa Medieval. A Organização e a Estruturação do Espaço Urbano*. Prefácio de Pedro Gomes BARBOSA, Lisboa, Edições Colibri, 2008.
- IDEM, *O Mosteiro de São Vicente de Fora. A Comunidade Regrante e o Património Rural (Séculos XII-XIII)*. Prefácio de Pedro Gomes BARBOSA, Lisboa, Edições Colibri, 2008.
- SILVA, Manuela Santos, *Estruturas Urbanas e Administração Concelhia. Óbidos Medieval*, Cascais, Patrimonia, 1997.
- IDEM, «Reflexões em torno da conquista da Estremadura (1147-1153)», *Santarém na Idade Média. Actas do Colóquio, 13 a 13 de Março de 1998*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2007, pp. 337-345.
- SILVEIRA, Joaquim da, «Toponímia portuguesa (esboços)», *Revista Lusitana*, vol. XXIV, Lisboa, 1922, pp. 189-240.
- IDEM, «Toponímia portuguesa (esboços)», *Revista Lusitana*, vol. XXXV, Lisboa, 1937, pp. 67-69.

- SORAVIA, Bruna e SIDARUS, Adel (eds.), *Literatura e Cultura no Gharb Al-Andalus. Simpósio Internacional. Lisboa, Abril de 2000*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical/Hugin Editores, 2005.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, «Elementos exógenos do povoamento em Portugal durante a Idade Média», *Portugal no Mundo*. Dir. de Luís de ALBUQUERQUE, vol. 1 – *Povoamento e Colonização do Reino de Portugal. Início dos Descobrimentos Marítimos Portugueses. O Avanço no Atlântico*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 38-52.
- TAVARES, António Augusto, TAVARES, Maria José Pimenta Ferro e CARDOSO, João Luís (eds.), *Evolução Geohistórica do Litoral Português e Fenómenos Correlativos. Geologia, História, Arqueologia e Climatologia. Actas do Colóquio. Lisboa, 3 e 4 de Junho de 2004*, Lisboa, Universidade Aberta, 2004.
- TORRES, Cláudio, «Lisboa muçulmana. Um espaço urbano e o seu território», *Lisboa Subterrânea*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1994, pp. 80-85.
- VALLVÉ BERMEJO, Joaquín, *La División Territorial de la España Musulmana*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto de Filología/Departamento de Estudios Árabes, 1986.
- IDEM, «Fuentes latinas de los geógrafos árabes», *Al-Andalus. Revista de las Escuelas de Estudios Árabes de Madrid y Granada*, vol. XXXII, Madrid-Granada, 1967, pp. 241-260.
- VARANDAS, José Manuel Henriques, *Monacato feminino e domínio rural: o património do Mosteiro de Santa Maria de Almoester no século XIV*. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994. Exemplar mimeografado.
- VARGAS, José Manuel, «O património das ordens militares em Lisboa, Sintra e Torres Vedras, segundo uma inquirição do reinado de D. Afonso II», *Ordens Militares. Guerra, Religião, Poder e Cultura. Actas do III Encontro sobre Ordens Militares. Palmela, 22 a 25 de Janeiro de 1998*, coord. de Isabel Cristina Ferreira FERNANDES, vol. II., Lisboa/Palmela, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 1999, pp. 105-129.
- VASCONCELOS, José Leite de, *Etnografia Portuguesa*, vols. I-IV. Reimp. facsimilada da ed. de 1982; notícia introdutória de Orlando RIBEIRO; Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007

- VIANA, Mário, *Espaço e Povoamento numa Vila Portuguesa (Santarém 1147-1350)*. Prefácio de Iria GONÇALVES, Lisboa/Casal de Cambra, Centro de História da Universidade de Lisboa/Caleidoscópio, 2007.
- VICENTE, António Maria Balcão, «Oeiras medieval: uma ficção?», *1.º Ciclo de Estudos Oeirenses: Oeiras – a Terra e os Homens*, Oeiras, Celta/Câmara Municipal de Oeiras, 1998, pp. 81-96.
- VIGUERA MOLINS, María Jesús (coord.), *Al-Andalus y el Mediterráneo [Catálogo de la Exposición]*, Granada, Ediciones Unesco/El Legado Andalusi/Ediciones Lunwerg, 1995.
- VIGUEUR, Jean-Claude Maire, *D'une Ville à l'Autre: Structures Matérielles et Organisation de l'Espace dans les Villes Européennes (XIII^e-XVI^e Siècle)*. Actes du Colloque Organisé par l'École Française de Rome avec le concours de l'Université de Rome (Rome, 1^{er}-4 décembre 1986), Rome, École Française de Rome, 1989.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos, *As Dimensões de um Poder: A Diocese de Évora na Idade Média*. Prefácio de Maria José Pimenta Ferro TAVARES, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.
- IDEM, *D. Afonso II. Um Rei Sem Tempo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.
- IDEM e MATTOSO, José, «A sociedade urbana e a sociedade rural nos primeiros reinados portugueses», *Portugal no Mundo*. Dir. de Luís de ALBUQUERQUE, vol. 1 – *Povoamento e Colonização do Reino de Portugal. Início dos Descobrimentos Marítimos Portugueses. O Avanço no Atlântico*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 24-37.
- VIVAS, Diogo e OLIVEIRA-LEITÃO, André, «A presença islâmica no Alentejo Litoral. Uma abordagem à luz da toponímia», *Actas do 1.º Encontro de História do Alentejo Litoral. 18 e 19 de Outubro de 2008*, Sines, Centro Cultural Emmerico Nunes, 2009, pp. 221-230.